

Antropologia dos Archivos da Amazônia





Antropologia dos *Archivos* da Amazônia

alfredo wagner berno de almeida

Rio de Janeiro
casa 8 / f.u.a.

© Alfredo Wagner Berno de Almeida, 2008

capa

Design Casa 8

projeto gráfico e diagramação

Rômulo Nascimento

A447a Almeida, Alfredo Wagner Berno de

antropologia dos *archivos* da amazônia.

Alfredo Wagner Berno de Almeida. Rio de Janeiro: Casa 8 /
Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

isbn 978-85-7401-410-4

1. Amazônia – Antropologia – Arquivos – Amazônia i. Título.

cdu 572 :651.52(811)

casa 8

Rua Santa Heloisa, 8 [101]

Jardim Botânico. Rio de Janeiro – rj

cep 22460-020

Sumário

7 apresentação

15 biologismos, geografismos e dualismos: *notas para uma leitura crítica de esquemas interpretativos da Amazônia que dominam a vida intelectual*

- “Degradação ambiental”: conceito ou noção operacional?
- Quem é o sujeito da ação ambiental?
- Filósofos, naturalistas e etnólogos na prática do colecionismo: os jardins botânicos, os hortos, os zoológicos e os museus
- Versões deterministas e as políticas governamentais
- Quais as transformações pelas quais passam os sujeitos da ação ambiental?
- “Conhecimentos tradicionais” e sujeitos sociais
- A Amazônia pensada segundo “novas estratégias”

127 amazônia: a dimensão política dos “conhecimentos tradicionais

- Os pajés e a Organização Mundial do Comércio
- A estratégia empresarial e o monopólio dos direitos autorais
- O mercado segmentado versus o mercado de “commodities”
- Os movimentos sociais e a contra-estratégia
- Os movimentos sociais e o processo de consolidação de territorialidades específicas

155 pós-graduação em antropologia na amazônia: *anotações e comentários à pauta da primeira reunião da Comissão “Cultura, línguas e povos da Amazônia” da Capes*

SIGLAS E ABREVIATURAS

- aaa – American Anthropological Association
- aba – Associação Brasileira de Antropologia
- bid – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- bird – Banco Mundial
- capes – Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- cdb – Convenção sobre Diversidade Biológica
- cnpq – Conselho Nacional de Pesquisas
- cns – Conselho Nacional de Seringueiros
- coiab – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
- coiam – Confederação das Organizações Indígenas do Amazonas
- cnbb – Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil
- coppal j – Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas do Lago do Junco
- dan – Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília
- fmi – Fundo Monetário Internacional
- gta – Grupo de Trabalho Amazônico
- inbrapi – Instituto Indígena Brasileiro de Propriedade Intelectual
- inpa – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
- inpi – Instituto Nacional de Propriedade Intelectual
- fapeam – Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas
- fepi – Fundação Estadual de Política Indigenista do Amazonas
- fiocruz – Fundação Oswaldo Cruz
- laced – Laboratório de Pesquisa em Etnicidade, Cultural e Desenvolvimento
- mpf – Ministério Público Federal
- miqcb – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
- mp – Medida Provisória
- mma – Ministério do Meio Ambiente
- mn – Museu Nacional
- omc – Organização Mundial do Comércio
- oms – Organização Mundial de Saúde
- ompi – Organização Mundial de Propriedade Intelectual
- onu – Organização das Nações Unidas
- pncsa – Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia
- ppg-7 – Programa Piloto de Preservação de Florestas Tropicais
- spi – Serviço de Proteção aos Índios
- semta – Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia
- sesp – Serviço Especial de Saúde Pública
- tca – Tratado de Cooperação Amazônica
- uea – Universidade Estadual do Amazonas
- ufam – Universidade Federal do Amazonas
- ufpa – Universidade Federal do Pará
- ufrj – Universidade Federal do Rio de Janeiro

A apresentação

As três partes deste livro não requerem maior elucidação. Devo sua composição à conjunção de duas intervenções em reuniões científicas e de um breve comentário sobre os resultados de uma mobilização étnica, designada como “encontro de representantes de povos indígenas”. Elas compreendem textos que foram escritos entre 2003 e 2006, reescritos em 2007 e posteriormente submetidos a sucessivos reparos formais e achegas. A primeira parte concerne a uma leitura crítica de esquemas interpretativos para explicar a Amazônia que, fundados na histórica hegemonia das ciências biológicas, se tornaram senso comum no mundo erudito. Trata-se de uma palestra transformada em texto. Privilegiei como objeto de análise os instrumentos de construção do inconsciente coletivo *savant* subjacente às explicações usuais da Amazônia. O propósito maior foi descrever de maneira crítica as condições de possibilidades próprias a uma interpretação das “interpretações da Amazônia”. A segunda parte compreende uma análise dos resultados de três encontros de representantes dos povos indígenas, realizados em São Luis e Manaus, respectivamente em 2001, 2002 e 2004, para discutir a relação entre conhecimento tradicional e propriedade industrial. A terceira parte, por sua vez, se refere a intervenção realizada em reunião da Comissão “Cultura, Línguas e Povos da Amazônia”, da capes, ocorrida em janeiro de 2006, para discutir uma iniciativa de criação de curso de pós-graduação em antropologia na Amazônia. O texto sintetiza a história social

das experiências concernentes ao ensino da antropologia na região amazônica.

As análises contidas nestes textos foram aproximadas consoante o conceito de *archivo*, tal como trabalhado por Foucault¹. Fixando-o, enquanto função analítica, decidi por manter a grafia de épocas pretéritas, reforçada em itálico, para efeitos de distinção e contraste. Assim é que não estou considerando como *archivo*, em consonância com Foucault, a totalidade de textos que tenham sido produzidos sobre a Amazônia ou que foram aqui publicados, perfazendo um estoque de bens simbólicos classificados, de maneira corrente, como elementares para poder interpretá-la ou para poder compreendê-la. Ainda por negação não estou considerando-o nem o conjunto de traços definidores de uma unidade discursiva, que teria como função precípua explicar historicamente a Amazônia, nem tão pouco os invariantes dos diferentes gêneros literários e científicos (relatórios de viagens, diários de campo, teses, dissertações, monografias, ensaios, artigos, laudos, pareceres e quejandos) que comporiam uma coleção amazônica ideal. Aliás, parto do princípio de que as classificações são arbitrárias, sobretudo as que geraram ou pretendem produzir

1. Cf. Foucault, M. *L'Archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969.

2. Cf. Rancière, J. *Chroniques des temps consensuels*. Paris. Lib. XXIe. Siècle/ Seuil. 2005, pp. 15-19. "Dans l'introduction de son grand livre *Les Mots et les Choses*, Michel Foucault évoquait la burlesque classification d'une 'certaine encyclopédie chinoise' citée par Jorge Luis Borges que partageait les animaux en 'appartenant à l'Empereur', 'embaumés', 'cochons de lait', 'qui s'agitent comme des fous', 'que viennent de casser la cruche' et autres catégoriels du même genre. Ce qui nous frappe, disait-il, devant ces listes que brouillent toutes nos catégories du même et de l'autre, c'est la pure et simple impossibilité de penser *cela*."

Apparemment la raison occidentale a fait des progrès depuis lors. Et les têtes politiques pensantes des grandes puissances ont récemment parrainé un accord de paix pour l'ex-Yougoslavie reconnaissant *de facto* la partage de la Bosnie-Herzégovine entre trois ethnies: l'ethnie serbe, l'ethnie croate et l'ethnie musulmane. La liste est certes moins riche en imagination que celle inventée par Borges mais pas moins aberrante. Dans quel genre commun un philosophe pourrait-il nous apprendre à distinguer l'espèce croate de l'espèce musulmane? Quel ethnologue nous dira jamais quels sont les traits qui distinguent une 'ethnie musulmane'? Nous pourrions imaginer bien des variations sur un tel modèle." (Rancière, J. 2005, 15)

“coleções completas” e critérios pretensamente objetivos de definição de identidade étnica ou regional. Rancière² enfatiza o burlesco destas classificações em “Borges à Sarajevo” e aproveito para retomar uma passagem do mesmo Jorge Luis Borges em *Otras Inquisiciones*³ para também ilustrá-lo:

He registrado las arbitrariedades de Wilkins, del desconocido (o apócrifo) enciclopedista chino e del Instituto Bibliográfico de Bruselas; notoriamente no hay clasificación del universo que no sea arbitraria y conjetural. (Borges, 2005; 114-155; 19.^a ed)

O conceito teórico de *archivo* contribui para desvelar esta arbitrariedade dos agrupamentos ao apontar que seu significado não se restringe a acervo, não se confunde com massa documental, com quantidade ou volume de títulos ou com uma coleção infinita de objetos diversos. Em outras palavras seu significado não se confunde com repertório de documentos ou com o “catálogo dos catálogos” disposto a diferentes públicos numa base física armazenadora de bens simbólicos (livros, periódicos, brochuras, ilustrações, etc) tal uma biblioteca, que no caso da Amazônia corresponderia à interminável e hexagonal Biblioteca de Babel, de que tanto nos fala Borges.⁴ Ao contrário, consiste principalmente, no jogo das regras que determinam em um campo intelectual determinado ou numa dada contingência histórica, o surgimento e o desaparecimento de argumentos. Tais argumentos, uma vez articulados, compõem um esquema interpretativo tornado hegemônico pelos poderosos mecanismos de instancias de consagração de museus e sociedades científicas desde finais do século xviii. São eles que garantem a sua permanência, a sua ilusão de eficácia e ao mesmo tempo sua existência paradoxal. Eis o problema focalizado, sobretudo na primeira parte.

3. Vide Borges, J. L. “El idioma analítico de John Wilkins” in *Otras Inquisiciones*. Buenos Aires: Emecê, 2005, pp. 149-155.

4. Borges, J. L. Vide “la Biblioteca de Babel” in *Ficciones*. Buenos Aires: Alianza Editorial, 2007, pp. 86-99.

Para Foucault os *archivos* não podem mais ser reduzidos a meros documentos ou a simples peças de coleções históricas. Eles se inscrevem num sentido crítico como “monumentos” que rompem com o acúmulo indefinido de “documentos” ou peças de exposições permanentes de velhos museus ou livros estanteados em bibliotecas ou ainda documentos catalogados nos chamados “arquivos nacionais” e/ou “arquivos públicos.” Este significado de ruptura produz uma leitura crítica do colecionismo, tão caro à história da antropologia, e das formas de classificação impostas por forças hegemônicas. Aliás, o poder de classificar objetos, grupos e pessoas tem sido atributo exclusivo das sociedades hegemônicas, sejam coloniais e/ou imperiais, metropolitanas e/ou centrais, que impõem denominações a quem quer que seja, quando e como lhes aprouver. Quaisquer que sejam as contingências históricas e os acontecimentos o absurdo de seus aparatos classificatórios é operacionalizado e imposto como “mais racional” e legítimo. Deste modo é que se coloca como necessário um trabalho científico sistemático para romper com estas abordagens que partem do pressuposto do acúmulo interminável de acontecimentos. Mesmo porque capital intelectual não é estoque, não tem caráter cumulativo senão para as abordagens evolucionistas e para o empirismo vulgar, que imaginam que o “conhecimento se materializa em algo empilhável e tangível” tal como se empilha livros. Capital significa uma relação social e sistemas de relações sociais com suas tensões e antagonismos encontram-se nos fundamentos do conceito de *archivo*.

O que poderia ser nomeado como “*archivo genealógico*” da Amazônia, não consiste, portanto, no estudo das regras que orientam as formas de transmissão de conhecimentos científicos e de patrimônio imateriais, mas a relação entre os argumentos que compõem as formulações de esquemas interpretativos cristalizados na vida intelectual e os agentes sociais que os acionam, notadamente em situações de polêmica e de conflitos. Constatase, entretanto, que tais esquemas foram institucionalizados e passaram a ser automaticamente reproduzidos, adquirindo auto-

ridade intelectual, força explicativa e até mesmo condições de possibilidade de se tornarem “verdades naturais”.

Pode-se dizer assim que tais esquemas interpretativos mantiveram-se protegidos por uma formidável muralha erguida por produtores intelectuais que concederam sua autoridade científica às casas reais, aos estados dinásticos e agora ao estado burocrático-racional. Estes poderes consagraram a tirania dos chamados “naturalistas” para pensar “racionalmente” as realidades designadas como Amazônia. Estas condições específicas de produção científica implicam, pois, numa conjunção particular de idéias e noções difundidas e acatadas tanto por um público amplo e difuso, quanto por um público erudito, sem questionamentos profundos.

Archivo como genealogia, consiste num registro variado de formulações, argumentos, noções operacionais, impressões, metáforas e figuras de retórica, que se acham “arquivados”, de maneira inconsciente, nas representações de diferentes explicadores, comentadores regionais e intérpretes, que os reproduzem acriticamente, num automatismo de linguagem, de acordo com um léxico singular que é acionado a cada vez que se fala de ou sobre Amazônia.

Nesta ordem não é preciso agrupar e ler integralmente todos os chamados naturalistas-viajantes para repetir os instrumentos de percepção dos quais fazem uso para explicar a Amazônia. O *archivo*, em sendo relação, concerne também a modalidades de percepção que, além de enfatizarem o quadro natural, tem sido transmitidas por comentadores regionais, explicadores, intérpretes acadêmicos, classificadores da produção intelectual e historiadores da ciência mesclados com autoridades burocráticas administrativas, resultando num senso comum erudito.

A justaposição dos argumentos bio-organicistas e noções inspiradas no geografismo tem se constituído, no entanto, num obstáculo permanente a uma compreensão crítica da realidade empiricamente observada e designada como Amazônia. A esta justaposição acrescenta-se a engrenagem de apresentar um problema sob uma visão dual, contrapondo um extremo a outro, um

pólo da oposição simétrica a outro, para lograr uma síntese apontada como irretorquível e racional.

A leitura crítica dos textos dos naturalistas-viajantes e de seus explicadores faculta o entendimento das limitações destes esquemas interpretativos, que já foram hegemônicos, incontestes e que agora jazem fossilizados nos meandros da vida intelectual e científica. Não obstante serem reatualizados e reeditados com frequência já há meios de quebrar com seu poder de explicação e com seu caráter imperativo. Entretanto, quando nos tornamos mais conscientes de que há uma velha fortaleza interpretativa arruinada e em vias de fossilização no senso comum erudito, é que temos condição de apreender que mesmo derrotada no debate intelectual ela se impõe pela capacidade de vulgarização científica, mantendo-se constantemente banalizada por equações simples.

Em virtude disto há que se indagar mais profundamente da lógica do pensamento dos comentadores regionais e dos explicadores que gravitam em torno da suposta eficácia destes esquemas interpretativos, mantendo um rígido controle de instancias de consagração e legitimação, isto é, detendo o monopólio das definições legítimas e das representações oficiosas sobre a Amazônia. Tem-se um vasto elenco de “explicadores da Amazônia” que reproduzem mecanicamente os argumentos e figuras de retórica daqueles esquemas interpretativos, como se recebessem uma ordem, como se a ação pedagógica para transmiti-los fosse uma “missão” incontestável. Os esquemas interpretativos de tão “inquestionáveis” se distanciam de realidades localizadas e de processos reais e se transformam em expressões opinativas. O opinativo é nutrido pela autoevidência, quando o mero fato de pronunciar “Amazônia” por si mesmo já a explica e não há quem duvide que assim seja. As inspirações alimentadas pelas autoevidências não perscrutam, não pesquisam e só fazem repetir. Tão somente procedem à repetição. A redundância, no entanto, é um componente essencial do mito, porquanto facilita sua reprodução. A repetição encerra a certeza da fidelidade ao esquema interpretativo e torna-se um instrumento embrutecedor na mão

de pedagogos que transmitem uma representação escolarizada e absoluta de Amazônia.

Verifica-se, no tempo, uma estranha eficácia do biologismo e das imagens hiperbolizadas dos recursos naturais relativos à Amazônia que tais esquemas veiculam. Quanto mais estendidas e alargadas, de maior capacidade de convencimento parecem se investir. A exuberância e a grandiosidade do quadro natural conjugadas com um certo “belletismo” e uma desmedida elegância bacharelesca inibem a fala e o pensamento autônomo além de eclipsar a existência de uma diversidade de agentes sociais. Estas figuras de retórica falam da Amazônia para inibir outras falas, para fazer calar.

Faz-se necessário, todavia, romper com estes dispositivos do silêncio que tem por função garantir a infinita continuidade de um esquema interpretativo, como unidade discursiva autoevidente e inquestionável.

Relendo os naturalistas-viajantes e os efeitos de suas interpretações tem-se reforçado o procedimento de criticar esta unidade interpretativa e colocar em suspenso as sínteses elaboradas a partir dela, relativizando-as. Em primeiro lugar, libertando-se de todo um jogo de noções que estão ligadas aos “ismos” determinantes (biologismos, geografismos, dualismos e suas variações) e de toda uma constelação de metáforas erigida sob sua inspiração direta, a saber: “paraíso/inferno verde”, “eldorado”, “ouro negro/ouro verde”, “pulmão do mundo”. Depois, libertando-se também de outros determinismos e suas figuras de retórica, às vezes burlescas e absurdas, que resultam por informar planos, programas, projetos e demais formas do poder do estado se manifestar sobre a região. Isto se apresenta como possível num momento em que os esquemas interpretativos prevalecentes estão perdendo sua eficácia e em que os sujeitos biologizados parecem ceder lugar à mobilização dos sujeitos sociais e às leituras críticas que se multiplicam.

Concorrendo para superar os obstáculos à compreensão da “Amazônia”, enquanto realidade empiricamente observada, as novas interpretações críticas, no que tange à variação das ex-

pressões culturais e no sentido de reforço da autodefinição, podem contribuir com instrumentos básicos neste debate. Seus esforços analíticos privilegiam culturas distinguíveis dos agentes sociais que politizam a natureza e recolocam a biodiversidade adstrita a uma diversidade cultural. Esta leitura crítica pode alertar os comentadores e os explicadores que aparentemente recolheram sua vigilância intelectual mediante a excepcional força das autoevidências, sublinhando que tal tarefa pressupõe intensas atividades de pesquisa e um sem número de investigações detidas e sistemáticas. Ademais pode seguir advertindo o público amplo e difuso, que recolhe suas percepções criativas face ao peso das autoevidências e das metáforas hiperbolizantes.

Assim, em suma, o senso crítico do conceito de *archivo* ressalta que as interpretações da Amazônia não podem ser reduzidas a umas quantas metáforas, datas canônicas, quadros naturais e “ciclos” ou a umas tantas construções literárias hiperbolizadas. Com a emergência das novas identidades coletivas e de sujeitos sociais organizados, isto é, identidades coletivas objetivadas em movimentos sociais, estão sendo afastadas de vez as ficções biologizantes, bem como os sujeitos biologizados. Constata-se uma politização da natureza e problematizar isto constitui nosso objeto de reflexão nestes textos que aqui dispomos ao debate.

Manaus, julho de 2008

biologismos, geografismos e dualismos: *notas para uma leitura crítica de esquemas interpretativos da Amazônia que dominam a vida intelectual*¹

Hesitei um pouco em aceitar este convite porque muitas vezes a fala de um pesquisador das ciências sociais, quando é dirigida a um público muito específico, um público composto de especialistas, que obedece quase que exclusivamente às exigências das

1. Para organizar o presente texto introduzi achegas, recuperei anotações e acrescentei referências bibliográficas à palestra que proferi, em 22 de janeiro de 2005, no Workshop Internacional “Iniciativas promissoras e fatores limitantes para o desenvolvimento de sistemas agroflorestais como alternativa à degradação ambiental na Amazônia”, promovido pelo ciat (Centro Internacional de Agricultura Tropical), embrapa Amazônia Oriental, World Agroforestry Center-Transforming lives and landscapes e Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, e realizado em Belém e Tomé Açu (pa), entre 19 e 28 de janeiro de 2005. Incorporei também as perguntas que me foram dirigidas e as respostas que proferi, resumindo a discussão que se estendeu por quase três horas. O resultado foi um texto que oscila entre uma palestra e um artigo e que foi elaborado a partir do debate. As notas de rodapé, as referências bibliográficas e as citações bem traduzem o esforço de elaboração posterior à palestra e a pretensão pedagógica que o orientou. Incorporei ademais observações diretas realizadas quando de visitas a museus, hortos e jardins botânicos de países europeus, que abrigam coleções resultantes das viagens de campo à Amazônia dos chamados “naturalistas”, os quais nomeio ao proceder à citação devida.

Gostaria de agradecer ao antropólogo Roberto Porro, pela gentileza do convite para proferir a palestra, e a Leila Sampaio e Leonilde Rosa (ufra), Wanderley Porfirio, Carlos Freitas, Milton Kanashiro e Luiz Guilherme (Embrapa) e Marcelo Vasconcelos (Fundação Sócio Ambiental) pelas indagações e questionamentos feitos durante a discussão que se seguiu a ela.

ciências naturais e usufrui de uma competência institucionalmente bem delimitada como científica, ela nem sempre produz um resultado satisfatório. Às vezes há conceitos que não perpassam formações acadêmicas, não perpassam linguagens e nem transitam, sem acuradas mediações, entre as ciências naturais e as ciências sociais. O diálogo torna-se deveras difícil, tanto mais quando há tantos lugares-comuns e automatismos de linguagem já bem cristalizados, como neste caso em que o objeto de reflexão concerne à Amazônia, enquanto realidade empiricamente observada. Os cuidados teóricos tornam-se maiores nesta situação de referência, que é eivada de pré-noções e de autoevidências e na qual são muitos os pontos de vista colidentes, antes mesmo de cada fala. Acrescente-se o risco de citar superficialmente muitos autores, sumarizando argumentos em demasia e tangenciando um certo esquematismo, justamente quando o objetivo proposto consiste numa leitura crítica de esquemas interpretativos tornados senso comum erudito. Embora não seja impossível superar as dificuldades, não posso deixar de enunciá-las de antemão para tentar desfazer qualquer rigidez prévia que mais crie obstáculos e iniba as condições de possibilidades da interlocução. Assim sendo, início em verdade um debate antes que uma palestra. Começo por uma distinção no sentido de “desnaturalizar” perspectivas já sedimentadas no pensamento erudito e, por favor, se porventura eu cometer algum deslize submeto-me à correção, deixando à parte aquilo que for polêmica ou divergência explícita com minha condição de antropólogo,² com critérios de competência e saber mais diretamente referidos à chamada “antropologia social”. Este trabalho constante de “desnaturalização” inicia, aliás, no próprio campo de conhecimento em que me localizo e de onde falo,

2. Esta condição não é autoevidente e nem tão pouco rígida, porquanto comporta em seu próprio significado tensões e dubiedades, considerando que a antropologia tem sido apresentada tanto como “duas ciências”, quanto como “quatro campos” de atualização em que se articulam e se opõem: a arqueologia, a lingüística, a antropologia biológica e a antropologia social. Para um aprofundamento desta polêmica consulte-se Castro Faria, Luiz de. *Antropologia: Duas Ciências – Notas para uma História da Antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro. cnpq/mast. 2006 (org. por Alfredo Wagner B. de Almeida e Heloisa Maria Bertol Domingues).

uma vez que a antropologia já foi definida simplesmente como “história natural”, consoante conceituação de autores do final do século xviii, como Buffon, em 1791, que se estende às primeiras décadas do século xx. Nesta ordem o domínio da antropologia torna-se ele próprio objeto de uma análise crítica e de procedimentos de “desnaturalização”, erigindo-se em “duas ciências” (Castro Faria, 2006): uma ciência biológica e uma ciência social.³

1.

“Degradação ambiental”: conceito ou noção operacional?

Tive a oportunidade de ler as comunicações apresentadas neste *Workshop* e apreender o que vocês participantes entendem por “degradação ambiental”, isto é, o que o discurso de agrônomos, ecólogos, engenheiros florestais e biólogos conceitua como “degradação”. Uma preocupação que me veio, logo de início, é que essa definição ficou assaz condicionada, ou seja, as tentativas de explicação ficaram muito presas em considerar o termo “degradação” não como conceito propriamente, mas como uma palavra, como um verbete institucionalizado. Ora, conceito não tem definição. Conceito tem significado, ao contrário do termo ou da palavra, que podem ser definidos em verbetes, em glossários, em dicionários e em enciclopédias. O conceito não é exatamente dicionarizado e mais consiste num instrumento de análise em tudo dinâmico e referido a autores que disputam a legitimidade de acioná-lo. Conceito implica numa relação e em mudança de significado. Em virtude destes aspectos dinâmicos não pode ser enquadrado numa definição frigorificada, tão pouco pode ser lido numa sinonímia. E este é o primeiro reparo que faço à maneira

3. O domínio da antropologia se estruturou num momento em que as ciências biológicas constituíam uma abordagem hegemônica (Castro Faria, 2006: 17). A antropologia social se consolidou posteriormente e é deste lugar que produzirei meus argumentos.

como vocês trataram “degradação”, ao defini-la “objetivamente” como diminuição ou como perda: perda de intensidade e perda de qualidade com seus efeitos referindo-se a fatores de destruição da cobertura vegetal, de “esgotamento do solo” e de alterações nos cursos d’água. Consideram-na ademais como passível de ser medida por “modelos teóricos” que informam métodos quantitativos. E um modelo, como sabemos, enquanto objeto artificial é controlável. Pode-se prever como reagirá mediante a modificação de um de seus componentes. Vocês selecionaram variáveis, que são correlacionadas e cuja coerência e desenvolvimento dedutivo estão garantidos por uma codificação geralmente matemática. Repetindo: antes que conceito, isto é noção operacional, que utiliza uma lógica no seu “estado prático”, que serve basicamente para fins operacionais imediatos ou de aplicação genérica e direta. Na sua versão elementar não se trata, pois, de um conceito que problematiza relações e que se detém no tratamento rigoroso das especificidades. Essa tentativa de definir de uma forma “objetivista”, “quantitativista” ou passível de ser medida, aparentando extremo rigor e exatidão, além de se restringir a uma função prática ela elide o sujeito da ação e é por aqui que eu gostaria de começar nosso debate.

Para entender essa elisão do sujeito da ação importa tomar como objeto esta própria modalidade de reflexão, com seus procedimentos de demonstração e sua aparência de rigor, e submetê-la a indagações sucessivas sob vários ângulos. Aliás, pretendo falar aqui muito mais por indagações, visando problematizar o que é tratado como autoevidente ou que dispensa argumentos e explicações maiores. Busco romper deste modo com certas racionalizações eruditas que orientam esquemas interpretativos, que incidem numa “procura apressada de generalizações”, como diria G. Bachelard, em que as respostas são dadas antes mesmo que se esclareçam apropriadamente as perguntas.⁴

4. Cf. Bachelard, Gaston. *A formação do espírito científico. Contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Rio de Janeiro: Contraponto Ed. Ltda. 1996 (1.^a ed. Paris, 1938). Trad. de Estela dos Santos Abreu. pp. 53-55.

2.

Quem é o sujeito da ação ambiental?

Ao fazer esta pergunta sinto-me obrigado a repassar alguns trabalhos de cientistas naturais, notadamente botânicos, agrônomos, zoólogos, astrônomos, geólogos e biólogos e a visitar a chamada “literatura dos viajantes” e cronistas ou “literatura dos naturalistas” que percorreram a Amazônia desde o século xvi, procederam a observações localizadas, recolheram “materiais” diversos (plantas, resíduos fósseis, animais), ensaiaram classificações por gênero e espécie e contribuíram espontânea e inconscientemente para assentar os fundamentos de um esquema explicativo para interpretá-la. Estes autores integravam missões oficiais e/ou expedições científicas e estavam a serviço de Estados dinásticos. Em consonância com a produção destes cientistas tem-se os denominados “tratados” e as chamadas “memórias”, “crônicas”, “corografias”, “porandubas” e descrições cartográficas⁵ produzidas por administradores coloniais, de formações acadêmicas diversas (engenheiros, médicos e bacharéis em direito), e militares, que corroboram tal esquema como argumento justificador das diferentes formas de intervenção do Estado na região amazônica. Mesmo considerando as dificuldades de se distinguir o poder do Estado dinástico do poder da hierarquia religiosa, cabe ressaltar uma literatura peculiar produzida por clérigos e membros de ordens religiosas, também empenhados nas descrições corográficas e em informações lingüísticas e etnoecológicas.

5. As técnicas e a arte de representar a superfície terrestre através da descrição de cartas, que tiveram na Amazônia, com o missionário jesuíta da Boemia, Samuel Fritz, um de seus predecessores com o *Mapa Geográfico do Rio Amazonas* de 1691, receberam a designação de “cartografia”, em 1839, dada pelo Visconde de Santarém, Manoel Francisco de Barros e Souza de Mesquita de Macedo Leitão (1791-1856).

Para outros dados leia-se: Visconde de Santarém. *Estudos de Cartografia Antiga*. Lisboa: Typ. Alfredo Lauros, Motta & Cia. 1919 (2 vols.)

A divisão deste trabalho intelectual de produzir intervenções e conhecimentos implicava em informações de campo relativas ao que se denominava de “história natural”, agrupando um copioso repertório de observações sobre o meio físico, a fauna e a flora, e ao que se designava como “história moral”, descrevendo “vidas e costumes.” Um propósito utilitário aproximava autores classificados como naturalistas, cujos interesses estavam voltados para a botânica, para a zoologia e para a geologia, daqueles autores de inspiração religiosa e daqueles funcionários coloniais que executavam administrativa e militarmente as instruções do poder dinástico. As diferenças discursivas porventura existentes nas metrópoles tornavam-se circunstancialmente neutralizadas frente ao objetivo de identificar fontes de riqueza natural nas possessões e colônias. Tais autores, além de constituírem uma das principais fontes dos lugares-comuns, que se mantêm no pensamento erudito, eles desenvolveram uma idéia de construção da natureza que pode nos ajudar a entender a relativização da noção prática de “degradação.” Procedo a esta relativização pela crítica dos elementos constitutivos do conceito de “natureza.”

Em outras palavras, começo por elementos de uma abordagem epistemológica ao tentar discutir um conceito através de um determinado significado de história da ciência, que quer se libertar das historicidades e se afastar da busca indefinida da “origem.” Ao discutir a noção de “degradação” está em jogo uma idéia da “natureza” abrangente e bem circunstanciada, que não pode mais ser entendida simplesmente enquanto “quadro natural” ou “meio físico.” Em verdade trata-se de um significado de “natureza”, enquanto uma representação disposta num campo de disputas que, ao negar esta noção histórica corrente, chama a atenção para uma construção social e um ato deliberado dos que se empenharam de maneira direta em extrativismos e cultivos agrícolas com unidades familiares, afirmando uma identidade coletiva. Tal identidade mostra-se coextensiva a um conhecimento profundo de realidades localizadas e a formas de cooperação simples expressas principalmente por múltiplas práticas de uso comum dos recursos naturais. Tanto no momento atual, quanto

na sociedade colonial estes antagonismos e disputas se colocaram de maneira expressiva. No campo de abrangência das oposições entre estado e sociedade eles tem se manifestado com força. Embora o trabalho familiar e o uso comum, assim como a questão da identidade étnica, estejam referidos a uma característica transistórica, ou seja, não atrelada a uma e apenas uma contingência histórica, nem referida a um único lugar geográfico, perpassando diferentes modos de produção e diferentes contextos, irei me deter aqui, para fins de ilustração, na sua relação com o processo de derrocada das *plantations* e das empresas extrativas tropicais.

Para efeitos de periodização e clivagem tal fenômeno pode ser registrado desde, pelo menos, a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará, mais exatamente da Ilha de Marajó, da baía de Cumã e de Alcântara, em 1760. Esta disputa ganhara corpo desde 1680 com a revolta de colonos e sesmeiros contra as ordens religiosas. Quer dizer, quando o consenso relativo dos cronistas da colônia começa a se esborroar as distinções afloram com maior vigor. Assim, nos relatos de clérigos eruditos, contraditando o discurso triunfalista da burocracia colonial pombalina, fala-se em terras devastadas, em aldeias arrasadas, em imensas áreas inteiramente queimadas, em extração massiva de madeiras nobres e em grandes plantações de algodão e cana de açúcar em completo declínio. Os jesuítas quando foram expulsos, no período pombalino, além de edificações e de abundantes relatos sobre a “devastação” e sobre o massacre de povos indígenas perpetrados por sesmeiros e colonos, deixaram um “modelo de colonização” de base teológica, assinalando formas peculiares de religiosidade e de poder na sociedade colonial.

A chamada “governança” do Marquês de Pombal (1750-1777) vai confrontar este discurso. A religião e a teologia foram o alvo preferido do “pensamento ilustrado” e este princípio operativo também tornou-se proeminente na administração das colônias. Com sua formação Iluminista Pombal redefine o projeto colonial, enfatizando o papel do Estado e menosprezando a ação confessional, sobretudo no domínio econômico. Em oposição ao dogma eleger o saber científico ou um gerenciamento econômico que subordinava os empreendimentos das ordens religiosas às políticas

do estado. Promove, portanto, uma clivagem profunda nas relações de poder. Com Pombal percebe-se uma distinção entre o estado dinástico e o estado-nação, através das medidas racional-burocráticas que delineiam traços distintivos do Estado Moderno com uma percepção da natureza incorporada de modo permanente aos empreendimentos de agricultura tropical e que contradita a exploração predatória e eventual das feitorias e entrepostos.

No discurso pombalino prevalecia a razão, o sujeito era a razão. Era este o sujeito da colonização e da sua questão correlata, qual seja, a natureza e, em particular, a Amazônia, que passa a ter tratamento privilegiado numa divisão político-administrativa singular: o Estado do Grão-Pará e Maranhão. Os primeiros atos oficiais pós-1755 consistem na distribuição de sesmarias, na criação da Companhia Geral de Comércio, na chamada “Lei das Liberdades dos Índios” e nos incentivos à aquisição de escravos africanos e ao plantio em larga escala de algodão, cacau, cana de açúcar, índigo e outros produtos tropicais. A lei pombalina buscava relativizar a imagem do índio como “selvagem” ou como “criatura da natureza” semi-humana, perigosa, bestial e de inteligência limitada. Por estes atributos depreciativos os índios eram considerados até então como “escravos naturais” pelos cronistas do século xvi e pelos denominados “colonos”, responsáveis pelos empreendimentos de agricultura tropical. A partir de uma modalidade de descrição, que considerava o índio como o “outro”, se elaboravam impressões sobre “costumes, ritos e crenças”, que tanto podiam ser úteis para a ação evangelizadora, quanto para sua incorporação compulsória como força de trabalho nos empreendimentos agrícolas e extrativos. Para relativizar esta condição o Diretório pombalino, de 1758, se aproxima das premissas dos “filósofos das luzes”, que consideravam o “selvagem” ou o “natural” como profundamente bons. O Diretório no seu parágrafo décimo, institui uma separação formal entre as designações “índio” e “negro” e desloca o sentido de “escravos naturais” para os “pretos da costa da África”.

Entre os lastimosos princípios, e perniciosos abusos, de que tem resultados nos índios o abatimento ponderado, é sem dúvida um deles a injusta e escandalosa introdução de lhes chamarem negros; querendo talvez com a infâmia e vileza deste nome persuadir-lhes que a natureza os tinha destinado para escravo dos brancos, como regularmente se imagina a respeito dos pretos da costa da África. E porque, além de ser prejudicialíssimo à civilidade dos mesmos índios este abominável abuso, seria indecoroso às reais Leis de Sua majestade chamar negros a uns homens, que o mesmo Senhor foi servido nobilitar, e declarar isentos de toda e qualquer infâmia, habilitando-os para todo o emprego honorífico. Não consentirão os diretores daqui por diante que pessoa alguma chame negros aos índios, nem que eles mesmos usem entre si deste nome como até agora praticavam; para que compreendendo eles que lhes não compete a vileza do mesmo nome possam conceber aquelas nobres idéias, que naturalmente infundem aos homens a estimação e a honra. (Cf. & 10. do Directorio que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão. Lisboa, Oficina de Miguel Rodrigues-Impressor do Eminentíssimo Senhor Cardeal Patriarca. 1758 pág. 5). (g.n.)

Com a adoção desta medida Pombal intenta separar os índios do trabalho escravo, busca reclassificá-los e valorizá-los, tornando-os objeto de ações oficiais. Fortalece, assim, a política de povoamento, firmada pelo Alvará de Lei de 4 de abril de 1755, o qual incentivava que os vassalos do Rei de Portugal se casassem com mulheres indígenas. Pombal objetiva produzir com a legitimação desta “aliança” ou regra matrimonial as condições que considera necessárias para resolver a questão da “insuficiência demográfica” na colônia e para introduzir a força de trabalho escrava africana no Grão-Pará, tal como reivindicada pelos sesmeiros e colonos. Ao estabelecer medidas distintivas entre “índios” e “negros” Pombal evidencia os primeiros passos de uma sofisticada tecnologia de poder que tem como objeto a “população da colônia” ou um conjunto diferenciado de agentes passíveis de serem controlados, por diferentes meios, com o propósito de se garantir uma melhor

gestão da força de trabalho.⁶ A reprodução da força de trabalho numa situação de abundância de terras constitui um desafio para as potências coloniais e em virtude disto é que se torna um alvo de preocupação para Pombal.

Assim, ao mesmo tempo, reinterpreta as teorias sobre a humanidade, baseadas no conhecimento teológico e nas sagradas escrituras, isolando os interesses da Ordem dos Jesuítas daqueles de outras ordens religiosas (carmelitas, franciscanos e mercedários) e, sobretudo, daqueles da alta hierarquia da Igreja Católica. Os bens econômicos da Companhia de Jesus, em decorrência, são confiscados e as relações sociais de produção por ela estimuladas são legalmente banidas.

Como já foi assinalado o sujeito da ação do Estado era a “razão”, neste período que vai convergir para a hegemonia Iluminista.⁷ Tudo era feito em nome da “razão”. As justificativas das ações oficiais para a colônia repetiam indefinidamente este argumento. A maneira como Pombal representava, entretanto, o princípio iluminista da “universalidade da razão e do progresso” para a colônia, como o Diretório deixa entrever, distinguia-se daquele sentido mais cosmopolita das metrópoles. A exploração econômica através de grandes empreendimentos monocultores, com mecanismos repressores da força de trabalho escrava, voltados para o mercado internacional, caracterizava este sistema agrário-exportador. Tão forte se manifesta a ideologia oficial de “progresso” que os comentadores regionais classificam, inclusive, este período como “a idade de ouro”, do Maranhão e do Pará. Grandes comerciantes e sesmeiros se mesclavam com arquitetos, que traçavam as plantas das cidades coloniais, com agrônomos,

6. M. Foucault denomina fenômenos desta ordem como adstritos à “descoberta da população”, que indicaria as transformações do poder ocorridas entre o final do século xviii e o início do século xix. As regras de casamento e a gestão da natalidade, tornando-se objeto de ações do Estado, assinalariam, uma tecnologia de poder designada por Foucault como bio-política (cf. Foucault “Naissance de la biopolitique.” Chaire d’histoire des systèmes de pensée, année 1978-1979. *Annuaire du Collège de France*. 79e.année. 1979.).

7. Consulte-se M.Foucault- “Qu’est-ce que les Lumières”. Paris: *Magazine Littéraire*. N.º 207 mai 1984.

que projetavam os planos para a agricultura tropical, com bacharéis em direito, que lavravam contratos comerciais, e com médicos e construtores navais. Estas formações acadêmicas preponderaram então nos primórdios das medidas do estado racional-burocrático. Aumentando a produção agrícola e extrativa, com os empreendimentos algodoeiros e canavieiros e a introdução de força de trabalho escrava das Costas da África, e incentivando as atividades comerciais com a ampliação da frota mercante e uma maior regularidade de transporte de matérias-primas para a metrópole, as reformas pombalinas combinavam a noção de “progresso” com o que denominavam de “racionalidade econômica”. Este esquema interpretativo é reproduzido no tempo, tornando-se uma sociologia espontânea de explicação da Amazônia. Pela sua força argumentativa e pelo seu peso institucional vai se estender por décadas a fio nos relatórios de Presidentes de Província, do período imperial, e quejandos, não obstante as críticas de fisiocratas e de outros “ilustrados”, que fazem reparos ao mercantilismo e à escravidão, como José Bonifácio de Andrada e Silva, denunciando a destruição descontrolada das matas.⁸ Pelo menos até final do século xx, elementos básicos de tal esquema interpretativo podem ser identificados sob uma forma de vulgarização científica, quando todos discutem ou preconizam formas de exploração “racional”, ocupação “racional” e ação “racional” como “moderna”, suportando planos, projetos e programas oficiais de desenvolvimento da região amazônica. A noção de atualidade (Foucault, 1984) pode ser estendida aqui a estes argumentos interpretativos que se prolongam no tempo, que são repetidos de maneira implícita ou explícita, regidos por uma determinada monotonia que transcende contingências históricas.

Nós podemos, portanto, constatar esta modalidade de colocar o problema tanto nos atos imperiais, relativos à seca de 1877, favorecendo o deslocamento de força de trabalho nordestina para a Amazônia, quanto nos atos republicanos de criação do Serviço

8. Leia-se andrada e silva, José Bonifácio. *Projetos para o Brasil* (org. por Miriam Dollmikoff). São Paulo: Companhia das Letras. 1998.

de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (spi)⁹ em junho de 1910. Trata-se de situações de imobilização de força de trabalho pela empresa seringalista.¹⁰ Podemos verificá-la também na implementação do Plano de Defesa da Borracha,¹¹ desde 1912, e nas políticas governamentais para a seca em 1915 e 1930. Vamos encontrá-la ainda nas campanhas da “Batalha da Borracha”, após o Acordo de Washington,¹² firmado com os Estados Unidos em 1942, e nas discussões que resultaram no Art. 199 da Constituição Federal de 1946, que dispôs sobre a implantação de

9. Para um aprofundamento consulte-se: souza lima, Antonio Carlos de. *Um grande cerco de paz. Poder tutelar, indianidade e formação do estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.

10. O spi foi criado pelo Decreto n.º 8.072, de 20 de junho de 1910, no governo de Nilo Peçanha. Sua denominação inicial era a seguinte: Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais vinculado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. As medidas de criação de postos indígenas estavam atreladas a projetos econômicos e os “delegados” designados para tratar das questões indígenas, no mais das vezes, eram seringalistas ou a eles subordinados. Para outras informações consulte-se: rodrigues de melo, Joaquim. *A política indigenista no Amazonas e o Serviço de Proteção aos Índios: 1910-1932*. Dissertação de Mestrado apresentada ao ppgsca – ufam, Manaus, 2007.

Consulte-se também igl esias, Marcelo M. Piedrafita. *Os Kaxinawá de Felizardo: “correrias”, “trabalho” e “civilização” no Vale do Juruá*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, ufrj – Museu Nacional. Rio de Janeiro, 2008.

11. Há autores que resenharam tais planos ou os apresentaram numa sequência cronológica estrita. O fizeram, implícita ou explicitamente, através da “teoria dos ciclos” (drogas do sertão, borracha) corroborando acriticamente uma interpretação esquemática que tem como referencia empírica o que se convencionou designar como “Amazônia”. Para uma apreciação desta literatura consulte-se: mahar, Dennis J. *Desenvolvimento Econômico da Amazônia-uma análise das políticas governamentais*. Rio de Janeiro: ipea/inpes, 1978 (Coleção Relatórios de Pesquisa n.º 39 – ipea). Consulte-se também: cardoso, f. h.; mü l l e r g. *Amazônia: expansão do capitalismo*. São Paulo: Ed. Brasiliense/cebrap, 1977.

Esta periodização por ciclos, tão repetida pelos comentadores da história da Amazônia, vai ser criticada por Pacheco de Oliveira in: “O caboclo e o brabo. Notas sobre duas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira econômica no século XIX”. *Encontros com a Civilização Brasileira*, n.º 11. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, maio de 1979, pp. 101-140.

12. Para explicações mais aprofundadas sobre tal acordo comercial, que redefiniu profundamente o sistema extrativista na região amazônica, impondo os rigores de uma

um programa de desenvolvimento para a Amazônia. Tal programa era financiado por uma parcela de 3% do total da receita de impostos federais durante um prazo de vinte anos consecutivos. Os argumentos que nortearam a sua execução no legislativo incorporaram uma avaliação crítica dos erros relativos às formas de imobilização da força de trabalho recrutada para os empreendimentos na Amazônia, mas mantiveram o princípio fundamental deste sistema repressor, qual seja, não contemplar medidas de livre acesso à terra e demais recursos naturais pelos chamados (i)migrantes, impedindo-os de se constituírem numa força social economicamente autônoma. Sobre os povos indígenas e os mecanismos de coerção que os mantinham imobilizados o silêncio é absoluto.

Em seqüência, constata-se que tal modalidade de percepção dos problemas pode ser detectada tanto nos argumentos que resultaram na Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (spvea),¹³ quanto na Lei n.º 1806, de 6 de janeiro de 1953, que regulamentou o Art. 199. Esta Lei definiu a

“economia de guerra”, consulte-se: al meida, a.w.b. de. “Preços e possibilidades: a organização das quebradeiras de coco babaçu face à segmentação dos mercados” in al meida et alli. *Economia do babaçu-levantamento preliminar de dados*. São Luis: miqcb, 2001, pp. 27-46. Na 2.ª edição. pp. 27-42.

13. Consulte-se o Parecer sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 267 de 1951, elaborado pelo Relator, Senador Álvaro Adolpho, que foi apresentado na Comissão de Finanças do Senado e dispõe sobre a execução do Plano de Valorização da Amazônia em cumprimento ao disposto no Art. 199 da cf de 1946. Este pl tramitou na Câmara dos Deputados em 1948 sob o mesmo número, qual seja, 267. Foi publicado pelo Departamento de Imprensa Nacional em 1951. No capítulo referente a “Povoamento e Colonização” tem-se: “O que se deve evitar são os erros do primeiro e do segundo período, em que afluíram correntes de trabalhadores nordestinos para a Amazônia. Houve, por falta de organização do povoamento em bases técnicas e econômicas, o desperdício de valores humanos e de força de trabalho, sobretudo no primeiro período, em que a falta de alimentação conveniente, de assistência e até de humanidade nos métodos de trabalho e remuneração deste (...) eram causas de diminuição das populações embrenhadas na floresta (...). No último período em que se deu a intervenção oficial para organizar o trabalho nos seringais (...) que as circunstâncias de guerra justificavam, pelas necessidades urgentes do produto, o erro, como já dissemos em outro passo, foi pretender-se substituir o sistema tradicional de produção e os seus quadros econômicos, inclusive o regime de trabalho nos seringais e o seu financiamento e abastecimento, através de entidades que sempre estiveram à frente dessa produção, por outro sistema de ação direta e compulsória, de

criação do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e para executá-lo é que foi instituída a spvea.¹⁴ Um de seus efeitos mais significativos implicou na necessidade de se conceituar formalmente e de uma maneira considerada ao mesmo tempo científica e jurídico-formal, o que se entende por Amazônia.

Numa tentativa concisa de gênese social desta categoria pode-se dizer que um dos pressupostos oficiais desta referida conceituação de Amazônia é que fossem estabelecidos “critérios objetivos.” O Relatório do Senador A. Adolpho baseou-se numa delimitação da região definida como Amazônia a partir do critério da “cobertura botânica” (Senador A. Adolpho, 1951:11-13). Não houve consenso. As divergências cingiram-se a três critérios: o que se baseava em “pontos geodésicos”, proposto pela Sociedade de Amigos de Alberto Torres, o “fisiográfico”, proposto pelo Conselho Nacional de Geografia e baseado nas bacias hidrográficas, e o da cobertura botânica. Prevaleceu o geodésico. O geógrafo Eidorfe Moreira, que sintetizou esta polêmica, produziu, no âmbito da spvea, uma conceituação com perspectiva mais abrangente, subdividida em: a) “conceito hidrográfico”, “conceito fitogeográfico”, “conceito zoogeográfico”, “conceito político”, “conceito econômico” e os respectivos “critérios delimitativos” da região; b) conceito de paisagem (a planície, o rio, a floresta, o clima e o homem). Além de ser o último elemento da subdivisão de Moreira verifica-se que “o homem” é apresentado consoante o argumento de “insuficiência demográfica” (Moreira; 1960:82) e uma interpretação geografizante, senão vejamos: “a Amazônia possui os seus tipos antropogeográficos peculiares” (Moreira, 1960:89).¹⁵

certo modo artificial, dando lugar a que, apesar do movimento de trabalhadores que se deslocaram para a região em levadas enquadradas pelos agentes do governo, fossem novamente abandonados os seringais, em sua maior parte, quando teve de cessar a ação oficial.” (Senador A. Adolpho; 1951: 102, 103).

14. Para uma leitura mais detida consulte-se: spvea, *Primeiro Plano Quinquenal-Plano de Valorização Econômica da Amazônia* (2 vols.). Belém, Setor de Coordenação e Divulgação. 1955. O cargo de Superintendente era então ocupado pelo historiador Arthur César Ferreira Reis, que também coordenava a Comissão de Planejamento que elaborou o referido plano.

15. A primeira edição de *Amazônia – o conceito e a paisagem*, de autoria de Eidorf

Os modelos para produzir tais critérios, considerados “objetivos” e “racionais”, são de inspiração naturalista, amarrados em conceitos biológicos, que permeavam inclusive os argumentos demografistas e as categorias censitárias do ibge.¹⁶

Vamos encontrar também estes princípios ditos “racionais”, orientando a criação da sudam, em 1966, e em toda a intervenção militar que resultou no getat, no gebam¹⁷ e nas políticas de colonização dirigida do incra e nas grandes concessões de terras públicas a empreendimentos privados no período ditatorial de março de 1964 a março de 1985.

Está-se diante de uma monotonia deste discurso que enfatiza o “racional” aplicado a objetos singulares e a realidades localizadas. Assim vamos encontrá-lo também, sob diferentes aspectos, na justificativa das diferentes políticas governamentais: no Proálcool, no Projeto Jari¹⁸ e no Programa Grande Carajás,¹⁹ bem como nas leis estaduais que buscam uma reestruturação formal do mercado de terras.²⁰ Justifica ainda a usurpação das terras indígenas e das ocupações tradicionais camponesas, porquanto são classificadas como “primitivas” ou como “economia natural.” Os povos indígenas e a economia camponesa seriam interpretados

Moreira, data de 1958 e foi publicada pelo Conselho Nacional de Pesquisas – Inpa. Em dois anos houve oito edições. Extrai a citação acima da oitava edição, de 1960, que integra a Coleção Araújo Lima, da spvea.

16. Nos recenseamentos do ibge, desde 1872, foi adotada uma classificação dos “tipos brasileiros”, elegendo-se um critério de distinção e contraste de caráter essencialmente morfológico, baseado no que se designa como “a cor da pele”. Pretos, brancos, amarelos, pardos e índios constituem as atuais categorias censitárias.

17. Sobre estes Grupos Executivos leia-se: al meida, a.w.b. de. “O gebam, as empresas agropecuárias e a expansão camponesa” in ibase, *Os donos da Terra e a luta pela reforma agrária*. Rio de Janeiro: Codecri, 1984 pp. 51-70. E também “getat – a segurança nacional e o revigoramento do poder regional” *Revista fipes*. Vol. i . N.º 2. São Luis, julho/dezembro de 1980 pp. 37-58.

18. Para maiores esclarecimentos sobre este projeto leia-se: pinto, Lúcio Flávio. *Jari: toda a verdade sobre o projeto de Ludwig. As relações entre Estado e Multinacional na Amazônia*. Belém: Ed.Marco Zero, 1986.

19. Cf. al meida, a.w.b. de. *Carajás: A Guerra dos Mapas*. Belém: spdh, 1995. 2.ª edição.

20. Para maiores pormenores sobre a “Lei Sarney de Terras” de 1969, consulte-se: Alfredo Wagner e Laís Mourão – “Questão Agrária no Maranhão Contemporâneo”. *Pesquisa Antropológica* ns. 9 e 10. Brasília. 1976.

como uma mera “continuação da natureza.” Constata-se, neste ponto, uma abordagem bio-organicista, em que fenômenos socio-lógicos e de cultura aparecem submetidos a processos biológicos e a leis naturais. Os processos sociais são considerados como semelhantes aos processos biológicos. As noções de “colônia” e de “povoamento” parecem extraídas de um manual de ciências naturais. O conceito de sociedade como organismo natural encontra inclusive uma expressão empiricamente observável na percepção da “Amazônia como um organismo harmônico.” Tal classificação foi cunhada por Hans Bluntschli, professor de anatomia da Universidade de Berna (Suíça), a partir de sua viagem pela Amazônia, em 1912, e reproduzida acriticamente por décadas e décadas posteriores, inaugurando, inclusive, em 1958, uma das séries de publicações do Inpa.²¹ Nas considerações finais de sua interpretação Bluntschli, criticando duramente os efeitos das reformas pombalinas de 1755 e o que chama de “cultura da cachaça”²² e acentuando as dificuldades do “povo de mestiços” em contraste com os “melhoramentos realizados por fazendeiros europeus no Baixo Amazonas”, ressalta a existência de “duas Amazônias”:

A primeira – eu a descrevi extensamente – é um país maravilhoso e harmônico... Com esta Amazônia combinam bem os rios grandes sem margens, as florestas silenciosas e não cruzadas por

21. Em 1958 o Inpa abre a série “Cadernos da Amazônia” com a publicação da conferência de Hans Bluntschli denominada *A Amazônia como organismo harmônico*. Trata-se de uma tradução de Harald Sioli do trabalho de Bluntschli publicado na Alemanha em 1921. Desafortunadamente não há qualquer introdução crítica ao texto. Este indicativo evidencia que os editores acreditavam na atualidade das formulações de Bluntschli, não havendo portanto necessidade de quaisquer reparos, relativizações e críticas.

22. Cf. A interpretação de Bluntschli, em 1912: “Talvez o Amazonas estivesse hoje mais adiantado se houvessem deixado os missionários das ordens religiosas que já atuaram aqui há 200 anos, continuar a trabalhar sem perturbação. Está indiscutivelmente comprovado que, naquele tempo, era ensinada uma atividade agrícola mais intensa, a muitas tribos de índios, as quais hoje, não mais dão a conhecer muito dessa atividade. Em vez disso apagaram-se os princípios sadios com palavras demagógicas, e quando hoje a camada social superior se orgulha da sua “liberdade”, esta espécie de liberdade não prestou, na realidade, um bom serviço ao país.

Sob esta senha estendeu-se a cultura da cachaça...” (Bluntschli, *ibid.* 34).

estradas, combina bem o índio sério mas fiel, com a sua ubá e o seu arpão. Esta região possui raça e vida próprias.

A outra Amazônia, com seus palácios modernos nas cidades grandes, com suas mercadorias vistosas, mas sem valor e de mau gosto e as suas formas de governo importadas da Europa e que não evoluíram nas suas significações, correspondentes às condições regionais, mas baseiam-se em efeitos de pura vanglória, ficou estranha ao meu íntimo. Traços de uma adaptação às condições naturais podem-se reconhecer, mas infelizmente são apenas início de um equilíbrio. Esta Amazônia quer ser uma filial da cultura da Europa, mas parece mais ou menos uma caricatura. É a Amazônia da cultura da cachaça e das folhas de zinco, e a influência dela não pode conduzir, nas trilhas escolhidas, à benção. (Bluntschli, 1962:35) (g.n.)

Nesta ordem, a abordagem bio-organicista apareceria imbricada com o procedimento de se pensar a Amazônia consoante um modelo dual, que se trata de um outro componente relevante dos esquemas interpretativos aqui tomados como objeto de reflexão. Semelhante procedimento dualista aparece nesta literatura interpretativa da Amazônia segundo diferentes modalidades de oposição simétrica, tais como: oposição entre “civilização” e “vida selvagem”, entre “progresso” e “atraso”, entre “modernidade” e “primitivismo”, entre “racional” e “nativo”, entre “sedentarização” e “nomadismo” e entre “harmonia” e “desequilíbrio”. Os pólos desta oposição são irredutíveis um ao outro e suas contradições são irreconciliáveis, caracterizando a sociedade colonial e seus desdobramentos com o republicanismo militar e inicialmente positivista. Haveria continuidades evidentes entre o estado dinástico e o estado burocrático-racional, entre os dispositivos operacionais da “casa real”, sob a “governança” pombalina, e aqueles dos gabinetes presidenciais republicanos. O pano de fundo desta pretensão de racionalidade entrelaça monarquia e república, expressando a monotonia de uma transição.

Mesmo os autores que relativizam o peso da geografia física insistem reiteradamente numa visão dual da Amazônia: o

geógrafo Eidorfe Moreira,²³ procedendo a distinções entre o denominado “caboclistmo” e as frentes nordestinas de ocupação, irá contrapor uma “Amazônia cabocla” a uma “nova Amazônia” (Moreira, 1958:71). De igual modo Djalma Batista, diretor do Inpa, em 1976, considerando a Amazônia não enquanto os critérios da geografia física, mas “de acordo com a geografia humana” (Batista, 2007:115) irá classificar três Amazonas: a primeira compreendendo as cidades que centralizam a vida econômica e social, a segunda referindo-se às cidades do interior, sujeitas à depopulação e a terceira aos locais em que vivem extrativistas, pescadores, garimpeiros, pequenos agricultores e indígenas, onde, segundo o autor: “A vida continua na mesma primitividade” (Batista, 2007:115).²⁴

Este conjunto de oposições marca, por assim dizer, todo um conjunto de planos e programas oficiais para a Amazônia e em particular sobre a “natureza” na Amazônia, dispondo-a numa espécie de camisa de força como sinônima de “meio físico” que a tudo sobrepuja. Deste prisma é que tudo se explicaria pela “geografia”, pela “topografia”, pela “botânica”, pela “zoologia”, pela “geologia” ou pela “biologia”, prevalecendo o termo “populações” ou a expressão “indivíduos biológicos”, ou seja, uma noção de “sujeitos biologizados” eufemizada pela classificação de “tipos antropogeográficos”. Tal noção coaduna-se ademais com a expressão “população nômade” (Jobim, 1934:9).²⁵ A ênfase no “quadro físico” é de tamanha monta que os agentes sociais, unidades familiares de produtores diretos e extrativistas, quando são mencionados, aparecem como “menores” ou “quase insigni-

23. Cf. Moreira, Eidorfe. *Amazônia. O conceito e a paisagem*. Belém: cnpq – Inpa, 1958.

24. Cf. Batista, Djalma. *O complexo da Amazônia. Análise do processo de desenvolvimento*. Manaus: Valer Ed./Inpa/edua, 2007 (1.^a edição 1976).

25. Para uma leitura mais detida da vigência destas noções relativas a “população nômade” (Jobim, 1934:9) e de verbetes comentados de cônegos, naturalistas (Alexandre Rodrigues Ferreira), administradores coloniais (família Tenreiro Aranha) produzindo uma ‘geografia’ no século xviii, até os autores de “romances sociais” em 1930 (como Francisco Galvão e seu romance *Terra de Ninguém*) consulte-se : jobim, Anísio. *A intelectualidade no Extremo Norte (Contribuições para a História da Literatura no Amazonas)*. Manaus: Livraria Clássica J. J.Câmara. 1934.

ficantes” em termos demográficos, sociais e econômicos, sendo classificados, além disto, como “figuras típicas”, consoante o ibge, ou como “tipos antropogeográficos” (Moreira, 1960:89). Este argumento de “insuficiência demográfica” ou de “baixa densidade populacional”, considerado em si consiste num risco. Por mais de uma vez tem aberto as portas para a assertiva de “espaço vazio”, nas justificativas dos programas e projetos desenvolvimentistas, contrariando a representação de espaço social e de territorialidade específica de diferentes etnias e comunidades e provocando conflitos sociais.

Para ilustrar estas formas de invisibilidade, que a noção de “vazio demográfico” sugere, recorde-se que o denominado “nomadismo” sempre esteve presente nas análises da chamada “crise do extrativismo na Amazônia”, acentuando uma agricultura itinerante e uma suposta pequenez do homem e de suas atividades face à exuberância do “meio físico.” Houve inclusive, em determinadas circunstâncias, um certo consenso entre economistas e geógrafos a este respeito, que deslocava o sentido da “degradação”, tomando-o como um efeito de atividades econômicas itinerantes realizadas por povos indígenas e por unidades familiares de produtores diretos extrativistas. A ênfase neste deslocamento, aparentemente livre, num quadro de prevalência de mecanismos de imobilização da força de trabalho que coíbiam a liberdade de locomoção dos trabalhadores, quando se aborda a “degradação” como um problema recorrente, requer uma reflexão mais detida. Tanto mais porquanto ela pode ser interpretada como resultante de uma perspectiva racista, que atribui hoje a responsabilidade de danos ambientais e de áreas degradadas a povos e comunidades tradicionais ou a etnias vulnerabilizadas,²⁶ que historicamente mantém as terras para seus cultivos agrícolas sob um rodízio, com sistemas de encoivramento e práticas extrativas com tecnologias simples.

26. A propósito, para efeito de contraste, veja-se as variações do significado de “racismo ambiental” no livro organizado por herculano, Selene e pacheco, Tânia intitulado: *Racismo ambiental – i Seminário Brasileiro contra o Racismo Ambiental*. Rio de Janeiro. Fase, 2006.

O significado de uma “ocupação racional” da Amazônia, por outro lado, passa a ser atrelado a medidas governamentais que anunciam a imperiosidade da sedentarização. Todos os produtores diretos extrativistas são interpretados como desenvolvendo atividades produtivas itinerantes, cuja pré-condição para se tornarem “racionais” passaria pela fixação.

A este respeito, no Discurso do Rio Amazonas proferido pelo ditador Getúlio Vargas, em Manaus, no dia 10 de outubro de 1940, lê-se o seguinte:

O nomadismo do seringueiro e a instabilidade econômica dos povoadores ribeirinhos devem dar lugar a núcleos de cultura agrária, onde o colono nacional, recebendo gratuitamente a terra desbravada, saneada e loteada, se fixe e estabeleça a família com saúde e conforto. (Getúlio Vargas, 10/10/1940) (g.n.)

Constata-se a recorrência de argumentos com o objetivo de assegurar um “povoamento amazônico” permanente, convertendo seringueiros e ribeirinhos em “colonos nacionais.” Tais argumentos lançam, por assim dizer, as bases de ações políticas oficiais de sedentarização forçada, que terão sua expressão mais acabada com a política de “colonização dirigida”, realizada na Amazônia em 1970-72, no período do governo ditatorial do General Garrastazu Médici.

Duas décadas antes é possível se ler no relatório oficial, datado de 1952, do Conselho Nacional de Economia, então vinculado diretamente à Presidência da República, que aborda a “economia do babaçu”, um atrelamento das condições de existência da “população dos babaçuais” à “degradação.” Quer dizer, a “degradação” se torna um atributo de grupos sociais e de comunidades étnicas e não mais se refere necessariamente a “perdas” relativas aos recursos naturais. A transitividade do atributo evidencia que tanto pode ser utilizado para os recursos naturais, quanto para aqueles que os exploram, os quais são interpretados, por sua vez, como “indivíduos biológicos.” Não haveria quaisquer fronteiras, consoante esta perspectiva dos economistas, entre o

“natural” e os elementos de cultura naturalizados. A noção de “degradação” permite agrupar tudo sob uma classificação naturalizante, senão vejamos:

Não é de admirar, pois, ser a população dos babaçuais das mais miseráveis do País. Gente semi-faminta, largada ao abandono, numa degradação sem limites e em permanente nomadismo.
(Conselho Nacional de Economia; 1952:9) (g.n.)²⁷

De igual modo que no discurso econômico, mesmo quando o pensamento erudito explicava pela chamada “filosofia”, como no caso das famosas “viagens filosóficas” de 1783,²⁸ está-se diante de uma noção que remete às ciências naturais. Problemas da agricultura, do comércio, da moeda e da indústria não eram então estranhos aos filósofos. A este tempo o “quadro econômico” dos fisiocratas e sua expressão matemática para tratar aqueles problemas não diferia essencialmente do “quadro natural”. O exercício da ciência estava diretamente ligado à história natural, à medicina, à filosofia, à matemática, à geologia e à geografia. Esta modalidade de percepção dos objetos, urdida nas últimas décadas do século xviii, insinua-se fortemente nos planos governamentais do século xx.

Grosso modo, pode-se dizer que a vigência deste esquema interpretativo e suas variações é praticamente absoluta de 1755, quando se adensam as reformas pombalinas,²⁹ a 1988, quando se tem uma Constituição Federal, que tem permitido falar em um Estado Pluriétnico – que confere proteção a diferentes expressões étnicas. As transformações que colocaram fim ao mercantilismo, no domínio econômico, e à monarquia, no plano

27. Cf. Conselho Nacional de Geografia. *Babaçu – Economia a Organizar*. Rio de Janeiro, cne. 1952. Esta publicação consiste num documento enviado ao Presidente da República para justificar a elaboração de anteprojeto de lei que cria a Comissão do Babaçu e dá outras providências.

28. Para um aprofundamento leia-se também: ferreira, Alexandre Rodrigues. *Viajem Filosófica ao Rio Negro*. Belém: Museu Goeldi, 1983.

29. Cf. fal con, F.J. Calazans. *A Época Pombalina (Política Econômica e Monarquia Ilustrada)*. São Paulo: Ed. Ática, 1982.

político, não lograram reverter os efeitos das interpretações biologizantes a respeito da Amazônia. Sabedor disto irei adotar provisoriamente, para efeito de apresentação, este marco institucional ou estas datas canônicas como “fenômeno de ruptura”, atento às limitações que envolvem este tipo de clivagem jurídico-formal. O objetivo seria compreender porque, para o Estado, se redefine a maneira de representar a “natureza” e de justificar as formas de intervenção oficiais. Após a ii Guerra Mundial já estava rompido o argumento colonialista que considerava “o homem como parte da natureza.” À própria noção de “homem” se sobrepunham designações localizadas e critérios de gênero, representando uma forma de politização, traduzida por atos coletivos que separam o “homem”, agente social, da “natureza”, meio físico. O determinismo geográfico e ambiental perdera sua força explicativa com a antropogeografia ou com a geografia cultural, reconhecendo a reciprocidade de influências entre o homem e o meio, entre o natural e o cultural. A questão da prevalência da biologia, por sua vez, não concernia mais a conceitos biológicos tomados em si mesmos, mas às variantes do determinismo biológico que, não obstante as tentativas de relativização e crítica, ainda se insinuam fortemente nas interpretações de pretensão científica e parecem querer imprimir sentido às políticas governamentais concernentes à Amazônia através de uma vinculação estreita com a noção de “desenvolvimento.” Esta noção, que ganha força no pós-guerra, com os programas internacionais articulados pelos norte-americanos para países não-industrializados, aparece vigorosamente atrelada, conforme alerta Foucault, ao “postulado da continuidade.”³⁰

30. Para Foucault, caso se pretenda adicionar o conceito de descontinuidade às histórias do pensamento intelectual: “É preciso se libertar de todo um jogo de noções que estão ligadas ao postulado da continuidade. (...) Como a noção de tradição, que permite ao mesmo tempo delimitar qualquer novidade a partir de um sistema de coordenadas permanentes e de dar um estatuto a um conjunto de fenômenos constantes. Como a noção de influência, que dá um suporte – antes mágico que substancial – aos fatos de transmissão e de comunicação. Como a noção de desenvolvimento, que permite descrever uma sucessão de acontecimentos como sendo a manifestação de um único e mesmo princípio organizador. (...) É preciso abandonar estas sínteses já feitas, esses agrupamentos

Destaque-se que esta transformação pode ser percebida não somente pela análise interna do discurso, mas principalmente pelas práticas dos planejadores e executores de políticas, programas e planos governamentais, entre os anos de 1953 e 1990. Em outros termos elas se estendem da criação da spvea e da elaboração do Primeiro Plano Quinquenal, coordenado pelo historiador Arthur Cezar Ferreira Reis, até as discussões e iniciativas que geraram o Plano Piloto de Proteção das Florestas Tropicais, mais conhecido como ppg-7. A referida transformação pode, então, ser melhor entendida, quando se registra mudanças na própria lógica de ação das agências multilaterais, referidas ao que, no momento atual, se denomina de “desenvolvimento sustentável” na Amazônia. Mostra-se presente nas “novas estratégias” de intervenção oficial, que não mais separam de maneira rígida a “esfera pública” da “ação privada.” A própria iniciativa de incorporação pelo ppg-7, desde 1991, de uma variável chamada de “sociedade civil da Amazônia”, inscreve-se neste novo capítulo. Tanto sensibiliza grandes empreendimentos privados, quanto concerne a um tipo de reconhecimento de que a floresta tropical não pode mais ser separada dos agentes sociais e povos que dela fazem uso regular e a respeito dos quais se tem agora uma interpretação positiva. Mesmo que seja questionável este princípio participativo orientado de cima, ele traduz, de certo modo, uma forma de reconhecimento a partir de mobilizações políticas e de reivindicações, que não podem mais ser ignoradas e que designam um novo tempo para se pensar o significado de “natureza.”

A categoria “povos da floresta”, que emerge em 1988, a partir de mobilizações políticas que agrupam seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos, quilombolas e povos indígenas, sintetiza este processo social e identitário. Trata-se de um

que se admitem antes de qualquer exame, esses laços cuja validade é admitida ao início do jogo; destruir as formas e as forças obscuras pelas quais temos o hábito de ligar entre si os pensamentos dos homens e seus discursos; aceitar que só se trata, em primeira instância, de um conjunto de acontecimentos dispersos.” (Foucault, 1973:17) (g.n.)

Cf. Foucault, M. “Sobre a Arqueologia das Ciências – Resposta ao Círculo Epistemológico.” in Foucault, M. et alii. *Estruturalismo e Teoria da Linguagem*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1973, pp 9-55.

primeiro momento para se compreender o surgimento de novas identidades coletivas e sua objetivação em movimentos sociais, apoiados na força mobilizatória de etnias, de comunidades extrativistas, que agrupam famílias de produtores diretos com consciência ambiental aguçada e laços locais profundos, reolocando o significado de “natureza.” Neste processo os agentes sociais deixam de ser vistos como “indivíduos biológicos”, de existência serial e atomizada, para assumir sob condições de existência coletiva uma posição de sujeitos sociais. Antes mesmo de mencionar floresta expressam a categoria povos, denotando com a expressão “povos da floresta” uma primeira percepção da diversidade social como fator político, tornada fenômeno observável pelas ciências sociais. As referências empíricas em pauta nos remetem diretamente a sujeitos sociais construídos em consonância com suas condições específicas de existência coletiva e afirmação identitária, a saber: seringueiros, castanheiros, quebra-deiras de côco babaçu, quilombolas, pescadores, ribeirinhos e povos indígenas, então agrupados na União das Nações Indígenas (uni). A aproximação destas identidades emergentes, que se apóiam numa autoconsciência cultural e começam a se organizar como força política, resulta na denominada “aliança dos povos da floresta”,³¹ consolidando um significado mais abrangente de natureza, capaz de expressar a diversidade social e étnica e seus repertórios de reivindicações face aos aparatos de estado. Constatam-se ocorrências sucessivas de antagonismos sociais, nas quais as identidades coletivas vão sendo reforçadas pelos laços de solidariedade que vão sendo criados pelas unidades de mobilização face ao Estado e aos que intrusam terras indígenas e usurpam terras tradicionalmente ocupadas.

Os recursos naturais, sintetizados então na idéia de “terra” e as mobilizações no sentido de sua conservação, servem de reforço à reivindicação da identidade coletiva. As novas formas de interpretar a “natureza” e de defendê-la fazem parte de seu

31. Cf. Almeida, Alfredo Wagner B. de. “Universalização e Localismo – movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia”. In *Cese – Debate* n.º 3. Ano iv. Salvador, maio de 1994 pp. 46-60.

novo significado, que não pode mais ser dissociado das mobilizações e de processos diferenciados de territorialização, que levam os sujeitos sociais a construir suas próprias territorialidades específicas, segundo seus critérios culturais intrínsecos e seus conhecimentos profundos das realidades localizadas. Rios, igarapés, olhos d'água, reservas de mata, castanhais, babaçuais, campinas, campinaranas, açazais, buritizais e/ou terras agriculturáveis passam a compor um conjunto considerado indispensável para a reprodução física e social. Nesta construção, o cálculo da “degradação” certamente tem que ser levado em conta para que o grupo, a comunidade e/ou o povo não venham a se mobilizar contra eles mesmos, reivindicando o que não lhes seria suficiente em termos coletivos. Tem sido possível perceber, a partir de trabalhos de campo com comunidades remanescentes de quilombos em Alcântara (ma) e no âmbito das atividades de pesquisa do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (no Baixo Amazonas, no Rio Negro, na região tocantina), que a consciência da necessidade invariavelmente tem acompanhado a consolidação das identidades coletivas. Faz parte do processo diferenciado de territorialização, articulando-se com instituições sociais erigidas em torno do que indígenas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros e outros grupos sociais e povos chamam de *roça*. Esta designação polissêmica, mais que uma mera referencia aos tratos de cultivo ou, num sentido restrito ao plantio de mandioca, expressa uma maneira de viver e de ser. Mais que um modelo de relação antrópica, a chamada *roça* compreende um estilo de vida que vai desde a definição do lugar dos povoados, passando pela escolha dos terrenos agriculturáveis, e dos locais de coleta, de caça e de pesca, até os rituais de passagem que asseguram a coesão social em festas religiosas, em funerais, batizados e comemorações diversas. Esta designação expressa ademais, uma representação particular da relação entre tempo e espaço,³² manifesta nos calendários agrícolas, extrativos e de festas, constituindo-se numa referencia

32. Cf. Almeida, Alfredo Wagner B. de. *Os quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcântara*. Brasília: MMA, 2006 (2 vols.).

essencial que sedimenta as relações intrafamiliares e entre unidades familiares, além de assegurar laços de reciprocidade necessários para a reivindicação e defesa do território (Almeida, 2006:51). Mesmo em se tratando de situações sociais que abrangem indígenas e quilombolas, territorializando-se em estruturas urbanas vamos encontrar referências à denominada *roça*.³³ A *roça*, neste sentido, seria uma medida do equilíbrio biótico, em termos das possibilidades de subsistência e reprodução social para as pessoas que ocupam uma determinada territorialidade específica. As relações sociais que gravitam em torno dela constituem um fator relevante para a emergência e consolidação destas novas formas organizativas a que nos estamos referindo. Trata-se, em resumo, de um capítulo do processo de politização da natureza e da emergência de uma vívida autoconsciência cultural apoiada em conhecimentos imateriais que nutrem as unidades de cálculo do processo de produção permanente (tamanho da área de plantio, sua localização distante das margens dos cursos d'água e das nascentes, tempo de encapoeiramento, cuidados durante o preparo da área de cultivo para evitar a derrubada de determinadas espécies vegetais, uso seletivo dos recursos florestais etc.).

Pode-se asseverar, portanto, que ressaltam nesta aludida transformação “sujeitos sociais”, que se opõem radicalmente aos “sujeitos biologizados” e buscam deslocá-los do centro das interpretações.

33. O trabalho de pesquisa com as mulheres indígenas em Manaus, da mestrandia Claudina Azevedo Maximiano do ppgsca – ufam, traz vários depoimentos de entrevistadas que associam os internatos salesianos no Rio Negro à desfiguração de um modo de ser e fazer. O principal fator de desestruturação familiar as entrevistadas atribuem à não-habilitação das mulheres indígenas, que viviam nos internatos religiosos, no sentido de “botarem *roça*”. A inexistência de uma socialização para o trabalho agrícola e extrativo é vivida como um fator que gera uma insegurança permanente na vida adulta das ex-internas, que se vêem a si mesmas como incapazes de prover os bens necessários à reprodução de seu grupo familiar. Temerosas de regressar às suas aldeias de origem e de não corresponderem às exigências da posição de esposa e mãe, que cultivam *roças* e extraem produtos florestais, estas referidas mulheres são compelidas a se deslocarem para as cidades da região onde passam a exercer trabalhos e serviços domésticos para terceiros. Cf. Maximiano, C. A. et alli. *Mulheres Indígenas e Artesãos do Rio Negro*. Manaus: Associação Poterika'ra Numiã (apn)/pnrcsa, 2007 Fascículo n.º 18. Série Movimentos Sociais e Conflitos nas Cidades da Amazônia.

Com todas as dificuldades de se analisar fenômenos recentes importa acrescentar que, num segundo momento, mais referido ao último lustro, que será examinado mais adiante, tem-se o reforço político-institucional das afirmações identitárias através da autodefinição dos agentes sociais. A ratificação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (oit), em 2002/03, e os novos decretos presidenciais defendendo os direitos territoriais de quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais assinalam um novo tempo nas relações dos movimentos sociais com o Estado. Os deslocamentos que estão sendo percebidos no momento atual concernem a problemas de mediação, após os diferentes grupos já terem um órgão permanente de representação, que substituiu o grupo serial composto de indivíduos separados e isolados, como pondera Bourdieu (1989: 107-132). Sob este aspecto a autoconsciência cultural já estaria consolidada, bem como a percepção de que a velocidade e a intensidade da destruição dos recursos naturais põem em questão, num curto prazo, a reprodução física e social ou seja a produção permanente do grupo, da comunidade e/ou do povo. Deste modo, estão em jogo neste segundo momento, questões referentes aos atos de delegação e à manutenção das formas organizativas que passaram a agrupar os sujeitos sociais.

Em suma, pode-se depreender deste esforço analítico inicial que o entendimento da natureza não prescinde mais de sujeitos sociais e nem tampouco de práticas rotineiras de conservação e de “costumes” ditados pela consciência ambiental de povos e comunidades étnicas. Em verdade a ação ambiental torna-se uma política de Estado que, em certa medida, incorpora reivindicações dos movimentos sociais. Verifica-se, entretanto, que não há consenso quanto às medidas concretas que expressam tais decisões políticas. Os antagonismos são de várias ordens dividindo grupos e interesses, quanto às formas de manutenção dos recursos florestais, hídricos e do solo, prenunciando que tampouco há consenso em torno dos significados de “conservação”, “degradação” e uso continuado.

3.

“Filósofos”, “naturalistas” e “etnólogos” na prática do colecionismo: os jardins botânicos, os hortos, os zoológicos e os museus

Retomando o fio da ordem de exposição gostaria de recuperar historicamente os lugares institucionais de onde foram produzidas as interpretações científicas relativas à Amazônia. A legitimidade das narrativas é assegurada pelas afiliações respectivas. Os discursos dos teólogos e dos administradores coloniais, incluindo-se os militares, podem ser aproximados por suas instituições de pertencimento, Igreja e Estado, que demandavam um gênero de produção de características relatoriais. Os relatórios precisavam informações geográficas ou acidentes naturais, se preocupavam em registrar a presença do chamado “gentio” e perseguiam fins utilitários, objetivando implementar de maneira mais imediata sua ação evangelizadora ou seus empreendimentos econômicos nos trópicos. Podem ser separados, neste sentido, das narrativas dos chamados “naturalistas viajantes”, que eram referidas a diferentes formações acadêmicas, tais como: botânicos, médicos, zoólogos, ictiólogos, ornitólogos, astrônomos, matemáticos, filósofos e mineralogistas (geólogos). Tais narrativas estavam mais referidas a instituições científicas, empenhadas em produzir conhecimentos sistemáticos, através, sobretudo, da identificação de espécies botânicas desconhecidas e capazes de compor novas coleções. No âmbito destas práticas colecionistas, de fins do século xviii, “filósofo” consistia numa designação para nomear o exercício geral da coleta em terras remotas e para designar aqueles que produziam as interpretações de fundo deste “processo civilizatório”. “Etnólogo”, por sua vez, tratava-se de uma nomeação de final do século xix e início do século xx, aplicada às informações de campo que implicavam no reconhecimento do “outro”, isto é, dos chamados “primitivos” e “selvagens.” Sob a designação de “naturalistas” o objetivo da “exploração” tanto

designava o que veio a ser chamado de “aventura amazônica”, quanto as observações sistemáticas, que em alguns casos transcenderam a uma década, ou seja, foram produzidas num outro momento. As expedições científicas nesta ordem produziram registros relativamente sistemáticos, mesclados com curiosidades e improvisações, que se distinguiam daqueles da rotina burocrática dos administradores coloniais e daqueles outros, mais circunstanciais e característicos das expedições militares.

As expedições militares, tanto as de conquista de novas terras nas fronteiras, quanto as punitivas eram episódicas, a despeito de produzirem conhecimentos concretos. Compulsei os relatos dos integrantes do Real Corpo de Engenheiros, que viajaram pela região amazônica no fim do século xviii e início do século xix. Eram engenheiros e engenheiros militares. Compulsei relatórios de oficiais das tropas de linha, que reprimiam indígenas e quilombolas e que realizavam sucessivas expedições punitivas e de recrutamento compulsório da força de trabalho, acumulando um conhecimento concreto da região. Afinal o direito de guerra e conquista permitia a escravização dos índios e sua utilização econômica em proveito da Coroa. As aldeias indígenas e os quilombos, localizados em elevações, com poços de água e bosques circundantes, constituíam presas de guerra relevantes. Do prisma militar tratava-se de uma extensão das guerras de conquista. As vantagens econômicas e “morais” de escravizar o “outro”, com base em mecanismos repressores da força de trabalho, caracterizam o autoritarismo como viga mestra da sociedade colonial. Não citarei aqui os militares que comandaram tais expedições punitivas, em nome da disciplina para o trabalho, como o fez Caxias no caso da guerra da Balaiada (1839-1841), ou que empreenderam atos de conquista nos séculos viii e xix. Não citarei também aqueles que participaram de comissões demarcadoras de limites internacionais, no final do século xix e no século xx. Li principalmente B. Pereira do Lago, que produziu minuciosos relatórios de viagem,³⁴ entre 1815 e 1819, com fartas

34. Os relatos militares ganharam proeminência no período republicano com as comissões demarcatórias de fronteiras internacionais (Belarmino de Mendonça, Taumaturgo

descrições sobre a hidrografia e a cobertura botânica entre o Maranhão e o Pará, percorrendo os caminhos de São Luis para Belém.

Os “naturalistas”, consoante a heterogeneidade dos seus critérios de competência e saber, utilizavam diferentes técnicas de observação direta, procuravam o “novo”, o “não-conhecido”, selecionavam e recolhiam materiais diversos e os classificavam de maneira detida, separando-os por suas propriedades específicas.³⁵ São muitos os riscos e elevada a margem de erro de se agrupar todos estes “viajantes” sob um mesmo discurso científico ou sob um esquema interpretativo aproximável, entretanto, para efeitos desta palestra, que pretende uma interlocução entre diferentes domínios da ciência referidos a uma mesma realidade localizada, designada como “Amazônia”, considero que o exercício de cotejar contribui para a leitura crítica pretendida. Há um acordo tácito entre este vasto elenco de autores, referidos a diferentes critérios de competência e saber, de falar sobre uma mesma realidade empiricamente observada com as mesmas ênfases e procedimentos de coleta similares. Procedo, assim, não sem antes aduzir a interpretação do antropólogo João Pacheco de Oliveira ao final do seu trabalho “Elementos para uma sociologia dos viajantes”, sobre as limitações do uso destes relatos pelos antropólogos hoje:³⁶

A argumentação anteriormente aqui desenvolvida parece indicar claramente que de modo algum a etnografia dos viajantes

de Azevedo, Lima Figueiredo, Braz de Aguiar), com as expedições para instalação de linhas do telégrafo (Rondon) e com os relatórios de viagens exploratórias pela Amazônia como os de Euclides da Cunha.

35. Para evidenciar a dificuldade de separar rigidamente estes campos de conhecimento no século xviii destaque-se que Alexandre Rodrigues Ferreira, realizador de uma “expedição filosófica”, foi classificado por naturalistas como simultaneamente vinculado à geologia, à botânica, à etnologia e à zoologia. Para outras informações consulte-se Martins, E. ; Mello Filho, L.E.; Moogen de Oliveira e Castro Faria, L. de. *Alexandre Rodrigues Ferreira na visão de quatro naturalistas do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: eduf/cnpq-inpa, 1958.

36. Cf. oliveira fil ho, João Pacheco. “Elementos para uma sociologia dos viajantes”. *Cadernos de Etnologia*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1983.

pode ser vista como unidade, uma vez que os diferentes tipos de viajantes obedecem a pressões econômico-sociais bem distintas e servem-se de esquemas mentais muito diferentes. A categoria viajante revela-se portanto uma base enganosa para propiciar a homogeneidade das descrições de que precisaria o antropólogo atual para utilizar tais relatos como uma verdadeira etnografia. (Oliveira Filho, 1983:62).

Considerarei as ressalvas e compulsei também, para além de teólogos, militares e administradores coloniais, os relatórios de alguns viajantes, cronistas e chefes de expedições científicas, como os de Alexandre Rodrigues Ferreira, que durante 9 anos, desde 1783, produziu, através de sua “viagem filosófica”, diferentes “coleções”, numa tentativa de levantamento completo, faunístico e florístico, do que se entendia como “natureza”. Após a queda de Pombal, em 1777, para que a metrópole pudesse explorar de maneira considerada mais eficiente suas colônias, foram enviadas 4 expedições científicas a diversas possessões portuguesas (Amazônia, Mato Grosso, Moçambique, Angola, ilhas de Cabo Verde e outras), objetivando estudar suas riquezas naturais e suas possibilidades de mercado. Assim, o poder real, estabelecia com os “naturalistas” uma interlocução particular e distinta daquela mantida com os administradores coloniais, recomendando, através de Instruções, o registro de praticamente tudo, embora limitando as possibilidades classificatórias, senão vejamos:

Ervas, árvores, musgos, fungos, gramas, no reino Vegetal; quadrúpedes, aves, peixes, anfíbios, insetos, vermes, no Animal; pedras, minas, fósseis nas lápides, tudo há de ser recolhido, sem outra averiguação, mais que a destes produtos, sem outro cuidado que de os recolher, exceto se houver ocasião de fazer sobre eles algumas reflexões. (apud. Mello Leitão, 1941: 215)³⁷ (g.n.)

37. Mello Leitão reproduz um documento atribuído ao próprio Rodrigues Ferreira, datado de 1778 aproximadamente, colocando a citação entre aspas, sem, entretanto mencionar exatamente o título da fonte.

Vocês certamente não ignoram que todo este material, todo o acervo botânico, todas as sementes inventariadas, todas as espécies coletadas por Rodrigues Ferreira, que transcendem a 8.000, constituem uma das maiores coleções dentre as que foram montadas sobre a Amazônia. O colecionismo, como sublinhava o antropólogo Luiz de Castro Faria, além de orientar os procedimentos classificatórios de cientistas, consiste na forma como o mundo colonial construiu o conhecimento dessa idéia de “natureza”, que marca até hoje a visão erudita corrente. No caso de Alexandre Rodrigues Ferreira, o que aconteceu com as coleções? Todo esse material mencionado foi confiscado na ocupação militar napoleônica de Portugal, no fim da primeira década do século XIX, e levado para Paris. Este tipo de conhecimento torna-se presa de guerra com valor similar aos dos tesouros reais. O “butin de guerra”, como diria C. de Mello Leitão, em sua *História das Expedições Científicas no Brasil*, foi levado para França sob a supervisão de um “naturalista”, E. Geoffroy Saint-Hilaire, que trabalhou no Jardin d’Acclimatation.³⁸

Os chamados “estudos da natureza” descreviam as bacias hidrográficas e a topografia e serviam também para os cartógrafos preocupados em fazer a guerra, expandir as rotas comerciais e garantir territorialmente as conquistas dos impérios coloniais. O material do trabalho de campo de Alexandre Rodrigues Ferreira,

38. “Foram entregues a E. Geoffroy Saint-Hilaire 595 vertebrados, 508 insetos, 468 conchas, o herbário de Conceição Veloso, o herbário de Rodrigues Ferreira, com 1.114 exsiccatas, e mais os manuscritos da *Flora Fluminense*, *Projectura Fluminensis*, *Specimen Florae americana meridionalis* e *Lepidopteri profecturae fluminensis* de Veloso, Plantas do Pará e Zoologia Paraense de Rodrigues Ferreira” (Mello Leitão, 1941:222).

E. Geoffroy Saint-Hilaire, discípulo de Lamarck e um dos precursores da teoria evolucionista, era especialista no estudo de fósseis de dinossauros na Normandia. Para ele os animais atuais provem de animais perdidos do mundo antediluviano e a natureza não conhece séries ininterruptas, nem uma cadeia única que se desenvolva em uma direção determinada. O ambiente e em especial as modalidades respiratórias é que tem a faculdade de modificar as formas animais. Saint-Hilaire é classificado como “antropólogo” por Juan Comas em seu *Manual de Antropologia Física*. Mexico: Universidad Nacional Autónoma de México – i.v.h. 1966, pag. 575.

Leia-se também: Sauvagnargues, Anne “Geoffroy Saint-Hilaire, el huevo y el cuerpo sin órganos” in *Deleuze. Del animal al arte*. Buenos Aires: Amorrortu eds. 2006, pp. 36-46.

que é uma das instituições mais completas da Amazônia de que se tem idéia, foi assim transformado em “butin de guerra” e usurpado.

Décadas antes a Coroa Portuguesa usurpara ela própria os conhecimentos pormenorizados sobre a natureza na Amazônia, produzidos pelo cronista da Companhia de Jesus, Padre João Daniel, que foi mantido em cárcere durante 18 anos, por ordem de Pombal. Aliás, este cronista morre na prisão.³⁹ Seus manuscritos foram transferidos para o Rio de Janeiro em 1808, quando a família real fugia dos exércitos napoleônicos, e arquivados na Biblioteca Nacional em 1810. Um cotejo pode ser feito com conhecimentos produzidos por outros clérigos e ordens religiosas como o do Padre Pedro Cristobal de Acuña⁴⁰ que, entre outubro de 1637 e março de 1640, faz a descrição da viagem da expedição de Pedro Teixeira pelo Amazonas e com os religiosos franceses Claude d’Abbeville e Yves d’Evreux, que produzem no século xvii uma descrição geográfica sobre a “natureza”,⁴¹ mencionando informações relativas à fauna, à flora e aos indígenas e seus “costumes.”⁴²

Dentre os cientistas franceses⁴³ da primeira metade do século xviii, vale destacar o astrônomo Charles Marie de La Condamine,

39. Consulte-se as duas edições mais recentes do padre João Daniel. *Tesouro Descoberto no Rio Amazonas*. Separata dos Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 1976 e *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas* (2 vols.). Rio de Janeiro: Contraponto. 2004 (com prefácio de Vicente Salles).

40. Para uma interpretação da produção intelectual do século xvi consulte-se Pereira, Miguel Angel. *La mirada perdida-etnohistoria y antropología americana del siglo xvi*. Caracas: Monte Ávila Eds, 1993.

41. A primeira edição do livro de D’Abbeville é de 1614. Vide d’abbeville, Claude. *História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1945. O livro de Yves d’Evreux, foi impresso em Paris em 1615, e no Brasil em 1874 sob o título: *Continuação da Historia das Coisas Mais Memoráveis Havidas em Maranhão nos Annos de 1613 e 1614*. com 426 páginas.

42. Estes autores são contemplados por Rodolfo Garcia in “História das Explorações Científicas”. *Diccionario Histórico Geographico e Ethnographico do Brasil*. i vol. capítulo 25. Rio de Janeiro: ihgb/Imprensa Nacional, 1922, pp. 856-910.

43. Para um aprofundamento crítico sobre a botânica na sociedade colonial, tendo como referencia empírica a chamada “Guiana Francesa”, consulte-se: touchet, Julien. *Botanique & Colonisation em Guyane française (1720-1848) – Le jardin des Danaïdes*. Guyane-Guadeloupe-Martinique: Îbis Rouge Editions 2004.

que em 1735 integra a expedição francesa, que percorre o Amazonas com a tarefa de medir o arco do meridiano e determinar o comprimento do pendulo que bate o segundo. Ele descreve a situação dos povos indígenas⁴⁴ e elabora um mapa detalhado sobre o curso do Rio Amazonas e seus tributários, da Província de Quito até a costa da Guiana, ampliando o mapa produzido pelo Padre Samuel Fritz, jesuíta.⁴⁵

Durante o período pombalino, as inovações universitárias visavam um determinado cosmopolitismo. Naturalistas de diferentes formações acadêmicas foram levados para Portugal. O naturalista italiano Domenico Vandelli, médico, dedicou-se ao ensino acadêmico e à fundação e reformas de jardins botânicos como o de Coimbra e o jardim real da Ajuda. Alexandre Rodrigues Ferreira trabalhou neste jardim botânico dirigido por Vandelli e foi um de seus discípulos. Sem ter viajado ao Brasil, Vandelli produziu interpretações críticas sobre a exploração agrícola na colônia no seu texto sobre “Memória da Agricultura”. Mas as principais contribuições italianas sobre a colônia, entre fins do século xviii e início do século xx, apoiadas em observações diretas, deveram-se aos naturalistas Giuseppe Radi, Osculati⁴⁶ e Stradelli.⁴⁷ Luigi Buscalioni, assistente do Instituto

44. Cf. la condamine, c.m. *Viagem na América Meridional descendo o Rio Amazonas*. Rio de Janeiro: Epasa, 1944 (Biblioteca Brasileira de Cultura sob direção de Basílio de Magalhães e Candido Jucá).

45. Para uma informação mais pormenorizada consulte-se: freitas pinto, Renan (org.) *O diário do Padre Samuel Fritz*. Manaus: edua / Fac. Salesiana D. Bosco, 2006.

46. Para uma leitura mais detida destes naturalistas e suas viagens consulte-se: isenburg, Teresa (org.) *Naturalistas Italianos no Brasil*. São Paulo: Secretaria de Cultura, 1990. A autora apresenta textos de Adriano Balbi, Giovanni Casaretto, Alloat, Gaetano Osculatti, Ermanno Stradelli, Guido Boggiani e Bartolomeo Bossi. Osculatti viajou de Tabatinga a Belém em 1847. Stradelli viajou pelos Rios Negro, Branco, Jauaperi e Uaupés no final do século xix e há especificamente sobre ele inúmeros livros, tais como: câmara cascudo, l. *Em Memória de Stradelli*. Manaus: Ed.Valer, 2000 e Fontana, R. *A Amazônia de Ermanno Stradelli*. Brasília: Secretaria de Cultura-Governo do Amazonas, 2006. Foi também publicado no Brasil um livro de autoria de Stradelli em italiano, qual seja: *La Leggenda del Jurupary e outras lendas amazônicas*. São Paulo: Instituto Cultural Ítalo-brasileiro, 1964 (Caderno n.º 4). O milanês Pietro Verri que publicou, em 1771, *Meditazioni Sulla Economia Politica* e foi lido por Condorcet, Adam Smith e Marx, não chegou a visita a Amazônia, mas seu trabalho foi lido e largamente

Botânico da Universidade de Roma, em 1889, regressando de viagem exploratória às bacias dos Rios Tocantins e Araguaia doou ao Museu Etnográfico de Roma 60 objetos de “cultura material” (instrumentos musicais, adornos, cocares e cintos para danças e machados) pertencentes aos Apinayé (Petrucchi, 1990:50). O primeiro dentre estes naturalistas, G. Radi, esteve no Brasil em fins do século xviii e retornou à Itália com “4.000 espécies de plantas (...) e 3000 entre insetos, répteis, pássaros e peixes. Todas estas coleções podem ser consultadas até hoje no Museu Botânico de Florença, no Departamento de Ciências Botânicas de Pisa, no Museu Zoológico “La Specola”, de Florença...” (Isenburg, 1990:22).

Dos cientistas que moldaram este esquema interpretativo com ênfase no “quadro natural”, produzindo referências consideradas “clássicas”, gostaria de destacar com mais vigor os seguintes naturalistas-viajantes: dois austríacos, aliás bávaros, Johann B.

utilizado por Gaioto em seu *Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão*, de 1813. O economista Wilson de Barros Bello Filho analisou esta ligação em *História do Planejamento Econômico no Maranhão: uma arqueologia dos planos estaduais de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Papel Virtual Ed., 2004, pp. 32-35.

Há também coleções etnográficas provenientes do Brasil, coletadas por estes naturalistas e por missionários nos seguintes museus italianos: Museu Pré-histórico e etnográfico “Luigi Pigorini”, Instituto Botânico da Universidade de Roma, Museu de Antropologia e Etnografia de Florença, Museu de Antropologia e Etnografia de Turim, Museu dos Padres Combonianos em Verona, Museu D. Bosco dos Salesianos e o Museu dos Capuchinhos, em Assis, dentre outros. Para maiores considerações consulte-se: petrucci, Valéria. “As coleções etnográficas brasileiras na Itália” in ribeiro, Berta et alli *A Itália e o Brasil Indígena*. Rio de Janeiro: Index ed. 1983, pp. 47-55.

47. No final do século xix verifica-se um adensamento das críticas aos viajantes-naturalistas por parte de produtores intelectuais referidos a instituições científicas nacionais. As polêmicas ocorrem no sentido de uma luta pela legitimidade do discurso científico, levando a inúmeros atos de desautorização científica. As críticas de Bento de Tenreiro Aranha, em 1906, no seu *Arquivo do Amazonas*, ao Conde E. Stradelli, podem ser assim entendidas. Segundo Tenreiro Aranha o aristocrata italiano “arvorou-se de 1889 a esta parte de cientista geographo, e sem ter a necessária competencia, visto não ser profissional...” (Aranha, 1906:24). Consulte-se: aranha, b. de t. “As explorações e os exploradores do Rio Uapés” in *Arquivo do Amazonas – Revista destinada à vulgarização de documentos geographicos e históricos do Estado do Amazonas*. Anno 1. Manaus, 23 de outubro de 1906 Vol. 1 n.º 2. Direção de Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha. Manaos: Secção de Obras da Imprensa Official, 1906.

von Spix, zoólogo, e Karl F. P. von Martius, médico e botânico, que viajaram pelo Brasil na segunda década do século xix, e dois ingleses, A. Wallace, botânico, e H. Bates, zoólogo. Wallace permaneceu na Amazônia por quatro anos, de 1848 a 1852, e Bates por onze anos, até 1858. No caso de Bates seriam 14 mil espécies catalogadas. Tudo o que estes dois cientistas ingleses coletaram foi remetido para os museus britânicos. Os trabalhos de Wallace contribuíram para os resultados de pesquisa de Charles Darwin. Para A. Wallace:

As três coisas que mais me impressionaram na Amazônia: a primeira foi a floresta virgem, imensa em todo canto, freqüentemente linda e mesmo sublime; [a segunda foi] a maravilhosa variedade e a rara beleza das borboletas e dos pássaros. Mesmo agora eu não posso lembrá-los sem um arrepio de admiração e espanto; a terceira e mais inesperada sensação de surpresa foi meu primeiro e vivido encontro com o homem em seu estado natural – com selvagens absolutamente não contaminados!” (A. Wallace apud Moreira, 2006; 06).

Von Spix, que era do Jardim Botânico de Munique, e Von Martius viajaram pelo Brasil entre 1817 e 1820, e enviaram os materiais coletados para os museus da Bavária e toda esta documentação encontra-se hoje na Alemanha.⁴⁸ As coleções mineralógicas desta expedição, foram produzidas principalmente pelo geólogo J. E. Pohl, que contribuiu na organização das coleções do Gabinete Histórico Natural (Museu Nacional) em 1817, e viajou por Minas Gerais e Goiás. Cabe lembrar que, em 1843, outra grande expedição geológica chefiada por Laporte, conde de Castelnau, percorreu a Amazônia. Os jardins botânicos e principalmente os

48. O inventário realizado por von Martius (1794-1868) consiste de seis mil e quinhentas espécies de plantas coletadas por ele próprio, que constituem o núcleo inicial da chamada *Flora Brasiliensis*, concluída só muito depois de sua morte, em 1906. Com apoio de Endlicher e de outros botânicos afirma, em carta ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em que agradece o título de membro honorário, “ter contado de 14 a 15 mil espécies pertencentes a essa Flora”. (c. de Mello Leitão, *História da Expedições Científicas no Brasil*. Pág. 230).

museus financiaram estas expedições e prepararam terreno para o conhecimento industrial. A expedição científica de G.I. Langsdorff, entre 1821 e 1829, percorreu inúmeras regiões brasileira, dentre elas o Mato Grosso e o Amazonas, percorrendo o Rio Madeira. Sua equipe coletou abundante material sobre botânica, zoologia, geografia, história e lingüística que estão compilados em mais de 800 documentos.⁴⁹ L. Agassiz, pelo Museu de Cambridge (eua), em 1865-66, distinguiu bacias hidrográficas, vegetação e peixes.⁵⁰ Agassiz convidou o geólogo Charles Frederik Hartt para integrar a “Thayer Expedition,” destinada a pesquisas de ictiologia no Brasil. Hartt viajou pelo Nordeste e pela Amazônia durante 14 meses. Retornou posteriormente ao Brasil em 1867 e em 1870, dirigindo a “Morgan Expedition.” Coletou os mitos amazônicos sobre o jabuti.⁵¹ Montou uma vasta equipe de colaboradores, perscrutando diferentes regiões da Amazônia, quais sejam: Orville Derby, Herbert H. Smith, Richard Rathbum e John Clark. Estudaram o solo e a flora, inventariando plantas, madeiras e matas ombrófilas.

Os naturalistas A.Humboldt, com seu “quadro natural”, e J. Huber também podem ser mencionados como tendo coletado objetos de “cultura material” em larga escala e tendo influenciado as interpretações posteriores. O primeiro, entretanto, não teve permitida sua entrada na Amazônia brasileira e concentrou seus esforços de pesquisa na parte colombiana.

Em termos dos conhecimentos cartográficos produzidos na sociedade colonial e apensos aos livros destes naturalistas e viajantes a produção é vária, mas pode ser agrupada pela hidrografia e pelas áreas de incidência de certas espécies vegetais. Para fins de ilustração cabe mencionar além dos mapas produzidos por

49. Cf. L.A.Chur (coord) e Bertels, D.E.; Komissarov, B.N.; Lichenko, T.I.(orgs). *A expedição científica de G.I.Langsdorff ao Brasil (1821-1829) – Catálogo completo do material existente nos arquivos da União Soviética*. Brasília: mec, 1981.

50. Vide agassiz, Luiz e cary agassiz, Elizabeth. *Viagem ao Brasil (1865-1866)*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938 (Coleção Brasileira.Vol. 95. Tradução de Edgar Sussekind de Mendonça. (A primeira edição, impressa em Paris, data de 1869).

51. Consulte-se: hartt, Charles F. *Mitos Amazônicos da Tartaruga*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1988 (Tradução e notas de Luis da Câmara Cascudo) 2.^a edição.

Samuel Fritz (1695), La Condamine (1735), W. Chandless (1866), Santa-Anna Nery (1885), H. Coudreau (1895), E. Snethlage (1909) e Le Cointe (1920) o pormenorizado Mapa do Estado do Amazonas, assinalando as áreas de incidência de *Hevea Brasiliensis*, caucho, balata, tabaco, piaçaba, cereais e fazendas de gado, organizado pela Câmara de Comércio do Estado do Amazonas e publicado e exibido em Londres, em 1908. Juntamente com estas cartas importa mencionar também o *Mapa Florestal do Brasil*, de autoria de Gonzaga de Campos, elaborado em 1911 para o Ministério da Agricultura e reeditado em 1926, que sintetiza na primeira década do século xx, as diversas contribuições científicas que assinalam as diferentes regiões ecológicas com as respectivas incidências de espécies com potencial de uso nas indústrias.

Com referencia a museus que mantiveram relações mais estreitas com a produção antropológica no Brasil importa mencionar o Museu de Etnologia de Gotemburgo, Suécia, que abriga inúmeras coleções amazônicas, que foram organizadas a partir de expedições do início do século xx financiadas por Nils H. Erland Nordenskiöld. Nordenskiöld incentiva um mercado de coleções botânicas, zoológicas e etnográficas a partir América do Sul e financia o trabalho de coleta de Curt Nimuendaju. Vale lembrar que quase três séculos antes, em 1655, na região escandinava, o rei Frederico iii, da Dinamarca, havia adquirido o *Herbarium Vivum Brasiliensis*, constituído de 173 pranchas de plantas e que foi reunido entre 1638 e 1644 pelo naturalista Georg Marggraf, o qual chegara ao Brasil em 1630 a convite do governo holandês do Conde Maurício de Nassau. Sua coleção, que hoje se encontra no Museu Botânico de Copenhague, inspirou muitas das denominações do naturalista sueco Lineu.⁵² Com esta observação

52. Para explicações mais detalhadas consulte-se: Ministério da Cultura /sphan. Pró-Memória. *O Herbário de Georg Marggraf*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1986 (Introdução de Luiz Emydio de Mello Filho) 2 vols. Na introdução tem-se a legitimação da coleção na afirmação de Luiz Emydio, naturalista do Museu Nacional, Rio de Janeiro: “como documento científico vale dizer que Lineu, ao estabelecer princípios da nomenclatura das plantas, em 1753, absorveu de Marggraf muitas das denominações que aplicou aos vegetais então conhecidos.” (Mello Filho, 1986:8).

tem-se, em termos cronológicos, uma primeira ligação indireta de Lineu, naturalista sueco, com a Amazônia.

No *Hortus Botanicus* de Amsterdam, Holanda, criado em 1638, tem-se coleções de borboletas, lagartos e o que chamam de “plantas exóticas”, coletadas no Brasil e principalmente no Suriname, que inspiraram a desenhista botânica Maria Sybilla Merian, na segunda metade do século xvii. O diretor deste mesmo *Hortus*, entre 1896 e 1913, o naturalista Hugo de Uries, viajou pela Amazônia brasileira em 1912 e algumas das espécies que coletou encontram-se expostas em imensas estufas no referido Hortus, sob uma temperatura de 27.º, juntamente com os materiais coletados no Suriname.

Na coleta de peças etnográficas, nestas primeiras décadas do século xx, destacou-se Curt Nimuendaju, etnólogo alemão que realizou mais de 30 trabalhos de campo entre 1905 e 1945, cuja trajetória profissional foi inicialmente amparada pelo já citado E. Nordenskiöld,⁵³ que encomendava coleções para museus suecos. Nimuendaju foi chefe da seção etnográfica do Museu Paraense E. Goeldi, nos anos 20. Entre 1930 e 1945, quando este Museu foi dirigido por Carlos Estevão de Oliveira, inúmeras coleções etnográficas foram solicitadas a Nimuendaju.⁵⁴ Os trabalhos de Nimuendaju tiveram repercussão ampla. O antropólogo Roberto

53. Em 1922 o Museu de Etnologia de Gotemburgo, Suécia, sob a coordenação de Erland Nordenskiöld, entrou em contato com Curt Nimuendaju, que vinha produzindo “coleções” e reflexões etnográficas sobre o povos indígenas desde a primeira década do século xx, no Brasil, para com seus trabalhos de pesquisa contribuir para a composição do seu acervo. Nordenskiöld compreendeu a relevância dos trabalhos de Nimuendaju. São inúmeros os povos indígenas sobre os quais Nimuendaju produziu conhecimentos: Guaraní, Kaingang, Ofayé, Oti, Terena, Kaiguá, Tembé, Timbira, Urubu, Juruna, Xipaya, Arara, Kayapó, Parintin, Mura, Pirahã, Tora, Matanawi, Baniwa, Wanãna, Tariãna, Tukano, Maku, Apinayé, Canela, Krikati, Krepunkateye, Pukopue, Guajajara, TiKuna, Xerente, Kraho, Fulniô, Xurucu, Gamela, Patachó, Kamaká, Maxakari, Botocudos, Gorotire, Kayapó do Arraias. Para um aprofundamento leia-se: *Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju*. Rio de Janeiro: ibge, 2002. Consulte-se também: nunes pereira. *Curt Nimuendaju – Síntese de uma vida e de uma obra*. Belém: Pará, i.e.s.a. 1946.

54. Cf. *Cartas do Sertão – de Curt Nimuendaju para Carlos Estevão de Oliveira* (apresentação e notas Thekla Hartmann). Lisboa: Museu Nacional de Etnologia. Assírio & Alvim. 2000.

Lowie não esteve jamais na Amazônia, mas foi ele que traduziu os manuscritos de Nimuendaju. Ambos eram de língua alemã originariamente e foi nesta língua que se corresponderam. Lowie, com recursos financeiros de seus projetos contribuiu para a publicação de inúmeros livros de Nimuendaju, tais como: *The Apinayé*, *The Serente*, *The Eastern Timbira* e diversos artigos (cf. Philipson, J. “Robert H. Lowie e o Brasil” in *Sociologia* vol. xx n.º 3. Escola de Sociologia e Política. São Paulo, agosto de 1958 pp. 422-423). Nimuendaju produziu também, em 1944, o *Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes*, contendo as “famílias lingüísticas” e as “línguas isoladas”.

No início de 1903 a Direção do Real Museu de Etnologia, em Berlim, encarregou Theodor Koch-Grünberg, doutor em etnologia pela Universidade de Würzburg, a empreender uma viagem de pesquisas pela região do Rio Amazonas, no noroeste do Brasil próximo às fronteiras com Venezuela e Colômbia. Por dois anos conviveu com povos indígenas dos rios Negro, Içana, Curicuary, Tiquié e outros. Sua principal coleção de objetos etnográficos encontra-se no Real Museu de Etnologia de Berlim. Uma coleção menor, resultante deste trabalho, foi entregue ao Museu Goeldi.⁵⁵

Poderíamos acrescentar ainda a esta relação de naturalistas, que montaram coleções e produziram diferentes informações sobre a Amazônia, os trabalhos de descrição geográfica e de cartografia de Henri Coudreau, que fez inúmeras viagens, pelo rio Marroni, que separa a Guiana Francesa do Suriname, pelo Cuminá, pelo Tapajós (entre 1895 e 1896), pelo Trombetas e enfim por todo o Baixo Amazonas⁵⁶ e ainda pelo extremo norte

55. Segundo relato de Koch-Grünberg em 1908: “A identificação e preparação das borboletas, plantas e amostras de pedras, que trouxe, foi feita pelo conhecido pesquisador de borboletas, Sr. H. Fruhstorfer, meu caro amigo Sr. dr. Robert Pilger, do Real Museu Botânico em Berlim, o Sr. Professor Dr. Von Wolf-Danzig e o dr. R.Cramer, do Real Instituto de Mineralogia e Petrografia em Berlim.” Cf. Koch-Grünberg, T. *Dois anos entre os indígenas – Viagens ao noroeste do Brasil (1903-1905)*. Manaus: edua, 2005.

56. Curt Nimuendaju e Henri Coudreau morreram na Amazônia durante realização de trabalho de campo. O primeiro no Alto Solimões, em 1945, e o outro no Baixo Amazonas. No dia 9 de novembro de 1899, ao descer as cachoeiras do Rio Mapuera, a pouca

do Amazonas no rio Uaupés. Juntamente com ele cabe mencionar Paul Le Cointe, que foi diretor do Museu Comercial do Pará e produziu já nas primeiras décadas do século xx copioso levantamento geográfico sobre o Pará, organizado por bacias hidrográficas.⁵⁷

Destaque-se que o uso das técnicas de classificação ou das taxinomias, a partir das viagens de exploração, já é uma interpretação construída sobre a natureza, destacando os agrupamentos naturais.

A noção de “racional” vem daí, ou seja, de quem produz e confere autoridade ao uso difuso dos sistemas de classificação. A legitimidade dos “naturalistas” viajantes advém dos vínculos de genealogia intelectual com os artífices daqueles sistemas classificatórios. Passam obrigatoriamente por Lineu,⁵⁸ cuja classificação zoológica de 1758 inclui o homem (*homo sapiens* e suas distinções *homo sylvestris* ou *troglydites*...), ou passam por Lamarck, cujo evolucionismo seria em princípio uma teoria de mudanças contínuas sob influencia do ambiente (ele admitia a geração espontânea mediante o calor, a luz, a umidade) ou passam pelo princípio da “seleção natural” de Darwin e seus críticos. Na

distancia da então vila de Oriximiná, faleceu H. Coudreau. Sua esposa Olimpe Coudreau, que sempre o acompanhava, prosseguiu nos trabalhos da expedição e completou o livro *Voyage au Trombetas*, que seu marido iniciara a escrever. Olimpe foi incumbida pelo Governador do Pará José Paes de Carvalho de explorar os rios Cuminá e Ariramba e depois o rio Curuá do Norte. Maiores detalhes sobre esta forma de contratação podem ser encontrados no Relatório apresentado pelo Dr. José Paes de Carvalho ao deixar o Governo do Estado do Pará, em 1 de fevereiro de 1901, ao Governador Augusto Montenegro.

57. Cf. le cointe, p. *L'Amazonie Brésilienne. Les pays-Ses habitants. Ses ressources. Notes et statistiques jusqu'en 1920*. Paris: Augustin Challamel Ed. 1922 (2 vols.). Com 66 fotografias e mapa em cores.

58. A epígrafe do *Diário da Expedição Filosófica*, de Alexandre Rodrigues Ferreira, é de autoria do naturalista sueco Lineu (Karl von Linné), extraída de sua “Filosofia Botânica”, que recomenda o registro de todas as impressões: (...) “O fim (da viagem) consista em conhecer com maior exatidão a natureza, adaptando ao sistema universal e à vida do homem, o conhecimento das plantas (Reino Vegetal), dos animais (Reino Animal) e dos minerais (Reino Mineral).” (Lineu apud R.Ferreira, 2007) Cf. Lineu in Rodrigues Ferreira, A. *Viagem Filosófica ao Rio Negro*. Manaus. Fapeam/edua/inpa, 2007. Orgs. Francisco Jorge dos Santos, Auxiliomar Silva Ugarte, Mateus Coimbra de Oliveira.

verdade, tem-se antagonismos e polêmicas acirradas entre os grandes classificadores:⁵⁹ Buffon se opõe a Lineu. Darwin se opõe a Lamarck. Darwin e Lamarck se opõem a Lineu. Darwin se opõe a Lamarck, atribuindo à variação causas diferenciadas.⁶⁰ As representações sobre a “natureza” mostram-se, portanto, diferenciadas. Assim, embora não tenham realizado viagens à região amazônica ou feito qualquer observação direta, os “clássicos” Lineu, Lamarck e Darwin tiveram acesso a materiais e a interpretações relativas à floresta amazônica e influíram decisivamente na maneira de pensá-la, concorrendo para que fossem assentados os fundamentos teóricos de esquemas interpretativos que se tornaram lugar-comum na vida intelectual.

Não obstante tais distinções entre estes autores e as polêmicas decorrentes, sublinhe-se que prevalece o primado da “razão” em torno de se considerar os sistemas classificatórios como essenciais para a produção científica compreender a “natureza”. Um consenso no dissenso. De outro lado, enquanto para os iluministas os “selvagens” seriam profundamente “bons”, para os evolucionistas, por sua vez, seriam, sobretudo, “atrasados” ou seja, “povos inferiores” vivendo em condições de “promiscuidade”, “ignorância religiosa”, “amoralidade” e agindo como crianças, com “raciocínios infantis”. A abordagem evolucionista preconiza-va ademais a desintegração necessária deste modo de vida para

59. Estes três classificadores acham-se referidos à Amazônia de maneira distinta: a) Darwin teve acesso a materiais coletados em campo por Wallace e Bates, b) as recomendações de Lineu são levadas a cabo pela expedição filosófica de A. Rodrigues Ferreira e c) os materiais desta expedição, tornados presa de guerra com a invasão de Portugal pelas tropas napoleônica, acabaram sendo entregues a Geoffroy de Saint-Hilaire que era discípulo de Lamarck. Inclua-se aqui Virchow, que recebeu materiais coletados aqui e enviados a Berlim por ordem do Imperador Pedro II. Virchow, médico e naturalista alemão, que foi professor do antropólogo Franz Boas, se opunha a Darwin, juntamente com Adolf Bastian também do Museu de Berlim.

60. Só pude estabelecer estas diferenças a partir da leitura de Juan Comas que assim as apresenta: “Tanto el lamarckismo como el darwinismo están dominados por la idea de una evolución lenta e continua; la diferencia es que para la primera teoría las variaciones responden en forma adecuada a las condiciones de vida y son directamente adaptativas, en tanto que para la segunda las variaciones son cualesquiera, sin necesidad de estar de acuerdo con el medio.” (Comas, 1966:148).

que a sociedade pudesse passar a um estágio mais avançado de desenvolvimento⁶¹

Em suma pode-se sublinhar que, a despeito das distintas abordagens, os dois séculos de organizações de coleções, sob o triunfo da botânica e a hegemonia científica da biologia, consolidaram museus, jardins botânicos, hortos e acervos universitários em diferentes metrópoles européias.

Para efeitos desta nossa reflexão pode-se reafirmar que quem realiza o sujeito da ação é o Estado, por isso que, no caso brasileiro, ele se destaca com essa força bastante significativa, tanto no período colonial, quanto no império, financiando expedições e mantendo um corpo burocrático de cientistas, voltados para a “história natural”, permanentemente a seu serviço. Constituíam este corpo de especialistas os denominados “comissionados”⁶² e os “naturalistas” dos Museus (em especial o Museu

61. Como assinala criticamente Marshall Sahlins em: “Que é iluminismo antropológico? Algumas lições do século xx” in *Cultura na prática*: “O evolucionismo unilinear do século xix foi uma consequência antropológica lógica dessa noção iluminada de racionalidade universal. Todos teriam de passar pela mesma sequência de desenvolvimento.” (Sahlins, 2004:538).

62. Em 1872, Barbosa Rodrigues, que teve o Barão de Capanema como mecenas, “foi comissionado pelo governo brasileiro para explorar o vale do Rio Amazonas” e dentre suas tarefas estava a de coligir e aumentar o gênero *Palmarum* do naturalista von Martius (Sá, M. 2001; 906). “Pela primeira vez o governo financiava a viagem de um naturalista brasileiro com o único compromisso de fazer levantamento taxionômico de um determinado grupo botânico.” (Sá, 2001; Ibid). Em 1873, em Óbidos, “Barbosa foi procurado por três britânicos, que participavam de uma expedição de exploração na região amazônica a serviço da companhia de navegação Amazon Steam Navigation Company.” (Sá, Ibid. 908). Dentre eles destacava-se o botânico James William Helenus Trail. Além de colaborar na *Flora Brasiliensis*, organizada por von Martius até 1868, Rodrigues enviou suas informações sobre as palmeiras para Londres, para o Jardim Botânico de Kew. Em 1873 Rodrigues percorreu o Rio Jauaperi e narrou esta viagem no livro *Pacificação dos Crichanás*, publicado pela imprensa nacional em 1895. Em 1883 foi designado pelo governo imperial para dirigir o Museu Botânico do Amazonas. Em sete anos de direção do recém-criado museu amazonense conseguiu, conforme narra o secretário do referido museu Joaquim Campos Porto, “reunir uma coleção de mais de três mil exemplares catalogados (Campos Porto, 1891)” (Sá, ibid. 921). Em 1892 Rodrigues foi nomeado diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, “tendo conseguido implantar nesta instituição alguns dos projetos elaborados para o Museu Botânico do Amazonas, inclusive alguns que aproveitaram experiências bioquímicas lá realizadas.” (Sá, ibid. 921).

Nacional – antigo Museu Imperial –, e o Museu E. Goeldi) e de associações científicas, como o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro⁶³ e outras mais efêmeras como a Sociedade Vellosiana e a Sociedade da Palestra Científica. No mesmo período uma decisão imperial instituiu os Museus Provinciais e favoreceu a criação de herbários, jardins botânicos e revistas científicas como: *Archivos do Museu Nacional* e *Vellosia*, do Museu Botânico do Amazonas. De igual monta que os “comissionados” tem-se os denominados “pensionistas do Imperador”, os quais recebiam recursos monetários para suas viagens exploratórias e investigações intelectuais.⁶⁴ De certo modo tais iniciativas podem ser lidas, em termos de Amazônia, como constituindo agências científicas em estado nascente, que consolidam um repertório de naturalistas vinculados a instituições científicas nacionais, ou seja, tem-se uma pré-história de instituições de pesquisa que foram instituídas na ditadura do Estado Novo, como o antigo Instituto Agrônomo do Norte. De igual modo concorrem também para explicar porque depois da segunda guerra mundial e do advento da categoria “desenvolvimento”, que idealmente permitiria às sociedades superarem o estágio do “subdesenvolvimento”, foram adotadas medidas de política científica que resultaram na criação do cnpq, da Capes, do Inpa, da Embrapa e demais instituições científicas que atuam na Amazônia.⁶⁵ Neste capítulo mais recente

Os originais da iconografia das orquídeas brasileiras teriam sido desmembrados e “dos seis volumes produzidos, o quarto foi levado para os Estados Unidos e hoje encontra-se depositado na Universidade de Harvard, no Oakes Ames Herbarium.” (Sá, *ibid*: 911).

63. O ihgb organizou a Comissão Científica de Exploração, contando com naturalistas do Museu Nacional, que teve como etnógrafo Gonçalves Dias e que percorreu o Ceará entre 1859 e 1861.

64. O Museu Nacional (então Imperial) consistia na mais destacada instituição referida à história natural. As contribuições de seus “naturalistas” para museus europeus mantêm-se vivas. Ladislau Neto, diretor do Museu Nacional, doou no ano de 1885 59 objetos, em sua maior parte líticos, provenientes de sambaquis de várias regiões do Brasil, para o Museu Etnográfico de Roma (Petrucci, 1983:50). Vide também: Sá, Magali R. 2001 “O botânico e o mecenas: João Barbosa Rodrigues e a ciência no Brasil na segunda metade do século xix” in *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Vol. viii (suplemento), pp. 899-924.

65. As pesquisas científicas na Amazônia e em especial a antropologia vinculavam-se

sobressai a polêmica em torno de uma iniciativa da Unesco: o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, que aparece em 1946, no imediato pós-guerra, como uma proposta para reorientar a cooperação científica da Europa e dos Estados Unidos com “países” amazônicos “economicamente em atraso.” A tentativa de internacionalização da pesquisa científica na Amazônia trouxe inquietações e uma resistência política de cunho nacionalista, que levou à recusa do Brasil em ratificar a Convenção de Iquitos e seu Protocolo adicional em 1950. Em decorrência deu-se a criação do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas (cnpq), em 1951, e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia⁶⁶ (Inpa), em 1952, sob os auspícios do próprio cnpq.

O instrumento de coleccionar, de coligir e de classificar compunha a base explicativa da “natureza”, neste período que chamei provisoriamente de uma pré-história. A relevância deste processo de conhecimento estava diretamente vinculada às chamadas “primeira e segunda revolução industrial”, cujo apogeu teriam sido as Exposições Mundiais no século xix, secundadas pelas Exposições Nacionais.⁶⁷ Elas representaram

diretamente a museus. No caso do Museu Nacional tal já sucedia desde a administração de João Batista de Lacerda, a partir de 1880. Recorde-se também que em 1922 o Museu de Etnologia de Gotemburgo, Suécia, com coordenação de Erland Nordenskiöld, entrou em contato com Curt Nimuendaju, que vinha produzindo “coleções” e reflexões sobre o povos indígenas desde a primeira década do século xx, no Brasil, para com seus trabalhos de pesquisa contribuir para a composição do seu acervo.

66. Para um aprofundamento consulte-se: petitjean, Patrick e domingues, Heloisa M. Bertol. “A redescoberta da Amazônia num Projeto da Unesco: o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica.” *Estudos Históricos* n.º 26. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da fgv, 2000 pp. 265-292.

67. No caso brasileiro a Exposição Nacional da Indústria foi realizada pelo governo imperial em dezembro de 1861. No “mostruário” preparado pelo Estado do Amazonas, sob a coordenação de Antonio Gonçalves Dias, destaca-se uma noção de produtos industriais que se funde com o extrativismo. A composição da Comissão coordenada por Gonçalves Dias, contou com 11 integrantes, que entregaram seu relatório final em 23 de outubro de 1861 e assim dividiram os trabalhos de coleta de materiais: Silva Coutinho ficou encarregado de receber e catalogar as amostras geológicas; Antonio José Moreira, os produtos medicinais; Rufino Tavares, as madeiras e as cordoalhas; Sebastião Pinho, as madeiras; José Antonio Freitas Junior, os óleos, leites e resinas; e Gonçalves Dias, os objetos etnográficos, armas, ornatos e artefatos indígenas (Loureiro, A.: 1989:211). O “mostruário” foi

o “progresso” e a racionalidade das sociedades industriais, em que o concreto e o aço converteram-se nos materiais de construção mais importantes da “época moderna” e em que a borracha de uso industrial, através da “vulcanização”, redefiniu o olhar colonial sobre a floresta amazônica. Permito-me recordar que os “monumentos ao futuro”, denotando um sentimento de superioridade sobre todo o passado, como diria Werner Plum citando Franz Schnabel, foram inaugurados nestas Exposições: o Palácio de Cristal, projetado por Joseph Paxton, abrigou a exposição de Londres em 1851; a Estátua da Liberdade, ainda inconclusa, foi apresentada pelo escultor francês Frédéric Auguste Bartholdi na exposição de Paris, de 1878; a Torre Eiffel, com seus 300 metros de altura, tornou-se o emblema da exposição de Paris de 1889/1900. Mediante estas obras gigantescas, que louvam a capacidade técnica das potências industrializadas, está-se diante de um conhecimento acumulado, que disciplina a ação do Estado,

constituído de 170 amostras geológicas, de diversas informações sobre: o breu de anani, a estopa da terra, extraída da castanheira e usada em calafeto de embarcações, a piaçaba, o tucum (empregado em cabos, redes e linhas), o carauá, o óleo de copaíba, o óleo de seringa e manteiga de tartaruga. E ainda: 9 tipos de resinas (anani, jutaicica, elemi, cunauarucica ou breu de sapo, jauarácica, almecega, lacre e breu branco), 13 substâncias leitosas ou “leites” (uapui, caimbé, caruau, sucuba, amapá, umeri, tururi, guaxinguba, jacatata, sorva, ucuuba, jacareuba e seringa líquida da *Siphonia cachucha*), diversos “azeites” (peixe-boi, andiroba, caiuaé, tartaruga, macucu, patauá, bacaba, seringa, castanha, cumaru) e banhas diversas), onze tipos de óleos (de anta, carrapato, caastanha, bacaba, tamaquare, macucu, patauá e inúmeras plantas medicinais (mururé como depurativo e antisifilítico, manacan, para sífilis remática; muirapuama, como afrodisíaco; tamaquaré, sassafrás, acauancáa; caáxiú, sucuba, marupá-miri, marupaí, quina etc. Além deste material tem-se as favas de cumarú, o cipó piprioca, o cipó cheiroso, o curimbó, a almocegueira e também 104 peças de artefatos indígenas (plumas, maracás, arcos esquinados, arcos de meia cana, arcos chatos, largos e enleados, machados de pedra, colares e bastões de ritmo. Cabe sublinhar que a maior parte destes objetos e produtos foi oferecida à Comissão por particulares. Gonçalves Dias, Nuno Alves Pereira de Mello Cardoso e João Martins da Silva Coutinho ofereceram ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (ihgb) as peças que coletaram, bem como a coleção mineralógica. Para outros dados consulte-se sobretudo o Anexo 2 do *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da Província do Amazonas pelo Exmo. Sr. Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha*, Presidente da mesma Província, na sessão ordinária de 3 de maio de 1862. Pará. Impresso na Typographia de Frederico Carlos Rhossard. Travessa São Matheus. Casa n.º 22, 1862.

pela lógica dos grandes complexos industriais⁶⁸ e do avanço tecnológico. Como pano de fundo, para onde se voltam os interesses científicos e industriais sequiosos de matérias-primas, as grandes florestas tropicais do sudeste asiático, da África e da Amazônia.

Esta forma de conhecer e pesquisar para fins industriais implicou em rápidas transformações. Ela aparece referida, além disto, a circuitos de mercados específicos, que contribuíram para soerguer o extrativismo na Amazônia e os mecanismos de imobilização da força de trabalho que lhe eram intrínsecos: o sistema de aviamento com seus “barracões”, “vales” e mecanismos coercitivos de controle da força de trabalho pela dívida.

Em termos da esfera de circulação e dos direitos de propriedade intelectual, os conhecimentos industriais, no caso da vulcanização da borracha, já são mais conhecidos e aparecem vinculados ao caso da “transferência” de sementes das seringueiras para o jardim botânico londrino, Royal Botanic Gardens at Kew,⁶⁹ e daí para as *plantations* asiáticas (Malásia, Ceilão, Índia). Como se deu o roubo, o contrabando ou, numa forma eufemística, a “transferência” destas sementes? Como foram estudadas e aprimoradas as técnicas de extração do látex, enquanto cresciam os seringais cultivados na Ásia, incluindo-se aqui a Indochina sob controle colonial francês? A proteção jurídica restringia-se então aos direitos de propriedade das inovações industriais. Patentes, invenções de máquinas, taxas de uso e autorizações de produção passaram a balizar o conhecimento tecnológico e sua difusão. As infrações destes direitos concerniam, sobretudo, aos bens de

68. Cf. werner plum. *Exposições Mundiais no Século XIX: Espetáculos da Transformação Sócio-Cultural*. Bonn: Friedrich-Ebert-Stiftung, 1979.

69. As questões associadas ao roubo de sementes tem se tornado um tema da ordem do dia da imprensa periódica *A Nature International weekly Journal of Science* n.º 451 de 28 de fevereiro de 2008, traz a resenha do livro de Joe Jackson. *The Thief at the end of the World: Rubber, Power, and the Seeds of Empire*. New York: Viking, 2008, 432 pp. A resenha, estampada na coluna “Books and Arts”, de autoria de Michael Gollin é denominada de “Biopiracy started with a bounce.” Outra resenha do mesmo livro foi publicada no *Los Angeles Times*, em 9 de março de 2008, intitulada: “How the British built an empire on rubber seeds smuggled from Brazil.” Leia-se também: Souza, Márcio. “Setenta mil sementes de seringueira.” *A Crítica*, Manaus, 24 de agosto de 2008, p. 66.

capital. E eram punidas severamente. Atualmente as situações de violação do patrimônio genético e dos direitos de propriedade intelectual, que resultam em reprodução ou “cópia” e comercialização ilegal, recebem a designação de biopirataria.

Como interpreta Werner Plum, retomando o fio da reflexão histórica que orienta esta exposição, tem-se que, coextensivamente aos direitos de propriedade industrial,

Os precursores da época técnico-industrial moderna atribuíram à razão humana a tarefa de estabelecer neste mundo um império do domínio da natureza através da técnica. (plum, 1979:9). (g.n.)

As “modernas tecnologias”, com a veneração cultural das máquinas, menosprezando juridicamente os fatores culturais de diferentes grupos étnicos, investiram, por sua vez, contra os instrumentos de trabalho artesanais, notadamente o machado, que se tornou um dos símbolos do “homem primitivo” e alvo preferencial dos estigmas de destruição das florestas. As diversas classificações de “machados de pedra” e “machados de ferro”, passaram a compor o capítulo de evolução das técnicas em exposição nos museus. Coleções de machados, com diferentes tipos de cabos e formatos, constituíam a pré-história de uma “degradação ambiental”, que continua sendo apresentada de maneira distorcida como produto da pequena produção agrícola e extrativa e da ação de povos indígenas e comunidades tradicionais. De igual modo as coleções de remos e artefatos de pesca, que idealmente delimitavam “zonas culturais” na Amazônia, contrastavam com a navegação a vapor que se insinuava soberana. A arqueologia, juntamente com a ênfase nos estudos de “vida material”, torna-se aqui uma testemunha de acusação das denominadas “comunidades tradicionais” e de sua pretensa “irracionalidade.” Os estudiosos que contestavam isto sublinhavam que as escavações arqueológicas levaram a descobertas que propiciaram uma idéia da cultura material das “sociedades primitivas”, mas pouco ou nada afirmaram sobre suas instituições sociais ou sua organização política. Permitiam noções sobre artes e técnicas, sobre armas e materiais utilizados

na caça, na pesca, na agricultura e no extrativismo, mas quase nada sobre a família e a organização social. A noção de “tecnologia cultural” ou a história e etnologia das técnicas, de autoria de A. Haudricourt, em 1936, relativiza aquela ênfase⁷⁰ ao chamar a atenção para a tecnologia como uma ciência humana.

4.

Versões deterministas e as políticas governamentais

Mas, o que importa para efeitos desta exposição é sublinhar esta forma de pensar a Amazônia com essas classificações estigmatizantes, com essas taxonomias, com essa maneira de entender a “natureza”, como o elemento central e soberano das interpretações ortodoxas. Sem querer trivializar interpretações pode-se reiterar que a ênfase desmedida no “quadro natural” gerou uma constelação sufixal com pelo menos três proeminências: os biologismos, os geografismos e os dualismos. Os fundamentos do “modelo” explicativo produzem obstáculos epistemológicos a serem removidos por esta leitura crítica. Considero, além disto, que eles devem ser submetidos à crítica porque eles se encontram hoje derramados disciplinadamente nas explicações eruditas, foram transmitidos por um inconsciente coletivo, característico

70. Segundo Haudricourt, na França, ao contrário de como foi instaurada a escola alemã de *Kulturkreise*, os ensinamentos de etnografia foram instituídos em 1926 com os cursos de Marcel Mauss. Mauss insistia na necessidade de se coletar informações sobre os usos e funções dos objetos que comporiam as coleções dos museus. Possuía uma concepção dinâmica sobre a tecnologia, focalizando as ações relativas aos objetos materiais, que eram o instrumento ou o resultado do que ele denominava de “técnicas de corpo”, que variavam de povo para povo. Os gestos da vida cotidiana não são instintivos ou herdados biologicamente. Ao contrário são gestos apreendidos, herdados socialmente e caracterizam um determinado povo. Cf. Haudricourt, André-George. *La technologie science humaine – Recherches d'histoire et d'ethnologie des techniques*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'homme, 1987, pp. 37-56.

do mundo *savant*, e teceram uma camisa de força para se pensar a Amazônia, que vige notadamente nos meandros das políticas governamentais. Este senso-comum erudito sobre o que se denomina de “Amazônia” ergue, assim, obstáculos ao conhecimento específico de processos reais e de realidades localizadas.

Passo a descrevê-los de maneira sumária, enunciando os componentes de uma análise crítica condicionada certamente pelos limites desta exposição:

a) O primeiro passo consiste na crítica ao biologismo, que parece dominar o discurso ambientalista, que entende a questão ambiental como uma questão sem sujeito, que prioriza a descrição de ecossistemas e pretende uma forma de classificação ou “zoneamento” exclusivamente por biomas. Para tanto recorre a termos “passivos” tomados às ciências naturais tais como “indivíduos”, “coletividade” e “população”. Privilegia, em decorrência, uma noção de “comunidade” resultante de relações simbióticas, como se o simples fato de viver em conjunto numa mesma área, explicasse automaticamente a formação daquela unidade. Deriva daí a tão difundida ilusão do “sujeito biologizado”.

Esta noção irá convergir para o surgimento de uma ecologia humana, nas primeiras décadas do século xx, que estudaria uma parte da experiência dos homens que é considerada comparável a experiências semelhantes das plantas e animais. Consoante esta abordagem – *ecological approach* – plantas e animais podem estabelecer “comunidades”, pelo fato de viverem em conjunto e por serem separados por uma competição numa mesma área, mas não poderiam estabelecer sociedades, que são apoiadas em laços solidários (costumes, instituições, leis).

b) O segundo passo implica na crítica ao geografismo, que domina diferentes formações discursivas pela relevância dada a fatores naturais (bacias hidrográficas, tipos de solo, topografia etc). Derivam daí a ilusão do “isolamento”⁷¹ e das “grandes distan-

71. O peso destas interpretações é de tal sorte cristalizado, que são muitos os autores que tem sido levados a um trabalho crítico de re-inventar a Amazônia. Os fundamentos destas interpretações associadas a narrativas míticas são trabalhados criticamente, de maneira criteriosa, por gondim, Neide. *A Invenção da Amazônia*. Rio de Janeiro:

cias”, o discurso metafórico que acentua a idéia de “paraíso perdido”, expressão que acabou “colada” em Euclides da Cunha,⁷² e outras figuras hiperbólicas acionadas comumente quando se fala em Amazônia. Em certa medida é uma reedição da defasada teoria da “influência do meio” e também da antropogeografia que se baseia na influência do meio físico sobre o homem, sua formação e desenvolvimento. Distingue-se, neste plano, da chamada ecologia humana que surge, quase ao mesmo tempo, com força explicativa voltada principalmente para a “formação de comunidades” ou para relações entre “sêres humanos” na medida em que estas se refletem, por sua vez, nas relações espaciais e bióticas. A ecologia humana se volta, como já foi dito, para a “formação de comunidades”, mas também para a competição entre indivíduos, grupos, raças e instituições.

c) O terceiro passo consiste na crítica aos dualismos ou à visão dual que estabelece a oposição especulativa entre “natureza” e “cultura” e pretende explicar tudo, distinguindo o “tradicional” do “moderno”, “a agricultura da indústria”, o “extrativismo” de base familiar da plantation ou ainda caracterizando a “racionalização” como uma substituição de processos “tradicionais” por processos obtidos por meio de uma análise técnica, “racional e adequada” a um fim determinado.

As ideologias de “modernização e desenvolvimento” em um sem-número de interpretações sobre a Amazônia, desde o século xvii até o século xx, apresentam os povos indígenas e aqueles recrutados compulsoriamente na África, como povos sem história, derramados no quadro natural e refratários às inovações tecnológicas. Quando os distinguem da natureza produzem interpretações idealizadas em que a noção de “degradação” aparece como “perda de cultura” e “perda de identidade”. São

Marco Zero, 1994. Em 1974, fazendo frente a estas interpretações da Amazônia e contrapondo a ela os instrumentos do chamado “desenvolvimento regional”, Armando Mendes, Jean Hebette, Edna Castro e Roberto Ferreira elaboraram *A Invenção da Amazônia*. Belém: UFPA, 1974.

72. Vide: Tocantins, Leandro. *Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido*. Manaus: I. O. 1966 (com prefácio de Arthur Cezar Ferreira Reis) e Euclides da Cunha. *Um paraíso perdido – reunião dos ensaios amazonicos* (org. por Hildon Rocha). Petrópolis: Vozes / MEC, 1976.

apresentados como não tendo relação histórica com outras sociedades e distantes do modelo de “cultura” imposto pela idéia de “civilização” que as forças coloniais tão duramente souberam impor para efeitos de sua dominação. No século xx os esquemas duais instituíram a oposição entre “tradição” e “mudança” e entre “tradição” e “desenvolvimento”, associando o primeiro termo a “subdesenvolvimento”, isto é, ao “atraso” que teria de ser superado. Esta clivagens contribuíram para produzir no plano das classificações sobre a Amazônia, as formulações diversas que asseveravam existir duas, três ou mais Amazônias, correspondendo a um “arquipélago de culturas.”⁷³ Na identificação dos fatores de atraso os historiadores econômicos da Amazônia, os planejadores e os burocratas, duas décadas após a segunda grande guerra, na segunda metade dos anos 1960-1970, assinaram o obituário do extrativismo. O fizeram considerando que a profunda crise do sistema de aviação e patronagem, com a desagregação da empresa extrativista, não poderia ter maiores alternativas e que as principais ações governamentais de incentivos fiscais e creditícios convergiam para os grandes empreendimentos mineradores, pecuários e madeireiros. Esta prioridade política é definida não obstante o reconhecimento da importância do extrativismo para indígenas e ribeirinhos. O Plano Quinquenal da Amazônia (1967-1971), elaborado pela sudam no decorrer de 1966 bem explicita esta formulação:

O extrativismo constituiu, durante muitos anos, a principal fonte de renda da Amazônia, tendo mesmo possibilitado época de grandeza e fausto. Diluído no conceito geográfico da Amazônia Legal, o extrativismo é hoje mais um problema social do que esteio econômico (...)

73. Estas interpretações se aproximam daquela de Viana Moog que considerou os vários “Brasis”, ou seja, o “Brasil arquipélago”. Moog cumpriu pena de exilado político no Amazonas de outubro de 1932 a julho de 1934. Para outras informações consulte-se a introdução de Arthur Cezar Ferreira Reis ao livro de Vianna Moog. *O ciclo do ouro negro – impressões da Amazônia*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1975.

Por outro lado, o extrativismo representa um recurso de sobrevivência das populações rústicas e marginais, cuja importância é provavelmente maior do que os dados disponíveis indicam, uma vez que o auto-consumo representa uma proporção substancial da renda dessas populações, que não é incluída nas estatísticas.” (sudam, 1967 pp. 100-101).⁷⁴

Seriam três, portanto, os pilares que fundamentam esta interpretação “monótona”, de pretensão “racional”, a que chamo de uma falsa racionalidade, que foi construída pelos distintos interesses encastelados, nas academias, museus, sociedades científicas, zoológicos, hortos e jardins botânicos referidos, em diferentes momentos históricos, seja ao Estado dinástico, seja ao Estado racional-burocrático, seja a mecenas ou a interesses industriais. Falo em implicações “falsas” porque o conseqüente é tomado como “verdade absoluta” e a “degradação ambiental”, consoante o discurso agrônômico em questão, é considerada como “consequência”. É atribuído aos próprios ecossistemas e às “comunidades primitivas” o poder causal. Ora, isto soa como absurdo numa situação histórica em que as versões deterministas já estavam em estrepitoso declínio no pensamento científico.

Foram estes atributos, aliás, que caracterizaram os planos governamentais de 1912 e que marcaram profundamente o Primeiro Plano Quinquenal da spvea – 1954/1955, o qual foi produzido por agrônomos, geógrafos, economistas e historiadores fundamentalmente. Só para fins de exemplificação atente-se que o capítulo iv tem como título “A recuperação das Populações Amazônicas” (spvea, 1955:37) e o xiv trata da “recuperação das populações extrativistas”.

Neste contexto da spvea começam a ser produzidos diversos livros sobre espécies “genuínas”: resultados de pesquisas sobre a mandioca e sobre a farinha de mandioca, sobre o guaraná, sobre a castanha e outras espécies. São apresentados tanto

⁷⁴. Vide Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais. *O Ciclo do Homem. I Reunião de Incentivo ao Desenvolvimento da Amazônia*. Brasília. Serviço de Imprensa do mercor, 1967.

pela própria spvea, nos anos 50, quanto pela capes (Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pelo cnpq-Inpa, em 1964, e pela sudam, em 1969. O que mais ressalta nestas publicações de instituições de pretensão científica e de planejamento é que se percebe, de um lado, uma aproximação entre as ciências naturais e a produção sobre o folclore⁷⁵ ao mesmo tempo em que se verifica, num sentido inverso, uma separação radical entre os antropólogos e os que eles classificavam como “folcloristas”.⁷⁶ Percebe-se também certas convergências já que tanto a produção dos planejadores da spvea, quanto aquela dos antropólogos privilegiou uma interação com “romances literários”.⁷⁷ O trabalho principal sobre uma política científica para a Amazônia concerne às monografias então programadas pela capes⁷⁸ com o objetivo de “despertar o interesse para pesquisas mais aprofundadas” (capes, 1959:9).

75. O volume n.º 6 da coleção *Cadernos da Amazônia*, do Inpa, publica em 1965 “Antropogeografia do Guaraná” de Mário Ypiranga Monteiro

76 No Prefácio de *Santos e Visagens*, Eduardo Galvão discute as diferentes abordagens utilizadas na coleta de material etnográfico e numa síntese da produção intelectual até o início da segunda metade do século xx procede às seguintes considerações: “A maioria dos estudos e ensaios sobre a vida religiosa do caboclo da Amazônia é orientada por um interesse aparentemente folclórico, e neles se dá excessiva atenção a sobrevivências de velhas crenças, aos aspectos exóticos de algumas práticas ou de rituais, e as teorias que procuram explicar as origens dessas manifestações culturais.” (Galvão, 1955: X).

77. A spvea publica na coleção Araújo Lima, em 1958, *A conquista acreana* de autoria de Abguar Bastos e estampa na página dois as capas de romances deste literato, a saber: *Terra de icamiaba*, *Certos caminhos do mundo*, *Zafra*, *Somanlu*. Além de José Veríssimo e Inglês de Souza, que aparecem citados em diversos trabalhos científicos, tem-se o romancista Dalcídio Jurandir participando diretamente do trabalho de pesquisa dos antropólogos C. Wagley e Eduardo Galvão. Nas palavras de Galvão: “Exceto em alguns romances de feição original, de que destacamos o excelente Marajó, de Dalcídio Jurandir, e ensaios, notadamente os de Veríssimo, crenças, instituições e hábitos religiosos do caboclo têm sido descritos sem referencia à vida quotidiana do povo e sem a necessária análise do meio social e das relações entre as instituições religiosas e as outras que compõem o todo cultural. Idéias e conceitos são apresentados como elementos espúrios, desligados de sua função dentro do sistema religioso e do papel que realmente desempenham na vida do caboclo.” (Galvão, 1955: x).

78. A capes, em 1958-59, programou vinte e duas monografias focalizando as unidades da federação. A monografia correspondente ao Amazonas, contou com a colaboração de Agnello Bittencourt e do Senador Antóvilva Mourão Vieira, além de ter como referencia

No pós-guerra o conhecimento dito científico avança sobre o que seria a base do “primitivo” e do “tradicional” com propósito homogeneizante, reeditando os termos da Operação Amazônia, de 1942, mas requerendo novas competências e modalidades de intervenção.⁷⁹ Este princípio operativo orienta as medidas de “colonização” e de ocupação e povoamento, que sob a égide de valorização das “populações amazônicas”, em certa medida, prenunciam a “transformação da sociedade local e da cultura tradicional” (Wagley, 1957:394) e em decorrência o advento da “agricultura moderna” (Wagley, *ibid*; 395). Em outras palavras: “O que é indispensável ao desenvolvimento do Vale Amazônico e à elevação do padrão de vida de comunidades como a de Itá é uma técnica apropriada à Zona Tropical, tal como a possuímos na Zona Temperada.” (Wagley, *ibid*. 393). Sem se preocuparem, entretanto, com a “relatividade cultural” (Wagley, *ibid*. 397), das

bibliográfica trabalhos de: Anísio Jobim, Cosme Ferreira Filho e do grupo de produtores intelectuais que se reuniu em torno do historiador Arthur Cezar Ferreira Reis para produzir o *Primeiro Plano Quinquenal da spvea*, de 1955. Para outras informações consulte-se: *capex – Estudos de Desenvolvimento Regional (Amazonas)*. Série Levantamento e Análises – 11. Rio de Janeiro, 1959. Neste mesmo ano de 1955 a capex publicou o estudo de Luis A. Costa Pinto e de Edison Carneiro sobre a produção sociológica no Brasil e enfatizou, com respeito à Amazônia, somente o Pará através do Museu Goeldi e do Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará (iaep), que foi criado em Belém em setembro de 1947. Cf. *As Ciências Sociais no Brasil*. Estudo realizado para a capex por L. A. Costa Pinto e Edison Carneiro. Rio de Janeiro. capex, 1955.

79. Data deste período o quesito de conhecimentos sociológicos sistemáticos nas práticas de administração pública. O Departamento Administrativo do Serviço Público (dasp), desde 1946, mantém Cursos de Administração com um curso permanente de Sociologia voltado para o aprimoramento da formação de servidores públicos, dirigido pelo sociólogo A. Guerreiro Ramos. Antes mesmo deste curso regular Donald Pierson, da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, e Francisco Ayala o ministraram em caráter extraordinário. O dasp, em 1948, articulado com o Conselho de Imigração e Colonização organizou um curso técnico para a formação dos técnicos em imigração e colonização. Segundo Guerreiro Ramos há uma nítida inspiração em órgãos similares do governo inglês e francês que acionam assessores técnicos em *applied anthropology* ou em “sociologia colonial” (Guerreiro Ramos: 1949:12).

Para outras informações consulte-se: Guerreiro Ramos, A. e Garcia, Evaldo da Silva. *Notícia sobre as pesquisas e os estudos sociológicos no Brasil (1940-1949) – Com especial referencia a migrações, contatos de raça, colonização e assuntos correlatos*. Rio de Janeiro, Conselho de Imigração e Colonização, 1949.

discussões antropológicas, os planejadores preconizam intervenções “racionais”.

A equação é simples. A finalidade das políticas de “ocupação racional” e de “exploração racional dos recursos” sugere uma reação à “degradação”, que é vista inicialmente como “normal.” Quem teria, entretanto, provocado esta “degradação”? Em conformidade com o discurso dos planejadores quem tem provocado esta “degradação” seria o “conhecimento primitivo”, o “conhecimento selvagem” que não pode competir com a racionalidade das potências européias e das grandes empresas, cujo resultado maior consiste na implantação de seringais cultivados nas suas *plantations* asiáticas. A ação do Estado surge, nesta ordem, para “valorizar” o que “degradou” ou “decaiu”, reparando idealmente perdas, daí a insistência em frisar a “valorização da Amazônia”. Este esquema explicativo é reproduzido, de certo modo, durante a ditadura militar (1964-1985), quando se louva uma ação empresarial para dinamizar a economia amazônica, tratando o conhecimento local como “atrasado” e distante da racionalidade industrial; quando se acentua o discurso da “integração” ou da incorporação dos mais “selvagens” e “primitivos” aos supostos benefícios da industrialização e quando se define que o “extrativismo morreu”, facilitando as transações comerciais de venda de seringais, castanhais e babaçuais no mercado de terras para projetos agropecuários e de *commodities* minerais e agrícolas, que usufruem de incentivos fiscais e creditícios da sudam e do basa. Sob este viés autoritário todas as categorias sociais devem convergir para “colonos”, de acordo com os planejadores, enquanto que os chamados “posseiros”, recentes ou antigos devem ter disciplinada sua forma de exploração com um uso dos recursos cada vez mais aproximado do modelo de um campesinato de base parcelar. Decreta-se arbitrariamente o “fim do caboclo” e das formas de uso comum de florestas, campinas, beiras e igarapés, lagos e rios, ou seja, das chamadas “terras firmes” e das “várzeas.” Mesmo os conflitos sociais pela terra, agravados a partir de 1969, que abalam toda a Amazônia, não logram uma mudança nos traços essenciais desta ação

governamental. Os planejadores oficiais permanecem falando na magnitude do potencial da natureza face a agentes sociais “incapazes” de transformá-la para os fins de mercado. O discurso prevalecente é, pois, aquele do Estado, que, com base nesta “racionalidade”, estimula uma colonização oficial⁸⁰ com grandes imóveis rurais adotando práticas predatórias, tais como derrubadas, queimadas, garimpos (“reservas garimpeiras”) e desmatamentos de grandes extensões para implantação de projetos econômicos diversos (mineração, ferro-gusa, pecuária, madeireira, grãos, papel e celulose, carvão vegetal), bem como uma expansão desordenada das indústrias de óleos vegetais e das indústrias pesqueiras, além de uma instalação autoritária de hidrelétricas e a construção de aeroportos, rodovias e base de lançamento de foguetes. A construção mais recente de gasodutos e minerodutos, sem estudos acurados dos impactos sócio-ambientais, complementa este quadro. Tudo se dá em nome do “desenvolvimento”, que se torna a categoria dominante no discurso dos planejadores oficiais pós-1945 com o fim da II Grande Guerra e, sobretudo, após 1966 com a Sudam e a política de “colonização dirigida” do Incra.⁸¹ A ela tem sido justapostas, mais recentemente ou pelo menos desde 1990, outras designações como “desenvolvimento local” e “sustentável” sob pretexto de superar a “degradação” ambiental e frear as práticas predatórias. Sob tais denominações é que se tem hoje um antagonismo em torno do uso “mais racional” dos recursos florestais. Este antagonismo contrapõe os interesses dos agronegócios, diretamente vinculados aos desmatamentos, à produção de carvão vegetal e aos plantios de grãos, àqueles dos laboratórios de biotecnologia e dos projetos de crédito de carbono, cujas estratégias, cognominadas criticamente de “colonialismo verde”, prevêm a preservação as florestas. São estas formas adjetivadas e dúbias

80. Para um aprofundamento consulte-se vel ho, Otávio G. A fronteira amazônica e o campesinato. in *Capitalismo Autoritário e Campesinato*. São Paulo: Difel, 1976, pp. 193-223.

81. Consulte-se tavares, Vânia Porto et alli. *Colonização dirigida no Brasil – suas possibilidades na região amazônica*. Rio de Janeiro: ipea – inpes, 1972.

que marcam, no momento atual, as diretrizes do discurso das agências multilaterais, das alocações oficiais e do ambientalismo empresarial sobre a Amazônia.

5.

Quais as transformações pelas quais passam os sujeitos da ação ambiental?

No final de 1985 constata-se que agências multilaterais (bird, bid) já estavam deslocando o Estado, que não mais lograva êxito em garantir seus propósitos imediatos e que não conseguira nem dirimir conflitos sociais e litígios, nem construir uma alternativa aos índices alarmantes de devastação ambiental da Amazônia. As críticas à política de incentivos fiscais ressaltavam a ineficácia da ação governamental e sublinhavam as pastagens como “áreas degradadas”. Os artifícios oficiais e reais da “degradação” ensaiam sair de cena, mas não sem antes acusar, mais uma vez, a pequena agricultura de base familiar como responsável pelos desmatamentos e pela derrocada das iniciativas de colonização. A fabricação de discursos estigmatizantes – que falam de “indisciplina para o trabalho”, de “antigos costumes de cultivo”, como a *coivara* e a *capoeira*, e de “indolência” – insinua oficialmente uma polêmica, mas sem criticar o velho esquema interpretativo. Mantém-se, penalizando sempre as denominadas “comunidades tradicionais” e suas modalidades de conhecimento e uso dos recursos naturais, mesmo quando as reconhece formalmente como portadoras de direitos territoriais.

A “razão” não era mais o sujeito da ação do Estado, porquanto torna-se o sujeito da ação dos empreendimentos privados, cujas estratégias empresariais cada vez mais levam em conta o que chamam de “multiculturalismo” ou de uma “diversidade social” controlada por critérios primordialistas. Uma pretensa ob-

jetividade emana deste tipo de controle que é instituído pelas agências multilaterais através de seus manuais de aprovação e implementação de projetos de desenvolvimento. Estes manuais operacionais possuem um léxico específico que inclui termos como: “comunidade”, “participação comunitária”, “solidariedade”, “parceria” e “fortalecimento institucional”, que pré-definem os estatutos e regimentos das associações voluntárias⁸² de quaisquer dos chamados “beneficiários” de projetos, planos ou programas oficiais ou de empreendimentos privados. A noção de comunidade, tal como aquela de etnia, que é utilizada no âmbito destas referidas estratégias atém-se a um critério de agrupamento baseado em laços de consangüinidade e de afinidade, que torna constantes os elementos identitários, retirando-lhes o caráter dinâmico e a possibilidade de transformações mediante distintas contingências históricas.

De meu ponto de vista, o que ocorre, por exemplo, a partir do período de transição que vai de 1985 a 1988, para além dos discursos e para além destas mudanças que deslocam o Estado, é que começa a mudar o sujeito da ação ambiental. Os conflitos sociais, de certo modo, o impuseram. A ação ambiental que até então é entendida como sem sujeito, porque depositava tudo na “razão” e no Estado, passa a ter sujeitos específicos, e passa a ser entendida por uma diversidade social e a ser explicada por uma heterogeneidade de formas de relação com a natureza. Já não se podia mais falar em categorias homogeneizantes como: “produtor”, “agricultor”, “lavrador”, “pescador” ou “extrativista” como meras ocupações econômicas. Tampouco havia eficácia em se persistir na classificação de “figuras típicas”. Esses termos em si estavam sem força explicativa, tornaram-se inócuos, porquanto manifestavam uma existência atomizada que foi inteiramente transformada com as mobilizações políticas, com a consciência

82. Com o propósito de melhor analisar a utilização do termo “comunidade” pelas agências multilaterais, pelas ações governamentais e pelos empreendimentos privados decidi por dispor em anexo o texto que produzi em 2003 intitulado “Distinguir e mobilizar: duplo desafio face às políticas governamentais.” *Revista Tipiti*. São Luis. abong. 2003 pp. 6,7.

ambiental profunda que se fez coextensiva aos movimentos sociais e com o advento de novas identidades coletivas. Os pretendidos fatores constantes e imutáveis das identidades coletivas foram abalados profundamente. Neste processo de mudanças os conflitos sócio-ambientais apareceram colados com as reivindicações de territórios específicos, porque o que passa a ser colocado em jogo é o critério de autodefinição objetivado na emergência daquelas identidades coletivas. O que passa a importar é como esses grupos sociais se auto definem e chamam a si mesmos, e não mais como os outros os designam. Não importa mais como o Estado, os grandes empreendimentos econômicos ou os eruditos os classificam ou querem classificar. Já não se catalogam pessoas como se catalogavam “indivíduos” e “espécies” da natureza e as “variedades” não correspondem à diversidade social. Assim, em vez de ter apenas uma “razão” em pauta passamos a ter múltiplas. Estamos diante hoje, sobretudo a partir de 1988, de múltiplas racionalidades concorrentes, implodindo com a idéia de um “racional superior” alimentado secularmente pelo colonialismo. Trata-se do reconhecimento jurídico-formal de uma diversidade social liberta da moldura fisiográfica. A resposta à estimatização, portanto, é que impulsiona as múltiplas identidades regionais⁸³ (Bourdieu, 1989:126) e reforça as formas organizativas produzindo territorialidades específicas. A reivindicação de novas identidades coletivas tem nas lutas pela terra, pela afirmação de formas intrínsecas de se relacionar com a floresta e pela oficialização das línguas indígenas⁸⁴ ou ainda nas lutas pelo reconhecimento de seus direitos territoriais uma justificação “objetiva”.

Os extrativismos, em decorrência, não podem mais ser reduzidos a uma única expressão. A denominada *roça* já não é um elemento classificado como homogêneo na Amazônia, já que ela

83. Estamos considerando o significado de “regional” consoante bourdieu, p. “A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região”, in *O Poder Simbólico*. São Paulo: Difel, 1989, pp. 107-132.

84. Consulte-se: al meida, a.w.b. de (org) *Terra das Línguas-Lei municipal de oficialização de línguas indígenas. São Gabriel da Cachoeira (am)*. Manaus. ppgsca /ufam-ppgsca, 2007.

aparece diferentemente para uma trabalhadora agroextrativista, que se autodesigna como “quebradeira de coco babaçu”, ou para um seringueiro, ou para um ribeirinho ou para um pescador artesanal. A chamada *roça* não ocupa os mesmos lugares culturalmente e nem as variedades de mandioca que são utilizadas para períodos mais longos ou de média e de curta duração. Há uma variedade expressiva de espécies e os usos são igualmente vários e inseparáveis de suas formas de classificação. Não há mais extensos inventários sobre espécies de mandioca, de guaraná, de castanha, de “seringa” como ocorreu notadamente de 1910 a 1960, apenas enumerando variedades e desligados das práticas dos agentes sociais específicos que as cultivam e delas fazem uso de maneira diferenciada. Qualquer classificação de instrumentos de pesca, de equipamentos agrícolas, de peças de cerâmica ou de cestaria, passa necessariamente por quem os produziu. Quem produz se sobrepõe ao produto de seu trabalho, principalmente pela interlocução política e por se apresentar como detentor de um saber específico e não pela produção considerada em si mesma.⁸⁵ Isto redireciona as pesquisas agrônômicas que se dedicavam tão somente a classificar as variedades de mandioca, elidindo os agentes sociais que sobre elas detinham um conhecimento concreto. Há uma diversidade de combinações entre as formas de apropriação e uso dos demais recursos (hídricos, florestais e do solo), que levam os agentes sociais a se verem a si mesmos como distintos daqueles que os circundam. A percepção destas diferenças, antes só sentidas incidentalmente, ganha corpo em associações e formas diferenciadas de representação política. As formas organizativas heterogêneas redesenham a relação com a natureza, redesenhando a própria natureza.

Verifica-se uma ruptura, portanto, com as interpretações prevaletentes na sociedade colonial. O mundo colonial construía uma visão homogênea em termos político-administrativos, quando tratava aqueles que eram considerados “selvagens” e

85. A propósito das classificações dos chamados “roçados” consulte-se: aquino, Txai Terri Valle de e igl érias, Marcelo P. *Kaxinawá do Rio Jordão – História, Território, Economia e Desenvolvimento Sustentado*. Rio Branco (Acre), 1994. 250 p.

“primitivos” na Amazônia. Os “universalistas” acreditavam que os seres humanos eram todos “racionais” e que eles usavam esta racionalidade na solução de seus problemas. Para eles não havia uma cultural superior ou inferior à outra. A diversidade de crenças e práticas consistia uma resposta a soluções diferentes. Os “evolucionistas” impuseram, por seu lado, a noção de estágios de desenvolvimento e a idéia de superioridade das metrópoles vinculada àquela de “progresso”.

Ambas interpretações acham-se abaladas mediante a emergência de novas identidades coletivas objetivadas em movimentos sociais que através de sua diversidade estão redefinindo a Amazônia desde a última década do século xx. A diversidade identitária está impondo re-leituras e revisões de abordagens que se cristalizaram nos meandros do campo da produção intelectual e científica. O exercício de história social dos conceitos e representações coextensivas a uma modalidade de perceber a Amazônia cada vez mais encontra condições de possibilidade para se dobrar. No que concerne ao conhecimento antropológico tais abordagens se confundem com o próprio surgimento e constituição dos fundamentos elementares à estrutura do campo da antropologia no Brasil. Os seus pressupostos colocaram em questão as categorias oficiais utilizadas para delimitar o que as instâncias de poder definiam como “população”, sobretudo a partir do primeiro censo demográfico de 1872.

No período imperial foram iniciados os recenseamentos no Brasil, mas foram os republicanos que investiram mais sistematicamente nos recenseamentos e nas estatísticas, discutindo as categorias censitárias. Foram enumerados a partir daí os diferentes “tipos antropológicos” sob a designação genérica de “população”, reeditando Malthus e seu *Essay on the principle of population*, de 1798. “O homem branco nos trópicos” corria o risco da “degradação”, conforme as teorias de determinismo do meio. Euclides da Cunha exaltou os chamados “sertanejos”, o censo oficial instituiu como categorias censitárias os denominados “caboclos” e os “pretos”, mas todos eram classificados como “inferiores” ou amarrados metaforicamente na natureza:

“sertanejo forte como uma rocha”, “índio ligeiro como as corredeiras” ou “perigoso como os animais selvagens” sem esquecer da metáfora que tem sido constantemente re-atualizada, qual seja: “as raízes negras.” Relações deterministas entre “homem” e “natureza” predominavam nas interpretações eruditas com estas abundantes metáforas geológicas e botânicas.

Nos debates das primeiras décadas do século xx a interpretação positiva da miscigenação de Roquette Pinto⁸⁶ e Gilberto Freyre combatia, por outro lado, os chamados “pessimistas”. O antropólogo Roquette Pinto, in *Ensaio de Antropologia Brasileira*, de 1933, atacava os que viam na imigração européia a redenção do país e confrontava as teses do “branqueamento” como solução:

A antropologia prova que o homem, no Brasil, precisa ser educado e não substituído. (Roquette Pinto, 1933)

De outra parte Oliveira Vianna atalhava com críticas a Roquette, que teria destacado o “tipo antropológico do sertanejo ‘cuiabano’

86. A primeira edição de *rondônia. Anthropologia-Ethnographia* ocorreu em 1917. Foi publicada, no n.º xx dos *Archivos do Museu Nacional* e narra a viagem de Roquette-Pinto, que em 1912 percorreu o Mato Grosso para chegar à Serra do Norte. Partituras musicais, croquis de embarcações, gestualidade indígena, cestarias, abanos, diademas de penas, ornatos nasais, arcabouço de habitações indígenas, cerâmica de barro, carta etnográfica e mapa, bastões, ralos, cabaças pintadas, cabaça com tabaco, cigarros dos índios, colares de sementes, colar de conchas, braceletes, pilões, trançados de rede, trama de tecidos, flechas de ponta lisa e cilíndrica e flechas de ponta de taquara, constituíram algumas das peças que vieram a compor a Coleção Rondon, do Museu Nacional. Roquette Pinto realizou medidas antropométricas e a aplicação do método do “retrato falado”, o método de Bertillon, para caracterizar os “tipos antropológicos”. Roquette inicia *Rondonia* com “a fisionomia geográfica de Mato Grosso”, ou seja, com ênfase no meio físico, reeditando o esquema interpretativo precedente. Utiliza os índices cefálico, nasal e facial, bem como formulas datiloscópias (impressões digitais dos indígenas examinados) para enquadrar os “tipos antropológicos” no que diziam ser a “raça brasileira” ou ainda a “raça americana.” Para tanto discute com Paul Ehrenreich, Topinard, von den Steinen, von Martius e D’Orbigny, discutindo as distinções por estatura, cor da pele, qualidade do cabelo e vocabulário. Expõe também em quadro demonstrativo a “Antropometria dos Índios do Brasil” de autoria de Barbosa Rodrigues. Consoante Roquette: “as fichas anthropometricas do Museu Nacional acham-se documentadas pelas impressões digitaes dos individuos examinados” (p. 79) (sic).

e do sertanejo ‘cearense’ (Viana, 1934: 86), mas não as teria submetido à análise antropológica nem biométrica. Para Viana os critérios de Roquette Pinto eram exatamente os mesmo dos censos oficiais:

Nos recenseamentos de 1872 e 1890, os nossos demografistas oficiais adotaram uma classificação dos tipos antropológicos brasileiros, tomando como critério diferenciador exclusivamente este caráter morfológico: a cor da pele. Daí a divisão da nossa população em quatro grupos étnicos: o dos brancos; o dos negros; o dos caboclos; o dos mulatos. (...) Esta classificação foi adotada também pelo Prof. Roquette Pinto U. Ensaios de Antropologia Brasileira, 1993. (Viana, 1934:59).

Raimundo Lopes, naturalista do Museu Nacional, com os trabalhos sobre pesca e que viriam a compor sua *Antropogeografia* (1956) se alinhava com Roquette Pinto, marcando uma distancia dos que ainda atrelavam necessariamente a antropologia à anatomia como Fróes da Fonseca e Bastos d’Ávila ou dos que a vinculavam à geografia como Silvio Fróes de Abreu. Os naturalistas não mais acreditavam que o meio fosse capaz de agir sobre características hereditárias ou que nas regiões intertropicais ocorria uma “degradação” do “branco europeu”, apesar dele manter aí suas características somáticas e demográficas. A aclimação da “raça branca” nos climas quentes ainda estava, entretanto, na ordem do dia das instituições de pesquisa das metrópoles. As técnicas antropométricas ainda estavam postas na mesa, como suporte do argumento formal, mesmo que sem a força absoluta de cientificidade da qual já haviam usufruído.⁸⁷ Constituíam, todavia, uma espécie de desumanização dos “colonizados”, que lhes roubava tragicamente a humanidade, e que ainda prevalecia no

87. Importa frisar que a última grande expedição científica à Amazônia, aquela à Serra do Norte, em 1938, situa-se exatamente nesta clivagem e nos registros de seus participantes nada mais se verifica de antropometria. Para maiores detalhes consulte-se: Lévi-strauss, c. *Tristes Trópicos*. Lisboa, Martins Fontes, s/d e castro faria, l. e *Um outro olhar-Diário à Expedição à Serra do Norte*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2001.

senso comum de governantes europeus. Sim, na Europa, até pelo menos 1937, viscejavam as Exposições Coloniais Internacionais, em Paris e em Berlim, cujas exposições racistas fascinavam o público. Representantes de “povos” das colônias eram expostos à visitação pública em parques, museus e zoológicos, como o Jardin d’Acclimatation. Os “Kanaks” da Nova Caledônia, depois de expostos em Vincennes, Paris, foram expostos em Berlim.⁸⁸

Exibições similares, envolvendo pigmeus do antigo Congo Belga, haviam ocorrido também nos Estados Unidos nas duas primeiras décadas do século xx. Na Feira Mundial de St. Louis, em 1904, e no zoológico do Bronx, em New York, de 1907 a 1910, foi exibido aos visitantes o pigmeu Ota Benga. Benga foi levado depois a um asilo e morreu de maneira trágica em 1916, suicidando-se com arma de fogo.⁸⁹

88. Cf.ancel, Nicolas; blanchard, Pascal et lemaire, Sandrine “Les zoos humains de la République Coloniale”. *Le Monde Diplomatique*. Août. 2000 pp. 16, 17. Outro artigo destes autores já havia aparecido no *Le Monde* de 16 e 17 de janeiro de 200 com o título de “Zoos Humains”.

89. Benga fora comprado no Congo, em 1903, pelo missionário e explorador norte-americano Samuel Verner, encarregado pelos organizadores da Feira Mundial de St. Louis de levar para os e.u.a. vários pigmeus que comporiam uma “exposição viva” sobre as etapas da evolução da humanidade, e depois de devolve-los à África. Como narra Cynthia Crossen no seu artigo “Um pigmeo en el zoológico del Bronx”, publicado in *The Wall Street Journal Américas*, de 11/02/2006, pág. 16: “Al término de la Feria Mundial, Verner cumplió lo prometido y devolvió a los pigmeos a sus villas africanas. Pero la casa de Benga había sido destruída y su familia estaba muerta. Entonces, Benga decidió volver con Verner a ee.uu., quien regresaba con una cartga de chimpances, culebras y marfiles esculpidos para venderlos a museos y zoológicos. Sin poder vender sus articulos y sin dinero, Verner le pidió al Museo de Historia Natural de Nueva York que albergara a su colección hasta conseguir un comprador. También pidió que albergara a Benga... Benga vivió en el museo algunas semanas, pero pronto se volvió inquieto y se quería ir. Sin querer seguir cuidándolo, las autoridades del museo ofrecieron al zoológico del Bronx, cuyo director vio en ello una gran oportunidad de negocios.

Al principio, Benga podía caminar libremente por los campos del zoológico, pero al poco tiempo lo encerraron en una jaula de monos, acompañado por un orangután llamado Dohong. Los guardias espacian huesos en la jaula para que los afilados dientes de Benga se vieran aún más salvajes.(...) Miles de espectadores acudieron a la exhibición el primer fin de semana. Aunque el espectáculo arrancaba cacajadas.” (...) (crossen, 2006:16). Crossen indica para consultas a respeito: bradford, Phillips and blume, h. *Ota Benga: the pygmy in the Zoo*, New York: Delta Trade Paperback, 1992.

A ruptura com os racismos, com esta classificação de fora que desumaniza, e com esta idéia da “razão” como sujeito, colocando a auto-definição dos agentes sociais no centro da ação é bem recente e traz em si elementos de uma outra forma, de um outro componente explicativo, ou seja, de um outro esquema interpretativo. Enuncia uma ruptura. As pessoas passam a chamar a si mesmas de índios, de seringueiros, de ribeirinhos, de castanheiros, de quebradeiras de coco babaçu, de pescadores, de piaçabeiros, de peconheiros, de quilombolas, e assim serem reconhecidas por seus pares e pelos circundantes. Ao fazê-lo rompem com uma certa idéia da natureza, que antes também os naturalizava, tornando-os indissociáveis de árvores, rios e montanhas ou seja, os diluía dentro dos recursos naturais. Trata-se de um movimento de desnaturalização descrito por agentes sociais diversos, que passam a construir identidades coletivas, representações políticas e sobretudo territorialidades específicas ou espaços sociais construídos para amparar sua maneira de ser e existir.

As imagens dos livros escolares dos anos 1950-70, que ficaram retidas na memória de sucessivas gerações, remetem a desenhos a bico de pena de Percy Lau, a saber: um “seringueiro” de costas, talhando uma seringueira, com um rifle traçado e uma poronga ou um chapéu na cabeça. A “quebradeira de coco babaçu” consistia na figura de uma mulher sentada, pano na cabeça, com o gume do machado voltado para cima, batendo fortemente com um pedaço de pau no coquilho de encontro à lâmina do machado, o “vaqueiro de Marajó”, laçando o gado em disparada ou montado em búfalos nos campos alagados, o “pescador” de pirarucu, os “canoeiros” e a “vendedora de tacacá”. Constituíam as chamadas “figuras típicas” ou “os tipos e aspectos do Brasil.” Uma vez combinados significavam um “retrato do Brasil” e a expressão regionalista na “consciência nacional”. Quer dizer, todas aquelas imagens das “figuras típicas”, que o ibge construiu nos anos 1950, 60 e 70, representavam oficialmente um símbolo do homem na Amazônia⁹⁰ (e também no cerrado, no sertão, nos

90. A sudam, em 1966, com prefácio de Leandro Tocantins e capa de Luiz de Miranda Correa reeditava, em duas edições consecutivas, excertos da publicação do Conselho

pampas, nas minas gerais) engolfado pela floresta, confundido com as árvores, com as águas e com a fauna. Neste sentido, tangenciando personagens folclóricos, constituíam populações naturalizadas, biologizadas, emolduradas no quadro natural que as dominava. Ora, essas “populações” se libertaram da natureza a partir dos anos 1985-1988. Tornaram-se agentes sociais, tornaram-se ativos. Quebraram a moldura do quadro natural. O índio procura se separar das árvores, a quebradeira de coco babaçu se separa das palmeiras, o castanheiro da castanheira, o ribeirinho das beiras-rio, o pescador das águas, o quilombola dos lugares remotos, isolados e da eterna condição de foragido e o seringueiro das imensas seringueiras. Libertam-se dos lugares-comuns que cristalizaram suas imagens na vida social, inclusive nos livros escolares. Neste processo de ruptura passam a ser os sujeitos da ação, separados radicalmente da natureza, e não mais aceitam ser entendidos como produto ou parte dela, não mais aceitam ser exibidos em Jardins Botânicos ou em exposições ao vivo de museus ou em zoológicos. Ao contrário passam a intervir nas políticas conservacionistas dos jardins botânicos, através de uma consciência ambiental aguda, passam a se impor às exposições de museus e centros culturais,⁹¹ através de uma

Nacional de Geografia intitulada *Tipos e Aspectos do Brasil*, com ilustrações de Percy Lau. O livro editado pela sudam tinha como título *Amazônia: tipos e aspectos*. Contemplava os “arpoadores de jacaré”, o “caboclo amazônico”, “canoeiros”, “pescadores”, “seringueiros”, “regatões”, “vaqueiros” (do Marajó e do Rio Branco), “garimpeiros”, “vendedora de tacacá”... Uma nota da 2.^a edição explicava aos leitores que aquela edição vinha “acrescida dos três últimos tipos”, ou seja, a lista poderia aumentar. E é o que de fato sucede, quando Samuel Benchimol em *Amazônia-formação social e cultural*, em 1999, uma lista dos que comporiam os “povos ribeirinhos: atores e labores” (Benchimol, 1999:28). Esta lista totaliza 63. “diferentes tipos humanos” (Benchimol, ibid.) e inicia com “fazendeiros, vaqueiros e criadores de boi e búfalo em Marajó (...)” até os “contadores de estórias, mitos e lendas do Diabo sem Cu- que cagava pela boca- dos índios Tukano (...)” (Benchimol, ibid. 31), passando por “parauaras”, “coletores de castanha”, “piaçabeiros”, “tiradores de pau-rosa”, “brincantes dos bumbas”, “cultivadores de juta e malva”, “curandeiros”, “descendentes de cabanos, quilombolas, negros foragidos”, “peixeiros”, “fabricantes de mixira” e tantos outros. Os impressionismos prosseguiram orientando as classificações, que sempre se pretenderam as mais “reais”, “verdadeiras” e autoevidentes já que estariam idealmente ao alcance de qualquer um para ver e comprovar.

91. Para efeitos de ilustração consulte-se o livro da exposição realizada, no Museu

mobilização político-organizativa que os torna uma questão da ordem do dia.

O sujeito da ação, organizado em representação política, torna-se, portanto, ativo, dinâmico e inverte a imobilização do “sujeito biologizado” e passivo do esquema interpretativo anterior. Esta transformação traz consigo uma nova forma de conhecer, uma maneira peculiar de manejo florestal, que agora as políticas governamentais em certa medida estão incorporando, mesmo que lentamente e com imperfeições. Mais recentemente instituíram um “projeto de assentamento quilombola”, um “projeto de assentamento agroextrativista” e uma “reserva extrativista.” Ademais não soa estranho que uma quebradeira de coco babaçu faça palestras sobre as formas de uso comum dos recursos naturais no Museu da República, no Rio de Janeiro, ou que um seringueiro discuta sua condição no Jardim Botânico.⁹² Os governos passam a tentar buscar figuras de direito que se coadunem com aquelas formas específicas de manejo e com essa diversidade social e identitária. Eu interpreto isso como uma “politização da natureza.” Considero que esses grupos se erigiram em identidades coletivas, expressando uma autoconsciência cultural, e transformaram o seu saber numa expressão política de afirmação da sua identidade. Hoje não é mais possível pensá-los como “populações” ou como “coletividades”, consoante o vocabulário dos naturalistas. Nem para a pesquisa acadêmica, nem para as políticas governamentais é possível pensar uma ação ou uma intervenção localizada sem passar pelo filtro dessas identidades coletivas. Elas se objetivaram em movimentos. Por força das mobilizações elas se constituíram em movimentos sociais, voltados também para a reprodução física e social de povos e grupos, e não são apenas movimentos políticos. Manifestam uma forma de organização que é diferente daquela proposta pelos governos. Digo isto porque esse

Nacional, *Lonas e Bandeiras em Terras Pernambucanas*, curadoria da antropóloga Lygia Sigaud e concepção de André Weller. Rio de Janeiro agosto-novembro de 2002.

92. Estas palestras ocorreram em maio de 2003. A liderança do miqcb que as proferiu foi D. Maria Adelina, do Projeto de Assentamento de São José dos Moura, do Município de Lima Campos, Estado do Maranhão.

discurso atual do “participativo”, do “comunitário”, do “solidário” é também o discurso das agências multilaterais, é o que encontramos em toda literatura do Banco Mundial (bird) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (bid), em toda literatura do ppg-7 e da cooperação financeira internacional. A exigência é que o projeto tem que ser “participativo” ou adotar técnicas de “participação comunitária” para poder ser aprovado. E os órgãos governamentais passaram a incorporar isso burocraticamente, sem refletir mais profundamente sobre a passagem dos “sujeitos biologizados” para “sujeitos sociais.” Diluem tudo na manualização imposta pelas agências multilaterais que falam explicitamente em “etnia”, em “gênero” e em “diferença”, mas organizando os grupos sociais de cima para baixo e com critérios étnicos de fundamento primordialistas. Tais critérios não admitem a autonomia que de fato está adquirindo na Amazônia, no momento atual, uma diversidade de agentes sociais, através de mobilizações político-organizativas, que já contrariam as políticas de inspiração neoliberal.⁹³ Isto está ocorrendo, sobretudo, pelas diferentes maneiras como tais agentes sociais estão adquirindo uma autoconsciência cultural e exercendo plenamente seu direito de autodefinição.

Assim, o que aparenta ser um sinal de avanço em verdade contém uma complexidade traduzida num campo de lutas renhidas. A nova exigência dos manuais do bird⁹⁴ para aprovar projetos está sendo reinterpretada e vivida por esses grupos como uma forma também de relativizar uma visão cientificista, que durante todo o tempo se apoiou num biologismo extremado. E isto não é só estendido à burocracia das agências multilaterais e do Estado, é também estendido à burocracia de grandes ong’s, co-autores da imposição de um biologismo “renovado”, que acaba não respeitando as diferentes “tradições.” No seu pragmatismo

93. Para uma discussão do conceito de etnia elaborado nos laboratórios das agências multilaterais leia-se: ranci re, Jacques. “Borges   Sarajevo” in *Chroniques des temps consensuels*. Paris: Éditions du Seuil, 2005, pp. 15-19. (Este artigo data de 1996 e apareceu pela primeira vez no caderno “Mais” da *Folha de São Paulo*, em 19 de março de 1997, sob o título “Os Ossu rios da purificação étnica”).

94. Consulte-se: al meida, a.w.b. de. “Distinguir e mobilizar: duplo desafio face às políticas governamentais.” *Tipiti*. São Luis: Abong, 2003, pp. 6, 7.

esta burocracia é deveras etnocêntrica, procedendo como os administradores da sociedade colonial: homogeneizando, “clasificando de fora” com critérios pretensamente objetivos e planejando. Ao proceder assim ela se coloca como disputando a legitimidade de falar em nome da preservação ambiental da Amazônia, se coloca nas disputas pela mediação como se detivesse o poder da delegação, de falar em nome de agentes sociais que se autodefinem como povos indígenas, como quilombolas e também como seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos e pescadores. Ora, estas identidades coletivas objetivadas em movimentos sociais tem recusado frontalmente o porta-vozismo. Não preciso reiterar, portanto, que este tipo de intervenção externa e de pretensão mediadora tem levado a conflitos com os agentes de situações sociais localizadas e com as mobilizações encetadas pelos movimentos sociais.

Assim, o que nós encontramos hoje nos trabalhos de campo é a afirmação de uma diversidade por diferentes agentes sociais. São eles próprios que passam a externar a consciência de si e de seu modo de ser. Este talvez seja o maior desafio colocado para quem trabalha com a chamada “agricultura tropical”. O desafio de reconhecer a importância do conhecimento concreto de situações concretas, que faz com que cada um não seja tratado pela simples atividade econômica ou pela sua ocupação, como “agricultor” ou como “produtor”, mas sim através da própria autodefinição, constitui um enfoque que contraria as generalidades dos “modelos” elaborados para o chamado “desenvolvimento sustentável” da Amazônia. Indagar e perceber como os grupos se autodefinem e se colocam, pode nos aproximar da explicação de como cada grupo forja o seu próprio instrumento de transformação da realidade. A consciência ambiental aguda e a mobilização pela preservação da natureza, como os seringueiros tornaram públicos os chamados “empates”, nos anos de 1973 a 1989, impedindo os desmatamentos, bem evidenciam isto.

Acho que o desafio colocado aos cientistas é deveras complexo. Ele traz em si também uma outra maneira de definir a idéia de “terra.” Usualmente nós separávamos “terra” de “terri-

tório”; a terra na sua “fiscalidade” ou dimensão geográfica e o território, por sua vez, incorporava elementos identitários, incorporava elementos de cultura. Agora é outra a colocação do problema de acesso aos recursos naturais e de construção social da “natureza.” As mobilizações políticas contra a derrubada de seringueiras, de palmeiras e de castanheiras erodiram as antigas distinções. A afirmação do uso comum tornou-se uma consigna imprescindível e consiste num dos mais destacados fatores da invenção do tradicional como reivindicação do presente.⁹⁵

Vou convidar vocês para pensarmos em processos de territorialização que estão em curso, e não tanto em terra, nem tanto em território, mas em diferentes processos de territorialização que estão em curso na Amazônia e cujos resultados remetem à consolidação de “territorialidades específicas.” Estes processos diferenciados de territorialização, evidenciam os agentes sociais como sujeitos que estão mobilizados pelo reconhecimento de seus direitos de livre acesso aos recursos naturais. Eles levam em conta uma redefinição do que se chama de “conhecimento tradicional”, ao viabilizarem o reconhecimento jurídico-formal de formas de acesso aos recursos naturais não mediadas exclusivamente pelo direito de propriedade ou mais precisamente pela propriedade privada. Há uma multiplicidade de formas de propriedade, que se entrecruzam na vida social, e suas articulações com os múltiplos usos de recursos naturais exigiria uma pesquisa sistemática e compendiosos volumes. Há simultaneamente uma pluralidade de formas de uso que estimula distinções. Verifica-se

95. Hobsbawm utiliza a expressão “tradições inventadas.” Para ele: “O termo “tradição inventada” é utilizado num sentido amplo, mas nunca indefinido. Inclui tanto as “tradições” realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo- às vezes coisa de poucos anos apenas – e se estabeleceram com enorme rapidez” (Hobsbawm, 2002:9). Para um aprofundamento consulte-se: hobsbawm, e. e Ranger, T. (orgs) *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997 (trad. de Celina Cardim Cavalcante).

Esta interpretação pode ser aproximada daquela de Marshall Sahlins para quem “todas as tradições são “inventadas” no e para os objetivos do presente” (Sahlins, 2004:507). Consulte-se sahl ins, m. “Adeus aos tristes tropos: a etnografia no contexto da moderna história mundial” in *Cultura na Prática*. Rio de Janeiro: Editora ufrj, 2004, pp. 503-534.

que há ribeirinhos na Amazônia que possuem terras de cultivo em comum durante o verão. Na estação chuvosa, entretanto, com as alagações as terras de cultivo tornam-se escassas e tendem a ser apropriadas de maneira individual por unidades familiares. Os terrenos de caça são igualmente comuns para os ribeirinhos, que deles excluem, entretanto, quaisquer pessoas estranhas às unidades familiares que compõem o que chamam de “comunidade.” Embora os recursos sejam considerados abertos verificam-se apropriações individuais, permanentes e temporárias, apropriações familiares e apropriações comunais. Há também diferenças consideráveis, quanto às formas de uso, entre uma reserva extrativista controlada por quebradeiras de coco babaçu e uma reserva extrativista controlada por seringueiros. No caso do uso comum das pastagens dos campos naturais do Golfão Maranhense, e das campinas e campinaranas, que se distribuem por diferentes regiões da Amazônia, verifica-se que os recursos são considerados abertos e o rebanho pasteja junto, mas as unidades familiares reconhecem a propriedade individual sobre o gado, ou seja, cada unidade familiar possuiria suas próprias reses.

Estão colocados em questão significados distintos do uso “comum”, “comunal”, “coletivo” e/ou “comunitário” dos recursos naturais. Tratar tudo como formas coletivas pode ser uma impropriedade porque não é isso que está em jogo, não é uma organização coletiva que está em jogo, são maneiras diferenciadas de uso, combinando apropriações privadas com apropriações de uso comum seja dos recursos florestais, hídricos e do solo. Tratar simplesmente como comunal pode ser uma perigosa volta à comunalidade, que justamente liga o homem à terra como o feudalismo preconizava. Os riscos do termo “comunitário” já são mais conhecidos pelas suas implicações oficiais, religiosas e folclóricas e pela ilusão de um todo coeso e indiviso. Talvez importe considerar uma forma plural que combine, de maneira concomitante, diferentes modalidades de apropriação dos recursos. Acho que esse elemento plural articulado com uma consciência ambiental dos agentes sociais e seus movimentos também nos ajuda a pensar de outro modo a conceituação de “degradação” dos recursos naturais.

6.

Conhecimentos tradicionais e sujeitos sociais

Gostaria de retomar novamente o fio desta exposição, recuperando historicamente a ação dos jesuítas em Marajó. Qual a estimativa de vocês, quanto ao tamanho do rebanho das fazendas dos jesuítas na Ilha? Os que já viajaram pelo rio Arari, indo em direção a Santa Cruz e logo depois de passar por Cachoeira do Arari, recordam-se certamente das várias edificações assobradas que se debruçam às margens do rio. Destaca-se na paisagem a sede da fazenda Arari, que foi um colégio de jesuítas. A sede desta fazenda encontra-se em perfeitas condições, com a sua estrutura arquitetônica inteiramente montada, e revela pujança inusual. Mas vocês tem uma estimativa de qual era a dimensão daquele rebanho, administrado a partir de sedes como esta? Pois bem, pasmem. É superior a 120 mil cabeças de gado. Os inventários de época e a ação judicial dos jesuítas contra o estado português,⁹⁶ indicam este montante. Se formos enumerar os currais, só para se estimar sua extensão, vamos também nos admirar. Os administradores coloniais não contestaram estes números. Exemplifico isto para lembrar que é preciso relativizar, quando se insiste em falar em “degradação” hoje, através de séries estatísticas, recenseamentos e demais quantificações, que imaginamos sempre referirem-se a períodos mais recentes. Aliás, há autores que sublinham que para falar da pecuária, por exemplo, importaria falar em relações sociais de trabalho e de produção, antes que em tamanho do rebanho. Para outros autores importaria focalizar como os agentes sociais representam os recursos naturais, em termos de uso continuado, como rejeitam práticas predatórias. Já para outros autores caberia ainda sublinhar como foram introduzidas massivamente e em nome do “mais racional” novas

96. Para outros dados consulte-se: *Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará*. Tomo Oitavo. Belém: Typ. I. L. S., 1913, pp. 25-37.

espécies, como os bubalinos nos campos abertos do Golfão Maranhense, na Ilha de Marajó e nos campos de várzeas do Baixo Amazonas, notadamente em Santarém, provocando uma devastação sem limites e conflitos sociais que se mantém. Aliás, vale registrar que savanas, campinas, campinaranas e campos de várzea e de terra firme tem sido inteiramente destruídos por empreendimentos econômicos apresentados como os mais “modernos e racionais.” A introdução dos búfalos provocou degradação com alterações profundas de ordem cultural em todas estas regiões citadas e todas elas permanecem como áreas críticas de tensão e conflito.

Mencionei anteriormente os viajantes e administradores reais porque eles atestaram o grau de “devastação” das matas, no período colonial, pelos estabelecimentos de agricultura tropical. Por onde o engenheiro militar Pereira do Lago passava, entre 1815 e 1819, demandando Belém a partir de São Luis, ele anotava o seguinte: as grandes plantações de algodão já destruíram tudo, não vejo uma árvore em pé, estou viajando há 4 dias e não encontro nada, e ele fornece dados relativos aos dias e a quantas léguas está viajando pelo Maranhão no sentido do Pará. José Bonifácio de Andrada e Silva, que tinha formação em engenharia de minas, pouco mais tarde, sublinharia as matas completamente destruídas na costa e no delta dos tantos rios.

As *plantations* iniciaram seu declínio, como sublinha E. Hobsbawm com relação ao fim do século xvii, e os índios, escravos, alforriados e pequenos agricultores, que constituíram um campesinato livre, pelas suas práticas de preservação permitiram uma reconstituição das florestas. São suas as áreas mais preservadas atualmente. Em certa medida construíram e permanecem construindo a natureza, não obstante os antagonismos com os grandes projetos desenvolvimentistas. Quer dizer, houve e está havendo um processo de recuperação continuada e não é difícil detectar quem são seus sujeitos. As respostas às perguntas bem os situam: quem está se opondo vigorosamente aos desmatamentos? Quem está conservando aguadas e florestas? Quem faz uso efetivo dos recursos, conservando-os? Quem está recupe-

rando terras que lhes foram usurpadas e jazem devastadas? E, por outro lado, a estranha contrapartida: para quem são destinadas as concessões de terras públicas? Para quem são direcionadas as concessões de florestas públicas?

Hoje, nestas situações críticas de conflito e tensão social, com intensidade de transações de compra e venda de terras, de concessões de terras públicas e de recadastramentos de imóveis rurais, há outro instrumento que está em jogo, também, de uma maneira muito forte, que é o conceito de mercado. Tudo justifica e quase-tudo explica. Mas, talvez fosse mais adequado falar em circuitos de mercado e descrevê-los em suas especificidades. Isto porque estamos substantivando estudos de viabilidade econômica dos cultivos que são oficialmente orientados ou das culturas agrícolas que são sugeridas pelos técnicos governamentais para serem adotadas, seja em projetos de assentamento ou em outras formas de intervenção oficial. A denominada “viabilidade econômica” atém-se à circulação de produtos e não leva em conta as modalidades de cálculo intrínsecas aos grupos sociais focalizados, nem tão pouco as culturas alimentares a que se dedicam.

Nós temos analisado muito pouco os fracassos desta intervenção ou o fracasso dessa ilusão de ciência e desta aparência de rigor. Tal malogro tem sido estudado, porque o incentivo aos cultivos de acerola, de abacaxi e outras frutas, no âmbito dos Projetos de Assentamento/Incra, tem gerado problemas na circulação. E isto parece recorrente no tempo. Basta consultar a documentação da spvea, consultar a documentação da Sudam e consultar a documentação do ppg-7 sobre os “projetos demonstrativos”, produzida pelos especialistas de empresas de consultoria e de instituições congêneres. Em todas estas experiências malogradas houve pareceres técnicos, houve relatórios de agrônomos, de engenheiros, de geógrafos, de sociólogos e de antropólogos. Há um vasto repertório de “laudos técnicos” amparando os projetos econômicos seja em quilombos, em aldeias indígenas, em Resex, em projetos de assentamento de quebradeiras de coco babaçu, de ribeirinhos e de seringueiros. Quer dizer, houve uma tentativa do conhecimento formal de sublinhar o que seria mais

viável, usando um conceito “absolutista” de mercado. Foram ignoradas as possibilidades de entender o mercado de maneira “plural”, com circuitos diferenciados, onde cada povo ou grupo entra de uma maneira diferente e efetua trocas de modo particular, consoante seus atributos culturais intrínsecos. Traçaram tudo como se o “natural” do pensamento burocrático fosse entender essas produções, inclusive as familiares, da mesma forma como entendem a circulação das *commodities*. Imaginaram um único circuito como se fossem mercadorias semelhantes, formalmente definidas, sem as mediações de etnia, de unidades familiares, de cultura, de consciência ambiental e de critérios político-organizativos intrínsecos. Isto também encerra um certo equívoco, porque esses circuitos de mercado são distintos entre si, envolvendo agentes e agências peculiares. Por outro lado, também não é verdadeiro dizer que aqueles agentes sociais referidos às realidades localizadas só produzem para a sua sobrevivência. Isto tampouco parece verdadeiro, essa é uma outra ruptura e mais conhecida de todos. Derivam dela as designações inapropriadas de “agricultura no toco”, “queimadas”, “coivaras” e outras formas que “detratam” ou “desclassificam” a relação destes agentes sociais com a natureza.

Do ponto de vista organizacional, o exemplo maior que encontrei diz respeito à relação entre os conhecimentos tradicionais, detidos pelos sujeitos sociais, e a sua dimensão política. O Encontro dos pajés em São Luis e Manaus, em 2001 e 2002, delineou a posição dos povos indígenas face às decisões da Organização Mundial de Comércio sobre como patentear determinados conhecimentos. Nestas duas reuniões dos pajés da Amazônia, realizadas em 2001 e 2002, foram aprovadas cartas dirigidas à Organização Mundial de Comércio onde se discute os procedimentos que estão sendo adotados pela omc frente aos conhecimentos tradicionais.⁹⁷

97. Cf. *Primeira Conferencia de Pajés do Amazonas. Carta de Manaus.* “Biodiversidade e Direito de Propriedade Intelectual. Proteção e garantia do conhecimento tradicional. Manaus. fepi/sebrae/inpa/fiocruz, 22 a 25 de agosto de 2002.

Consulte-se também: *Carta de São Luis do Maranhão*, 6 de dezembro de 2001.

A posição da Organização Mundial de Comércio é patentear absolutamente tudo, patentear todas as formas de conhecimento, inclusive o conhecimento folclórico, o conhecimento religioso, tudo aquilo que disser respeito ao conhecimento da natureza deverá ser patenteado. E os pajés, eles evocaram a dimensão do sagrado para dizer que nem todo conhecimento pode ser convertido nessa matéria circulante que a idéia neoliberal pretende instituir, transformando tudo em mercadoria.

Por que esse conhecimento não se transforma em mercadoria? Penso que essa indagação é relevante, sobretudo com respeito às iniciativas dos chamados “bancos de semente.” Há experiências hoje na ufpa e em outros centros universitários, mas há também experiências dos próprios grupos que reiteram o princípio de que o fato de deterem o conhecimento do patrimônio genético é uma forma de dialogar com a pesquisa científica, que sempre partiria dos pré-conhecimentos ou dos saberes práticos que esses grupos localizados já tem da natureza. Isto ocorreu nas pesquisas com respeito à pupunha, ao babaçu e ao jaborandi dentre outros. Ocorre com pesquisas referentes a várias espécies da Amazônia.

O fato de termos identidades políticas como seringueiro e quebradeira de côco babaçu, referidas a uma forma organizativa como o Conselho Nacional de Seringueiros ou o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, traz consigo novas modalidades de percepção e de conhecimento. Organizações como estas se cercam, inclusive, de pesquisadores científicos e de assessores técnicos para pensar formas específicas de estabelecer planos de manejo. Os movimentos sociais neste sentido expressam um jogo que não é só de poder, que não se restringe a mobilizações políticas, mas que é também um jogo de saberes diversos coadunados com a reprodução social. O que está em questão é isto. É uma disputa pela legitimidade de conhecimentos elementares. Neste sentido as políticas, tanto ativam o capital militante,⁹⁸ de um lado, quanto os corpos técnicos burocrático-

98. A noção de “capital militante” designa a diversidade de formas de engajamentos, de militâncias, dos saberes práticos adquiridos, permitindo uma ação coletiva numa cena

administrativos, de outro. Em decorrência tem sido possível verificar que carreiras militantes⁹⁹ se projetam na vida política, segundo modalidades particulares de ação coletiva e de mobilização, se distanciando das divisões usualmente adotadas pelos estudiosos. As clivagens que privilegiam os partidos políticos ao distinguir “movimentos pré-políticos” de “movimentos políticos”, tal como sugere Hobsbawm, parecem perder força explicativa, como também perdem força distintiva os elementos usualmente referidos à oposição entre etnia e classe social. As unidades de mobilização¹⁰⁰ rompem com a rigidez desta oposição através de uma ação política coletiva, que aproxima e separa, consoante fatores contingentes referidos às situações específicas de conflito e de luta. Tanto podem ser critérios gerais de consciência ambiental e de gênero, quanto fatores religiosos, econômicos e de autoconsciência cultural, que compreendem os saberes imateriais atrelados todos eles a realidades localizadas. Não estaria havendo, portanto, um processo de continuidade ou de correspondência direta entre movimentos sociais e partidos políticos ainda que se possa verificar que há lideranças que se encastelaram nas burocracias partidárias. Trata-se de um período de relações difíceis

política longe de estar unificada. Acrescentei a esta noção aquela dos conhecimentos sobre a natureza e sua transformação, fazendo deles atos políticos colocados à mesa de negociação nas situações de conflito aberto. Esta noção, de que aqui faço uso, foi inspirada nos trabalhos publicados in “Le capital militant (1) engagements improbables, apprentissages et techniques de lutte” *Actes de la recherche en Sciences Sociales*, n.º 155, décembre 2004 e “Le capital militant (2) Crises politiques et reconversions: mai 68”. *Actes de la recherche en sciences sociales*. 158 juin 2005.

99. Leia-se “L’engagement em questions. Regards sur les pratiques militants.” *Contre-temps*, n.º 19 mai. 2007. Paris: Les éditions Textuel, 2007, pp. 12-15. Dir. de publication: Daniel Bensaid.

Leia-se também: O. Fillieule (dir) *Le Désengagement Militant*. Paris: Belin, 2005.

100. Este conceito de unidade de mobilização refere-se à aglutinação de interesses específicos de grupos sociais não necessariamente homogêneos, que são aproximados circunstancialmente pelo poder nivelador da intervenção do Estado – através de políticas desenvolvimentistas, tais como as chamadas obras de infraestrutura que requerem deslocamentos compulsórios. São estas referidas unidades que, nos desdobramentos de suas ações reivindicativas, possibilitaram a consolidação de movimentos sociais como o Movimento dos Atingidos por Barragens (mab) e o Movimento dos Atingidos pela Base de Foguetes de Alcântara (mabe), entre outros.

entre movimentos sociais e partidos políticos. O militatismo está passando por uma tensão constante, ora confundindo-se com as ações governamentais, ora enfrentando crises sucessivas de representação. O saber militante, no plano destas unidades de mobilização, acaba tendo por exigência manter raízes locais profundas e interlocução permanente com os saberes práticos da vida cotidiana de povos e comunidades tradicionais.

Enfim, nós estamos vivendo hoje uma disputa acirrada no plano dos conhecimentos, e isso interfere, primeiro, na forma como as tecnologias são incorporadas pelos grupos. As tecnologias são incorporadas em diferentes graus e de maneira diferenciada, e o que media isso ou o que condiciona isso, conforme a proposição deste seminário, pode ser um fator étnico. As etnias são várias e não se reduzem só aos povos indígenas, refiro-me também a outros povos e comunidades tradicionais e principalmente aos quilombolas. Quero mencionar, sobretudo, o Baixo Amazonas, o Tocantins e o Maranhão e as grandes concentrações quilombolas. Ressalto a grande concentração que há também na Pré-Amazônia maranhense e no Baixo Tocantins. A desagregação das lavouras algodoeiras e das plantações de cana-de-açúcar trouxe consigo uma outra expressão social. Na literatura norte-americana, com Sidney Mintz, por exemplo, seria a emergência de um protocampesinato escravo, convertido em *black farmers*, que produzem um conhecimento que é muito diferente daquele da *plantation*. No Brasil a emergência de um campesinato livre é que marca esta distinção. Quer dizer, houve um momento em que agências do mercado externo disciplinavam técnicas de cultivo e de beneficiamento, e talvez por isso esse conhecimento tenha sido todo gerado para fora. Com a desagregação das grandes plantações e das empresas extrativistas, os saberes práticos, concernentes ao extrativismo, aos cultivos e ao conhecimento aprofundado dos recursos naturais, ficaram com ex-escravos, indígenas, alforriados e quilombolas e também com seringueiros, quebradeiras de coco babaçu e castanheiros.

Num breve esquema, e com todos os riscos da tentação de generalizar, pode-se esboçar indícios de uma proposta de

periodização: em 1912, com o Plano de Defesa da Amazônia, que é o primeiro plano para a Amazônia, tudo começa a se voltar prioritariamente para o mercado interno. Para Velho tem-se a formação de um campesinato livre na Amazônia, reforçada pela frente nordestina (Velho, 1976). A emergência de unidades de produtores baseadas no trabalho familiar supre as necessidades básicas, bem como aquelas das pequenas cidades. No intervalo de 1912 até 1942 seria esta a tendência predominante, embora tenha ocorrido a tentativa da Companhia Ford Industrial do Brasil, em 1929, no Tapajós, de estabelecer uma grande plantação de seringueiras. Com o Acordo de Washington, em 1942, tudo se volta para o mercado externo outra vez. Com o fim da guerra o Plano salte, que foi o primeiro ensaio de planejamento econômico do país, centrado em alimentação, transporte e energia, fortaleceu a pressão da indústria paulista, que demandava óleos vegetais e outros produtos extrativos, consagrando a ruptura do Acordo. Em 1953 com a spvea os governos novamente ressaltam o mercado interno e esta tendência se mantém até 1962/63 com o Plano Trienal, elaborado pelo então Ministro do Planejamento, economista Celso Furtado. A economia extrativista foi mantida num pêndulo, mas os saberes práticos e o conhecimento profundo dos ecossistemas foram consolidados nas mãos dos trabalhadores agroextrativistas, mesmo quando o paeg (Plano de Ação Econômica do Governo), de 1964/65, da ditadura do General Castelo Branco, elaborado pelo economista Roberto Campos, redirecionou os esforços governamentais para os grandes empreendimentos transnacionais e o mercado externo. Este é o ponto.

Em virtude disto é que volto a repetir que os estudos de viabilidade econômica tem que ser rigorosamente elaborados, porque já há um esquema interpretativo que os predefine, é como se quando os técnicos fossem falar já soubéssemos o que eles vão dizer, já são discursos pré-dados, e esse pré-conhecimento da Amazônia é uma visão preconceituosa no meu entender, é uma forma de desconhecimento. É a forma evolucionista que colonialisticamente está colocada para “desconhecer a Amazônia” pelo menosprezo do sistema econômico intrínseco aos sujeitos

sociais que se afirmam como “povos” e como detentores dos saberes tradicionais. Um dos principais elementos do desconhecimento da Amazônia, com já foi observado, tem sido produzido pelos aparatos de poder, tem sido o Estado.¹⁰¹ No trabalho *Cara-jás: A Guerra dos Mapas*, em 1993, busquei sublinhar que o desconhecimento e o descontrole na ação do Estado constituem uma forma deliberada de controle social exercida pela dominação. O descontrole seria uma forma de controle.

Não consigo entender, portanto, esta idéia de “degradação” sem sujeito, sem mencionar explicitamente o sujeito da ação. Acho que nós temos que nos indagar o tempo todo através desta reflexão, porque ela nos ajuda a tentar responder a questões, tais como: por que os chamados produtores não estão incorporando tecnologia numa escala necessária, consoante os planejadores? Qual o instrumental necessário para tanto?

Ora, se ignorarmos os sujeitos dessas ações, se ignorarmos os conhecimentos específicos, se ignorarmos como esses grupos hoje estão se territorializando e se organizando política e economicamente, perdemos de vista os processos reais em jogo. O risco de fracasso de qualquer intervenção oficial torna-se uma probabilidade maior.

Foi muito falado aqui, infelizmente cheguei no final deste evento e gostaria de ter ouvido tudo desde o início da manhã de hoje, mas acho que pode estar em jogo e em perigo também o desconhecimento de realidades localizadas. No caso da Amazônia há dificuldades para se romper com o peso da visão colonial que é homogeneizante e apoiada em generalidades. Esta perspectiva sempre privilegiou aspectos gerais, usando o específico como mero exemplo de suas proposições, tornando invisíveis os agentes sociais referidos a realidades localizadas. Talvez venha daí a admiração e o espanto por parte das agencias governamentais

101. Os exemplos mais expressivos deste desconhecimento foram o i Plano Nacional de Desenvolvimento, de 1972, durante o período ditatorial do general Garrastazu Médici, que deu ênfase aos grandes projetos como a rodovia Transamazônica, e o ii Plano Nacional de Desenvolvimento, de 1975, do general Ernesto Geisel, que priorizou investimentos na questão energética: programa nuclear, proálcool e hidrelétricas.

ante a emergência de tantas novas identidades e movimentos sociais. Tal diversidade ainda está se publicizando e num grau de dispersão enorme, que faz surgir sempre um novo grupo e uma nova forma organizativa. Agora os chamados “peconheiros do açaí”, já vão se organizando e também os “piaçabeiros de Barcelos”, as “mulheres ribeirinhas”, as mulheres do arumã do Baixo Rio Negro, as mulheres do tucumã do Baixo Amazonas e as andirobeiras da Ilha do Marajó, quer dizer, o fenômeno de emergência de organizações tende a se ampliar. Dilatam-se as possibilidades de uma participação pela via identitária e pela autoconsciência cultural. Às vezes ela acompanha um critério de gênero, outras vezes acompanha uma prática de ocupação de terras, às vezes se estrutura segundo um fator étnico, às vezes se atém à “cultura de terra firme”, às vezes acompanha aquela da “várzea”, quer dizer, os diferentes fatores de agrupamento e mobilização geram cada um, uma determinada forma organizativa e de conhecimento e são diferenciados entre si, inclusive no âmbito dos povos indígenas ou dos povos quilombolas são inúmeras as distinções. Rompem, deste modo, com as clivagens já consagradas pelos cientistas políticos que enfatizam os partidos. Não dá para se tratar tudo de uma maneira só, e esta questão implica numa dificuldade para quem vai definir qual é o sistema de uso, qual é a relação com o ecossistema ou ainda qual é a territorialidade específica em jogo. Isto para mim estaria além da oposição usual entre a chamada “modelagem” e o “localizado” e aponta para a imperiosidade de relatórios descritivos, que dialoguem com as especificidades, quaisquer que sejam.

Há um outro elemento que está sendo considerado e não é essa oposição simplesmente entre, digamos assim, o que é idealizado e o que é real, não é disto que estamos falando, o que estamos dizendo é que há um processo em curso que está multiplicando e fragmentando os conhecimentos sobre a natureza, sobre as formas de intervenção na natureza e que isso permite que um seringueiro, que é do extremo ocidental da Amazônia, seja capaz de dialogar com uma quebradeira de coco babaçu, que se encontra na ponta oriental, e eles consigam se fazer entender quanto a estra-

tégias de preservação ambiental, mas não propriamente quanto a uma mesma forma de manejo. Acho que esta é uma diferença fundamental. O que agrupa pela consciência ambiental e pelo critério político-organizativo, também distingue quanto a maneiras intrínsecas de acesso aos recursos florestais e do solo. Perceber o que agrupa e o que separa consiste num procedimento que ajuda a entender a diferença entre o que um e outro estão percebendo e vivendo como “comum.” O uso comum não floresce por si, antes é resultado de relações de reciprocidade socialmente construídas em cada situação concreta. No caso, por exemplo, da quebradeira de coco babaçu, o fruto que cai da palmeira, qualquer um pode dispor desse fruto. Quer dizer, a árvore não pertence individualmente a ninguém, a palmeira não pertenceria a ninguém em particular. É em cima disso que se estrutura a chamada “Lei do Babaçu Livre.” Ela assegura o livre acesso a babaçuais, que são utilizados numa forma de liberdade absoluta, independente de quem seja o proprietário da terra onde se localiza o babaçual. A propriedade do solo é separada do uso da cobertura florestal. Os laços de solidariedade e de coesão social ocorrem aqui a partir do uso comum dos recursos. A palmeira é representada como “mãe”, que tudo provê. Em outras sociedades, ao contrário, a terra é que é vivida e representada como “a mãe.” Tais práticas das quebradeiras são inteiramente diferentes daquelas de uma “colocação” com suas estradas de seringa, para extração do látex, onde cada seringueiro se apropria individual ou familiarmente das seringueiras, através da propriedade ou do arrendamento.

No caso do Pará existe uma certa jurisprudência, inclusive, porque a forma de reconhecimento jurídico já foi mais colada em formas, digamos assim, chamadas “tradicionais.” O Pará consagrou o uso comum no caso dos chamados “castanhais do povo”, que foram concedidos pelos governos estaduais de 1920 a 1960. Na légua patrimonial de Marabá os castanhais também eram livres. A apropriação destas áreas de servidão pública foi fortalecida nos governos de Barata, nos anos 1930-40 e de Zacarias de Assunção em 1954. Ou seja, qualquer um pode fazer uso dos castanhais, que estão abertos ao livre acesso dos extrativistas.

Também podem ser pensadas pelas figuras da servidão os “vara-douros”, no Acre, e os denominados “atalhos” na Ilha de Marajó.¹⁰² Esta condição não impediu que essa produção extrativa tivesse sido toda carreada para o mercado internacional, e que o Brasil fosse consecutivamente quatro décadas a fio o principal produtor dessas espécies. A livre extração das castanhas traduzia um valor agregado e uma comercialização intensa, mais de um século antes da figura jurídica das reservas extrativistas. J. Shiraishi (2004) analisa estas práticas extrativistas¹⁰³ com pormenor, assinalando que apontam para o futuro e para uma maneira de reprodução ampliada que prenuncia um “desenvolvimento sustentável.”

Hoje, quando esses grupos e povos assumem essa posição de sujeitos sociais têm que enfrentar poderosos antagonistas que monopolizam todas as terras, bem como enfrentar outros interesses industriais (mineradoras, madeireiras) e comerciais, que controlam certos circuitos de mercado. Há uma colisão de lógicas. Isso está nos levando a algumas situações, digamos assim, de dramaticidade; há grupos hoje que tentam estabelecer em relação à natureza uma forma de assegurar a sua reprodução física e social, mantendo uma forma de conhecimento tradicional que é negada continuamente pelos aparatos de poder. Há uma tensão permanente e incontornável. Quero aproveitar para sublinhar que o conceito de “tradição” está mudando, ele não está ligado necessariamente à história ou ao passado remoto, ao contrário mostra-se vinculado a reivindicações contemporâneas. O próprio termo “população tradicional” está sendo deslocado para “povo” ou para “comunidades tradicionais”, como bem deixam explícito o Decreto presidencial de 27 de dezembro de 2004, que institui a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Comunidades Tradicionais e o Decreto n.º 6040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sus-

102. Cf. acevedo marin, Rosa. “Quilombolas da Ilha de Marajó”. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Fascículo n.º 7. Belém, fevereiro de 2006.

103. Consulte-se a propósito shiraishi neto, Joaquim. *O Direito das Minorias: passagem do “invisível” real para o “visível” formal?* Curitiba, Tese de Doutorado apresentada ao ppgd da Universidade Federal do Paraná, 2004.

tentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (pnpct). Estes instrumentos, tal como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, ajuda a compreender que o tradicional não está mais ligado necessariamente ao histórico, ou seja, nós não estamos lidando com formas de conhecimento que são históricas simplesmente ou que se afirmaram pelo costume. Não. Elas são relacionais, ocorrem em diferentes lugares geográficos e podem se referir a diferentes contingências históricas, que não se sucedem necessariamente. Passam ao longo de abordagens evolucionistas e não estão atreladas à origem.

Estes grupos estão construindo esse conhecimento a partir de uma autonomia construída com a falência da empresa seringaísta, com a desagregação de *plantations*, com a falência das grandes empresas de óleos vegetais e a partir da falência de outros empreendimentos econômicos que eram apresentados como os mais “racionais” da Amazônia, e, sobretudo, a partir da falência da intervenção do Estado.

Atentem para um exemplo: no caso do ppg-7 nem o zoneamento ecológico-econômico foi devidamente concluído, nem a participação dos agentes sociais foi dinamizada. Ao cometer a elisão desses sujeitos sociais, que estão produzindo essas formas de conhecimento, a ação do ppg-7 corre o risco de ficar inteiramente fora, inteiramente distante de situações concretas de uso dos recursos e, portanto, dos processos reais e das realidades localizadas.

Em suma, considero imprescindível revisar detidamente essas formas de conhecimento científico, que interferiram, sobretudo, no discurso agrônomo, e as práticas dos grandes projetos. Penso que aquelas pretensões classificatórias prevalecem ainda no discurso oficial, tal como desde os fins do século xviii. É como se os classificadores e taxinomistas tivessem tido uma “encarnação” aqui através da literatura dos viajantes, e isso tivesse aparecido com força máxima nos planos governamentais, seja na spvea, seja na Sudam, seja agora com o ppg-7. O inconsciente coletivo dos planejadores e estrategistas reproduz automaticamente aqueles princípios classificatórios e imagina estar explicando as realidades localizadas e os processos sociais na Amazônia. Penso

que essa tentativa de ler criticamente tal esquema explicativo pelo conhecimento e pela análise das práticas profissionais é mais do que um exercício epistemológico. Trata-se de uma tentativa de refletir criticamente sobre os fundamentos do que temos definido como “racional” e do que temos entendido como “natureza” para chegar ao significado de “degradação ambiental”. A “degradação”, aliás, poderia ser entendida, neste contexto específico, como resultado destes atos de poder, deliberados e conscientes, que, favorecendo grandes empreendimentos privados, orientaram políticas desastrosas, devastadoras da cobertura vegetal, do solo e dos cursos d’água. Poderia ainda ser entendida como corolário da oposição entre uma ação dita “racional” e os “conhecimentos tradicionais”, eles mesmos reavivados e mais contrastantes a partir das conseqüências diferenciadas da intervenção governamental.

Caso não consigamos superar criticamente esses impasses, negando aceitar passivamente a monotonia do discurso burocrático e oficial, certamente não conseguiremos lograr êxito naquilo que o conhecimento científico pode contribuir nos debates para a transformação da sociedade amazônica.

7.

A Amazônia pensada segundo “novas estratégias”¹⁰⁴

A monotonia deste discurso oficioso pode ser relativizada, num outro plano de análise, quando se considera o “senso prático das estratégias” que norteia a ação de cada agente social e/ou agencia, sobretudo aquelas referidas ao fomento da produção científica e da intervenção governamental. Assim, um outro fator a ser consi-

104. Neste tópico irei me empenhar em responder às indagações que me foram feitas e estou ciente das limitações que balizam minha fala livre e dos riscos desta feição opinativa e mais livre.

derado é que está sendo alterada a estratégia da cooperação técnico-científica e da cooperação financeira internacional com respeito à região amazônica. No momento atual ela se mostra inteiramente modificada em relação ao início dos anos 90. Parece estar ocorrendo uma re-divisão do trabalho técnico e científico dessa cooperação internacional, que reflete na maneira como estariam se re-distribuindo as diversas agencias pelas diferentes regiões amazônicas. A cooperação alemã, por exemplo, está colocada no pptal, gerencia o pdpi, mas quem fornece também os recursos para o pdpi seriam os britânicos, que, por sua vez, estariam redefinindo sua atuação no Brasil, conferindo nova ênfase à denominada “pobreza” e concentrando esforços na Bolívia e no Peru.

Os recursos norte-americanos passavam via ppg-7, agora chegam diretamente às ong’s, estimulando os chamados “consórcios.” A agencia norte-americana de cooperação estaria modificando também a sua estratégia e retomando procedimentos inspirados em propósitos alusivos à “administração de conflitos” ou à “resolução de conflitos.”

No caso dos japoneses, a jica, atuando preferencialmente no cerrado e no entorno da produção de grãos, tem procurado ong’s para estabelecer “parcerias”, alterando sua forma de atuação mais individualizada.

Há uma pauta para os projetos de seqüestro de carbono e aumentam nas bolsas de valores as iniciativas dirigidas à ampliação da comercialização de “créditos de carbono.” Isto estaria impulsionando o Banco Mundial para linhas específicas de financiamento de projetos, que já foram validados por órgãos de certificação e que levam em conta o que chamam de “parcerias com comunidades tradicionais” e movimentos sociais. Em outros termos: todos os saberes práticos destas “comunidades” extrativistas seriam incorporados às medidas oficiais que preconizam a preservação das florestas, bem como as práticas cotidianas de indígenas, quilombolas, seringueiros, quebradeiras, ribeirinhos, castanheiros, extratores de arumã e outros agroextrativistas. Estes passariam a funcionar, idealmente, como “guardiães das florestas”, cuja função específica é produzir dióxido de carbono.

Numa divisão de trabalho ideal as “comunidades tradicionais” passariam, em certa medida, a compensar os elevados índices de poluição das sociedades industriais, que estariam emitindo gases poluentes (gases de efeito estufa) acima de qualquer limite considerado ecologicamente razoável.

Quero sublinhar que esta é uma das orientações das políticas de inspiração neo-liberal. Tais políticas são marcadas por uma dubiedade: por um lado, estimulam a ação dos laboratórios de biotecnologia que querem preservar “nichos ecológicos”, sobretudo para a pesquisa farmacêutica, mas, por outro lado, incentivam os elevados índices de desmatamento perpetrados pelos interesses dos conglomerados econômicos voltados para a comercialização de grãos, de carne *in natura*, de carvão vegetal, de papel e celulose, de ferro-gusa e outras *commodities*. As contradições daí resultantes tem produzido uma “guerra ecológica” e colocam em questão a “racionalidade” das intervenções de planejamento de cunho neo-liberal, além de acentuar paradoxos nas decisões empresariais, que oscilam entre conservar e devastar os recursos florestais. Importa indagar os contextos, situações e circunstâncias em que os artífices do “colonialismo verde” batem cabeça com os pecuaristas da “carne verde”.

7.1 – Novas estratégias empresariais

As exigências de uma pesquisa aprofundada se fazem sentir quando se percebe uma convergência de certas ações de agências multilaterais e de determinados interesses empresariais, revelando a complexidade do fenômeno da ambientalização. Convido-os, pois, a refletir sobre a maneira como tais interesses empresariais, que compõem o chamado “segundo setor” ou “setor privado” estariam se apropriando do repertório de práticas do “terceiro setor” (usualmente referido às ong’s) ao incorporarem princípios de gestão, que compreendem fins ambientais e objetivos sociais, dentre eles a constatação da relevância das identidades regionais ou étnicas. Em outras palavras, verifica-

se uma transformação nos propósitos de determinadas empresas face aos recursos naturais, sobretudo, florestais e hídricos, que as distinguem de empresas mineradoras, madeireiras, guseiras e agroindústrias. Elas passam a considerar o valor econômico das árvores em pé com base no que intitulam de “uso racional das florestas.” Elegem ativos ambientais, mesmo em áreas onde as madeireiras já extraíram espécies nobres ou aquelas de primeiras linha no mercado, deixando “buracos” na cobertura vegetal. Não importa se estão localizados em *igapós* (i.é. terrenos alagados que não são agriculturáveis e que contém vegetações que se situam sobre uma lâmina de água) ou em *terra firme*, cujo potencial de exploração de grãos é considerado baixo, ou mesmo em áreas com topografia apropriada para mecanização agrícola.

Isto estaria ocorrendo tanto em florestas públicas, quanto em áreas que estariam sendo adquiridas através do mercado de terras. No que tange às florestas públicas há ações governamentais, as concessões florestais, que reforçam esta estratégia empresarial ao considerar a floresta em pé com valor econômico superior àquele produto de desmatamento predatório de árvores realizado por pecuaristas, guzeiros e proprietários de carvoarias. Em experiências como Jamari (ro) e Saracá-Taquera, na região do Rio Trombetas (pa), prevê-se o seguinte: “Em cada trecho catalogado de mil árvores apenas cinco serão retiradas” (cf. Vidor, G. “Florestas valiosas” *O Globo*, 25 de fevereiro de 2008, pág. 22).

No caso das aquisições de terras tem-se que instituições financeiras, fundos de investimentos e bancos estão adquirindo imóveis rurais e imensas áreas em diferentes pontos da região amazônica. Estes bens imóveis, privados, não são mantidos, todavia, como recursos absolutamente fechados.¹⁰⁵ A empresa adquirente “concede” às comunidades extrativas, que tradicionalmente ocupam aquelas terras, que permaneçam nelas

105. Um dos exemplos mais conhecidos refere-se à aquisição pelo banqueiro J. Eliasch de terras em Manicoré e Itacoatiara, com 160 mil hectares. Consoante declarações do suposto proprietário as comunidades poderiam permanecer na área explorando-a. Esta aquisição de terras que pertenceriam à Gethal Madeireira encontra-se sob investigação de órgãos competentes. *A Crítica*. Manaus, 4 de janeiro de 2007.

com suas práticas de uso comum dos recursos naturais. O assentimento desta permanência implica no reconhecimento de que tais práticas não são predatórias. Tem-se assim uma combinação entre propriedade privada e recursos abertos, ou seja, não há interdição ao acesso. Nestas situações sociais intentam reduzir as condições de possibilidade dos conflitos permitindo às comunidades tradicionais livre acesso aos recursos o que não é possível nas plantações de soja, dendê, eucalipto, cana de açúcar, mamona etc. Esta “presença humana” torna-se um fator de valorização, porquanto mantém a cobertura vegetal. Reconhecem, assim, que as comunidades locais não depredam, não destroem e conservam os recursos naturais com seus saberes práticos. O mito da proteção às “comunidades tradicionais”, sob o manto da generosidade do “bom empresário” defensor da natureza, consiste numa nova regra de tutela, fortalecida pelos princípios multiculturalistas, tal como preconizado pelos manuais das agências multilaterais (bird, bid). A diversidade biológica caminharia junto com a diversidade social. Tudo isto sensibiliza os pequenos investidores, com consciência ambiental, em países europeus e nos Estados Unidos, como no caso da iniciativa da Coll Earth, que se refere ao fato de mais de 20 mil pessoas terem feito doações, durante a primeira semana de campanha do site desta ong, que promete comprar e proteger terras de floresta na Amazônia. A iniciativa foi lançada em junho de 2007, com apoio de várias personalidades e entidades ambientais britânicas. O projeto propõe que os doadores patrocinem a conservação, por 3,5 libras (cerca de 140 reais), de meio acre de terra (o equivalente a 2 mil metros quadrados de mata).¹⁰⁶

Forma-se um público amplo e difuso de ambientalistas de todos os matizes que se tornam virtuais doadores, dispondo suas libras para fortalecer empreendimentos que controlam ativos florestais significativos. A qualquer um é estendida a possibilidade de se tornar parceiro do empreendimento. A consciência ambiental e a ética, com maior força nas sociedades industriais,

106. Cf. . www.rondonoticias.com.br, 5 de agosto de 2007.

gerariam os potenciais compradores de cotas, ações e de frações de títulos de garantia da conservação de áreas de florestas, mesmo que aparentemente diminutas. Trata-se de recursos a fundo perdido transferidos a grandes conglomerados e/ou fundos que administram recursos monetários que seriam idealmente aplicados em comunidades tradicionais e teriam seu retorno efetivo com os créditos de carbono respectivos. Esta fórmula parece estar aproximando os adversários de ontem e constituindo as bases de um “ambientalismo empresarial” sofisticado, que mobiliza os ambientalistas, estende uma aparente proteção social às comunidades locais e ao mesmo tempo diminuiria a distancia entre empresas e associações voluntárias ambientalistas. Neste sentido pode-se dizer que a experiência empresarial no Projeto Grande Carajás, nos anos 1980 e 90, cujas guseiras continuam moendo a mata nativa através das carvoarias, distingue-se daquela que começa a se esboçar no chamado “Complexo Madeira” com estas iniciativas alardeadas pelo banqueiro J. Eliasch, que se apresenta como protegendo a floresta e as comunidades ribeirinhas. Curiosamente a estratégia do “colonialismo verde” no Rio Madeira ocorre geograficamente em cima do esqueleto do empreendimento vitrine do “selo verde” e da “certificação”: a Gethal Madeireira. Isto faz com que tenhamos que aguçar nossa análise crítica com respeito à transição para os quatro novos fatores apontados como critérios de gestão empresarial do “ambientalismo empresarial”: “causa ambiental”, “objetivos sociais”, “direitos humanos” e reconhecimento dos saberes práticos das comunidades locais através de uma nova regra de tutela.

7.2 – Os efeitos destas novas estratégias

Estamos vivendo, deste modo, um momento de múltiplas redefinições de estratégias. Além de alterações nas estratégias empresariais temos novas estratégias de intervenção da cooperação técnico-científica internacional e das formas de ação governamental, que se tornam mais céleres e de cunho desenvolvimentista, estamos

vivendo um momento em que também estão mudando os esquemas interpretativos e as formas de atuação dos movimentos e organizações voluntárias. Penso que estão em jogo também novos padrões de intervenção, seja a científica, porque essa cooperação é lida como técnico e científica, que é diferente da cooperação financeira, seja a política. Digo política porque o campo da mediação se tornou mais complexo, com novas possibilidades de regulação, e verifica-se uma recusa cada vez maior, por parte das comunidades e povos tradicionais, de delegar poderes a agências e agentes externos aos grupos sociais representados.

A cooperação financeira, no caso brasileiro, passa toda ela pelo Banco Central. Todo aporte de recursos tem que estar registrado contabilmente no Banco Central. Já no caso da cooperação técnico-científica, não. Os recursos monetários que vem para um seminário ou para um curso de capacitação não passariam pelo Banco Central, de igual modo que aqueles destinados a consultorias e assessorias. O trâmite é diferente, portanto, daquele da cooperação financeira.

Não sei com exatidão o que estaria ocorrendo. Aliás, nada do que eu digo aqui deve ser entendido como uma tentativa de produzir um outro modelo para se contrapor àquele vigente. Trata-se de uma análise crítica do senso comum savant e seus efeitos sobre a produção intelectual contemporânea.

Uma hipótese, só para podermos debater um pouco mais: pode-se afirmar que aquelas agências teriam mudado as suas estratégias de ação nos últimos quatro anos, paralelamente a um certo esvaziamento do ppg-7? Este projeto desde 1991 tem lugares institucionais para os movimentos sociais se fazerem representar. A própria construção do Grupo de Trabalho Amazônico reflete isto. De onde vieram os recursos, os primeiros 600 mil dólares para consolidar o gta a partir de 1992? Do bird.

O ppg-7, era que financiava isso e financiava o zoneamento ecológico-econômico e demais projetos, além de uma equipe de consultores, que responde pelo iag. Vocês conhecem muito bem esta estrutura funcional que reflete uma coalizão de

interesses bem sintonizada com figuras ligadas às agências de financiamento e de cooperação e a grandes ong's.

As estratégias de ação, entretanto, estão sendo modificadas. Simultaneamente estão sendo modificadas também as estratégias das empresas, bem como aquelas das grandes ong's. Hoje estamos assistindo aquilo que seria inimaginável há 10 anos atrás. Avolumam-se projetos que são apresentados como recuperando “degradações”, como a spvea, em 1955-56, “recuperava” as chamadas “populações extrativistas.” Aparecem grandes ong's e grandes grupos empresariais firmando “parcerias” várias entre si, paradoxalmente quando os índices de desmatamento atingem níveis alarmantes. No caso do entorno de rodovias planejadas ou com asfaltamento em discussão, como no caso da br-163, grandes ong's e grandes grupos empresariais aparecem juntos, lado a lado, sendo difícil estabelecer uma linha rigorosa de distinção. Até então parecia que não havia “diálogo possível” entre uma concepção que proclamava a preservação ambiental e a ação dos predadores, e não é difícil identificar quem são os principais predadores das florestas da Amazônia. As oposições entre o mercado segmentado e o mercado de *commodities*, continuam não deixando lugar para dúvidas, mas a movimentação de algumas agências perdeu a transparência, confundindo-se entre estratégias conflitantes de “devastar” e “preservar.” Os paradoxos assinalados nas políticas de inspiração neo-liberal sugerem mais difundidos do que possamos imaginar. Hoje não há mais uma clivagem diáfana separando-os com aquela nitidez meridiana anterior, que até permitia aos pesquisadores científicos tráfegar com mais facilidade num determinado campo de mediação, que hoje não está mais construído transparentemente. Parece ter acabado aquela distinção meridiana, quando se percebe interesses graneleiros, madeireiros, mineradores e pecuários entremesclados com os de entidades ambientalistas. As contradições aparentam estar resolvidas e os paradoxos são colocados à margem. Tudo aparenta estar bastante pasteurizado sob rótulos envoltos numa “racionalidade” extrema, tais como: madeiras com “selo verde”, “boi verde”, “minerais extraídos com respeito à natureza”, “commodities como produtos

orgânicos”. Isto num momento em que os índices de desmatamento e devastação tornaram-se alarmantes. Os exemplos vocês têm aí e de sobra: um só grupo pecuarista devasta de uma só vez mais de 2 milhões de árvores no Pará, os interesses dos sojicultores contaminaram centenas de cursos d’água em ciclos consecutivos, são milhares as baterias de fornos produzindo carvão nos últimos três anos no Sul do Pará, no Oeste do Maranhão e no norte do Tocantins. O exemplo da br 163 e as incertezas que pairam sobre a br 319 já nos ajudam a pensar isto com maior profundidade, sobretudo no que tange aos efeitos imediatos desta devastação. Quase não se registra mais ações judiciais de envergadura, perpetradas por grandes ong’s, contra grandes empreendimentos predadores. Tão pouco se registra estudos técnicos por elas estimulados, assinalando resultados de avaliações de impactos e danos ambientais na implantação de mega-projetos. Há outras estratégias que estão em jogo. É como se cada uma destas agências e respectivos agentes estivessem alterando sua posição tática nos últimos três anos. Uns acreditando no “fim dos conflitos”, outros estabelecendo as chamadas “parcerias” e ampliando sua capacidade de intervenção e seus quadros técnicos, quase a reproduzir estruturas homólogas àquelas dos órgãos governamentais, outros ainda defendendo a “conciliação a qualquer custo”, como se tudo fosse uma questão de má compreensão e equívocos contornáveis facilmente. Neste quadro de dubiedades o “ambientalismo empresarial”, na sua expressão cognominada “colonialismo verde” ganha força política. Ocupando uma posição cada vez mais oficiosa tem-se aqueles inspirados nos manuais de “resolução dos conflitos” que imaginam uma fórmula padrão. O pragmatismo tem avançado célere e o capital de relações sociais de muitas entidades transforma-se em moeda de troca nas citadas “parcerias”, alimentando a ilusão de que elas estariam bem administrando os conflitos sociais ou concorrendo para o que chamam de sua “resolução.” Os atos de violência e barbárie, como os homicídios dolosos de indígenas, camponeses e ambientalistas, coextensivos ao desenvolvimento do capitalismo autoritário são re-interpretados como “acidentes de percurso”

ou como “exemplos isolados.” O pensamento crítico, refletido em trabalhos de pesquisa sistemáticos e em produção científica autônoma, sugere inibido no seio destas referidas agências, como se as divergências tivessem se tornado insignificantes. Todos falam agora, indistintamente, em defesa do meio ambiente, como quesito de sua ação, inclusive os interesses diretamente vinculados aos atos predatórios e ao mercado de *commodities*. Para Leite Lopes a “ambientalização”,¹⁰⁷ permeando diferentes posições, tornou-se um repertório de inúmeras práticas e um discurso repetitivo, que merece ser tomado, de maneira detida, como objeto de reflexão. Os grandes conglomerados industriais tem seus gerentes ambientais de plantão e dizem atender às exigências ecológicas definidas pelas agências de financiamento. Madeiras exibem documentos de “certificação” e estampam o “selo verde”, não obstante, haver notícias de venda de projetos madeireiros assim classificados como no caso da Ghetal, no Rio Madeira (am). Empreendimentos agropecuários comprovam que estão recuperando pastagens degradadas. Mineradoras incentivam pequenos projetos de áreas reservadas para fins ambientais. Guzeiras alegam utilizar carvão de florestas plantadas. Carvoarias negam utilizar madeira de florestas nativas. Tudo parece disposto num novo e “seguro” lugar, embora a ação predatória tenha aumentado significativamente, através de índices de desmatamento que cresceram mais de 15% nos últimos anos, bem como aumentaram

107. “O termo “ambientalização” trata-se de um neologismo semelhante a alguns outros usados nas ciências sociais para designar novos fenômenos ou novas percepções de fenômenos. Assim, os termos industrialização ou proletarianização (este último usado por Marx) foram indicativos de novos fenômenos no século XIX, como se poderia também falar de tendências de “desindustrialização” e de subproletarianização desde o final do século XX. (...) O sufixo comum a todos estes termos indicaria um processo histórico de construção de novos fenômenos, associado a um processo de interiorização pelas pessoas e pelos grupos sociais – e, no caso, da “ambientalização”, dar-se-ia uma interiorização das diferentes facetas da questão pública do “meio ambiente”. Essa incorporação e essa naturalização de uma nova questão pública poderiam ser notadas pela transformação na forma e na linguagem de conflitos sociais e na sua institucionalização parcial”. (Leite Lopes, 2004:17). in Leite Lopes, J. Sérgio et alii (orgs) *A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial*. Rio de Janeiro: NuAP, Relume&Dumará, 2004, pp. 17-38.

os registros de ocorrências de “trabalho escravo.” O meio ambiente como quesito de políticas de inspiração neo-liberal evidencia, portanto, seus paradoxos. Gostaria de chamar a atenção para eles.

Para mim esta alteração de estratégia, que agora mostra contornos mais definidos, teria começado no fim do governo fhc e persiste. O governo atual está convivendo com os efeitos disso. Por isso talvez é que algumas agências foram esvaziadas. A primeira impressão é que com o atual governo emergiria um conhecimento organizado, com participação destacada dos sujeitos sociais e com a implementação de suas proposições. Não foi exatamente isto que sucedeu e nem é o que está sucedendo. Aquele tipo de conhecimento não emergiu plenamente e nem se reflete com vigor nas políticas governamentais. Algumas ações oficiais, ao contrário, passaram aparentemente a contraditar aquilo que vinham e vem advogando os movimentos sociais. A perplexidade foi somada à falta de nitidez e transparência antes registrada, num momento em que não há como negar a extensão da ação devastadora.

Ora, do meu ponto de vista isto está forçando modificações na estratégia dos movimentos sociais, que estariam tentando fixar uma modalidade mais contundente de contra-estratégia. Mas, isto não está sendo fácil, nem simples. Há um novíssimo padrão de relação política em jogo na Amazônia e há algumas formas organizativas recentes que já estão, em certa medida, “declinantes”, porque eram muito fortes 20 anos atrás e agora estão perdendo rapidamente o seu poder de representação. Este seria um dos dramas, organizações voluntárias que estão perdendo o seu poder, porquanto foram transformadas aos poucos em “entidades de projetos” e não estão conseguindo manter sua característica básica de “entidade de mobilização”, capaz de inibir a devastação, capaz de enfrentar a degradação. Percebe-se uma perda da inspiração mobilizadora. Não sei quantos exercícios podemos fazer sobre quem é quem nesta estória. Talvez valesse a pena o exercício de colocar numa coluna quem é que está perdendo este poder, inclusive o poder de influenciar os planos e

projetos para a Amazônia, como era de se esperar e como foi construído a partir da reunião da Rio-92, enquanto nas outras colunas se anotaria o que está sendo perdido e para quem e como. Recordem que os representantes dos movimentos sociais saíram das reuniões de 1992 achando que estava desenhado o caminho de seu “fortalecimento institucional” e que as centenas de milhões de dólares, aplicados com o monitoramento da “sociedade civil organizada”, poderiam manter um admirável padrão de conservação da floresta tropical. Ao contrário nós estamos assistindo, nos últimos anos, índices mais elevados e alarmantes de desmatamento e de “degradação.” Estamos assistindo à desagregação da economia extrativista (borracha, castanha e babaçu) e ao avanço geral das *commodities* agrícolas e minerais, com apoio governamental, sobre imensas extensões de terras. A reestruturação do mercado de terras, que se mostra aquecido, tem facilitado um avanço desordenado da pecuária, da soja, dos plantios de eucalipto, de dendê, de cana-de-açúcar, bem como das carvoarias e das usinas de ferro-gusa que continuam a moer e levar para os fornos a floresta nativa. Enfim, uma destruição completa dos recursos naturais, como mostram as próprias pesquisas da Embrapa nos cursos d’água próximos às plantações de grãos em Paragominas e Igarapé-açu: todos os igarapés estão absolutamente contaminados em virtude das contínuas borrifações com agrotóxicos. Ao contrário do que imaginávamos nestes últimos anos, os efeitos foram catastróficos. No ano de 2004: 26.000 km² destruídos pela ação dos desmatadores.

Quer dizer, alguma coisa certamente está mudando, e por incrível que pareça não houve de nenhuma instituição científica brasileira ou de nenhuma grande ong, um pronunciamento mais crítico sobre essa passagem trágica, até pelo menos março de 2008, indicando nitidamente os responsáveis e contribuindo para acioná-los juridicamente. Pelo contrário atos de grilagem que foram documentados e divulgados pela imprensa periódica, parecem ter um resultado invertido com os “grileiros” se arvorando em “injustiçados” e processando jornalistas, como no caso de Lúcio Flávio Pinto.

Os protestos contra esses índices alarmantes de desmatamento são pálidos em relação àqueles ocorridos 12 ou 15 anos atrás, e só estão sendo pálidos porque mudaram as estratégias do governo e das entidades ambientalistas e ainda não estamos percebendo os efeitos disto em toda sua extensão. Eu mesmo estou apenas me cingindo a comentários, exercitando uma interpretação. Em abril de 2005 concluímos um levantamento destas práticas predatórias atuais em articulação com o miqcb, que preconiza uma campanha contra os desmatamentos.¹⁰⁸

Em consequência, como colorário disso, o que ocorre: algumas redefinições. Uma delas refere-se à questão da “comunidade”. Algumas formas de intervenção chamadas “participativas” destruíram a própria idéia de comunidade. Aquilo que foi imposto como “participativo” desestruturou comunidades e grupos inteiros. O que foi feito sob o signo do “participativo” consistiu num ato de imposição executado de cima para baixo. Como diria Bourdieu, em *Contrafogos 1*, as políticas de inspiração neo-liberal acarretam uma destruição metódica dos coletivos,¹⁰⁹ das comunidades e dos grupos organizados autonomamente (Bourdieu, 1998:137), mesmo quando alegam que vão “fortalece-los institucionalmente.”

Um episódio, narrado aqui neste evento e ocorrido no Amapá, é ilustrativo: a intervenção oficial e de entidades ambientalistas ao invés de criar uma situação que permitisse a um “grupo local” romper e limitar os efeitos da “degradação”, levou ao aceleração da degradação e desestruturou as formas de defesa do grupo. O fator “participativo” foi criado no plano da intervenção governamental. A intervenção do projeto desestruturou a comunidade como um todo, desestruturou os antigos padrões de liderança, de defesa, de manutenção de princípios ecológicos e afetou a produção, quebrando a autonomia do grupo.

108. Vide al meida, a.w.b. de; shiraishi neto, j.: martins, c. *Guerra Ecológica nos babaçuais: o processo de devastação dos palmeirais , a elevação do preço de commodities e o aquecimento do mercado de terras na Amazônia*. São Luis: miqcb, 2005.

109. Cf. bourdieu, Pierre. *Contrafogos – táticas pra enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Eds. 1998 p. 137.

Há uma reflexão brilhante sobre isso do antropólogo Terri Valle de Aquino, no Acre, de como é que uma intervenção governamental sob o signo da “participação” desestrutura inteiramente a “comunidade” e aquilo que se imaginava que era o desejo dos moradores. Esses efeitos devastadores também trazem mudanças para a forma como o Estado se relaciona com os movimentos sociais, na sua estratégia de preservação da Amazônia. Uma delas concerne à relação com o próprio gta. Em 1991 o gta recebeu todo o apoio institucional e a partir do ano de 2005 é impelido a disputar com as grandes ongs no balcão de projetos junto a fontes de financiamento. Atualmente estaria sendo reduzido seu raio de ação. Aquilo que foi pensado para mobilizar a sociedade civil na Amazônia corre o risco de engessamento. Dos mais de 20 assentos que o gta participa em instancias do governo federal, na decisão das medidas para uso da floresta tropical, tem-se um certo esvaziamento. As comissões não se reúnem senão de maneira esparsa e há gts que permanecem sem qualquer atividade, sem qualquer reunião ou perspectiva de ação. Tem alguma coisa de inexplicável. Pode ser até uma dificuldade minha de interpretar esta dificuldade, mas acho que há dificuldades maiores em jogo, que não permitem uma resposta simples e que exigem um árduo trabalho de pesquisa, sem improvisações e açodamentos. O que percebo é que todos os pilares, todas as peças do jogo estão mudando a sua maneira de jogar. Se a cooperação internacional mudou, se o governo mudou, se as empresas mudaram, se as grandes ongs mudaram, os movimentos sociais, caso não mexam em suas peças e na engrenagem mobilizadora no sentido de consolidar uma contra-estratégia, estarão correndo o risco de ficarem defasados nas suas formas organizativas, na sua forma de existir e de reivindicar. Talvez a tragédia maior seja o fenômeno da castanha no ano de 2004, quando o Brasil perdeu seu lugar de maior exportador para a Bolívia. O Brasil com quase 20 milhões de hectares com ocorrência de castanhais teria exportado menos que a Bolívia, que tem 1.800.000 hectares de castanhais. A produção acreana teria sido vendida para a Bolívia. As unidades de beneficiamento não funcionaram e não tivemos uma

reflexão crítica sobre isso. O Acre praticamente não produziu borracha em 2004-2006 e não temos nenhuma reflexão crítica sobre isso. O coco babaçu está sendo transformado massivamente em carvão pelas usinas de ferro-gusa. O comércio do coco inteiro desorganiza a economia extrativista do babaçu e a casca já tem preços superiores àquele da amêndoa. Não há uma política extrativista sendo implementada capaz de superar os efeitos destes impactos destruturantes.

Houve uma mudança profunda nesses últimos quatro anos, mas não há análises explicativas convincentes. Inclusive, não estou pretendendo aqui invalidar esforços de pesquisas que estão sendo realizado a duras penas. Muitos pesquisadores aqui presentes estão fazendo investigações sistemáticas, indo a campo e tentando examinar esses aspectos e espero que consigam respostas para estes fenômenos recentes.

Não me sinto, por exemplo, muito habilitado a explicar como é que se quebra com essa homogeneização imposta via mercado de *commodities*.

Por uma “fatalidade”, nos últimos quatro anos, tem ocorrido uma elevação geral nos preços das *commodities*, o caso do ferro é sintomático, depois de décadas a 17 dólares a tonelada, seu preço mais que duplicou; o ferro gusa é mais preocupante, seus preços triplicaram, favorecendo a proliferação de carvoarias. Com os grãos e papel e celulose sucedeu o mesmo. Por isso é que os desmatamentos estão numa escala ascendente, moendo a floresta, bosques inteiros de babaçuais, matas inteiras, e não há uma discussão maior sobre isso, não se discute isso de frente, apontando quem são os predadores e como agem. Tem-se que ir além da mera listagem de municípios com maiores índices de destruição da cobertura vegetal. Os preços das *commodities* são flutuantes e podem alterar subitamente, mas é impossível ficarmos numa letargia, esperando a baixa de preços, acreditando na catilinária neo-liberal de que tudo fica por conta do mercado. O mercado “resolverá o problema da degradação” dos recursos naturais, poderá alguém profetizar. Ora, esta personificação do mercado é absurda, porquanto dissimula os agentes em questão.

E aproveito para voltar às perguntas elementares: quem está devastando? Como é que vamos discutir “degradação ambiental” sem discutir os sujeitos da ação? Como é que vamos discutir um quadro deste tipo sem identificar o jogo de relações sociais e políticas que está em pauta? Faz parte da ciência refletir sobre fenômenos recentes e tentar explicá-los. Eu não saberia dizer até que ponto estamos avançando nisto. Muitas vezes esta pesquisa de extensão, essa pesquisa dita “participativa” pode ter os efeitos contrários àquilo que está se propondo. Ela contradita a forma como tem sido concebida ao se atrelar às estratégias empresariais voltadas para a produção de *commodities*.

O padrão de relações políticas, entre os grupos, entre as agências e entre os agentes está se transformando muito rapidamente nos últimos anos. Talvez esteja aí a condição de possibilidade de podermos pensar em novos projetos de pesquisas, delimitando objetos de reflexão coadunados com processos reais e realidades localizadas. Não sei, entretanto, em que termos de linhas de pesquisa, não sei quanto isto está interferindo, não sei como este problema ou tema está se colocando para as agências de política científica e para o cnpq ou como é que isto está colocado para a própria Embrapa. Não tenho informações detalhadas do Ministério de Ciência e Tecnologia e não tenho as informações pormenorizadas sobre a política científica a respeito.

O papel das instituições de pesquisa, frente a estes problemas, parece-me fundamental, inclusive a tentativa dos exercícios comparativos. Em janeiro de 2005 foi realizado em Manaus o Fórum Panamazônico, e foi muito enriquecedor para mim. Participei como organizador de uma oficina de trabalho, juntamente com uma historiadora, do naea e da unamaz, Rosa Acevedo Marin, integrada por trinta participantes, dentre os quais pesquisadores de 6 países latino-americanos e da Índia.¹¹⁰ Ouvi atentamente os pesquisadores da Índia falando. A comparação, ela nos ajuda muito a entender a nós mesmos e aos nossos problemas. Quando ouvimos “estranhos”, no caso os indianos, falando sobre as

110. Vide acevedo marin, r.; almeida, a.w.b. de. *Populações Tradicionais – Questões de terra na Panamazonia*. Belém: Unamaz, 2006.

florestas tropicais o contraste pode contribuir bastante para se pensar este drama que estamos vivendo. Eles também estão assistindo a uma “degradação” sem precedentes e se sentem às vezes sem força para reagir a isso. Entretanto, lá existe o que chamam de uma “colcha étnica”, que ainda é para mim, mais complexa do que eu posso entender. Os fatores étnicos consistem numa forma de defesa e de mobilização constantes. Mas lá eles constituem grupos lingüisticamente distintos e apresentam todas as características primordiais que podemos elencar. Eles se vêem como bastante diferentes, inclusive eles eram onze, expondo, e se apresentavam de maneira inteiramente diferente, não havia um ponto aparente que você pudesse aproximá-los, senão por um embutido ódio ao colonialismo inglês e por uma insistência numa contra-estratégia contra esta “máquina infernal”, como metaforizava P. Bourdieu, que devora os recursos naturais com sofreguidão sob o manto de um discurso de preservação ambiental. Sem dizer que estavam todos ali juntos, concordando em discutir e se manifestar sobre os mesmos problemas. O papel das instituições de pesquisa hoje pode permitir uma interlocução mais fecunda com os sujeitos sociais, isso me parece algo que os indianos estão fazendo de uma maneira muito firme e resoluta. Engraçado é que eles não vieram ao Fórum Panamazonico pela via acadêmica, isso me pareceu mais curioso, eles vieram pela via dos movimentos sociais. Foram os movimentos que trouxeram os pesquisadores científicos para exporem seus resultados de pesquisa. Tudo parece estar acontecendo ao contrário nesta quadra de montagem de uma contra-estratégia. Parece que as cadeiras estão fora do lugar. As universidades é que deveriam estar fazendo isso para patrocinar intercâmbios científicos, inclusive consoante com o que se diz oficialmente de aproximação do governo federal com a Índia e com a China. Os movimentos sociais é que estão criando lugares institucionais para a interlocução internacional e para as reflexões organizadas. Neste sentido, um dos elementos mais vigorosos no esboço da contra-estratégia é a possibilidade de se pensar e agir em rede. As redes sociais são por definição quase-institucionais e usu-

fruem da leveza e da rapidez de mobilização. A possibilidade de constituição de redes pode intensificar o debate das formas de ação. Não sei até que ponto isso está ao alcance imediato de vocês, mas as perspectivas de convergência e aproximação sugerem mais seguras, quando a interlocução entre o conhecimento científico e essas formas organizativas pode ser estreitada. É claro, o conhecimento científico não é militante, ele é diferente da disciplina militante, isso temos que marcar logo de saída para podermos existir como pesquisadores; não podemos permitir que o conhecimento científico se dilua numa forma militante. O militantismo encontra-se igualmente em crise. Este discernimento é essencial. Agora, nós também não podemos evitar essa interlocução que vem por vias “transversas” e temos que considerá-la como elemento necessário do conhecimento. O conhecimento científico sobre a natureza passa não apenas pelos conflitos, mas pela maneira como os sujeitos sociais vêem a natureza, se relacionam com ela e interagem entre si e com os outros para estabelecer ações de proteção. Não conseguimos mais entender a natureza na Amazônia sem entender como essas formas associativas se movimentam em relação a ela. É impossível ignorar isso, não existe mais um lugar isolado, não existe mais a ilusão de “paraíso perdido.” Hoje por assim dizer, qualquer povoado que você alcança, você esbarra com formas associativas e meios de interlocução com os poderes, porque isso é que está sendo colocado para eles, inclusive para poderem existir, para poderem se fazer afirmar. O que reforça, aliás, a identidade coletiva são as relações e não o isolamento.

Uma lição a ser considerada é esta: a possibilidade comparativa. Uma segunda é essa possibilidade de interlocução entre um conhecimento científico e esses sujeitos sociais, sem reduzir a ciência, ao conhecimento empírico propriamente, sem reduzir a ciência a uma disciplina militante. Não somos empiristas, tem que haver essa distinção porque senão corremos o risco de virar “operadores” de conhecimentos úteis ou meros “aplicadores” de fórmulas “geniais” concebidas por governos ou grandes ong’s. Acho que este foi um outro grande problema, senão um equívoco

dos quadros técnicos que pensaram a Amazônia. Tem uma geração dos anos 50-70 que é eminentemente operativa. Só sabia funcionar gerencialmente. Eram mais “gerentes de projetos” do que cientistas, mas eram chamados de cientistas, agiam institucionalmente como cientistas e produziram conhecimento de gerentes, não produziram conhecimento de ciência. Em decorrência vejam as inúmeras indústrias de óleos vegetais, que foram incentivadas com recursos públicos e estão abandonadas e em ruínas. Onde estão consiste num sítio de uma verdadeira arqueologia industrial. Se você começar a percorrer a Amazônia, do Maranhão até o Acre, você vai encontrar ruínas de máquinas para transformação de óleo vegetal, você vai encontrar ruínas no Maranhão, no Tocantins, no sul do Pará, no Acre, no Amazonas, em Rondônia. Trata-se de uma verdadeira arqueologia industrial. Absoluto naufrágio de planejadores regionais. Uma arqueologia industrial recente, de meio século, de uma iniciativa dos anos 50-70 e isto não foi repensado. Já nasceram ruínas, embora com justificativa dita “científica” e “racional” E nos anos 50, o Conselho Nacional de Economia e o Conselho Nacional de Geografia funcionavam junto a Presidência da República, funcionavam diretamente vinculados às decisões do poder central. O Conselho Nacional de Economia foi instado a mandar representantes à região amazônica, inclusive para produzir o primeiro grande plano quinquenal, sob os auspícios da Presidência da República, ou para produzir os primeiros planos para revigorar a economia do babaçu, quer dizer, as decisões sobre a Amazônia estavam afetas à Presidência, numa posição institucional mais destacada. Sim, mas essa arqueologia industrial não é discutida e nem o foi exaustivamente o malogro dos projetos incentivados da sudam e, no momento atual, continuam a querer introduzir máquinas como no caso da quebra do babaçu, sem os cuidados de verificar sua viabilidade econômica e o porque dos fracassos anteriores. Já nos habituamos a andar por aí divisando esses escombros, essas máquinas paradas, essas máquinas de ferro retorcido, recobertas com o musgo esverdeado, indicativo de que não servem mais para nada. Na beira do Tocantins, do Itapecuru e do Pindaré restos de

equipamentos que não funcionam mais, amontoados de ferro-velhos, verdadeiras geringonças, e nós praticamente naturalizamos essa visão. Com recursos públicos, a fundo perdido, ninguém cobrou resultados. Foram investimentos públicos que idealmente tinham ou estavam apoiados em estudos de viabilidade econômica e se vinculavam a políticas desenvolvimentistas. Vale repetir: os cientistas que as projetaram não eram propriamente cientistas, antes de tudo eles eram “gerentes de projetos” e de projetos que fracassaram. Neste sentido não é absurdo asseverar que a “degradação” foi produto de estratégias governamentais em articulação com interesses empresariais de circunstância, que avaliaram o potencial dos recursos naturais como inesgotável e cometeram erros de cálculo em sua coleta e reprodução face às flutuações de preços dos produtos agroextrativistas em diferentes circuitos de mercado. O sentido de “degradação ambiental” se atém a impactos resultantes de ações apresentadas como “racionais”. E estes impactos não podem ser homogeneizados, porquanto seus efeitos são diferenciados, isto é, atingem diferentemente os diversos grupos sociais. Assim, pode-se indagar: quando se fala em “pastagens degradadas” a quem atribuir esta ação? Quanto se pontua “florestas degradadas”, “áreas de mineração e garimpo degradadas e áreas de carvoarias a quem atribuir a ação predatória? A quem atribuir sua exploração intensiva e em larga escala?

Os gestores das intervenções oficiais e das políticas governamentais, das intervenções voluntárias e dos programas especiais, não podem ser elididos, bem como as “estratégias empresariais” sem freio ou limite na devastação dos recursos naturais. Em torno deles é que gravita a noção corrente de “degradação ambiental”.

Uma possibilidade de analisar mais detidamente estes fenômenos implica em eleger como objeto de reflexão o “senso prático das estratégias”, que engloba discursos^{III} e atos deliberados,

III. O poder deste discurso oficioso é de tal magnitude que parece não ter sido necessário produzir “manuais” de orientação do “que deve ser lido para se conhecer a Amazônia.” A realidade empiricamente observável nomeada como “Amazônia”, considerada como objeto, mostra distinções com relação ao que se denomina de “Brasil”,

medidas administrativas, decisões empresariais, conflitos sócio-ambientais, leis e instituições que demarcam, na Amazônia, relações com povos e comunidades ditos “tradicionais.” O chamado “capital militante” degladia com o repertório de conhecimentos oficiais pela legitimidade do que é científico e, em decorrência, pela classificação do que se conceitua como “degradação ambiental.” E ainda: hoje os movimentos sociais e a emergência de identidades coletivas objetivadas em movimentos sociais, em formas organizativas diferenciadas, circunstancialmente agrupadas em movimentos sociais, estão colocando a “universalidade” do pensamento iluminista, em questão. Há uma preocupação em afirmar uma diferença, dentro do universal, sem aceitar uma “universalização de particularismos.”

Uma das primeiras distinções a ser feita, se nós vamos nos separar das disciplinas militantes, é que nos separemos também do gerencialismo de projetos e das “pesquisas de resultados imediatos” das burocracias ditas científicas e dos interesses agrupados em torno do chamado “ambientalismo empresarial.” Todos estes agentes e agências estão perfilados num biologismo extremado. Em verdade, uma instituição científica tem que produzir conhecimento, e não virar uma fábrica de conhecimentos “operativos”, conhecimentos empiristas diretamente aplicáveis e de feição gerencial, visando resultados imediatos. É neste sentido que critico o gerencialismo, como analiso criticamente a produção científica de característica “pragmática”, que se imagina disciplina militante. Localizo tal esforço crítico entre os possíveis desvios de um padrão de conhecimento científico, que certamente não está acima dos antagonismos sociais. Não estamos muito

porquanto apoiada numa argumentação autoevidente e autoexplicativa, que prescinde de quaisquer elucidações, demonstrações ou esclarecimentos. O exercício de uma análise crítica, nesta ordem, defronta-se com obstáculos adstritos à própria representação vulgarizada de Amazônia e requer instrumentos teóricos de análise alusivos a tal representação, como própria de um determinado estado do campo intelectual. Para efeitos de aprofundamento deste tipo de interpretação consulte-se: garcia Jr., Afrânio R. “O Brasil como representação. Leitura crítica de “O que se deve ler para conhecer o Brasil” de Nelson Werneck Sodré”. *Comunicação* n.º 6. Rio de Janeiro: ppgas – Museu Nacional, 1981, pp. 1-39.

atentos a ele devido à força da ação política “desenvolvimentista” que, sob o signo do progresso técnico, mascara suas implicações mais profundas e nos impede de prestar a atenção nas experiências localizadas, que estão sendo levadas a cabo no âmbito de associações voluntárias de trabalhadores agroextrativistas e dos movimentos sociais. Tecnologia simples, prensas compatíveis com as unidades de produção, gerenciamento que incorpora fatores étnicos, produção crescente e colocada em diferentes circuitos do mercado mundial, e elevado valor bruto da produção, constituem algumas características de experiências em curso que aparecem combinadas com a consciência ambiental. Elas existem, mostram-se eficazes, mobilizam comunidades e povos inteiros, tem poder de conter a “degradação” ambiental, mas não tem sido incorporadas em larga medida pelas políticas governamentais. Nos contornos de uma sociologia da intervenção, pode-se afirmar que esta recusa só acentua os paradoxos que estamos vivendo, só acentua a idéia de “degradação” como categoria acusatória, que denigre o “outro” e que objetiva penalizá-lo. Na persistência desta oscilação aumenta nossa perplexidade, neste tempo de ruptura com as condições de emergência de velhos e oficiosos esquemas interpretativos da Amazônia, que, não obstante em franco declínio e com sensível perda de sua força explicativa, ainda se insinuam como dominantes na citadela do senso comum erudito e das interpretações de vulgarização científica.

Referências bibliográficas

- acevedo marin, r. & a.w.b. de Almeida. *Populações Tradicionais – Questões de terra na Panamazônia*. Belém: Unamaz, 2006.
- acevedo marin, r. *Quilombolas da Ilha de Marajó*. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Fasc. 7. Belém, 2006.
- adol pho, Álvaro (Senador). *Plano de Valorização Econômica da Amazônia*. Parecer sobre o projeto de lei do Senado n.º 73 de 1951. Rio de Janeiro. d.i.n./ Senado Federal, 1951.
- al meida, a.w.b. de. *getat. A segurança nacional e o revigoração do poder regional*. fipes i(02): 37-58. São Luís, 1980.
- al meida, a.w.b. de. O gebam, as empresas agropecuárias e a expansão camponesa. In ibase. *Os donos da terra e a luta pela reforma agrária*. Rio de Janeiro: Codecri. pp. 51-70, 1984.
- al meida, a.w.b. de. *Carajás: A Guerra dos Mapas*. Belém. spdh. 2.ª Edição, 1995.
- al meida, a.w.b. de. Preços e possibilidades: a organização das quebradeiras de coco babaçu face à segmentação dos mercados. In Almeida et al. [Editores]. *Economia do babaçu-levantamento preliminar de dados*. São Luís. miqcb. pp. 27-46. 2.ª edição, 2001.
- al meida, a.w.b. de. Distinguir e mobilizar: duplo desafio face às políticas governamentais. *Tipiti*. São Luis: Abong. pp. 6-7, 2003.
- al meida, a.w.b. de, j. Shiraishi Neto & c. Martins. *Guerra Ecológica nos babaçuais: o processo de devastação dos palmeirais, a elevação do preço de commodities e o aquecimento do mercado de terras na Amazônia*. São Luís: miqcb, 2005.
- al meida, Alfredo Wagner e Mourão, Laís. “Questão Agrária no Maranhão Contemporâneo”. Pesquisa Antropológica ns. 9 e 10. Brasília : UnB, 1976.
- agassiz, l. & e. Cary Agassiz. *Viagem ao Brasil (1865-1866)*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938. (Coleção Brasileira. Vol. 95. Tradução de Edgar Sussekind de Mendonça. (A primeira edição, impressa em Paris, data de 1869).
- annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará. Tomo Oitavo. Belém: Typ. i.l.s. pp. 25-37, 1913.
- aquino, t.t.v. de & m.p. Iglésias. *Kaxinawá do Rio Jordão – História, Território, Economia e Desenvolvimento Sustentado*. Rio Branco (Acre), 250 p., 1994.

- bachelard, Gaston. *A formação do espírito científico. Contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Rio de Janeiro: Contraponto Ed. Ltda, 1996 (1.^a ed. Paris, 1938). Trad. de Estela dos Santos Abreu. pp. 53-55.
- bancel, n., p. Blanchard & s. Lemaire. Les Zoos Humains de la République Coloniale. *Le Monde Diplomatique*, pp. 16-17, 2000.
- bastos d'ávil a, j. "Anthropometry of the indians of Brazil", in j.h. Steward [Editor], *Handbook of South American Indians*. Washington d.c., Smithsonian Institution, vol. 6: 71-84, 1950.
- batista, Djalma. *O Complexo da Amazônia. Análise do processo de desenvolvimento*. Manaus: Valer Ed. /Inpa/Edua, 2007.
- bourdieu, p. *Contrafogos – táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1998.
- bradford, p. & h. Blume. *Ota Benga: The Pygmy in the Zoo*. New York: Delta Trade Paperbacks – St. Martin's Press, 1992.
- cardoso, f.h. & g. Müller. *Amazônia: expansão do capitalismo*. São Paulo: Ed. Brasiliense/Cebrap, 1977.
- castro faria, l. de. *Um outro olhar – Diário à Expedição à Serra do Norte*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2001.
- cointe, p. Le. *L'Amazonie Brésilienne. Les pays – Ses habitants. Ses ressources. Notes et statistiques jusqu'en 1920*. Paris: Augustin Challamel Ed. (2 vols.), 1922.
- condamine, c.m. La. *Viagem na América Meridional descendo o Rio Amazonas*. Rio de Janeiro: Epasa. Biblioteca Brasileira de Cultura, 1944.
- conselho nacional de geografia. *Babaçu – Economia a Organizar*. Rio de Janeiro: cne, 1952.
- crespo s., j. Fretel, f. Matonti, f. Poupeau, p. Rimbart, h.j. Suárez & a.c. Wagner. Le capital militant (1) – engagements improbables, apprentissages et techniques de lutte. *Actes de la recherche en Sciences Sociales* n.º 155, 2004.
- crossen, c. Un pigmeo en el zoológico del Bronx. *The Wall Street Journal* *Américas*. 11.02.2006. p. 16, 2006.
- d'abbeville, c. *História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1945.
- doll mikoff, m. (org.). *Projetos para o Brasil*, José Bonifácio de Andrada e Silva. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- evreux, Yves d'. *Continuação da Historia das Coisas Mais Memoráveis Havidas em Maranhão nos Annos de 1613 e 1614*. 1874 (Brasil). 1615 (Paris). 426 p.

- fal con, f.j. Calazans. *A Época Pombalina (Política Econômica e Monarquia Ilustrada)*. São Paulo: Ed. Àtica, 1982.
- ferreira, a.r. *Viagem Filosófica ao Rio Negro*. Belém: Museu Goeldi, 1983.
- foucault, m. "Naissance de la biopolitique". Chaire d'histoire des systèmes de pensée, année 1978-1979. *Annuaire du Collège de France*. 79e.année, 1979.
- foucault, m. "Qu'est-ce que les Lumières". Paris: *Magazine Littéraire*. N.º 207, maio, 1984.
- foucault, m. "Sobre a Arqueologia das Ciências-Resposta ao Círculo Epistemológico." in Foucault, m. et alli *Estruturalismo e Teoria da Linguagem*. Petrópolis: Ed. Vozes, pp 9-55, 1973.
- garcia Jr., a.r. O Brasil como representação. Leitura crítica de "O que se deve ler para conhecer o Brasil" de Nelson Werneck Sodré. *Comunicação* n.º 6. Rio de Janeiro: ppgas – Museu Nacional. pp. 1-39, 1981.
- garcia, r. História das Explorações Científicas. In *Dicionário Histórico Geográfico e Ethnographico do Brasil*. i vol. capítulo 25. Rio de Janeiro: ihgb/Imprensa Nacional. pp. 856-910, 1922.
- gondim, n. *A Invenção da Amazônia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1994.
- herculano, Selene e Pacheco, Tânia. *Racismo ambiental – i Seminário Brasileiro contra o Racismo Ambiental*. Rio de Janeiro: Fase, 2006.
- hobsbawm, e.j. *Industry and Empire: The Making of Modern English Society, 1750 to the Present Day*. New York: Pantheon Books, 1968.
- ibge. *Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju*. Rio de Janeiro, 2002.
- iglesias, Marcelo m. Piedrafitá. *Os Kaxinawá de Felizardo: "correrias", "trabalho" e "civilização" no Vale do Juruá*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, ufrj -- Museu Nacional. Rio de Janeiro, 2008.
- jobim, a. *A intelectualidade no Extremo Norte (Contribuições para a História da Literatura no Amazonas)*. Manaus: Livraria Clássica j.j. Câmara, 1934.
- koch-grünberg, t. *Dois anos entre os indígenas – Viagens ao Noroeste do Brasil (1903-1905)*. Manaus: Edua, 2005.
- leite lopes, j.s. et al. (orgs). *A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial*. Rio de Janeiro: NuAP. Relume & Dumará. pp. 17-38, 2004.
- lévi-strauss, c. *Tristes Trópicos*. Lisboa / São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1981.
- lima, e., j.p. Ramalho, t.t. Messias & E. Celém. "A contribuição de Fróes da Fonseca à Anatomia Racial e à Antropologia Física. Homenagem pelo seu 90.º

- Aniversário". Comunicação à xii Reunião Brasileira de Antropologia, Rio de Janeiro.
- lopes, Raimundo. *Antropogeografia*. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica da Universidade do Brasil, 1956.
- mahar, d.j. *Desenvolvimento Econômico da Amazônia - uma análise das políticas governamentais*. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1978. (Coleção Relatórios de Pesquisa n.º 39 – Ipea).
- malthus, t. *An Essay on the Principle of Population as It Affects the Future Improvement of Society*. London: j. Johnson, 1798.
- martins, e., l.e. Mello Filho, m. de Oliveira & l. de Castro Faria. *Alexandre Rodrigues Ferreira na visão de quatro naturalistas do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: cnpq – Inpa, 1958.
- matonti, f. Le capital militant (2) – Crises politiques et reconversions: mai 68. *Actes de la recherche en sciences sociales* n.º 158, 2005.
- mello leitão, c. de. *História das Expedições Científicas no Brasil*. Coleção Brasileira, vol. 209. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1941.
- mendes, a., j. Hebette, e. Castro & r. Ferreira. *A Invenção da Amazônia*. Belém: ufpa, 1974.
- mintz, Sidney w. "From Plantations to Peasantries in the Caribbean". In *Caribbean Contours*. Sidney w. Mintz and Sally Price [Editors]. Pp. 127-153. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1985.
- moreira, Eidorfe. *Amazônia. O conceito e a paisagem*. Belém: cnpq – Inpa, 1958.
- moreira, Ildem de C. "Darwin, Wallace e o Brasil" *Jornal da Ciência*. Rio de Janeiro: sbpc, 11 de julho de 2008. Ano xxii, n.º 625.
- oliveira, Viana. *Raça e Assimilação*. São Paulo: Biblioteca Pedagógica Brasileira, Cia. Ed. Nacional, Col. Brasileira, vol iv, 1934 (2.ª ed. aumentada).
- osculati, Gaetano. *Esplorazione delle Regioni Equatoriali – Lungo il napo ed il fiume delle Amazzoni. Frammento di um Viaggio Fatto Nelle due Americhe negli anni 1846-48*. Torino: Il Segnalibro, 1990. (com prefácio de A. Guaraldo)
- padre joão daniel. *Tesouro Descoberto no Rio Amazonas*. Separata dos Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 1976.
- padre joão daniel. *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas* (2 vols.). Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. (com prefácio de Vicente Salles).
- perera, m.a. *La mirada perdida – etnohistoria y antropología americana del siglo xvi*. Caracas: Monte Ávila Eds, 1993.

- herculano, Selene e Pacheco, Tânia. Intitulado: *Racismo ambiental – i Seminário Brasileiro contra o Racismo Ambiental*. Rio de Janeiro: Fase, 2006.
- petitjean, p. & Domingues, h.m.b. A redescoberta da Amazônia num Projeto da Unesco: o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica. *Estudos Históricos* n.º 26. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da fgv. pp. 265-292, 2000.
- pinto, l.f. *Jari: toda a verdade sobre o projeto de Ludwig. As relações entre Estado e Multinacional na Amazônia*. Belém: Ed. Marco Zero, 1986.
- plum, w. *Exposições Mundiais no Século XIX: Espetáculos da Transformação Sócio-Cultural*. Bonn: Friedrich-Ebert-Stiftung, 1979.
- rancière, j. “Borges à Sarajevo” in *Chroniques des temps consensuels*. Paris: Éditions du Seuil, pp. 15-19, 2005.
- rancière, j. “Os Ossuários da purificação étnica” *Folha de São Paulo – Caderno Mais*, 19.03.1997.
- rodrigues de melo, Joaquim. *A política indigenista no Amazonas e o Serviço de Proteção aos Índios: 1910-1932*. Dissertação de Mestrado apresentada ao ppgsca-ufam. Manaus (2 vols), 2007.
- roquette pinto, e. *Ensaio de Antropologia Brasileira*. Coleção Brasileira, vol. 22. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1933.
- santa-anna nery, f.j. de. *Le Pays des Amazones. L'Eldorado. Les Terres a Caoutchouc*. Paris: Bibliothèque des Deux-Mondes. L.Finzine et Cir, Eds, 1885.
- souza lima, Antonio Carlos de. *Um grande cerco de paz. Poder tutelar, indianidade e formação do estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- spvea. *Primeiro Plano Quinquenal-Plano de Valorização Econômica da Amazônia* (2 vols.). Belém: Setor de Coordenação e Divulgação, 1955.
- tocantins, l. *Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido*. Manaus: i.o., 1966. (com prefácio de Arthur Cezar Ferreira Reis).
- tocantins, l. *Euclides da Cunha – Um paraíso perdido – reunião dos ensaios amazônicos* (org. por Hildon Rocha). Petrópolis: Vozes/mec, 1976.
- touchet, Julien. *Botanique & Colonisation em Guyane française (1720-1848) – Le jardin des Danaïdes*. Guyane-Guadeloupe-Martinique: Îbis Rouge Editions, 2004.
- visconde de santarém (Manuel Francisco de Barros e Souza de Mesquita de Macedo Leitão). *Estudos de Cartografia Antiga*. Lisboa: Typ. Alfredo Lauros, Motta & Cia. (2 vols.), 1919 .

amazônia: a dimensão política

dos “conhecimentos tradicionais”¹

As polêmicas em torno da relação entre a fragilidade do “ecossistema amazônico” e as “alternativas de desenvolvimento” têm sido marcadas, a partir de 1988, com a intervenção sistemática dos movimentos sociais, por uma ruptura radical com esquemas de

1. Este artigo consiste numa versão revista e aumentada de texto que foi anteriormente publicado no livro *Conflitos Ambientais no Brasil*, organizado por Henri Acselrad (2004). Sua re-publicação se atém a fatos recentes relativos à decisão do governo brasileiro de disputar a direção da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI). No dia 13 de maio de 2008 foi iniciado o processo eleitoral para dirigir a mencionada entidade que fica sediada em Genebra. Quinze candidatos disputavam a vaga. A articulação para viabilizar a candidatura do brasileiro José Graça Aranha, que era diretor do departamento de Registros Internacionais da OMPI e que foi presidente do Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI), contou com apoio de países da América do Sul, da África e dos países árabes. Não houve unanimidade entre os países do chamado “Terceiro Mundo”, porquanto México, Honduras, Bangladesh, Paquistão, Filipinas e Quênia também pleitearam a vaga. O governo brasileiro tem liderado um movimento para transformar a noção de patente e assegurar que países em desenvolvimento possam obter vantagens da produção científica. Do prisma do governo a patente não pode ser apenas um monopólio de empresas privadas sobre uma descoberta e seus impactos sociais tem que ser levados em conta. O objetivo é que o direito de acesso a medicamentos seja reconhecido e a Organização Mundial de Saúde dê assistência aos governos que quebrem as patentes. Com esta postura, mesmo garantindo não ser contra as patentes, o governo brasileiro tem travado um duro debate com Estados Unidos e Suíça, sobretudo com a quebra de licenças de produção de remédios contra aids. A vitória no pleito, com apenas um voto de vantagem, no dia 15 de maio, foi do australiano Francis Gurry, que obteve 42 votos, apoiado pelos Estados Unidos, Alemanha e Suíça. Pelas regras da OMPI basta que um só país manifeste seu descontentamento com a nomeação do diretor-geral para que ela seja submetida a votação. E é neste preceito que tem se firmado a oposição brasileira no sentido de quebrar com o regime duro de proteção das patentes, defendendo flexibilidades em setores como a saúde (Ninio, 2008).

pensamento utilizados comumente nos documentos oficiais de planejamento e no âmbito da política ambiental. Tal ruptura aponta para uma noção de “ecossistema amazônico” que não se reduz mais ao quadro natural, às paisagens e às descrições e classificações de espécies, produzindo listas e copiosos inventários de ocorrência de plantas, frutos, animais e congêneres. Rompendo concomitantemente com a prevalência do “biologismo” e do “geografismo” na explicação deste quadro natural, ela traz em seu bojo o significado de “ecossistema amazônico” como produto de relações sociais e de antagonismos, ou seja, pensado como um campo de lutas em torno do controle do patrimônio genético, do uso de tecnologias e das formas de conhecimento e de apropriação dos recursos naturais. As representações da natureza, cristalizadas no âmbito do aparato burocrático, são abaladas neste embate com repercussões sobre outras noções operacionais e conceitos que preconizam uma suposta “exploração racional” dos recursos.

De igual modo tem sofrido modificações o tratamento mediático dos conflitos sócio-ambientais resultante de estratégias de comunicação colocadas em prática, nos jornais e revistas de circulação periódica, por interesses e por “especialistas” em meio ambiente coadunados com a lógica dos “grandes projetos” e com sua pretensa racionalidade na exploração dos recursos naturais. A repetida invocação de “modernidade” e “progresso”, que parecia justificar que os agentes sociais atingidos pelos “grandes projetos” fossem menosprezados ou tratados etnocentricamente como “primitivos” e sob o rótulo de “atraso”, tem sido abalada face à gravidade de conflitos prolongados e à eficácia dos movimentos sociais e das entidades ambientalistas em impor novos critérios de consciência ambiental.

Um dos principais embates nestas polêmicas concerne à própria instituição de direitos sobre o patrimônio genético, que está sendo crítica e duramente construída² em oposição às formu-

2. Veja-se as dificuldades de aprovação do primeiro instrumento de combate à “biopirataria” que tramitou no Congresso Nacional por oito anos, qual seja, o Projeto de Lei do Senado n.º 306, de novembro de 1995, de autoria da senadora Marina Silva, que dispõe sobre os instrumentos de controle do acesso aos recursos genéticos do país e dá outras

lações de laboratórios de biotecnologia adotadas pela Organização Mundial do Comércio (omc). Os traços e características deste referido patrimônio, que devem ser tomados em conta, não são a soma das diferenças “objetivas”, ao contrário apontam para um quadro complexo de experiências e distintas modalidades de uso dos recursos naturais, envolvendo conhecimentos localizados de diferentes agentes sociais, marcados por uma diversidade étnica com suas respectivas organizações de representação política.

Neste contexto as “alternativas de desenvolvimento” podem ser entendidas como abrangendo o conjunto de medidas adotadas para colocar em execução projetos de reconhecimento do “saber nativo”. Compreendem experiências concretas de cooperação, que tanto envolvem manejo, quanto processamento e transformação de matérias primas. Tais experiências sempre consideradas “artesaniais, pré-industriais ou limitadas”, não obstante sua eficácia, até então não tiveram condições históricas de ganhar corpo, dado que a Amazônia foi sempre uma região “dominada”, pensada de fora e objeto permanente de projetos de inspiração colonialista.

Aliás, a função geral da oposição entre “natureza” e “civilização”, coextensiva à nossa maneira usual de pensar, expressa tão somente a consciência que as metrópoles coloniais têm de si mesmas. Ela resume tudo aquilo em que a sociedade ocidental dos últimos três séculos se julga superior a sociedades consideradas “mais primitivas”, “atrasadas”, “selvagens” ou ágrafas, tudo aquilo em que as sociedades industriais e urbanas se julgam superiores às “populações nativas” consideradas características das florestas úmidas e tropicais.

É sobre o processo de fortalecimento de movimentos sociais e de afirmação étnica que se contrapõe a este ideário positivista de “racionalidade absoluta”, cujo fito é a naturalização de fatos socais, que pretendo discorrer.

providencias. Dentre as disposições gerais tem-se a que prevê a participação das comunidades locais e dos povos indígenas nas decisões que tenham por objetivo o acesso aos recursos genéticos nas áreas que ocupam. Em 2001 através da Medida Provisória n.º 2186-16/2001 o Poder Executivo dispôs sobre o acesso aos recursos genéticos brasileiros, aos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade e sobre a repartição de benefícios entre povos indígenas e comunidades tradicionais.

Os Pajés e a Organização Mundial do Comércio

Em decorrência deste ponto de partida quero iniciar a reflexão com uma proposta de discussão que apresentei ao Encontro Nacional de Agroecologia (ena), realizado em 2002, mencionando a reunião dos pajés, “curandeiros e líderes espirituais”. de povos indígenas da Amazônia realizada em dezembro de 2001 em São Luís, capital do Estado do Maranhão. Compareceram ao evento representantes de vinte povos indígenas, que definiram os termos de uma carta a ser enviada à Organização Mundial de Propriedade Intelectual (ompi) sediada em Genebra, Suíça. O Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi), que patrocinou a reunião, foi o portador da carta destinada diretamente ao Comitê Intergovernamental da Biodiversidade (Tachinardi: 2001).

Os temas em pauta diziam respeito a:

a) recursos naturais das florestas tropicais, em particular da Amazônia, que estão sendo explorados industrialmente:

b) necessidade de serem protegidos juridicamente os “conhecimentos tradicionais” para evitar a “biopirataria” ou “pirataria ecológica”,³ ou seja, para evitar que “outros” se apropriem ilegítima e ilegalmente destes “saberes nativos”.⁴

Esta reunião em que funcionários religiosos e especialistas das sociedades indígenas, que detêm conhecimentos de botânica e de flora, aplicando-os em suas práticas agrícolas e extrativas, produzem pleitos dirigidos a agências multilaterais (omc, ompi),

3. Considere-se “biopirataria” ou “pirataria ecológica” um conjunto de práticas delituosas que tanto consistem em transportar animais ou plantas, sem permissão legal, com o objetivo de usar o material genético coletado para fins comerciais, quanto em usurpar os conhecimentos tradicionais de povos indígenas e camponeses sobre animais e plantas. Compreende, pois, a usurpação de direitos de propriedade intelectual e a expropriação dos saberes nativos.

4. Na última década intensificaram-se de tal ordem os casos de apropriação ilegal do capital de conhecimentos acumulado pelos povos indígenas e pelos chamados “povos e comunidades tradicionais” que foi instituída, em 1997, na Câmara dos Deputados uma “Comissão para apurar denúncias de exploração e comercialização

coadunados com as mobilizações de preservação ambiental levadas a efeito pelos movimentos sociais na Amazônia na última década, significa uma politização do saber sobre a natureza e por extensão uma politização da própria natureza. Abre-se, de maneira mais formal, um novo capítulo de antagonismos e conflitos sócio-ambientais em que os conhecimentos indígenas e das chamadas “populações tradicionais” começam a se constituir num saber prático em contraponto àquele controlado pelos grandes laboratórios de biotecnologia, pelas empresas farmacêuticas e demais grupos econômicos que detêm o monopólio das patentes, das marcas e dos direitos intelectuais sobre os processos de transformação e processamento dos recursos naturais.⁵

E o que são estes conhecimentos nativos também cognominados de “conhecimentos tradicionais” e de “saberes locais”?

ilegal de plantas e material genético na Amazônia”. Entre outros foram apurados casos de tráfico de besouros e borboletas, exportação ilegal de sementes (caso da empresa Tawaia, Cruzeiro do Sul – ac), corantes naturais (extração do pigmento azul do jenipapo) e processamento do urucum, patentes do bibiru ou bibiri, cujo princípio ativo foi registrado pelo laboratório canadense Biolink, e do cunani, patente do couro vegetal, extração do látex de cróton (caso da Shaman Pharmaceuticals, que diz já ter estudado “sete mil plantas de todo o conjunto da Floresta Amazônica” – cf. Relatório Final da Comissão. Brasília. Câmara dos Deputados. 1998 p. 13-44). Acrescentem-se ainda casos de coleta de sangue – dna dos Karitiana e Suruí de Rondônia por universidades norte-americanas (Arizona, Yale) e laboratórios (ibid. p. 30-35).

Aumentando esta lista têm sido divulgados pela imprensa periódica em 2003 “novos” casos de patenteamento que usurpam conhecimentos nativos: senão veja-mos; o cupuaçu, “considerado uma fruta exótica da Amazônia, foi patenteado pela Asahi Foods que produz o cupulate, chocolate de cupuaçu.” A Rocher Yves Vegetale registrou nos eua, Europa e Japão a patente sobre a produção de cosméticos ou remédios que usam o extrato de andiroba. O laboratório norte-americano Abbot sintetizou e vende uma toxina analgésica produzida por um Sapo (Epipedobates tricolor) que vive nas árvores amazônicas. O governo Lula, através do Ministério do Meio Ambiente, objetivando aprimorar o controle sobre as usurpações prepara um banco de dados com o nome científico e popular das várias espécies nativas para ser disponibilizado via internet. (Cf. Meneoni, M. e Rocha. L. “Riqueza Ameaçada – a falta de fiscalização e controle das espécies nativas abre as portas para a biopirataria e dá ao Brasil prejuízo diário de US\$ 16 milhões.” *IstoÉ*, n.º 1773, de 24 de setembro de 2003, p. 92-98).

5. Esta experiência de reunião dos pajés foi inspirada em um trabalho já em curso na Venezuela, produzindo um banco de dados que catalogou, até agora, nove mil

Eles não se restringem a um mero repertório de ervas medicinais. Tampouco consistem numa listagem de espécies vegetais. Em verdade, eles compreendem as fórmulas sofisticadas, o receituário e os respectivos procedimentos para realizar a transformação. Eles respondem a indagações de como uma determinada erva é coletada, tratada e transformada num processo de fusão.⁶

A questão do direito de patente institui, enquanto prerrogativa para regular relações, um campo de confrontos sucessivos. Nele começam a se destacar as mobilizações e as iniciativas dos movimentos sociais e de organizações ambientalistas. A Rede gta (Grupo de Trabalho Amazônico) “para além da luta em defesa dos conhecimentos tradicionais, como no processo movido pela anulação do registro do nome cupuaçu no Japão, trabalha pelos direitos comunitários mais amplos como forma de mostrar para a sociedade brasileira que a biodiversidade está ligada com a diversidade cultural e agrícola das comunidades” (gta, 2002:06). A assema (Associação em Áreas de Assentamento do Maranhão) juntamente com a Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco – coppalj e o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – miqcb tem se movimentado desde 1998 no sentido de registrar suas marcas, numa linha de produtos batizada como “babaçu livre”, que já são comercializados.⁷ Desde fevereiro de 2003 o Instituto Indíge-

conhecimentos. Todos estes conhecimentos tradicionais foram produzidos por povos indígenas e por camponeses. Para outros esclarecimentos consulte-se Tachinardi, Maria Helena, “Pajés com a palavra – Brasil poderá ter banco de dados com conhecimentos tradicionais.” *Gazeta Mercantil*, 17 e 18 de novembro de 2001.

6. Um dos exemplos de expropriação destes conhecimentos indígenas mais divulgado pela imprensa concerne à “espinheira santa”, que é bastante conhecida para combater a acidez no estômago. Técnicos japoneses teriam tido informações sobre os procedimentos de beneficiamento e patentearam os extratos da erva e agora para que se possa utilizá-la tem que se pagar a empresas japonesas os direitos de propriedade industrial. Outros exemplos referem-se a plantas sagradas como as variedades de ayahuasca, cujos procedimentos de uso ritual teriam sido patenteados como relata Craig Benjamin in “Amazonian Confrontation - native nations challenge the patenting of sacred plants” in *Native América – Akwe:kon’s Journal of Indigenous Issues*, inverno de 1998, p. 24-33.

7. O primeiro empreendimento de comercialização exclusiva destes produtos em

na Brasileiro de Propriedade Intelectual (Inbrapi), recém-criado, começou a registrar os conhecimentos tradicionais dos pajés (Menconi e Rocha, 2003:96). Não obstante tais iniciativas, registre-se que o número de patentes solicitadas por brasileiros é extremamente baixo se cotejado com o de países industrializados.⁸

Reivindicar o direito intelectual é uma forma de luta, é uma forma de contrapor conhecimentos, tomando-se essencial para as alternativas de desenvolvimento autônomo, posto que podem viabilizar a autosustentabilidade. Basta dizer que as bases empíricas dos procedimentos elaborados em laboratórios e demais empresas refletem as informações primeiras detidas pelos nativos. A seleção, a infusão e a utilidade já foram definidas, muitas vezes centenariamente, pelo saber nativo quando os laboratórios começam a atuar. Afinal, em muitos casos, o que os laboratórios acabam fazendo se resume em agregar os componentes tecnológicos à fórmula criada pelos índios e pelas “populações tradicionais.”⁹ A eficácia do trabalho precursor dos povos indígenas é sobejamente reconhecida como assevera o pesquisador Charles Clement do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), que, a partir de seus estudos com o palmito pupunha, explica que “quando a planta não é domesticada ou pelo menos semidomesticada esses conhecimentos são adquiridos em etapas da investigação

áreas metropolitanas trata-se da “Embaixada do Babaçu” inaugurada em São Luis (ma) no decorrer de 2002. Outras 68 iniciativas de “relações comerciais justas” podem ser encontradas na publicação do mma intitulada “Negócios para Amazônia Sustentável” (mma et alli Rio de Janeiro, 2002-2003).

8. Para maiores dados veja-se o artigo “Caldeirão da pajelança”, de autoria de D. Mencolli e S. Filgueiras, publicado na *IstoÉ* de 19 de setembro de 2001, p. 93-95.

9. Há situações extremas como o caso da associação das mulheres trabalhadoras rurais de Ludovico que fabricam sabonetes de óleo de babaçu e vendem para a Sensual's Pacific que os distribuem nos EUA com seu próprio rótulo, porquanto as quebradeiras de côco babaçu ainda não patentearam seu produto. O óleo de babaçu para tal fabricação é produzido pela Cooperativa dos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco, que também exporta para a Europa (The Body Shop) e para o EUA (Aveda). Para um aprofundamento desta experiência leia-se o documento “História sobre o pensamento de fabricação de sabonetes do grupo de Ludovico”, de autoria da quebradeira de coco babaçu Maria Aláides de Souza in *O Maranhão em rota de colisão-experiências camponesas versus políticas governamentais*. São Luís. cpt. Coleção Padre Cláudio Berganaschi 1998, p. 171-176.

científica no decorrer de vários anos. “Os índios desenvolveram essas tecnologias por meio da seleção de sementes, de solo, da rigorosa observação do meio-ambiente.” (Nogueira, 2002:9).¹⁰ Sob esse prisma, não haveria uma descontinuidade absoluta entre os saberes práticos e aqueles produzidos pela investigação científica e os laboratórios se beneficiaram desse conhecimento inicial.

As estratégias empresariais e o monopólio dos direitos autorais

De outra parte há laboratórios farmacêuticos que, além do controle da extração vegetal e dos processos industriais, adquiriram imóveis rurais para compor suas próprias fazendas com espécies cultivadas. Depois de décadas nas florestas ombrófilas da Pré-Amazônia, adquirindo produtos extraídos por povos indígenas (Guajajara) e camponeses, a Merck, após uma experiência conflituosa com posseiros na fazenda Faísa, no Vale do Pindaré, adquiriu a Fazenda Chapada, em Barra do Corda (ma), Vale do Mearim, e implantou uma grande plantação de jaborandi do qual obtém a pilocarpina. Este mesmo laboratório farmacêutico obtém também a rutina a partir da fava d’anta coletada por camponeses das regiões de cerrado.¹¹

10. Cf. Nogueira, Wilson. “Índios ajudam pesquisa a queimar várias etapas”. *Gazeta Mercantil*, 18 de junho de 2002 p. c-9: “O conhecimento dos índios e caboclos também é substancial na catalogação das plantas medicinais. Informações de comunidades tradicionais ou correntes no meio urbano sobre prováveis benefícios terapêuticos de plantas são absorvidos na Coordenação de Pesquisas em Produtos Naturais (cppn) do Inpa como ferramenta para investigação científica”. (ibid.) “Clement cita o exemplo da pupunheira, que produz a pupunha. Essa palmeira foi domesticada pelos índios em um período estimado de cinco a dez anos atrás e devido a essa característica possui tolerância ecológica muito mais ampla que qualquer um de seus prováveis ancestrais (...) os índios desenvolveram sofisticadas tecnologias de melhoramento genético, manejo e desenvolvimento de produtos que só resta aperfeiçoá-las às necessidades do consumo em larga escala, a principal característica do mercado” (ibid.) (g.n.).

11. A Merck atua em 150 países com 32 fábricas e 69 mil empregados e apresentou

O que está em jogo em estratégias empresariais desta ordem é a propriedade da terra visando o controle efetivo de toda a evolução das espécies vegetais e o controle do conhecimento absoluto da flora.¹²

Está-se diante, pois, de pelo menos duas estratégias empresariais: uma delas, por artifícios de intermediação, controla principalmente a circulação da produção extrativa, através de uma vasta rede de intermediários, que comercializam diretamente com índios, quilombolas e extrativistas, enquanto a outra detém também a propriedade dos meios de produção. Combinando-se estas estratégias com uma terceira, desenvolvida no domínio jurídico-formal e empreendida por agências multilaterais focalizando a concentração da propriedade intelectual, tem-se o escopo da ação empresarial das indústrias farmacêuticas. Uma estratégia lateral e que pode ser entendida como uma

em 2001 faturamento correspondente a US\$ 47,7 bilhões. No Brasil possui uma unidade industrial com 800 empregados e teve um faturamento, em 2001, correspondente a US\$ 95,5 milhões (cf. Karam, Rita, “Mercado questiona balanço da Merck”. *Gazeta Mercantil*, 9 de julho de 2002).

12. Neste caso o laboratório atua diretamente diferenciando-se de estratégias empresariais, mais usuais, que pressupõem intermediação sem preocupação com propriedade da terra, como no caso do contrato entre o laboratório suíço Novartis e a organização chamada Bioamazônia, com escritório em São Paulo, “O tiro de largada já foi dado nos grandes laboratórios do País e do mundo. Para obter microorganismos da região o suíço Novartis desembolsou US\$ 4 milhões, o britânico Glaxo Wellcome, US\$ 3,2 milhões, e o Instituto Nacional do Câncer dos Estados Unidos, US\$ 1 milhão. Cada um à sua maneira. O contrato da Novartis com a Bioamazônia, uma organização social, por exemplo, virou escândalo e está sendo revisto. Com escritório em São Paulo, a Bioamazônia acabou comprometendo-se com a Novartis a coletar 10 mil microorganismos diferentes e enviar cepas para o exterior. Para se ter uma idéia da riqueza da região, o laboratório só precisaria recolher meio quilo de terra em cada um dos 50 pontos escolhidos na florestas para chegar à quantidade de microorganismos desejada. Em outras palavras estaria gastando os tais US\$ 4 milhões em 25 quilos de terra. “O contrato entre a Bioamazônia e a Novartis parece o antigo acordo do governo da Costa Rica com o laboratório Merck, quando toda a biodiversidade do país foi vendida por apenas US\$ 1 milhão” ataca Antonio Paes de Carvalho presidente da Extracta e da Associação Brasileira das Empresas de Biotecnologia. Apesar das farpas de Carvalho, a sua Extracta também mantém um polpudo acordo com a Glaxo.” (Cf. Osman, Ricardo e Almeida, Juliana, “Guerra verde”. *Dinheiro*, n.º 155, 16 de agosto de 2000, p. 65-66).

quarta forma de ação concernente a situações em que os povos indígenas servem de cobaia para experimentos científicos de laboratórios farmacêuticos, que contam com serviços de diferentes pesquisadores (antropólogos, biólogos).¹³

Assim, quando os pajés se reuniram para decidir os termos da citada carta, eles não se encontravam isolados em sua condição de funcionários religiosos e antes refletiam um aspecto coletivo dos conflitos em que seus grupos sociais e povos indígenas de referência se acham envolvidos. De certo modo estava em jogo uma percepção de que hoje a omc – que é uma das três agências multilaterais que disciplinam as medidas emanadas das políticas de inspiração neo-liberal (as outras duas seriam o Banco Mundial – bird e o Fundo Monetário Internacional – fmi) e visam globalmente uma “homogeneização jurídica” (Bourdieu, 2001:107) – através da ompi pretende estabelecer seu controle sobre todas as espécies vegetais do planeta,¹⁴ independentemente das legislações nacionais e dos direitos consuetudinários.

13. Um dos episódios mais conhecidos e recentes refere-se às denúncias comidas no livro *Darkness in El Dorado*, de Patrick Tierney, lançado em 2000, sobre o fato de yanomami terem sido usados “como grupo de controle, comparando a raridade de suas mutações genéticas com a dos sobreviventes de Hiroshima e Nagasaki” (cf. Leite, Marcelo, “Jornalista acusa cientista de usar índios como cobaia. Livro põe antropólogos em pé-de-guerra” *Folha de S. Paulo*, 23 de setembro de 2000). Pesquisas científicas que buscam obter informações genéticas sobre povos indígenas, quilombolas e extrativistas, coletando sangue e aplicando vacinas encontram-se sob investigação. As polêmicas derivadas desta denúncia de Tierney ganharam as páginas do *The New Yorker*, de outubro de 2000, com o artigo de P. Tierney, “The fierce anthropology” (p. 50-61) e da *Espirit*, de junho de 2001, com artigo de Clifford Geertz: intitulado “Polémique sur les anthropologues em Amazonie” (p. 20-33), Ganharam também declarações da American Anthropological Association e da Associação Brasileira de Antropologia na reunião anual da aaa realizada em San Francisco em 16 de novembro de 2000. Há uma ação judicial tramitando no Ministério Público Federal para apurar estas denúncias.

14. Cf. P. Bourdieu, *Contrafogos 2*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. Ed. 2001, onde tem-se: “A unificação do campo econômico mundial pela imposição do reino absoluto do livre comércio, da livre circulação do capital e do crescimento orientado para a exportação apresenta a mesma ambigüidade que a integração no campo econômico nacional em outros tempos: embora dando aparência de um universalismo sem limites, de uma espécie de ecumenismo que encontra suas justificativas na difusão universal dos estilos de vida *cheap* da “civilização” do Mac-Donald’s, do *jeans*

Tem-se, pois, uma contradição básica qual seja: de um lado a posição norte-americana, secundada pela Suíça e refletida na omc, que pretende que os grandes laboratórios de biotecnologia patenteiem todas as espécies e fórmulas que possam ser usadas na transformação industrial destas espécies nativas. De outro lado tem-se, além de nações relutantes, a posição resoluta das cooperativas agroextrativistas, das associações artesanais, dos movimentos sociais, das organizações ambientalistas e dos pajés de que os conhecimentos tradicionais, inclusive os considerados folclóricos, são fatores de uma cultura específica que não são passíveis de patenteamento por grandes laboratórios, porquanto se trata de conhecimentos centenários e/ou imemoriais que não podem ser regulados por patentes ou a elas reduzidos.

Trata-se de uma luta entre a liberdade de uso dos conhecimentos tradicionais, pelos próprios agentes sociais que os produzem e reproduzem, e o controle absoluto destes conhecimentos pretendido por empresas transnacionais e pelos laboratórios de biotecnologia. Tais laboratórios pretendem levar o patenteamento ao máximo, estendendo-o a todo e qualquer conhecimento dos recursos naturais. Está-se diante de uma modalidade de “homogeneização jurídica” que subjuga dispositivos jurídicos nacionais e visa disciplinar, pela subordinação jurídico-formal, as práticas e os saberes de pajés, pajoas, benzedeiras, curandeiras e demais conhecedores de ervas com função medicinal e ritual.

Tal episódio consiste num novo capítulo da chamada “guerra ecológica”, referida a trágicas disputas por recursos naturais estratégicos, porquanto afeta a combinação estável de recursos que tradicionalmente tem assegurado a sobrevivência de índios e

e da Coca-Cola, ou na “homogeneização jurídica”, frequentemente tida por um indicio positivo de “globalization”, esse “projeto de sociedade” que serve os dominantes, isto é, os grandes investidores que, situando-se acima dos estados, podem contar com os grandes estados e em particular com o mais poderoso dentre eles política e militarmente, os Estados Unidos, e com as grandes instituições internacionais, Banco Mundial. Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio. controladas por eles, para garantir as condições favoráveis à condução de suas atividades econômicas.” (Bourdieu, 2001: 107).

camponeses. Isto é, além de ameaçar as condições de reprodução social e física das chamadas “populações tradicionais”, expropria seus conhecimentos e saberes, inviabilizando sua reprodução cultural e desestruturando fatores de identidade étnica. Este processo de expropriação se traduz em conflitos diretos na esfera da circulação e torna-se explícito em diferentes circuitos de mercado.

O mercado segmentado versus o mercado de “commodities”

As chamadas “populações tradicionais” ou povos e grupos sociais que controlam as chamadas “terras tradicionalmente ocupadas” – consoante a Convenção 169 aprovada pela oit em 7 de junho de 1989 e ratificada pelo Congresso Nacional em junho de 2002 – através de suas entidades representativas e de diversos movimentos sociais, apregoam que este conhecimento intrínseco não pode ser assim expropriado, não pode ser subdividido e retalhado entre laboratórios, desagregando os domínios de saberes em que são socialmente produzidos. O esfacelamento não apenas colide com processos de afirmação étnica como pode destruir as unidades culturais e ter, por extensão, um impacto negativo sobre centenas de experiências produtivas, de povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhos e pequenos produtores agroextrativistas em toda a Amazônia. Além dos aspectos simbólicos, têm-se os aspectos econômicos desta contradição que apontam para dois circuitos de mercados que se opõem frontalmente: o mercado segmentado versus o mercado de “commodities.” A noção de “commodity” vinculada a produtos homogêneos, produzidos e transportados em grandes volumes, por grandes empreendimentos, tanto no setor mineral (ferro, ferro-gusa, bauxita, estanho, manganês...), quanto na extração madeireira,¹⁵ na coleta de plantas com propriedades

15. Registra-se atualmente uma ácida discussão sobre espécies que estariam em extinção como o mogno que foi exportado no decorrer de 2000 para 96 empresas

medicinais e nos produtos industriais (soja, óleos vegetais, celulose, ...), contrasta e colide com a produção baseada na extração através do trabalho familiar, em cooperativas de produtores diretos, de base artesanal ou que incorpora tecnologia simples, agregando valor aos produtos da floresta, e que é comercializada em circuitos específicos de mercado.

Reforça o mercado de *commodities* a implantação de agroindústrias, de indústrias agroflorestais, incluindo-se as de papel e celulose, e de bioindústrias, a expansão das usinas de ferro-gusa e empreendimentos mineradores que fazem dos recursos naturais uma atividade comercial em larga escala. Um dos exemplos mais conhecidos concerne à rápida e desordenada expansão do plantio de soja no Sul do Maranhão, no Mato Grosso e em Rondônia. Uma outra situação compreende a ampliação das usinas guzeiras em Marabá (pa) e Açailândia (ma), consumindo carvão vegetal de florestas nativas em proporções cada vez maiores.¹⁶

estrangeiras de 27 países diferentes. “Os quatro maiores compradores, segundo o gerente do Greenpeace, são Aljoma Lumber, Dan K. Moore Lumber, dl h Nordisk e Thompson Mahogany.” (Ferreira, Renata, “Preço do mogno pode subir”, *Gazeta Mercantil*, 27 de novembro de 2002, p. c-04), Uma das exigências relativas ao mogno é que sejam implantados projetos de manejo, com plantio aprovado pelos órgãos oficiais competentes e com a cota de retirada de madeira determinada pelo Ibama. O manejo florestal na Amazônia, embora tenha se constituído numa exigência legal a empresas de papel e celulose, guzeiras etc., praticamente não existia até 1994. Em 2001 se limitava a 300 mil hectares, o que evidencia a pouca importância que lhe vem sendo atribuída por empresas mineradoras e madeireiras. Por outro lado, no que diz respeito à ação governamental tem-se o seguinte quadro prospectivo: “Os planos oficiais para a preservação dos recursos naturais amazônicos incluem a criação até 2010 de 50 milhões de hectares de novas florestas nacionais (Flonas), que são unidades de conservação de uso sustentável, com o objetivo de produzir bens (produtos madeireiros e não madeireiros) e ao mesmo tempo manter os serviços ambientais. Outros 25 milhões de hectares deverão ser destinados a parques e reservas biológicas, ampliando a área de proteção na região dos atuais 3,25% para cerca de 10% do território” (Raimundo Pinto, “A Amazônia explora a sua biodiversidade”. *Gazeta Mercantil*, 10 de dezembro de 2002).

16. Segundo documentos do Programa Nacional de Florestas (pnf) do Ministério do Meio Ambiente a recomposição das áreas plantadas para uso industrial e energético da madeira encontra-se abaixo do necessário. “Segundo estimativas apresentadas ao Banco Mundial pelo Programa Nacional de Florestas a média de replantio de áreas desde 1996 não ultrapassa os 250 mil hectares/ano, quando seriam necessários 630 mil hectares/ano.” Em outras palavras o Brasil estaria “a caminho

Outros exemplos destes “grandes projetos” referem-se aos milhares de hectares incorporados por indústrias de papel e celulose no Maranhão (Baixo Parnaíba e Imperatriz) e no Amapá e o descontrole das atividades mineradoras que já adentraram terras indígenas,¹⁷ violando princípios constitucionais, uma vez que a exploração depende de regulamentação do Congresso Nacional.

No que tange à questão do patrimônio genético ora abordada vale citar a proposta de utilizar a biodiversidade como matéria-prima, estabelecendo “um pólo bioindustrial que utilize fármacos e extratos fitoterápicos de plantas nativas” na Zona Franca de Manaus (Raimundo Pinto, 2002 *ibid*). Para dar apoio a esta meta, acaba de ser inaugurado em Manaus o Centro de Biotecnologia da Amazônia (cba), que vai gerar tecnologias que agreguem valor às matérias primas da biodiversidade amazônica. Trata-se de um setor que movimenta cerca de US\$ 195 bilhões anuais no mercado mundial (R. Pinto, 2002, *ibid.*).

Nada assegura, entretanto, que tal iniciativa seja reflexo de uma política industrial dirigida especificamente para o patrimônio genético, buscando recuperar o conhecimento indígena e

de um apagão florestal” conforme sublinha Leonor Bueno em “Apagão florestal vem aí, alerta pnf” (*Gazeta Mercantil*, 31 de julho de 2002).

17. Para efeito de ilustração cabe citar que grande parte dos 2,6 milhões de hectares das terras dos cinto-larga, em Rondônia e Mato Grosso, foi devastada por garimpeiros em busca de diamantes. Compradores estrangeiros, oriundos de Israel e da Bélgica, foram detidos em Juína (mt), sob suspeita de contrabando. (Amaury Ribeiro Jr., A Nova Maldição. *IstoÉ*, 4 de dezembro de 2002). Consoante Ribeiro Jr.: “Para a pf e o Ministério Público, o contrabando explica a enorme discrepância entre a exportação legal de diamantes de gemas, que segundo o Serviço de Comércio Exterior (secex) no ano passado foi de apenas 9.096 quilates, e o destaque que as pedras brasileiras começam a ganhar no mercado externo.” De acordo com o *Mining Journal*, publicação especializada da Inglaterra que mede a comercialização de pedras preciosas na Europa, a produção de diamantes de gema no país foi de 900 mil quilates, no mesmo período, comercializados a US\$ 41 milhões. Esse número colocou o Brasil como o décimo maior produtor de diamantes do mundo. Basta fazer a conta – 900 mil quilates menos nove mil – para concluir que 890 mil quilates saíram ilegalmente do país em 2001. “Está claro que a maior parte desses diamantes saiu do país contrabandeada” afirma o Procurador da República Pedro Taques que coordena uma força tarefa do pm que investiga o contrabando de diamantes em terras indígenas (Amaury Ribeiro Jr., 2002, *ibid.*).

valer-se das suas potencialidades econômicas. A Fundação Getúlio Vargas desenvolveu, por solicitação da Suframa, um estudo sobre as potencialidades econômicas da Amazônia Ocidental e enfatizou os seguintes produtos de mercado amplo: amido de mandioca, palmito de pupunha, frutas tropicais (notadamente açaí e cupuaçu), extração de safrol da pimenta-longa, madeira serrada (pré-beneficiada), madeira laminada e compensada, piscicultura, castanha do Brasil e turismo ecológico (Relatório *Gazeta Mercantil*, de 10 de maio de 2002). Os prognósticos de diferentes instituições assinalam que “antes de 2010 a madeira tropical se transformará na principal ‘commodity’ da Amazônia brasileira” (Relatório *ibid.* citando o Imazon).¹⁸ O foco da política industrial na região tende a mudar, deslocando os projetos agropecuários e redimensionando a indústria de extração mineral.

Os movimentos sociais e a contra-estratégia

Quais os recursos que as entidades ambientalistas e os movimentos sociais com suas respectivas experiências localizadas contam hoje no âmbito deste enfrentamento tão desigual? A tentativa de resposta nos impele a refletir sobre a necessidade de repensar a questão ambiental, envolvendo, além de práticas colidentes de agentes sociais diferenciados, o reconhecimento daquelas dimensões simbólicas peculiares nas relações destes agentes com os recursos naturais. Este ato de repensar aponta para novas modalidades de interpretação sobre o acesso, o uso e a apropriação, temporários ou permanentes, dos recursos hídricos, florestais e do solo, bem como para aspectos conflitantes face às políticas governamentais. Transcendendo a uma noção estrita do recurso

18. No dia 10 de maio de 2002 foi realizado no Renaissance Hotel em São Paulo (sp), sob patrocínio da Suframa e do Ministério do Desenvolvimento, em promoção da *Gazeta Mercantil*, o evento intitulado: “Seminário sobre oportunidades de negócios na Amazônia Ocidental e Amapá” visando atrair investidores e empresários do Centro-Sul do país.

básico, a terra, o esforço de reconceituação incorpora ademais fatores étnicos e político-organizativos, abarcando distintos atos de mobilização que denotam consciência ecológica. Deste modo a questão ambiental não pode mais ser tratada como uma questão sem sujeito. Não se restringe ao contorno de um quadro natural isolado, pensado preponderantemente por botânicos e biólogos.

E quem seriam os sujeitos? Os sujeitos desta questão ambiental na Amazônia têm se constituído na última década e meia. Eles não têm existência individual ou atomizada. A construção destes sujeitos é coletiva e se vincula ao advento dos vários movimentos sociais que passaram a expressar as formas peculiares de uso e de manejo dos recursos naturais por povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu ou seja pelos denominados “povos e comunidades tradicionais.” Constata-se nos meandros dos conflitos sócio-ambientais decorrentes uma desnaturalização do termo “população” que aqui contrasta com a noção de “populações biológicas.”

O advento nesta última década e meia de categorias que se afirmam através de uma existência coletiva, politizando nomeações da vida cotidiana tais como índios, seringueiros, quebradeiras de côco babaçu, ribeirinhos, castanheiros, pescadores, piaçabeiros, extratores de arumã e quilombolas dentre outros, trouxe a complexidade de elementos identitários para o campo de significação da questão ambiental. Registrou-se uma ruptura profunda com a atitude colonialista homogeneizante, que historicamente apagou as diferenças étnicas e a diversidade cultural. O sentido coletivo destas autodefinições emergentes impôs uma noção de identidade à qual correspondem territorialidades específicas, cujas fronteiras estão sendo socialmente construídas e nem sempre coincidem com as áreas oficialmente definidas como reservadas. Está-se diante de um processo de territorialização complexo em que o raio de abrangência dos movimentos sociais não se confunde com as manchas de incidência de espécies identificadas cartograficamente, ou seja, a atuação do Conselho Nacional dos Seringueiros, por exemplo, não se acha confinada nas regiões de incidência de seringueais.

Com propósito de síntese, pode-se adiantar que antes a questão ambiental, através da categoria *terra*, recurso básico, era considerada indissociável dos problemas agrários e agora pela noção de *território*, revela-se dinamicamente atrelada a fatores étnicos e afirmativos de uma identidade. A construção de sujeitos sociais aponta para uma existência coletiva objetivada numa diversidade de movimentos organizados com suas respectivas redes sociais, redesenhando a sociedade civil da Amazônia e impondo seu reconhecimento aos centros de poder. Estas redes emergem para além de entidades ambientalistas ou de defesa ecológica, abrangendo sobretudo organizações locais. Já não é mais possível dissociar a questão ambiental das associações voluntárias e entidades da sociedade civil, com raízes locais profundas, que estão se tornando força social tais como: a União das Nações Indígenas (uni), a Coordenação Indígena da Amazônia Brasileira (coiab) e toda a rede de entidades indígenas a ela vinculada, que alcança 75 organizações e 165 povos indígenas; o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (miqcb), o Conselho Nacional dos Seringueiros, o Movimento Nacional dos Pescadores (monape), o Movimento dos Atingidos de Barragens (mab), a Associação Nacional das Comunidades Remanescentes de Quilombo e a rede de entidades a ela vinculada no Maranhão (aconeruq) e no Pará (arqmo), e a Associação dos Ribeirinhos da Amazônia. Há outras organizações incipientes que estão se estruturando a partir de situações de conflito localizadas como o Movimento dos Atingidos pela Base de Lançamento de Alcântara, a partir de 2001, e a Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão (coapima), criada em setembro de 2003 por mais de 60 lideranças Guajajara, Krikati, Gavião, Canela, Awá-Guajá e Kaapor. Incluem-se também as mobilizações crescentes face à construção do gasoduto de Coari (am). Atreladas a elas tem-se outras modalidades organizativas que também devem ser mencionadas, tais como:

a) entidades ambientalistas, que também buscam sistematizar um conhecimento mais detido sobre a região amazônica;

b) o novo sindicalismo dos trabalhadores rurais proveniente das antigas “oposições sindicais” que hoje designam a chamada “agricultura familiar”;

c) as experiências de cooperativas agroextrativistas e de projetos de assentamento, principalmente no Acre, Amapá, Rondônia, Tocantins e Maranhão;

d) o agrupamento de índios de diferentes etnias, que se encontram em áreas metropolitanas, numa só entidade. Uma ilustração concerne ao Conselho dos Índios de Belém, que inclusive tem representação no Congresso da Cidade, outra ilustração aos índios que residem em Manaus. Em ambas situações participantes destas organizações podem ser encontrados comercializando produtos fitoterápicos. No caso de Belém há condições de possibilidade, através do Congresso da Cidade, de uma articulação destes movimentos com a associação dos feirantes do Ver-o-Peso que consiste na maior praça de mercado de fármacos e saberes tradicionais da Amazônia.

A expressão destas múltiplas redes ultrapassa a mil organizações e tem, inclusive, levado os organismos internacionais a estimularem a sua institucionalização. Não é por acaso que têm sido financiados pela cooperação internacional, nos últimos onze anos, inúmeros projetos de “fortalecimento institucional.” O maior deles data de 1991-1992 e se refere à constituição do Grupo de Trabalho Amazônico (gta), como uma rede de organizações que acompanha as iniciativas do Projeto Piloto de Preservação das Florestas Tropicais ppg-7. Esta rede hoje abrange 513 organizações¹⁹ e paralelamente à consolidação institucional estimula experiências localizadas através dos Projetos Demonstrativos (pda) e, mais recentemente, os Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (pdpi). Ela agrupa povos indígenas, seringueiros,

19. Consoante a publicação do gta intitulada “Pelo futuro da Amazônia”, conjunto de posições tornadas públicas quando da realização da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (wssd 2002) ou Rio + 10, a rede gta é “integrada por 513 organizações sociais e populares entre associações de ribeirinhos, castanheiros, pescadores, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, povos indígenas, agricultores familiares, entidades ambientalistas, de assessoria e de pesquisa” (gta, 2002: 06).

coletores de castanha e de açaí, além de balateiros, piaçabeiros, peconheiros, quebradeiras de coco babaçu, extratores de resinas, extratos e ervas medicinais, pescadores, trabalhadores rurais, quilombolas e ribeirinhos.

Além de se caracterizar por práticas de mobilização contra a devastação das florestas, a expropriação dos meios de produção e a usurpação dos “saberes nativos”, a contra-estratégia busca consolidar a consciência ecológica, incorporando-a à identidade coletiva dos movimentos sociais. Às lutas pelo livre acesso das chamadas “populações tradicionais” aos recursos naturais acrescenta-se aquela de uma nova geração de índios. quilombolas e seringueiros, que migrou para as cidades concluindo cursos de formação superior e que agora se voltam para aprimorar seus estudos na questão do patenteamento e dos direitos territoriais. “Para saber a melhor forma como isso pode ser feito e quais seus direitos, um seringueiro, um pajé, uma advogada índia – a primeira a se formar no país –, uma juíza negra, representando os direitos das mães-de-santo da Bahia e advogados, representantes de comunidades indígenas, estão desde segunda-feira recebendo noções sobre patentes, marcas e direitos autorais na sede do Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (Inpi) no Rio,” (Conceição, Cláudio R. Gomes, “Índios se interessam por patentes.” *Gazeta Mercantil*, 8 de maio de 2002). Outras atividades de aprimoramento concernentes à titularidade de “conhecimentos tradicionais” e sua consolidação compreendem seminários, exposições e intercâmbio de experiências e instalação de pequenos empreendimentos industriais, envolvendo representantes dos diferentes movimentos e das entidades ambientalistas.²⁰

20. Para efeito de evidenciar a intensificação destas práticas vale citar os informes do gta que noticiam: a) a realização da oficina “Conhecimentos tradicionais: proteção, acesso e repartição de benefícios” em Rio Branco (ac) entre 2 e 4 de outubro de 2003; b) a “Mostra de empreendedoras rurais da Amazônia”, promovida pelo mmnpepa, gta, fetagri e gtna, congregando 90 experiências realizadas por grupos rurais de mulheres não somente agricultoras, mas também extrativistas, quilombolas e indígenas, realizada em Belém entre 1 e 3 de outubro de 2003; c) Embrapa e Funai devolveram milho indígena a comunidades Xavante. O milho pertence às variedades Nodzob que foram perdidas com a orientação de técnicos

Em todas estas situações a contra-estratégia reforça as identidades políticas e não pode ser dissociada do controle efetivo dos meios de produção combinado com a aplicação dos “saberes práticos.” Estão implícitas nestas lutas as primeiras tentativas de buscar romper uma situação de vigência de um único ordenamento jurídico para fazer vigir uma nova sociedade pluriétnica regida simultaneamente pela coexistência de diferentes ordenamentos jurídicos.

Os movimentos sociais e o processo de consolidação de territorialidades específicas

Às identidades peculiares (seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos, quilombolas) correspondem territorialidades específicas. Tais territorialidades, como já foi sublinhado, não equivalem exatamente às manchas de incidências de espécies cartografadas no zoneamento ecológico-econômico. Para efeito de exemplo observe-se que a área de atuação do movimento das quebradeiras de coco babaçu não corresponde de maneira precisa àquela de ocorrência dos babaçuais estimada em 18 milhões de hectares. O mesmo se pode dizer dos chamados castanhais. A territorialidade que lhes é correspondente não equivale à superfície do Polígono dos Castanhais, cujas estimativas variam entre 800.000 e 1.200.000 hectares. No caso dos movimentos indígenas seu raio de abrangência não corresponde exatamente à extensão das terras indígenas na Amazônia. Haja vista que há

agrícolas para o uso de sementes comerciais. “O milho foi recuperado do banco de sementes, foi cultivado no Campo experimental de Nova Porteirinha (mo) antes de ser devolvido aos Xavante. Não se tem ainda informações sobre o tipo de cooperação técnica e proteção aos conhecimentos que foi utilizado nessa cooperação.” (gta – *Info* 30 setembro de 2003); d) o plantio e processamento do caju e outros frutos do cerrado através da implantação de uma indústria, controlada por cooperativas agroextrativistas, em São Raimundo das Mangabeiras, que será inaugurada pelo líder camponês Manuel da Conceição (cf. Filgueiras, Otto, “Fábrica do Sonho no Sertão” *Gazeta Mercantil*, 11 e 12 de outubro de 2003).

entidades que agrupam indígenas que trabalham e têm morada habitual nas capitais, Belém e Manaus, rompendo com os dualismos rural/urbano e aldeia/cidade. A existência do recurso natural, em termos botânicos e geológicos, e a sua classificação oficial, por si só, não constituem critérios definidores de um determinado grupo ou de seu respectivo território. Além disto os mesmos agentes sociais podem ser encontrados em mais de um movimento, tais como castanheiros e quebradeiras de coco babaçu que se filiaram ao Conselho Nacional dos Seringueiros ou atingidos por barragens que se vinculam a diferentes movimentos. Há um processo de territorialização que é dinâmico e não necessariamente composto de áreas contíguas, que é construído através das ações sucessivas de unidades de mobilização.²¹

Os grupos que se objetivam em movimentos sociais se estruturam também para além de categorias censitárias oficiais. Importa distinguir a noção de terra daquela de território e assinalar que as categorias imóvel rural usada pelo Incra, e estabelecimento, acionada pelo Ibge, já não bastam para se compreender a estrutura agrária na Amazônia. Os critérios de propriedade e posse não servem exatamente de medida para configurar os territórios ora em consolidação na Amazônia, haja vista que no caso do “babaçu livre” os recursos são tomados abertos e de uso comum, embora registrados como de propriedade de terceiros.²²

21. Sobre o conceito de unidades de mobilização consulte-se Almeida, Alfredo Wagner B. de, “Universalização e localismo – Movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia” *cesec – Debate* n.º 3, ano iv. Maio de 1994, p. 21-41.

22. A mobilização das quebradeiras de coco babaçu tem levado, desde 1997, inúmeras Câmaras de Vereadores do Vale do Mearim a aprovarem leis municipais que garantem a preservação e o livre acesso aos babaçuais em regime de economia familiar. Tais leis que asseguram o livre acesso aos babaçuais, separam a propriedade do solo daquela do uso da cobertura vegetal, permitindo às quebradeiras adentrarem em terras de terceiros para efetuar a coleta e a quebra da amêndoa do babaçu. O Município que primeiro logrou êxito na aprovação foi o de Lago do Junco com a Lei Municipal n.º 005 de 1997. Atualmente este município conta em sua representação com uma vereadora quebradeira de coco: D. Maria Aláides de Souza. Além deste tem-se a Lei Municipal n.º 32 de 1999 aprovada pela Câmara de Lago dos Rodrigues e a Lei Municipal n.º 255 também de 1999 aprovada pela Câmara Municipal

Os tipos de manejo e de uso se sobrepõem à propriedade garantidos pela mobilização política dos movimentos sociais. Tal mobilização apóia-se também no repertório de saberes específicos próprios das realidades localizadas. Menosprezar isto pode gerar impasses como estes que discutem genericamente a “ocupação humana em áreas de preservação ambiental” ou outros tais como: as resex permanecem há mais de uma década sem que tenha sido concluída a regularização fundiária e sem que haja perspectiva de dirimir os litígios a curto prazo. De igual modo parques, reservas e florestas nacionais encontram-se intrusados, notadamente por madeireiras e agropecuárias, sem que haja um mecanismo capaz de garantir de maneira efetiva o desintrusamento.

Um dos elementos centrais desta discussão é que hoje na Amazônia não se pode mais pensar no problema do ecossistema através da categoria terra simplesmente ou de uma mera oposição entre *terra* e *território*. Tem-se que considerar as vantagens teóricas de se pensá-lo a partir de um processo de territorialização,²³ pois esta categoria envolve o sujeito da ação, implicando numa construção social. Bandeiras de luta de preservação ambiental, mobilizações que se contrapõem aos desmatamentos e instrumentos legais no plano municipal para garantir áreas reservadas constituem alguns dos elementos deste processo de territorialização. São os seringueiros, com seus empates e outras formas de impedir o desmatamento, que estão construindo o território em que a ação em defesa dos seringais se realiza. São os atingidos por barragens e os ribeirinhos que estão defendendo

de Esperantinópolis. Além do livre acesso, tais leis proibem derrubadas de palmeiras babaçu, cortes de cachos e uso de agrotóxicos em conformidade com a Lei Estadual ma n. 4.734 de 1986, que também consistiu numa conquista. Em 6 de agosto de 2008 a Assembléia Legislativa do Tocantins aprovou a “Lei do Babaçu Livre”, que é semelhante àquela que tramita no Congresso Nacional e cujo texto foi por unanimidade aprovado pela Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados em 8 de agosto de 2007.

23. A propósito consulte-se Oliveira, João Pacheco de. “Uma etnologia dos ‘índios misturados’? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais” in *A viagem de volta. Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste Indígena*. Rio de Janeiro: Ed. Contracapa, 1999, p. 47-78.

a preservação dos rios, igarapés e lagos. E assim sucessivamente: os castanheiros defendendo os castanhais, as quebradeiras os babaçuais, os pescadores os mananciais e os cursos d'água piscosos, as cooperativas agroextrativistas os seus métodos de processamento da matéria prima coletada. De igual modo os pajés, as pajoas, os curandeiros, as rezadeiras e os benzedores acham-se mobilizados na defesa das ervas aromáticas e medicinais, dos extratos, das resinas e dos saberes que as transformam. Uma linha auxiliar que contribui para a consolidação destas unidades de mobilização política concerne a entidades ambientalistas que exercem ações de denúncia contra desmatamentos e usurpação de conhecimentos tradicionais, fortalecendo as resex, a demarcação das terras indígenas e o reconhecimento das comunidades quilombolas.

De maneira resumida pode-se dizer que esta forma de pensar a Amazônia abre uma nova possibilidade, que transcende àquela idéia de imaginar estes sujeitos da ação ambiental como *guardiões da floresta* simplesmente ou, numa visão com pretensão de racionalidade, como *fazendeiros ambientais* ou ainda *jardineiros ambientais*. Eles são mais que guardiões ao acumularem um capital de conhecimentos localizados (uso centenário, manejo em contínua transformação, processamento, transformação) e ao disporem de quadros técnicos (ongs, universidades) como assessores permanentes produzindo um conhecimento cumulativo e em permanente transformação. Assim, eles não podem ser mais imaginados, numa perversa divisão de trabalho, como guardando a floresta ou como preservando-a para ser usada pelos laboratórios de biotecnologia. O conhecimento científico encontra-se também nas suas experiências transformadoras – seja nas cooperativas, nas unidades de processamento e beneficiamento –, nas suas práticas, e este fato estabelece uma disputa teórica e conceitual frente a um conceito positivista de “ciência”, engendrado pela dominação. Em decorrência existe uma forte articulação entre o conhecimento científico – produzido por intelectuais que intervém numa luta política seus critérios de competência e saber acadêmicos – e os movimentos sociais que não pode mais ser facilmente quebrada. Pode-se pensar numa nova divisão do

trabalho político face à questão sócio-ambiental, combinando ciência e disciplinas militantes na acumulação de um capital de conhecimentos.

Qualquer proposta de “alternativa de desenvolvimento” ou de “desenvolvimento local sustentável” passa, portanto, por este saber acumulado, pelas formas de agregação de valor dele derivadas, e por um novo gerencialismo nas associações e cooperativas agroextrativistas, que incorpora fatores étnicos, de identidade, de gênero e de ênfase no entendimento dos sujeitos da ação. Não é por acaso que se recorre agora à autoridade dos pajés.²⁴ Eles não controlam só o sagrado, eles controlam também os saberes que orientam as relações com os recursos naturais. Seriam o pano de fundo das relações antrópicas. Sabem transformar as ervas, sabem fazer infusões, conhecem os santuários e ademais não revelam publicamente seus segredos, protegendo-os para assegurar sua reprodução dentro do próprio grupo. A noção de direito autoral aqui é tradicionalmente resguardada pelo “segredo” da vida sacerdotal de funcionários religiosos dos próprios povos indígenas ou de quilombolas e extrativistas. À omipi, em princípio, se coloca o reconhecimento destas formas nativas de direito consuetudinário que têm no “segredo” da fórmula uma expressão de “propriedade intelectual”, acatada por diferentes povos e etnias. A forma consuetudinária expressa uma modalidade de direito autoral que luta para ser reconhecida.

Os desdobramentos destes pontos para discussão aqui apresentados conduzem às seguintes indagações: em que planos pode-se articular o conhecimento científico, crítico e responsável, com o “conhecimento nativo” dos recursos naturais da região amazônica? Em que medida as experiências de produção em cooperativas agroextrativistas, observando os ditames das organizações ambientalistas, podem garantir a consolidação dos chamados “saberes tradicionais”? Quais as condições de possibilidade destes saberes virem a ser incorporados e “protegidos” por

24. Para maiores informações, consulte *Carta de Manaus – i Conferência de Pajés*, 22 a 25 de agosto de 2002, e. e os resultados da *ii Conferência de Pajés* também realizada em Manaus, de 1 a 3 de dezembro de 2004.

políticas governamentais num quadro em que prevalece a idéia de mercado aberto, no qual a lógica das *commodities* prepondera, e em que a homogeneização dos produtos da floresta tomou-se um objetivo das estratégias empresariais? A nossa capacidade de responder a elas pode significar um meio de superar os entraves por elas colocados.

Referências bibliográficas

- almeida, Alfredo Wagner b. de. “Universalização e localismo – Movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia”. *cesc Debate* n.º 3, Ano iv, maio de 1994, p. 21-41.
- almeida, Alfredo Wagner b. de. “Os movimentos indígenas e a autoconsciência cultural” in Almeida, a.w.b. (org.). *Terra das línguas – Lei Municipal de oficialização de línguas indígenas*. Manaus: ppgsca–ufam, pp. 9-20, 2007.
- benjamin, Craig. “Amazonian Confrontation-native nations challenge the patenting of sacred plants”, in *Native Americas- Akwe: kon’s Journal of Indigenous Issues*, Inverno de 1998, p. 24-33.
- bourdieu, Pierre. *Contrafogos 2*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- grupo de trabalho amazônico, Pelo futuro da Amazônia, 2002:06.
- oliveira, João Pacheco de. “Uma etnologia dos ‘índios misturados’? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais” in *A viagem de Volta. Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste Indígena*. Rio de Janeiro: Ed. Contracapa, p. 47-78, 1999.
- shiraishi neto, Joaquim. Dantas, Fernando A. de C. “A Commoditização do conhecimento tradicional: notas sobre o processo de regulamentação jurídica” in *xvi Congresso Nacional do conpedi*. Belo Horizonte (mg). Anais do xvi Congresso. Florianópolis, Fundação Boiteux, pp 4314-4334, 2007.
- souza, Maria Alaides de. “História sobre o pensamento de fabricação de sabonetes do grupo de Ludovico”, in *O Maranhão em rota de colisão-experiências camponesas versus políticas governamentais*. São Luis: cpt. Coleção Padre Cláudio Bergamaschi, p. 171-176, 1998.

Artigos de imprensa

- bueno, Leonor. “Apagão florestal vem aí, alerta pnf”, in *Gazeta Mercantil*, 31 de julho de 2002.
- chade, Jamil. “Brasil disputa liderança de entidade mundial de patente.” *O Estado de São Paulo*, 12 de maio de 2008-06-15.
- chade, Jamil. “oms reconhece direito a quebra de patentes.” *O Estado de São Paulo*, 26 de maio de 2008.

ferreira, Renata. “Preço do mogno pode subir”, in *Gazeta Mercantil*, 27 de novembro de 2002, p. c-q4.

filgueiras, Otto. “Fábrica do Sonho no Sertão”, in *Gazeta Mercantil*, 11 e 12 de outubro de 2003.

karam, Rita. “Mercado questiona balanço da Merck”, in *Gazeta Mercantil*, 9 de julho de 2002.

leite, Marcelo. “Jornalista acusa cientista de usar índios como cobaias... Livro põe antropólogos em pé-de-guerra”, in *Folha de S. Paulo*, 23 de setembro de 2000.

menconi, m. e rocha, l. “Riqueza Ameaçada – a falta de fiscalização e controle das espécies nativas abre as portas para a biopirataria e dá ao Brasil prejuízo diário de US\$ 16 milhões”, in *IstoÉ*, n.º 1773 de 24 de setembro de 2003, p. 92-98.

nínio, Marcelo. “Brasil rejeita acordo em entidades de patentes.” *Folha de São Paulo*, 10 de junho de 2008.

nogueira, Wilson. “Índios ajudam pesquisa a queimar várias etapas”. in *Gazeta Mercantil*, 18 de junho de 2002, p. c-9.

osman, Ricardo e almeida, Juliana. “Guerra verde”, in *Dinheiro* n.º 155, 16 de agosto de 2000, p. 65, 66.

pinto, Raimundo. “A Amazônia explora a sua biodiversidade”, in *Gazeta Mercantil*. 10 de dezembro de 2002.

ribeiro Jr., Amaury. A Nova Maldição, in *IstoÉ*. 4 de dezembro de 2002.

tachinardi, Maria Helena. “Pajés com a palavra – Brasil poderá ter banco de dados com conhecimentos tradicionais”, in *Gazeta Mercantil*, 17 e 18 de novembro de 2001.



pós-graduação em antropologia na amazônia: *anotações e comentários à pauta da primeira reunião da Comissão “Cultura, Línguas e Povos da Amazônia”, da Capes*¹

Ao ser aberta a discussão, no âmbito da Capes, sobre a iniciativa de se implantar um curso de pós-graduação em antropologia na Amazônia, uma preocupação inicial de minha parte consistiu

1. Com o propósito de dar prosseguimento às discussões travadas a partir da Primeira Reunião da Comissão “Cultura, Línguas e Povos da Amazônia” realizada na Capes, em Brasília, em 11 de janeiro de 2006, acrescentei de maneira livre, aos comentários que realizei durante a reunião de trabalho, algumas outras anotações complementares. Na ordem de exposição parti do primeiro ponto da pauta, mas não anotei exatamente na sequência dos pontos que foi proposta. Muitas reflexões dos demais participantes da reunião me inspiraram nestes comentários, embora tenha procedido a citações explícitas apenas em três situações, onde praticamente reproduzi o que foi dito e anotei entre aspas. As formulações contidas no texto são, entretanto, de minha responsabilidade exclusiva. A referida reunião foi convocada e coordenada pela antropóloga Bela Feldman-Bianco e dela participaram: João Pacheco de Oliveira Filho (Museu Nacional – ufrj), Luiza Garnello (ufam, Fiocruz), Eduardo Góes Neves (Museu de Arqueologia e Etnologia – usp), Denny Moore (Museu E. Goeldi), Antonio Carlos de Souza Lima (Museu Nacional – ufrj), Jane Beltrão (ufpa) e Alfredo Wagner (ufam). Estes comentários, que ora apresento para livre discussão, constituem um documento de trabalho em tudo sumário e provisório, redigido nos dois dias que sucederam à reunião e complementado dois meses depois com achegas e notas. Bem longe de dar conta de tudo quanto foi discutido tais comentários devem ser criteriosamente submetidos a toda ordem de reparos.

em refletir preliminarmente sobre as diferentes experiências acumuladas neste sentido e sobre as respectivas “estratégias de implantação” porventura adotadas. Não obstante as denominadas “especificidades amazônicas”, considere necessário refletir sobre iniciativas anteriores mesmo que, apenas em certa medida, se achem referidas à região em pauta. Faço-o com o objetivo principal de problematizar o sentido da iniciativa, ampliando as possibilidades de discussão e sem qualquer preocupação de delinear “modelos” ou de “louvar experiências e resultados exitosos”, que devam ou possam vir a ser seguidos. Em outras palavras, para além das aparências, não há qualquer propósito de “extrair lições” que devam ser necessariamente acatadas. Tanto mais porque estamos a falar de um campo de conhecimento antropológico que, no caso brasileiro, existiu primeiro como pós-graduação e que por mais de duas décadas jamais teve um curso de graduação específico.

A despeito desta consideração elementar, parto do princípio de que uma reflexão crítica das experiências acumuladas pode fortalecer uma apreciação mais acurada de possíveis critérios de escolha e decisão em torno da construção de um padrão de trabalho científico que seja pensado como balizando a iniciativa. Somente uma discussão aprofundada de um projeto mais detido, com lealdade a padrões internacionais de ensino e pesquisa, pode dar validade plena e conferir excelência aos títulos acadêmicos e fazê-los responder a níveis prescritos de capacitação, de experiência e de saber. O ato de problematizar implica, sobretudo, numa leitura crítica e enquanto tal na relativização de procedimentos voltados para a adoção de “fórmulas” ou orientações acabadas, que teriam sido eficazes em outros tempos. Aliás, não são poucos os que tem frisado que “os tempos agora seriam outros”, relativizando-os também. Certamente que um esforço desta ordem deve estar articulado com outras modalidades de reflexão capazes de imprimir à iniciativa uma “ousadia” maior. Pode-se adiantar, portanto, que a discussão aprofundada, a relativização das experiências anteriores e a “ousadia” de propor evidenciam que uma atribuição de graus não pode mais ser re-

duzida a uma mera seqüência cerimonial ou a um rito formal de instituição que se apóia na outorga legal do poder de proclamar “doutores”.

Assim, embora circunstancialmente, como nestes primeiros meses de 2006, existam indicativos de uma condição de possibilidade singular, tais como recursos monetários ditos “abundantes” e uma vontade político-administrativa voltada para a implantação de um curso de pós-graduação em antropologia no Estado do Amazonas, traduzida por medida efetiva de ampliação de cargos² e funções, considero pertinente apreciar criticamente o estoque de conhecimentos e práticas já acumulados no campo da institucionalização da pesquisa e do ensino da antropologia. Semelhante apreciação alarga o campo de possibilidades ao propiciar maiores questionamentos e facultar as estimativas de riscos e margens de erros adstritos às decisões oficiais neste domínio.

Com base neste procedimento pode-se entender o significado de iniciativa, que está em jogo, não necessariamente como um ato derivado de uma seqüência de intervenções interligadas, mas como um ato deliberado, tributário de uma circunstância determinada, ou seja, de uma certa “estratégia de implantação” condicionada pela celeridade e pela urgência de decisões vividas como únicas e inadiáveis. Na tentativa de aprofundar esta discussão busquei contrapor este sentido emergencial a decisões outras pensadas em médio prazo e não restritas necessariamente a uma gestão ou a uma determinada medida governamental. É em torno delas que começo a refletir. Uso a expressão “estratégia de implantação”, porquanto as iniciativas não são “espontâneas” ou resultantes de uma seqüência de desdobramentos institucionais localizados e temporalmente previstos e se apresentam vinculadas a uma modalidade de intervenção, que comporta ações pontuais de política científica, bem como a decisões políticas determinadas e circunstanciais, que condicionam sua efetivação.

2. Para maiores informações consulte-se o Edital n.º 003 da ufam, de 23 de março de 2006, no qual a Fundação Universidade do Amazonas torna público que realizará concurso público destinado ao preenchimento de dez vagas, sendo cinco em “Antropologia Indígena”, quatro em “Antropologia Social” e uma em “Linguística Indígena.”

Para fins de exposição e balizamento da questão passo a apresentar uma síntese de alguns pontos a serem desenvolvidos numa discussão mais detida em oportunidade posterior:

1) De maneira resumida pode-se adiantar que a situação das instituições de ensino superior e de pesquisa na Amazônia, no que concerne aos estudos dos denominados “povos tradicionais” (povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, quebra-deiras de côco babaçu, castanheiros, piaçabeiros e peconheiros, dentre outros), acha-se condicionada por impasses mais gerais à produção intelectual e científica na região, que infletem de maneira direta sobre a pesquisa antropológica (arqueológica e lingüística). Mesmo considerando que esta análise da situação, citada na pauta da reunião da Comissão como “balanço”, requer um levantamento mais detido, e que a definição de uma política científica não se esgota numa determinada iniciativa, passarei a expor alguns pontos de vista e impressões baseados, sobretudo, na minha experiência profissional e com todos os riscos e incorreções usualmente atribuídos aos impressionismos.

Admitindo o caráter inconcluso das impressões, antes mesmo de expô-las, considereei próprio propor algumas perguntas, que coloco para apreciação:

1.1 – Qual é o grau de institucionalização dos antropólogos, que efetivamente se acham produzindo conhecimentos neste domínio, hoje na região amazônica, e qual o “estado” desta produção intelectual num momento de revisão dos esquemas interpretativos usuais? Em outras palavras: de onde falam os antropólogos, cujas investigações concernem aos “povos tradicionais”? Há lugares e instituições concorrentes, em disputa pela legitimidade, que mobilizam profissionais em antropologia? Qual a posição e quais os critérios de competência e saber a partir dos quais estes profissionais se colocam?

As tentativas de resposta podem ser orientadas para um levantamento exaustivo dos principais trabalhos produzidos na região durante a última década (artigos, ensaios, dissertações, teses), enumerando os profissionais e as respectivas instituições em

que desenvolveram projetos de pesquisa e descrevendo quais seriam os mais pertinentes dentre estes projetos concluídos e em andamento (objeto, duração, recursos disponíveis) e seus resultados parciais e finais considerados relevantes.

1.2 – Quais as condições sociais de possibilidade que emolduram as iniciativas atuais de formar novos quadros profissionais em projetos continuados de formação (cursos de especialização, de mestrado e de doutorado)? Há vontade e força institucional para definir uma “nova política científica”, que focalize os “povos tradicionais” da Amazônia como prioridade? Há recursos satisfatórios e disponíveis em tempo maior para fazer frente às necessidades elementares à consecução de uma proposta concreta? Qualquer proposta passa por uma definição prévia dos instrumentos institucionais disponíveis (portarias, avisos) e por discussões acerca das perspectivas orçamentárias, que devem ser tornadas transparentes no decorrer dos trabalhos da Comissão proponente. Em verdade as referidas condições mais parecem referidas, atualmente, a uma medida a ser adotada do que propriamente a um conjunto de disposições e atos articulados e enunciativos de uma “política científica”.

1.3 – Desde 1989 inúmeras iniciativas similares a esta da mencionada Comissão contaram com o trabalho intelectual de diversos antropólogos, sob a égide de uma sempre “nova política de ciência e tecnologia para a Amazônia”, entretanto, as condições de possibilidade jamais foram externadas e os trabalhos sempre se detiveram nos “Relatórios” (também chamados de “diagnósticos”, “levantamentos”) e nas “Propostas”, não conseguindo nunca transpor as barreiras burocráticas erguidas pelos administradores da política científica.

Aliás, as decisões, neste contexto, sempre sugerem circunstanciais e referidas a uma ou outra medida singular, sem qualquer articulação maior. A intermitência tem sido um traço marcante na ação destes gestores. Numa tentativa de superar tal obstáculo cabe a pergunta: em que medida é possível pensar numa proposta, construída sobre bases institucionais mais sólidas, que não fique condicionada aos desígnios de uma gestão ou

de uma “medida isolada” tida como alavancadora e consiga superar o imperativo das “interrupções temporárias”?

2) Os mencionados impasses, grosso modo, podem ser assim delineados:

2.1 – “Crise” das universidades regionais, que apresentam dificuldades em manter padrões de trabalho científico capazes de constituir, a médio prazo, centros de excelência, e que sofrem o peso da “concorrência pela legitimidade” de outras instituições, inclusive aquelas não-acadêmicas e desvinculadas do sistema de ensino, que abrigam antropólogos.

Esta “crise” se manifesta através de dificuldades “operacionais”, senão vejamos:

2.1.1 – Dificuldades de constituir novos cursos em razão da “escassez” de antropólogos na região e em particular voltados para o estudo de “povos tradicionais”.

2.1.2 – Dificuldades em razão da dispersão de profissionais locais (antropólogos).

A dispersão se refere inicialmente à distribuição de antropólogos em Museus (Goeldi, Rondon), Institutos (Inpa) e demais instituições (Funai, Ibama, Incra...) onde não são ministrados cursos universitários ou requeridos critérios de competência e de conhecimento antropológico. Nestas situações de intervenção direta são sempre grandes os riscos dos critérios de competência e saber dos profissionais estarem mais vinculados a quesitos burocráticos e à lógica da ação governamental, levando-os a aplicar automaticamente conceitos e noções teóricas. Cabe lembrar, para efeitos de complemento, os antropólogos concursados que compõem os quadros do Ministério Público Federal.

2.1.3 – A dispersão se refere também a diferentes cursos universitários onde são ministradas disciplinas de antropologia ou onde há “concentração em antropologia.” Os antropólogos trabalham de modo disperso, separadamente e em diversos mestrados, tais como: ciências sociais, sociologia, políticas públicas, meio ambiente, história, medicina e direito. Estas instituições universitárias começaram na Amazônia nos anos 70. No final dos anos

70 e no decorrer dos anos 80 e 90 foram criados estes cursos de pós-graduação em ciências sociais, história e correlatos.

Sublinhe-se que, não obstante o reconhecimento oficial de que “é imprescindível ter um forte corpo de antropólogos na Amazônia” para melhor dar conta da diversidade das expressões culturais, ainda não há na região amazônica sequer um curso de mestrado ou doutorado em antropologia. Na Amazônia, numa estimativa grosseira, pode-se adiantar que há uns seis doutores, em média, fixados por unidade da federação e dentre estes há aqueles que junto com outros tantos que já concluíram seus mestrados trabalham em instituições não-governamentais. Dentre estes há os que fizeram seus doutorados em universidades estrangeiras, notadamente nos eua, e que sequer “revalidaram” ou sentiram necessidade de “revalidar” seus diplomas. As iniciativas pedagógicas porventura existentes estariam confinadas em “cursos de especialização” eventualmente ministrados por “grupos voluntários” de antropólogos de diferentes instituições, em conjunto com sociólogos, historiadores, economistas, bacharéis em direito e geógrafos que buscam um treinamento de natureza pedagógica para um público potencial de interessados, seja no âmbito de universidades, seja naquele de movimentos sociais. Nos últimos cinco anos pelo menos quatro cursos desta ordem foram implementados, sendo que pelo menos dois deles junto a ufpa. Um dos exemplos mais conhecidos, entretanto, trata-se do curso “Gestão em Etnodesenvolvimento” realizado a partir de convênio firmado entre o Departamento de Ciências Sociais /ichl – ufam e o Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (laced) /Setor de Etnologia-Departamento de Antropologia – Museu Nacional – ufrj, financiado pela Fundação Ford, realizado de setembro de 2002 a maio de 2003.

2.1.4 – A dispersão se refere ainda a “especialidades desenvolvidas por diferentes instituições de pesquisa” em diferentes lugares e domínios. Assim, a “arqueologia” teria alcançado um elevado padrão de trabalho científico no Museu Goeldi, a “lingüística” também, a antropologia biológica começa a se consolidar na ufpa e a antropologia social conhece uma dispersão maior. Não

foi registrado um lugar institucional de convergência dos chamados “quatro campos” e nem se logrou estabelecer uma rígida divisão do trabalho antropológico, capaz de indicar como tratar esta dispersão do potencial científico (Cf. Eduardo Neves).

Estas situações de dispersão, que podem ser descritas com mais vagar em outra oportunidade, delineiam uma posição subordinada de antropólogos no sistema de pós-graduação regional e certamente dificultam a consolidação a curto prazo de um padrão de trabalho científico apoiado em pesquisas etnográficas ou em trabalhos de campo de maior fôlego.

2.2 – Perda da capacidade técnica e política de órgãos de planejamento regional (spvea, sudene, sudam) que detinham potencial de fomentar pesquisas de maneira sistemática. A relação entre “universidade” e “região” no caso da Amazônia sempre foi pensada no âmbito do chamado “desenvolvimento regional” com as agências de planejamento insinuando-se de maneira decisiva nos estabelecimentos de ensino e pesquisa através de demandas dirigidas que podem ser lidas como uma certa “imposição” de temas e problemas oficiais à “ordem do dia da vida universitária.”

Desde o “Acordo de Washington”,³ firmado em 1942, pelo Brasil e pelos EUA, até 1949-50, houve um certo consenso sobre “a necessidade da vinda de técnicos norte-americanos” para pesquisar as potencialidades do País, notadamente da Amazônia (uma vez que borracha, castanha e babaçu constituíam o objeto

3. Durante a II Guerra Mundial, quando o Japão se apoderou das regiões produtoras de borracha na Ásia, as forças norte-americanas e inglesas, para manter suas tropas em deslocamento, tiveram que procurar áreas de borracha nativa para suprir de matéria prima a indústria militar. Procuraram também se abastecer com outros produtos extrativos como óleos vegetais e castanhas. Para tanto firmaram acordos comerciais com o Brasil objetivando adquirir a quase totalidade, ou seja, de 75% a 90%, da produção de borracha e amêndoas de babaçu e castanha. Quanto à força de trabalho os norte-americanos financiaram o recém-criado Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (semta), cuja meta era trazer para a Amazônia até maio de 1943, 50 mil trabalhadores. Em janeiro de 1943 o semta passou a trabalhar em conjunto com o sesp (Serviço Especial de Saúde Pública) onde antropólogos, coordenados por C. Waley, passaram a trabalhar consoante o tema “migração”.

do mencionado “Acordo”). Foi um tempo em que prevaleceram as “Missões técnicas” (tanto para óleos vegetais, quanto para produzir planos de gerenciamento de gastos públicos e os investimentos em saúde e em educação, transporte e energia). No âmbito desta cooperação técnico-científica, valendo-se de contatos anteriores com o Departamento de Antropologia do Museu Nacional, um antropólogo norte-americano, Charles Wagley, desenvolveu pesquisas na Amazônia, utilizando seus alunos da Universidade de Columbia e incorporando, de maneira tímida, “quadros técnicos” de instituições de pesquisa localizadas no Centro Sul do Brasil. Em 1939 tivera início o primeiro Programa de Treinamento e Pesquisa em Antropologia, patrocinado conjuntamente pelo Departamento de Antropologia da Universidade de Columbia e pelo Museu Nacional. C. Wagley estudou inicialmente os Tapirapé. Depois, de novembro de 1941 a março de 1942, realizou a primeira parte do trabalho de campo com os Tenetehara. Três estudantes do Museu Nacional integravam sua equipe: Nelson Teixeira, Rubens Meanda e Eduardo Galvão. Em 1945 Wagley e Galvão retornaram a campo,⁴ concluíram os trabalhos e elaboraram *The Tenetehara Indians of Brazil: a culture in transition*, que foi publicado em 1949 pela Columbia University Press.

Esta iniciativa de formação de antropólogos⁵ foi retomada no pós-guerra, principalmente sob os auspícios da Unesco. Em 1946

4. Um dos procedimentos de campo para treinamento de alunos de antropologia adotado por C. Wagley pode ser destacado neste período. Durante a II Guerra Mundial o governo brasileiro através do Ministério da Educação e Saúde (mais especificamente por meio da agência de saúde pública, o sesp) e o governo norte-americano implementaram programas de educação e saúde na região amazônica. Estudantes de antropologia, norte-americanos, alunos de C. Wagley, eram colocados como observadores em navios que transportavam os chamados “soldados da borracha” do Nordeste para a Amazônia. Embarcados no porto de Fortaleza tais antropólogos produziram relatórios, entrevistas e notas que estão por serem coligidas e analisadas de maneira mais detida.

5. Há iniciativas informais de ministrar aulas de antropologia realizadas neste mesmo período, que podem ser lembradas apenas para efeitos de rápida menção e simples registro. Em 1943, por exemplo, “Curt Nimuendajú deu aulas improvisadas ao sr. Harald Schultz, servidor do Serviço de Proteção aos Índios e, atualmente, estudante de Etnologia Brasileira na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. O resumo dessas aulas, do qual tiramos as seguintes notas, foi redigido pelo discípulo e revisto pelo

foi proposto o Instituto da Hiléia Amazônica, que ganhou corpo com reunião em Belém, realizada em agosto de 1947, na qual foi elaborado um programa de estudos científicos para a Amazônia. Logo depois a Unesco, numa tentativa de estabelecer novas bases para a cooperação científica, através de sua Divisão de Ciências, incorporou a proposta do Instituto. A este tempo a equipe de C. Wagley, que também passara a trabalhar para a Unesco, incorpora novos antropólogos norte-americanos (Marvin Harris, Ben Zimmerman e Harry W. Hutchinson) e cientistas sociais brasileiros (Thales de Azevedo e Costa Pinto), junto ao projeto “Races et Classes dans le Brésil Rural” (1950-1951). Incorpora também no trabalho de campo em Gurupá, no Baixo Amazonas, Eduardo Galvão que, como já foi mencionado, fora indicado para trabalhar com Wagley na pesquisa sobre os Tenehara (1941-42) pelo Departamento de Antropologia do Museu Nacional. Um dos colaboradores deste trabalho, evidenciando a relação de antropólogos com outros produtores intelectuais, foi o romancista Dalcídio Jurandir, autor de acuradas descrições sobre realidades localizadas e em especial sobre o Baixo Amazonas e a Ilha de Marajó.

De maneira autônoma e independentemente destas iniciativas foi fundado em Belém, no dia 27 de setembro de 1947, o Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará (iape). O iape congregou principalmente intelectuais regionais e produziu sete

mestre.” (cf. Herbert Baldus – “Sugestões para pesquisas etnográficas entre os índios do Brasil”. *Sociologia*, vol 8. São Paulo, 1946 pp. 36-44).

No que tange à Amazônia importa citar, antes mesmo da vigência do Acordo de Washington, o Curso de Etnologia ministrado por Curt Nimuendajú, entre 1941 e 1944, em Belém, no Museu Goeldi. O Curso foi ministrado em três períodos, com duração de quatro a oito meses, a saber: 11 de novembro de 1941 a 24 de fevereiro de 1942, 21 de janeiro de 1943 a 15 de junho de 1943 e 12 de janeiro de 1944 a primeiro de agosto do mesmo ano. O número de alunos não excedeu a cinco, senão vejamos: Aida Maranhão, que “freqüentou as aulas somente até o meio do segundo período” e Emilia Dwyer, que freqüentou somente as aulas sobre lingüística, que corresponderam ao terceiro período. As demais freqüentaram todos os períodos: Evalda Xavier Falcão, Lígia Estevão de Oliveira e Maria de Lourdes Jovita. (Cf. “Breve Esquema do Curso de Etnologia ministrado por Curt Nimuendajú no Museu Paraense Emilio Goeldi...” Este documento de pesquisa me foi gentilmente cedido pela antropóloga Selda Vale da Costa).

publicações, sendo a primeira em 1949 e a derradeira em 1954. Os autores que tiveram seus trabalhos publicados foram os seguintes: Armando Bordalo da Silva, Nunes Pereira, Eurico Fernandes, Peter Paul Hilbert, Frederico Barata, Betty Meggers e Clifford Evans.⁶

Numa situação em que se discutia⁷ o desenvolvimento científico sob a égide do “nacionalismo” a proposta do Instituto da Hiléia Amazônica, gerou forte polêmica na Câmara dos Deputados e foi derrotada. Antropólogos do Museu Nacional colocaram-se contra a iniciativa, não obstante, os esforços envidados na época pela direção do próprio departamento de Antropologia da instituição. O fator “nacionalismo” trazia à baila o “tema da transplantação e as enteléquias,” como acentuaria Guerreiro Ramos, na interpretação sociológica e/ou antropológica do Brasil.

Um dos subprodutos desta tendência consistia em afirmar uma produção sociológica brasileira. Para tanto o Conselho de Imigração e Colonização apoiou em 1949 um levantamento geral das pesquisas realizadas no Brasil, entre 1940 e 1949, referentes a migrações, relações raciais, colonização e “assuntos correlatos.” O sociólogo Guerreiro Ramos coordenou este levantamento, que incluiu inúmeras publicações concernentes à Amazônia, seja quanto a situação focalizada, seja quanto à naturalidade dos autores. Samuel Benchimol e Agnelo Bittencourt são mencionados ao lado de: Otávio da Costa Eduardo, Arthur Cezar Ferreira Reis,

6. Cf. Costa Pinto, I. a. e Carneiro, Edison – *As ciências sociais no Brasil*. Rio de Janeiro. capes, 1955. (Estudo realizado especialmente para atender à solicitação da capes).

7. No prefácio à primeira edição de *Uma Comunidade Amazônica (estudo do homem nos trópicos)*, em 1953, C. Wagley esclarece o seguinte a respeito desta questão: “Durante os três anos e meio em que fui membro da missão técnica brasileira do Instituto de Assuntos Inter-americanos, ligado ao sesp, desempenhei várias funções: como membro do escritório regional do sesp no Vale Amazônico, como diretor de seu Programa de Migração, proporcionando assistência médica a milhares de pessoas que deixavam seus lares, no árido Nordeste, para trabalhar no Amazonas, como assistente do Superintendente do sesp, finalmente, como diretor de sua Divisão de Educação Sanitária. No decorrer desses anos muito aprendi sobre o Brasil, tanto na minha qualidade de antropólogo, quanto na de administrador.” (Wagley; 1953:10).

Alfred Métraux, Melville Herkovitz, Nunes Pereira, Roquette Pinto e C. Wagley.⁸

Denotando polêmicas que, de certo modo, ainda são atuais, importa frisar que havia apreciações críticas de que os resultados das chamadas “missões” tanto a “Mission Française”, representada pelos professores franceses na USP, na segunda metade dos anos 30, quanto as “Missões Técnicas”, representadas pelos cientistas norte-americanos, precisavam ser relativizados. Argumentavam que não haviam contribuído decisivamente para a consolidação do domínio da antropologia no Brasil e nem sequer lograram conseguir implantar um padrão de trabalho científico. O chamado padrão *normalien* dos franceses era tão distante das situações localizadas, quanto o denominado “técnico” dos norte-americanos, cujo ritmo de pesquisa era embalado

8. Neste levantamento foram incluídos os seguintes autores referidos à Amazônia: Benchimol, Samuel. “O aproveitamento de terras incultas e a fixação do homem ao solo.” *Boletim Geográfico*. Ano iv. Setembro de 1946, n.º 42, pps. 684-700.

Bittencourt, Agnelo. “Povoamento e fixação demográfica em o Estado do Amazonas.” *Boletim Geográfico*. Ano iv, janeiro de 1947, n.º 46, pp. 1265-1272.

Costa Eduardo, Otavio. “Three-Way religious acculturation in a North Brazilian City.” *Afro-América* vol. iii, 1946, pp. 81-90.

Ferreira Reis, Arthur Cezar. “A Amazonia Brasileira”. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano ix. Janeiro-março de 1947 n.º 1, pp. 83-104 e “A formação humana-política do Pará”. *Boletim Geográfico*. Ano iii, fevereiro de 1946, n.º 35, pp. 375-382.

Herkovitz, Melville J. “Drums and drummers in afro-brasilian cult life”. *The musical quarterly*. Vol. xxx, n.º 4, 1944, pp. 477-492.

Herkovitz, M.J. and Francês. “The negrões of Brazil” *Yale Review*, vol. xxxii, 1943, pp. 264-266.

Métraux, A. “La civilization Guyano-Amazonienne et ses Provinces Culturelles” *Acta Americana*, vol. iv, n.º 3, julho-setembro de 1946, pp. 130-153.

Nunes Pereira. *A Casa das Minas*. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia. n.º 1, março de 1947.

Roquette Pinto. “Contribuição à Antropologia do Brasil” *Revista de Imigração e Colonização*. Ano 1, n.º 3, julho de 1940, pp. 437-451.

Wagley, Charles. “Notas sobre aculturação entre os Guajajara”. *Boletim do Museu Nacional. Antropologia*. Nova Série, n.º 2 Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

Cf. Guerreiro Ramos, A. e Garcia, Evaldo da Silva. *Notícia sobre as pesquisas e os estudos sociológicos no Brasil (1940-1949) – Com especial referência a migrações, contatos de raça, colonização e assuntos correlatos*. Rio de Janeiro. Conselho de Imigração e Colonização (Presidência). Empresa Gráfica Ouvidor, 1949.

pelas flutuações dos acordos comerciais. Não teriam conseguido sobrepujar, por exemplo, outras vertentes de produção etnográfica e etnológica no País. Os exemplos voltavam-se para o repertório de conhecimentos etnográficos (incluindo-se cartográficos) produzidos por autores como Curt Nimuendajú e por autores referidos ao próprio Museu Nacional como Roquette Pinto e Raimundo Lopes (hoje, aliás, praticamente “esquecidos” quando se fala de antropologia na Amazônia) e de modo mais recuado Batista de Lacerda. Em virtude disto propugnavam por fortalecer um “centro nacional de pesquisa” com força na Amazônia, inclusive no domínio das ciências sociais. Estas proposições que vieram, em certa medida, desaguar na criação do cnpq⁹ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), em janeiro de 1951, e na própria capes (então designada Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) contariam inclusive com a simpatia de antropólogos brasileiros que estavam estudando no exterior.

Em 29 de outubro de 1952 o Presidente Getúlio Vargas criou, através do decreto n.º 31672, o Inpa (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia), que foi instalado oficialmente em julho de 1954. Nas sessões do Conselho Deliberativo do cnpq, realizadas entre 12 e 17 de agosto de 1952, havia sido definida a finalidade da instituição de pesquisa “inteiramente nacional”, que deveria tomar a si a responsabilidade oficial pelo estudo da geologia, da flora, da fauna, da antropologia e dos demais aspectos característicos da natureza amazônica e das condições de vida das populações da região.” (cf. Rodrigues, William A. ; Silva, Marlene F. da; Suano da Silva, A. F. e Ribeiro, Nazaré G. – “Criação e evolução histórica do Inpa (1954-1981)” Suplemento da *Acta Amazonica* 11 (1): 7.23 – 1981. Os recursos financeiros provinham de dotações do cnpq e do apoio da spvea. Dentre as 18 bolsas de

9. O Conselho Nacional de Pesquisas foi criado pela Lei n.º 1310, de 15 de janeiro de 1951, subordinado diretamente ao Presidente da República. Subordinado, por sua vez, ao cnpq foi instituído logo depois, em 1952, o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (Inpa), que foi instalado em Manaus (am).

estudo concedidas pelo Inpa, uma delas foi destinada à área denominada de “antropologia cultural.”

No ano de 1954 o Museu E. Goeldi passou a ser administrado pelo Inpa. Neste ano Eduardo Galvão apresentou sua tese de doutorado ao departamento de Antropologia da Universidade de Columbia sob o título “The religion of an Amazon Community – a study in culture change.”¹⁰ Tratava-se do resultado de seu trabalho de campo em Gurupá, Baixo Amazonas, em 1947 e 1948. Consiste na primeira tese de doutorado em antropologia, na região amazônica, defendida por antropólogos brasileiros no exterior, em especial nos Estados Unidos (eua). Anteriormente, pode-se registrar um outro trabalho de pesquisa, tornado livro e intitulado *The negro in northern Brazil – a study in acculturation*, de autoria de Octavio da Costa Eduardo, que focaliza as práticas religiosas em Santo Antonio dos Pretos (ma). Costa Eduardo foi aluno de Donald Pierson¹¹ e posteriormente orientado por Melville J. Herskovitz, na Northwestern University.¹² Os custos acadêmicos de Costa Eduardo, no ano 1944-45, foram financiados pela Rockefeller Foundation. O trabalho de campo foi

10. Foi publicado no Brasil em 1955. Vide: Galvão, Eduardo. *Santos e Visagens – um estudo da vida religiosa de Ita; Amazonas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955. Série 5.^a Brasileira n.º 284.

11. A Escola Livre de Sociologia e Política, fundada em São Paulo, em 1933, foi a primeira instituição brasileira voltada precipuamente para a formação de especialistas e pesquisadores em ciências sociais. Em 1939 ela contratou o sociólogo norte-americano Donald Pierson, que então era colaborador de Robert E. Park, da Universidade de Chicago, em projetos de pesquisa na Universidade de Fisk, Tennessee. Pierson havia se doutorado em Sociologia, na Universidade de Chicago, em 1939. Todavia, realizara trabalho de campo em 1935 e 1936 na Bahia, onde permaneceu por 22 meses. O trabalho que produziu foi publicado em 1942 sob o título *Negroes in Brazil: a study of race contact at Bahia*. Em 1941 Pierson organizou o Departamento de Sociologia e Antropologia Social, na Escola Livre de Sociologia e Política. Este Departamento foi transformado, em 1943, em uma Divisão de Estudos Pós-Graduados sob a própria direção de Pierson.

12. M.J.Herskovitz realizou pesquisa etnográfica sobre a “história social do negro” na África e na ex-Guiana Holandesa (atual Suriname) e orientou também o médico e antropólogo René Ribeiro em seus estudos sobre “relações de raça”, nos anos 40, quando este integrava o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, do Recife (pe). Herskovitz apresentou trabalho ao I Congresso de Estudos Afro-Brasileiros, realizado em 1934, em Recife. Franz Boas, que o orientou, bem como a C. Wagley,

realizado no Município de Codó, Vale do Itapecuru, no Maranhão, durante nove meses, entre novembro de 1943 e julho de 1944, e foi financiado pelo Museu Nacional, cujo Departamento de Antropologia se encontrava sob a coordenação de Heloísa Alberto Torres. Escrevendo no Rio de Janeiro, em março de 1947, a Introdução ao livro de Nunes Pereira intitulado *A Casa das Minas. Culto dos Voduns Jeje no Maranhão*, Arthur Ramos aduz que o trabalho de campo de Costa Eduardo foi realizado sob os auspícios do “Program of Negro Studies” do Departamento de Antropologia da Northwestern University.

2.2.1 – Desde o início dos anos 50 firmou-se um propósito governamental de expandir os “quadros brasileiros de nível superior.” A Presidência da República instituiu a Assessoria Econômica da Presidência, que produzia, dentre outros, “diagnósticos” sobre os produtos florestais e extrativistas. Seus componentes viajavam por várias regiões do País, inclusive pela Amazônia, faziam observações de campo e eram notadamente das formações acadêmicas de economia e geografia vinculadas respectivamente aos dois Conselhos Nacionais o de Geografia e o de Economia. O Estado incentivava pesquisas científicas, sobretudo as coadunadas com seus esforços de desenvolvimento econômico. O Primeiro Plano Quinquenal da Amazônia, 1954-1955, produzido no âmbito da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, possuía uma “Sub-comissão de Desenvolvimento Cultural.” Diante de “sociedades e culturas diversas” o documento apregoa o seguinte:

Neste Primeiro Plano Quinquenal as pesquisas deverão orientar-se principalmente para a investigação dos processos sócio-culturais mais gerais que disciplinam a vida das populações amazônicas. (sic) (pág. 277).

manifestou-se favoravelmente à realização deste mencionado Congresso, reforçando seu interesse pelo desenvolvimento de pesquisas antropológicas no Brasil.

Cabe acrescentar que o Instituto Joaquim Nabuco, fundado por Gilberto Freyre e que teve como chefe de seu Departamento de Antropologia René Ribeiro, funcionou também na Amazônia, na cidade de Manaus (am), até 2003, quando encerrou suas atividades de pesquisa e publicações, mantendo tão somente o “Museu do Homem do Norte.”

2.2.2 – A este tempo o Museu do Índio, pertencente à Seção de Estudos do então Serviço de Proteção aos Índios, dirigido por Darcy Ribeiro, que viera de trabalho de campo no vale do Gurupi, junto aos Kaapor,¹³ promove os primeiros cursos de especialização para formação de antropólogos, quais sejam, os denominados “Cursos de Aperfeiçoamento em Antropologia Cultural.”¹⁴ Colaboram nesta iniciativa Eduardo Galvão, Luiz de Castro Faria e Roberto Cardoso de Oliveira.

Desde 1955-56, Eduardo Galvão se encontrava trabalhando no Museu Goeldi, em Belém, onde fora admitido como Chefe da Divisão de Antropologia.

Em 1958 Castro Faria convida Roberto Cardoso, que estava vinculado à Seção de Estudos do spi (Serviço de Proteção aos Índios), para trabalhar no departamento de Antropologia do Museu Nacional. Eles iniciam cursos de especialização, objetivando formar antropólogos em meados de 1960 no Museu Nacional.

Em 1960 o curso do Museu Nacional teve seis alunos, dentre os quais Roberto da Matta, Roque Laraia e Alcida Ramos. Durante três anos estes cursos funcionaram regularmente, ou seja, até 1963. Os alunos da segunda turma (Julio César Melatti, Marcos Magalhães, Rubinger...), funcionaram como auxiliares de campo daqueles da primeira turma estudando os Assurini (Roque Laraia) e os Gavião (Roberto da Matta). Os participantes da terceira turma (Cecilia Helm e Silvio Coelho...) pesquisaram, juntamente com Roberto Cardoso, os Tikuna, no Alto Rio Solimões. A partir de 1963 os cursos de especialização foram suspensos.

Os estudos de antropologia em unidades científicas sediadas na própria Amazônia foram instituídos formalmente a partir da gestão de Eduardo Galvão na Divisão de Antropologia do Museu Goeldi em 1955. Foi neste ano que o Museu Goeldi, sob administração do Inpa, admitiu Galvão como chefe da Divisão de

13. Vide Ribeiro, Darcy. *Diários Índios. Os urubu-Kaapor*. São Paulo: Companhia das Letras. 1996.

14. Darcy Ribeiro esteve entre os Urubu ou Kaapor de dezembro de 1949 a março de 1950 e também de agosto a novembro de 1951, no âmbito de atividades desenvolvidas pelo programa de pesquisas etnológicas do Museu do Índio (spi).

Antropologia. Galvão havia se deslocado para Belém como bolsista. Em 1957 Galvão buscou incorporar outros profissionais à Divisão, admitindo Carlos Moreira Neto, que fizera o curso de especialização em Antropologia no Museu do Índio (rj) e o missionário franciscano Protásio Friel. Cinco anos depois, em 1962, foram incorporados àquela Divisão Roberto Las Casas e Klass Wortman e em 1963 ingressaram como bolsistas no Museu Goeldi, Conceição Correa e Expedito Arnaud.¹⁵

Darcy Ribeiro a este tempo organiza a Universidade de Brasília e convida Galvão para o setor de Antropologia. Em novembro de 1963 Galvão começa a dirigir o Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília e funda o Departamento de Antropologia (dan).¹⁶

15. A produção intelectual de E. Galvão neste período sublinhava que a classificação de povos indígenas em grupos lingüísticos deixava de ser satisfatória. O seu objetivo consistia numa “adaptação” do conceito de “área cultural” e suas respectivas divisões, tais como elaboradas por Steward e Murdock. Em virtude disto adotava como critério determinante a “ênfase à distribuição espacial contígua de elementos culturais, tanto os de natureza ergológica, como os de caráter sócio-cultural (...). Igualmente importante é a definição da situação de contato e do contexto cultural das frentes pioneiras nacionais. Consideramos de maior significação enfatizar a ocorrência de fenômenos de aculturação inter-tribal.” (Galvão, 1960:14-15). O conceito de área cultural, segundo Galvão, apresentaria dificuldades caso aplicado diretamente a povos indígenas no Brasil Daí o procedimento que ele chama de “adaptação.” No que concerne especificamente à Amazônia Galvão assinala o seguinte ponto de partida: “Uma tentativa pioneira deve-se a Wissler (1922) que embora interessado, particularmente, em aplicar o conceito de área cultural a tribos norte-americanas, o estendeu para a América do Sul, identificando em território brasileiro uma única área, a Amazônica. Sua caracterização tinha apoio no conceito de áreas de alimentação (*food* áreas), definindo-a como “área da mandioca.” Kroeber (1923), fazendo a revisão do esquema geral de Wissler, manteve a área Amazônica, designando-a, porém, de área da Floresta Tropical. A pouca utilidade desse esquema, aplicado a problemas de etnografia brasileira, era flagrante e nenhum interesse despertou.” (Galvão, 1960:4). Cf. “Áreas culturais indígenas do Brasil 1900-1959.” *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi*. Nova Série n.º 08. Janeiro de 1960.

16. Neste ano de 1963 E. Galvão apresentou na VI Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em São Paulo, de 8 a 12 de julho, um trabalho intitulado “A Etnologia Brasileira nos últimos anos.” Ao enumerar as agências que estavam dinamizando a produção antropológica menciona, além de universidades e museus (Nacional, Goeldi e Paulista), o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e o Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (clapcs). Então, na análise de Galvão, o fato mais novo concernia à criação do Centro de Estudos de Cultura e Línguas Indígenas do Brasil, da

Em 1966 Roberto Cardoso defende sua tese sobre os Terena e se volta para projetos de pesquisa com propósito de formar antropólogos, ou melhor, combinando o trabalho de pesquisa com a montagem de um programa de pós-graduação em antropologia social no Museu Nacional.¹⁷

2.2.3 – Na segunda metade dos anos 50 a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (capes) definiu a realização, dentro da Série intitulada “Levantamentos e Análises”, dos chamados “Estudos de Desenvolvimento Regional” para todo o País. Consistiam em “estimar as necessidades de pessoal qualificado”, produzindo, através da contratação dos serviços de uma organização especializada “Serviços de Planejamento, Engenheiros e Economistas Associados”, um “balanço” ou “uma avaliação regional” (não se falava em “estado da arte”, mas em: “produção atual dos quadros técnicos”, “necessidades de novos quadros”, “tendências” etc.). No que diz respeito ao que desde 1953 e ainda hoje se denomina de “Amazônia Legal” foram realizados relatórios sobre os Estados do Amazonas, Pará, Maranhão e Mato Grosso. Todos publicados pela capes em 1959. Prevaleceram os denominados “diagnósticos” (análise dos sistemas produtivos e da esfera de circulação) sobre a definição das “necessidades de pessoal” e sobressaía no elenco de demandas o papel do Estado, como agente de desenvolvimento.

2.2.4 – Nos anos de 1965 e 1966 foi duramente reprimida a experiência da Universidade de Brasília. Por força da imposição da ditadura militar o dan foi desativado e forçado a uma dispersão dos antropólogos ali agrupados.¹⁸ Em fevereiro de 1966 E.

Universidade de Brasília, que iniciou, ainda em 1963, um programa compreendendo a região do Brasil Central e a Amazônia. Cf. Galvão, E. “A Etnologia Brasileira nos últimos anos” in revista do *Museu Paulista*. Nova Série. Volume xiv. São Paulo, 1963, pp. 38-44.

17. Roberto Cardoso realizou a pesquisa junto aos Terena com financiamento do Museu do Índio – spi e a pesquisa junto aos Tükuna com apoio do cnpq. Cf. Roberto Cardoso de Oliveira. *Os Diários e suas margens. Viagem aos territórios Terêna e Tükuna*. Brasília: Editora UnB / Fundação Biblioteca Nacional, 2002.

18. Mediante este ato arbitrário o Conselho Científico da Associação Brasileira de Antropologia (aba) decidiu transferir a vii Reunião da aba, que deveria realizar-se em Brasília (df), para a cidade de Belém (pa). A referida reunião foi realizada de 6 a 11 de

Galvão retorna ao Museu Goeldi, em Belém, onde reassume a Divisão de Antropologia. No mesmo período foi extinto o spi e criada a Funai, que se constituiu numa agência destinada a comportar profissionais de diferentes formações acadêmicas, abrigados sob a designação burocrática de “antropólogos,” que demandassem estudar povos indígenas na Amazônia e ainda produzir “relatórios de identificação” e monitorar projetos econômicos implementados junto a povos indígenas.

2.2.5 – Entre 1962 e 1967 foram executados dois grandes projetos de pesquisa, que envolveram antropólogos do Museu Nacional e também de Harvard:

i) “Estudo de áreas de fricção interétnica no Brasil”, elaborado por Roberto Cardoso de Oliveira, com apoio da Unesco, agrupando pesquisadores que se formaram nos já citados cursos de especialização (Roque Laraia, Roberto da Matta, Julio César Melatti...) e achavam-se referidos a situações sociais empiricamente observáveis na Amazônia.

ii) “Harvard Central Brazil Research Project”, elaborado por David Maybury-Lewis, objetivava o estudo comparativo das sociedades jês do Centro-Oeste brasileiro. Participaram Terence Turner, Joan Bamberger, J.Christopher e Jean Lave, estudantes

junho de 1966 e inserida nas atividades do Simpósio da Biota Amazônica e das comemorações do centenário do Museu Goeldi. Importa acrescentar que de 1963 a 1966 a diretoria da aba era assim composta: Presidente – Eduardo Galvão, Secretário Geral Roberto Cardoso de Oliveira e Tesoureiro – Roque de Barros Laraia. O Conselho Científico era composto por: Luiz de Castro Faria, Darcy Ribeiro, Egon Schaden, Herbert Baldus, Tales de Azevedo, René Ribeiro, Manuel Diegues Jr., Loureiro Fernandes, Protásio Friel, Aryon Dall'Igna Rodrigues. Além de C. Wagley, E. Galvão e R. Cardoso apresentaram comunicações antropólogos já capacitados nos próprios cursos realizados no Museu Nacional, como Roberto da Matta e Aryon Dall'Igna Rodrigues, e em Belém, no Museu Goeldi, como Protásio Friel, Expedito Arnaud, Edson Soares Diniz e Carlos Moreira Neto e ainda Napoleão Figueiredo e Anaiza Vergolino, ambos da ufpa. Também participaram ativamente inúmeros antropólogos norte-americanos vinculados ao Smithsonian Institution, tais como Betty J. Meggers, Clifford Evans, William H. Crocker, Marjorie Crofts, Patriciam Ham e Arlo Lee Heinrichs. Mediante estas comunicações e aquelas outras na área de arqueologia, com Mário Simões (Museu Goeldi), e da antropologia biológica, com Francisco Salzano (ufrgs) (Cf. vii Reunião Brasileira de Antropologia. Belém, Pará, 1966, 58 p.), percebe-se uma tentativa de reconhecimento científico das instituições regionais e de seus próprios antropólogos.

de antropologia em Harvard, e Roberto da Matta e Julio C. Melatti. A noção de “Brasil Central” adentrava pelo vale do Tocantins – Araguaia nos Estados de Goiás e Maranhão. A cidade de Imperatriz (ma) constituía-se num dos principais lugares de referência da pesquisa.

Estas iniciativas de pesquisa articuladas com os cursos de especialização para formação de antropólogos convergiram, em 1968, para a criação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional.

Pode-se sublinhar, para efeitos de síntese deste tópico, que esta pré-história do ensino de pós-graduação em antropologia apresenta, portanto, dois fatores elementares:

i) as experiências de ensino aparecem indissociáveis do trabalho de campo ou surgem necessariamente vinculadas à existência de projetos de pesquisa, que impõem pedagogicamente uma discussão sistemática dos dados coletados e dos respectivos relatórios, cujos resultados últimos irão desaguar em dissertações de mestrado e depois em teses;

ii) toda pesquisa antropológica na Amazônia até então estava ancorada principalmente nos Museus. A experiência de C. Wagley, vinculado à Universidade de Columbia, e a de Octavio da Costa Eduardo vinculado à Escola Livre de Sociologia Política de São Paulo, embora constituam uma exceção, de certo modo, também passavam pelos museus, posto que para a realização de seus respectivos trabalhos de campo colaborou de maneira decisiva o Museu Nacional.

3 – Com a criação da sudam, em 1966, foram executados planos de desenvolvimento por bacias hidrográficas e estimuladas pesquisas realizadas doravante por empresas de consultoria (Sondotécnica, ceret, Hidroservice e Engevix dentre outros). Estas empresas de consultoria, como a Sondotécnica Engenharia de Solos, que realizou pesquisas nos Vales do Xingu e do Tapajós, incorporaram, em 1973-74, pela primeira vez, antropólogos às suas equipes técnicas responsáveis por levantamentos sócio-econômicos dos referidos vales. Novamente a referência principal foi

o Museu Nacional que desde 1968 havia criado o Programa de Pós Graduação em Antropologia Social a partir das mencionadas experiências dos cursos de especialização e dos dois projetos de pesquisa igualmente já citados.

Em 1968-69 através do Projeto “Estudo do Colonialismo Interno”, coordenado por Roberto Cardoso, pesquisadores do Museu Nacional realizaram pesquisas, com fins de dissertação, focalizando as chamadas “frentes de expansão” e os chamados “povos tradicionais” na Amazônia.

No segundo semestre de 1968, a partir de convênio firmado entre a sudam e o Museu Goeldi, a Divisão de Antropologia deste Museu promoveu um curso de especialização intitulado “Curso de Pesquisa Social”. Dentre os alunos que concluíram o curso 5 (cinco) foram admitidos como bolsistas na Divisão de Antropologia.

Em 1969 Roque de Barros Laraia foi convidado para organizar o Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Brasília. Com ele foram também para a UnB: J. C. Melatti, Mireya Suarez e Eurípedes da Cunha, constituindo o núcleo inicial da nova fase de estudos antropológicos da UnB. A primeira iniciativa deste referido núcleo foi implantar a “Habilitação em Antropologia” no Curso de Ciências Sociais.

Em 1972 antropólogos do ppgas do Museu Nacional desenvolveram trabalhos de pesquisa com “povos tradicionais” na Baixada Maranhense, numa avaliação da ação missionária canadense. A parte antropológica da avaliação foi orientada por Roberto da Matta. Entre 1975 e 1977, através de Projeto Emprego e Migração no Nordeste, coordenado por Moacir Palmeira, foi dedicado um tópico ao tema de migrações e campesinato na Amazônia, repensando as relações entre “plantations” e fronteira. Em 1976 por meio de projeto de pesquisa sobre Hábitos Alimentares, coordenado por Octavio Velho, foram realizadas pesquisas no Baixo Amazonas (Santarém) e no Maranhão (Vale do Mearim). Até o final dos anos 70 os “povos tradicionais” da Amazônia permaneceram na ordem do dia de projetos de pesquisa seja do ppgas do Museu Nacional, seja do Museu Goeldi.

Nos anos 70, vale frisar, Eduardo Galvão encontrava-se no Museu Goeldi, em Belém. Com uma equipe reduzidíssima e sem condições de montar um grande projeto de pesquisa ou de assegurar uma reprodução dos quadros profissionais em antropologia, Galvão mantinha pesquisa com povos indígenas do Rio Negro. Seus estudantes ou auxiliares de pesquisa do Museu Goeldi eram estimulados a aplicarem para o ppgas do Museu Nacional.

Em 1972 Roberto Cardoso se transfere para a Universidade de Brasília (UnB) onde coordena a montagem da pós-graduação em antropologia. Roque Laraia e Júlio César Melatti, que já se encontravam na UnB e que haviam participado dos cursos de especialização do início dos anos 60, juntamente com Alcida Ramos, reforçam o corpo de profissionais voltados para estudos na região amazônica. Em 1973 dão início ao Curso de Mestrado em Antropologia na UnB, reforçando a área de “etnologia indígena” com os antropólogos: Peter Silverwood, Kenneth Tylor e David Price.

Em 1974 foi elaborado o Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Para elaboração do tópico “Pesquisa Fundamental e Pós-Graduação – área de Sociologia, Ciência Política e Antropologia Social”, foi constituído grupo de trabalho, coordenado por Roberto da Matta, do qual participaram diversos antropólogos com interesses de pesquisa diretamente vinculados à Amazônia, entre os quais Eduardo Galvão e Roque de Barros Laraia.¹⁹

A partir da segunda metade dos anos 70 os ppgas da UnB e da Unicamp se colocaram mais firmemente face a esta questão notadamente estudando povos indígenas nos altos rios Solimões e Negro, no Amazonas, e também em Roraima, no Mato Grosso e no Acre. A este tempo a ação de pesquisa de antropólogos da usp, no que concerne à Amazônia, ocorria junto a povos indígenas no Amapá, no Maranhão e no Pará (Tocantins e Baixo Amazonas).

O cnpq, por sua vez, desde 1980, objetivando atender às necessidades regionais e visando uma ação mais descentralizada

19. Cf. Secretaria de Planejamento da Presidência da República – mec. Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Brasília, 1974, 48 pp.

implementou agências no Nordeste (Recife) e no Centro-Sul (São Paulo). Para a Amazônia, entretanto, foi instituído o Projeto Trópico Úmido,²⁰ atribuindo ênfase ao quadro natural e sem qualquer medida mais significativa para o desenvolvimento do ensino ou pesquisa em antropologia.

Nos últimos 25 anos assistimos aos desdobramentos daquelas vertentes de pesquisa antropológica aqui rapidamente mencionadas. Uma delas concerne ao Pará. Entre 1990 e 1997, foi realizado no âmbito da Universidade Federal do Pará o Curso de Especialização em Teoria Antropológica. Em 1994, a partir de experiências com as sete versões do referido Curso de Especialização, foi fundado o Mestrado em Antropologia na ufpa. O não oferecimento do curso de especialização a partir de 1997 ampliou a demanda pelo Mestrado, alcançando candidatos do Maranhão e do Amazonas. Até fevereiro de 2004 defenderam suas dissertações e receberam o respectivo título 52 mestres. A quase totalidade das pesquisas elegeu referências empíricas no próprio Estado do Pará. A partir de 2004, entretanto, com a criação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e com dificuldades inerentes à manutenção de um Mestrado em Antropologia ocorreu uma modificação. A Antropologia passou a constituir-se tão somente numa das áreas de concentração do referido Programa, juntamente com a Sociologia.²¹

O curso de especialização em “Gestão em Etnodesenvolvimento”, já anteriormente mencionado, em suas várias versões no Amazonas e em Roraima consistiu numa outra vertente. Caso venhamos a enumerar os pesquisadores que delas participam, talvez possamos ter como resultante uma vasta “rede de antropólogos”, em franca atividade, eventuais colaboradores para qualquer iniciativa de implantação de uma pós-graduação em antropologia na Amazônia.

Estas duas últimas décadas coincidem ademais com uma transição essencial, qual seja aquela em que os “povos tradicionais”

20. Cf. cnpq. *cnpq – Origens e Perspectivas*. Brasília: cnpq, 1980, 33 pp.

21. Vide Beltrão, Jane F. (org.). *Antropologia na Amazônia. Balanço e resumos de dissertações (1994-2004)*. Belém: ufpa, 2006.

rompem de vez com a condição de “sujeitos biologizados” e passam a se colocar como “sujeitos sociais.” Os trabalhos de pesquisa antropológica correspondentes a este período recente deixam entrever isto. Pela relevância desta passagem, de uma existência atomizada a uma existência coletiva, têm-se meios de interpretação mais acurada do advento dos movimentos sociais, em especial o movimento indígena.

4 – Do ponto de vista do aparato governamental pode-se dizer que em 1985 começaram a ser esvaziados os órgãos de planejamento regional em favor de uma nova modalidade de desenvolvimento apoiada na cooperação técnico-científica internacional e em “grandes projetos” apoiados por agências multilaterais. Os critérios de competência e as medidas concernentes aos povos indígenas, quilombolas, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu e ribeirinhos, passaram a contar com novos aportes financeiros e instituições voltadas, sobretudo, para questões ambientais. Em 1990-91 foi constituído o Programa Piloto de Preservação de Florestas Tropicais (ppg-7) e em uma de suas subdivisões criado um programa específico voltado para terras indígenas, absorvendo antropólogos. O objetivo de realizar um zoneamento ecológico e econômico da Amazônia veio a favorecer tal absorção. Os antropólogos passam a ser recrutados também não apenas como implementadores locais, mas como gestores de políticas governamentais, num momento em que os fatores étnicos se tornam elementos imprescindíveis para a “nova” administração pública. O entendimento oficial consistia em fortalecer institucionalmente povos e comunidades tradicionais sob o signo de uma “sociedade civil organizada”, idealmente representada pelo gta. Os antropólogos se destacam, pois, como uma das principais formações científicas recrutadas para este fim. De igual modo isto já ocorria com certos empreendimentos privados. Por exemplo: mais de uma dezena de antropólogos foram absorvidos através do Convênio firmado pela Companhia Vale do Rio Doce (cvrd) com os povos indígenas afetados pela consolidação da Província Mineral de Carajás e suas obras de infra-estrutura (bar-

ragens, ferrovia, porto, minas, rodovias, linhas de transmissão...) em meados dos anos 80.

Agências financeiras (responsáveis indiretas pelos chamados “grandes projetos” de cunho “desenvolvimentista”) e empresas mineradoras começavam a se insinuar mais fortemente no campo da antropologia, tal como há muito já sucedia no campo das ciências naturais. (Um exemplo para ser recordado aqui se trata da criação e consolidação do curso de geologia da ufpa). De certo modo isto foi facilitado pelas próprias instruções e dispositivos jurídico-formais instituídos a partir da Constituição Federal de 1988, tais como as resoluções do Conama, as diversas portarias ministeriais preocupadas com os efeitos sócio-ambientais daqueles “grandes projetos” e, mais recentemente, a regulamentação de artigos do adct como seria o caso do Art. 68.

4.1 – Declínio das agências de fomento e dos mediadores no campo burocrático ou perda de poder por parte de autoridades científicas (universitárias) vinculadas ao aparato de Estado.

Estamos hoje diante de uma nova divisão do trabalho científico, que se reflete em modalidades intrínsecas de atuação da cooperação técnica e científica internacional e em estratégias empresariais que incorporam o fator ambiental e avançam celeremente sobre diferentes campos de conhecimento científico. Adstritas a estas transformações tem-se as dificuldades de se manter os padrões de trabalho científico nos cursos de pós-graduação em antropologia, cada vez mais instados a responder a demandas de caráter operacional.

4.2 – Novas estratégias empresariais. A partir do advento de empresas que passam a prestar serviços de consultoria e planejamento no âmbito de uma ação ambientalista transnacional (planos de manejo, de reflorestamento, de recuperação de bacias hidrográficas, de implementação de áreas reservadas etc.) e de laboratórios de biotecnologia tem-se o advento de uma nova estratégia empresarial, que se interessa pela pesquisa em ciências biológicas e sociais. De um lado a identificação do potencial das “mercadorias” (recursos naturais transformados) candidatas a

commodities e de outro as novas demandas de cursos colocadas à universidades federais e estaduais para “capacitar” executivos e gerentes de empresas mineradoras, de energia elétrica, de extração petrolífera, de papel e celulose, de produção de alumínio e similares. Os setores exportadores mais agressivos parecem incorporar o fator étnico e o conhecimento dos “povos tradicionais” nas suas práticas gerenciais e administrativas. A intensidade dos conflitos sociais e os novos dispositivos jurídico-formais impõem “novas” exigências técnicas nas rodadas de negociações. Quem senta à mesa deve saber dialogar com o conhecimento de realidades localizadas. Ganha força neste contexto uma antropologia de “administração de conflitos”²² e os procedimentos de uma antropologia aplicada. Todas as agências multilaterais e de cooperação internacional estampam antropólogos dentre seus quadros dirigentes. Eles trazem para as universidades públicas as condições de possibilidade facultadas pelos empreendimentos privados. A “expansão dos negócios” requer conhecimentos mais detidos de povos indígenas, de quilombolas, de quebradeiras de coco babaçu, de seringueiros e ribeirinhos e de seus “conhecimentos tradicionais”. Petrobras e Eletronorte demandam cursos e requerem antropólogos. Alcoa e cvrd igualmente requerem “cursos de especialização” e contratam antropólogos de renome para ministrá-los. De certo modo “imitam” o Banco Mundial, o bid e as agências de cooperação (gtz, usaid, dfid...) que tem antropólogos no quadro de definidores de suas políticas e nos trabalhos de monitoramento das “ações operacionais” face aos “povos tradicionais” da Amazônia e de outras regiões tropicais.

Empreendimentos financeiros têm praticado inclusive uma espécie de mecenato, adquirindo peças e coleções (artes plumárias, artesanatos de palha, instrumentos de caça, pesca e extração vegetal...) para fins de exposições internacionais. O mesmo parece suceder com as peças dos sítios arqueológicos que passam a constituir acervos de empresas privadas, que financiam sua “re-

²² Wolfe, Alvin W. and Yang, Honggang (ed.). *Anthropological Contributions to Conflict Resolution*. Southern Anthropological Society Proceedings n.º 29. Athens and London: The University of Georgia Press. s/d.

cuperação” em extensas listas de profissionais contratados. (Um exemplo a ser estudado com atenção concerne ao Banco Santos, cujos artefatos da coleção de seu principal executivo, a chamada “Cid Collection”, que agora integraria a massa falida da citada agência financeira, foram exibidos na Exposição “Brésil Indien”, em Paris em meados de 2005).

4.3 – Entidades confessionais e conhecimento científico. Entidades religiosas como fonte de financiamento de pesquisas, sobretudo em linguística, também podem ser aqui mencionadas. Um exemplo mais conhecido trata-se das pesquisas para edição do *Ethnologue*, que é geralmente apresentado como o maior compêndio sobre línguas já feito no planeta, e que vem sendo re-atualizado desde 1951, sob os auspícios do Summer Institute of Linguistics. Os antropólogos têm criticado estas iniciativas do *sil* porquanto a empresa que financia o catálogo tem fins religiosos e “utiliza o livro para traduzir a Bíblia para missionários”, cuja ação evangélica acabaria por destruir os idiomas que aparenta preservar (cf. Denny Moore).

4.4 – A posição de antropólogo (linguista, arqueólogo) estaria, no momento atual, disposta num complexo campo de debates e polêmicas, que colocam em questão o grau e as modalidades de institucionalização em jogo. Não apenas os temas, mas também os objetivos e os meios de pesquisá-los estariam sendo redefinidos rapidamente e colocando “outras necessidades” aos que observam o primado da autonomia na produção científica face às tentativas de transformar o esforço intelectual em conhecimento útil e aplicado. Uma das características mais fortes refere-se ao *modus operandi* das agências de desenvolvimento, que está sendo alterado radicalmente, juntamente com aquele das grandes empresas e dos aparatos governamentais. As transformações na gestão e uso dos recursos naturais e no próprio domínio formal e efetivo das florestas públicas assinalam novas demandas de conhecimento e novas relações profissionais na produção científica. Os critérios de competência e saber em antropologia passam a constar explicitamente de programas, projetos e planos quer sejam governamentais ou de instituições privadas.

Em virtude disto as trajetórias acadêmicas, pensadas individualmente, estariam sofrendo ademais um certo tipo de deslocamento, com uma inflexão para antropologia aplicada,²³ bem como estão sofrendo alterações os gêneros de produção intelectual. A criticável “antropologia de relatórios” ganha certa proeminência. Não são poucos os profissionais que ficam com um pé nas universidades públicas e outro em organizações não-governamentais, prestando serviços para viabilizar os chamados “consórcios” e “parcerias”, ou em empreendimentos e plantas industriais. Não são poucos também os profissionais em antropologia absorvidos pelos órgãos públicos, através de concursos recentes ou de das determinados (Seppir, mda, mds, mma...) em aparatos e autarquias de intervenção direta (Incra, Ibama, Funai). Inclua-se aqui o mpf e os mps estaduais e seu crescente corpo técnico de antropólogos.²⁴

De outra parte tem-se que laudos antropológicos (perícias), relatórios de impacto (como no caso de rodovias, portos, hidrovias, linhões de transmissão de energia elétrica, gasodutos, bases

23. O periódico *Applied Anthropology* data de 1941, quando era demandada uma intervenção direta de antropólogos em muitas ações de governo. Para alguns autores a passagem de “funcionário colonial” para “profissional habilitado a lidar com minorias” não registrou quaisquer problemas. Durante a Segunda Guerra os antropólogos norte-americanos foram acionados para servir no “War Relocation Authority”, no Conselho de Trabalho de Guerra e no Departamento de Informações de Guerra, focalizando problemas de minorias dentro dos Estados Unidos. Os conhecimentos antropológicos, segundo assevera Kluckhohn, em 1949, foram utilizados então “para empregar trabalhadores nativos na produção de alimentos nas áreas nativas e para conseguir a cooperação dos nativos com a causa aliada. Muitos antropólogos ajudaram a treinar 4.000 oficiais do Exército e 2000 da Marinha para o governo militar de territórios ocupados. Os antropologistas desempenharam um papel importante, elaborando a série de folhetos distribuídos aos soldados das forças armadas, que, do ponto de vista de instrução, percorriam toda a gama, desde o emprego de gíria australiana até o comportamento adequado para com as mulheres do mundo muçulmano.” (Kluckhohn, 1963:166). No pós-guerra, em 1949, aquele periódico passou a denominar-se *Human Organization* e as demandas de serviços antropológicos conheceram modificações sensíveis (Cf. Kluckhohn, Clyde. *Antropologia-um espelho para o homem*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Ltda, 1963 (tradução de Neil R. da Silva).

24. Leia-se: Sanday, Peggy Reeves (ed). *Anthropology and the public interest-Fieldwork and theory*. New York: Academic Press, Inc. 1976.

de lançamento de foguetes, minerodutos, barragens, oleodutos...) e pareceres mostram-se também como gêneros de produção científica (e notadamente antropológica) cada vez mais difundidos e devidamente institucionalizados. Atreiam-se às tensões e conflitos sociais objetos da ação jurídica. Acompanham também a demanda permanente que se desdobra consoante a implantação, por parte dos órgãos governamentais, dos denominados “grandes projetos de infra-estrutura” e, por parte de empresas, dos chamados “projetos de expansão”.

As condições de mercado destes bens simbólicos ditam as “novas” demandas e as possibilidades de envolver um número maior de pesquisadores e de estudantes, de tecnificar laboratórios e centros de pesquisa e de redimensionar o que for considerado extremamente escasso ou “em extinção” sejam “objetos”, “meios” ou “sujeitos”.

De outra parte constata-se uma tendência de monopólio de recursos técnicos e instrumentais por parte de empresas, cujo raio de ação estaria fora do alcance das universidades regionais. Tal tendência envolve, sobretudo, laboratórios farmacêuticos e empresas de biotecnologia e suas variantes (indústrias de cosméticos, indústrias químicas, de tintas etc), que preconizam novas regras para se incorporar a cobertura vegetal, os recursos hídricos, as resinas e os próprios manguezais ao processo produtivo. Tais regras transcendem à divisão usual, qual seja, “mercado segmentado” x “mercado de *commodities*”, e delineiam uma incorporação através do conhecimento aprofundado do ecossistema. Este tipo de conhecimento requer competências e experimentos que são intrínsecos aos pós-graduados e, sobretudo aos doutores que são levados a acoplar às suas “especialidades” respectivas a necessidade de “conhecimento concreto” da “região amazônica”. A divisão do trabalho científico aqui abrange não apenas biólogos botânicos, zoólogos, geólogos, ecólogos e engenheiros, mas também antropólogos. Uma ilustração disto refere-se à contratação permanente e/ou temporária de antropólogos por grandes empresas de cosméticos e similares, como Natura, Aveda e Unilever, e por empresas que se apresentam como indissociadas dos

chamados “conhecimentos tradicionais” ou “saberes nativos” como a *Body-Shop*. Em suma, os novos interesses empresariais incorporam um certo tipo de trabalho antropológico e demandam também, no mais das vezes, “conhecimentos úteis ou aplicados”, que correm o risco de tornar a antropologia uma “técnica”. Enquanto “técnica” ela é reduzida a um instrumento de intervenção e cada vez mais destituída de sua autoridade científica.

Para arrematar este ponto pode-se dizer que é razoável considerar que qualquer proposta elaborada venha a levar em conta esta ordem de dificuldades, com suas respectivas demandas, ou até mesmo as vantagens comparativas, quando se fala em “pós-graduação em antropologia na Amazônia”.

5 – Qual o significado de “tradicional” que está em jogo nesta discussão?

Embora a noção de tradição apareça em textos clássicos associada à idéia de “continuidade” importa sublinhar, para efeitos desta reunião, que o “tradicional” da expressão “povos tradicionais”, aqui freqüentemente repetida, não pode mais ser lido segundo uma linearidade histórica ou sob a ótica do passado ou ainda como uma “remanescência” da “comunidade primitiva” ou da “comunidade doméstica” ou como resíduo de um suposto estágio de “evolução da sociedade”. O chamado tradicional antes de aparecer como história aparece como direito e simultaneamente como forma de autodefinição, evidenciando identidades coletivas objetivadas em movimentos sociais. Antes de serem interpretadas como “comunidades naturais” e “espontâneas” ou como referencias de “solidariedade mecânica” as chamadas “comunidades tradicionais” aparecem hoje num processo de construção do “tradicional” a partir de conflitos e reivindicações face ao estado. Além de ser do tempo presente o “tradicional” é social e politicamente construído.

Consoante diferentes critérios de construção podemos perceber que os chamados “povos tradicionais” tanto compreendem os denominados “povos indígenas”, quanto quilombolas, ribeirinhos, quebradeiras de coco babaçu, seringueiros, castanheiros,

coletores e artesãos do arumã, do tucum e outras identidades coletivas que estão se objetivando em movimentos sociais ou se estruturando em diferentes planos organizativos para se contrapor à ação do poder do Estado. Estes povos não são necessariamente definidos pela origem, como advogam muitas interpretações formalistas. Nesta nova modalidade interpretativa o “tradicional” encontra-se vinculado a reivindicações e mobilizações contemporâneas (cf. João Pacheco) e afasta a preocupação com a “origem” que aparece por detrás de certas formulações oficiosas.

Deste ponto de vista a maneira de preservar efetivamente a chamada “cultura amazônica” seria contemplar a diversidade social, ou seja, contemplar povos indígenas, quilombolas, quebradeiras de côco babaçu, seringueiros, ribeirinhos, castanheiros e outros povos e comunidades chamados tradicionais.²⁵ A noção de “patrimônio cultural” é hoje plural e trata da diversidade de expressões culturais, que se refere aos processos de relações sociais entre diferentes, que não são mais definidos como “isolados humanos” (*isolats humains*), nem submetidos aos constrangimentos das “exposições ao vivo” – dos povos em extinção –, cujos exemplos maiores foram as “Exposições Internacionais Coloniais” dos anos 30. Estas exposições fascinavam os europeus seja no “Jardin d’Acclimatation”, em Paris, seja no zoo de Berlim, com danças exóticas, práticas vestuárias consideradas extravagantes, gestos incomuns e línguas com sons tidos como próximos de

25. Para uma discussão mais ampla deste argumento recorro a uma interpretação aproximada, porém distinta, de M. Sahlins em *Cultura na Prática* (ed. ufrj, 2004): “A autoconsciência cultural que vem se desenvolvendo entre as antigas vítimas do imperialismo é um dos fenômenos mais notáveis da história mundial no fim do século xx. A “cultura” – a palavra em si, ou algum equivalente local – está na boca de todos. Tibetanos e havaianos, ojobway, kwakiutl e esquimós, casaquistaneses e mongóis, aborígenes australianos, balineses, caxemirianos e maori da Nova Zelândia todos descobrem ter uma “cultura”. (...) Estamos assistindo a um movimento mundial espontâneo de desafio cultural, cujo significado pleno e cujos efeitos históricos ainda estão por ser determinados. (...) Na visão acadêmica corrente, o chamado renascimento é uma típica “invenção da tradição” – embora não se pretenda menosprezar os maori ou os havaianos, uma vez que todas as tradições são “inventadas” no e para os objetivos do presente.” (Sahlins, M. 2004: 504-506).

grunhidos. Semelhantes exposições, em que os “espécimes” eram apresentados no seu cotidiano, gesticulando e falando sua língua nativa, são exemplos acabados de verdadeiros “zoos humanos”.

Neste tópico específico há pelo menos quatro dispositivos jurídicos de agências transnacionais, ratificados por mais de uma centena de países, que suportariam tal argumentação, concorrendo para o pluralismo jurídicos²⁶ e constituindo possibilidade concreta de se ampliar os esforços de cooperação técnico-científica:

i) a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (oit), que data de 1989, e da qual o Brasil é signatário desde 2003,

ii) a Convenção sobre Diversidade Biológica – cdb, de 1992, ratificada pelo Senado do Brasil em 1994;

iii) a Declaração Universal da Unesco sobre a Diversidade Cultural, de 2001, e

iv) a recente Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, também da Unesco, data de Paris, 20 de outubro de 2005. Sublinhando a importância da diversidade cultural para a plena realização dos direitos humanos e liberdades fundamentais e reconhecendo a relevância dos “conhecimentos tradicionais” (como fonte de riqueza material e imaterial), destacando a “diversidade linguística”, as questões de gênero e a “propriedade intelectual” tal instrumento consagra no Art. 2 o “princípio de igual dignidade e respeito de todas as culturas, compreendidas as culturas de pessoas pertencentes a minorias e aos povos autônomos.” (Aliás, a Unesco desde a “Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura”, reunida em Paris de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972, instituiu a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, que começa por uma distinção entre as definições de “patrimônio cultural” e “patrimônio natural”).

26. Vide “Les pluralismes juridiques”. *Cahiers d'Anthropologie du droit* – 2003. Laboratoire d'anthropologie juridique de Paris. Karthala, 2003, pp. 7-95.

6 – Com estas considerações pode-se adiantar que a “proposta de implantação de uma pós-graduação em antropologia” a ser elaborada deve comportar “formatos institucionais adequados às especificidades da região amazônica” (cf. Luiza Garnello), prevenindo inclusive modalidades de articulação (através de Convênios e outros dispositivos jurídicos capazes de dialogar com situações de absoluta “informalidade”) com as “unidades de preservação cultural” que tais “povos tradicionais” já criaram e mantêm como os “pequenos museus” (Cf. João Pacheco) e um sem-número de formas de “archivos.”²⁷ A noção de “preservação” aqui passa pelas experiências concretas desenvolvidas pelos “povos tradicionais”, formal ou informalmente, numa expressão escrita ou ágrafa, em situações de conflito social ou não. Eles desenvolvem seus “archivos” desde o presente, dando uma existência física à história. Técnicas produtivas “rudimentares” ou artesanais, transmitidas por tradição oral, narrativas míticas que se referem ao casamento, à cozinha e à casa, e normas concernentes à justiça e à moral ampliam a diversidade das expressões culturais, evidenciando a relevância e a virtude destes “archivos”.

27. São múltiplas as acepções e os usos da categoria “archivos”. Lévi-Strauss, em *O pensamento Selvagem*, indaga e problematiza: “Mas, por que damos tanto valor a nossos arquivos? Os acontecimentos a que se referem são atestados independentemente e de mil formas: vivem no nosso presente e nos nossos livros; em si mesmos estão desprovidos de um sentido que só lhes vem de suas repercussões históricas e dos comentários que os explicam ligando-os a outros acontecimentos. Dos arquivos poder-se-ia dizer, parafraseando um argumento de Durkheim: no fim de contas, são pedaços de papel. (...) A virtude dos arquivos é por-nos em contacto com a pura historicidade. (...) Os arquivos trazem, pois, outra coisa: por um lado, constituem o acontecimento na sua contingência radical (já que apenas a interpretação, que dele não faz parte, pode fundá-lo numa razão); por outro lado dão uma existência física à história, porque, neles apenas fica superada a contradição de um passado terminado e de um presente, em que ele sobrevive. Os arquivos são o ser encarnado da ‘acontecimentalidade’.” (Lévi-Strauss, 1970: 277-278). Cf. Lévi-Strauss, C. *O pensamento Selvagem*. São Paulo: Editora Nacional e Editora da usp, 1970 (Tradução de Maria Celeste da Costa e Souza e Almir de Oliveira Aguiar).

M. Foucault estabelece uma relação crítica entre o “arquivo” e a história. Para ele o “arquivo” não é a totalidade de textos que foram conservados por uma civilização, nem tão pouco o conjunto de traços que se tem podido salvar de “seu desastre” ou declínio, mas o jogo de regras que determinam numa dada cultura o aparecimento e o desaparecimento de enunciados.

7 – As formas de captação de recursos financeiros, para além do montante definido inicialmente pela instituição oficial, no caso o mec para a ufam, devem levar em consideração a possibilidade de transcender às fontes usuais de fomento para pesquisa científica e alcançar instituições que já financiam projetos junto a estes “povos tradicionais” e que idealmente estariam abertas à interlocução. As Convenções, da oit e da Unesco antes mencionadas, de certo modo legitimam possíveis pleitos para captação de recursos externos junto a agências multilaterais e de cooperação técnico-científica, sobretudo pela ênfase dada atualmente aos fatores da chamada “ambientalização”.²⁸

8 – Não vejo sentido, nem teria cabimento, transformar estas breves anotações em uma digressão de caráter propositivo. Todavia, pelo menos algumas observações precisam ser enfatizadas e mais discutidas porquanto sintetizam “estratégias de implantação” implícitas na criação dos cursos de pós-graduação em antropologia.

Passo a seguir a apresentá-las, com todos os condicionantes:

a) verifica-se, nesta breve retrospectiva, que os cursos de pós-graduação em antropologia são precedidos de (ou iniciam seu funcionamento combinados com) projetos de pesquisa, que funcionam como uma das vigas mestras do ensino de pós-graduação nos seus primeiros momentos. Em outras palavras o trabalho de pesquisa sugere prioritário na atividade de ensino formal. Tal ênfase explícita a preocupação com a reprodução ou com um processo permanente de produção científica que busca se legitimar, num curto período de tempo, em diferentes planos (instâncias de consagração, agências de fomento). Vale sublinhar que o trabalho de campo não teria sido negligenciado de modo algum nestes momentos iniciais.

b) Constata-se que os cursos são constituídos como “novas estruturas”, emergindo simultaneamente com a criação de departamentos e programas, e mantendo um certo grau de tensão com

²⁸ Para maiores explicações sobre este fenômeno leia-se Leite Lopes, José Sérgio. “Sobre processos de ‘ambientalização’ dos conflitos e sobre dilemas da participação.” *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 12, n.º 25, ufrs, pp. 31-94, 2006.

a estrutura administrativa preexistente. Embora não tenha me detido neste aspecto pode-se adiantar que as tensões variaram nas experiências mencionadas: relação entre museu e universidade (caso Museu Nacional e ufrj), relação entre novo departamento e política universitária (caso UnB), dificultando por vezes a criação de cursos regulares nos museus (caso Museu Goeldi).

c) Registra-se também que os cursos se estruturam inicialmente em torno de uma ou mais figuras exponenciais com dupla autoridade: científica e administrativa, capaz de atrair a confiança de outros profissionais e das agências de fomento. A hierarquia entre prógonos e epígonos se atualiza na pesquisa e no ensino, estruturando um padrão de trabalho científico elementar, que reforça o sentido da autoridade pedagógica como gestora. Percebe-se uma ligação estreita entre gerenciamento de recursos e procedimentos de formação do corpo docente.

d) Verifica-se que há critérios de escolha dos profissionais que, no primeiro momento e a curtíssimo prazo, vão assegurar as atividades pedagógicas elementares e de implantação. Eles se referem sobremaneira àqueles que possuem um determinado grau de consagração, como já foi dito, e também aos que já possuem conhecimentos prévios sobre as realidades localizadas em questão. A noção de “região” aparece aqui como impulsionando um critério de seleção.

e) Quanto à modalidade de vínculo contratual, para além do quadro funcional permanente, um dos critérios de escolha concerne a professores “convidados”, ou seja, profissionais com capacidade de atração de capital intelectual e com legitimidade para assegurar uma coesão mínima ao corpo docente em formação ou ao núcleo de profissionais em composição embrionária. O número e a qualificação destes profissionais, incluídos aqueles do quadro funcional, contribuem para definir o corpo discente, isto é, a quantidade e o perfil dos que poderão ser orientados dentro dos prazos hábeis.

f) Constata-se, para tanto, que uma das medidas recorrentes consiste em fortalecer de pronto projetos de pesquisa de envergadura considerável (com capacidade para absorver uma

quantidade significativa de profissionais) através de iniciativas de cooperação científica internacional, valendo-se de convênios com instituições cientificamente consagradas. A relevância da legitimação (leia-se capital simbólico + recursos monetários factíveis de implementação dos projetos) implica em estimular uma proximidade e um intercâmbio maior com instâncias de consagração. “Consagração e legitimidade acadêmica” aparecem combinadas ainda com “especialistas de prestígio e de grande valor científico”, habilitados a orientar diferentes trabalhos de pesquisa, que justificam a absorção da elevada quantidade de pesquisadores em pauta.

g) Outra destas medidas consiste em assegurar condições elementares para o desenvolvimento das chamadas “linhas de pesquisa”, sobretudo através de projetos de pesquisa coadunados com realidades localizadas e processos sociais em curso, capazes de estabelecer uma diferença expressiva face a outras instituições acadêmicas (inclusive de outras regiões) e de assegurar uma produção científica permanente. O ato de reprodução sistemática do “conhecimento concreto de uma situação concreta” acha-se adstrito a tal medida, notadamente numa “região” como a Amazônia, que tem um destaque em si mesma, constituindo-se por si só simultaneamente em tema e em “objeto de investigação”.

h) Deve-se sublinhar complementarmente a urgência de se montar uma biblioteca vigorosa, dotada tanto de títulos “clássicos na antropologia”, quanto de um volume significativo de títulos que focalizem temas “regionais.” Esta ação de montagem de uma biblioteca deve ser acompanhada de uma ação intensiva de permuta e também da assinatura de periódicos especializados. Certamente que isto supõe uma ação administrativa prévia com objetivo de viabilizar espaço físico e um corpo de técnicos de apoio direto, concomitante com a realização dos projetos de pesquisa mencionados. Ensino, pesquisa e “implementos” devem ser objeto de ações simultâneas, fixando as condições elementares da etapa inicial de implantação de um curso de pós-graduação.

i) Uma outra medida correlata diz respeito à capacidade de absorver experiências de pesquisa já em andamento por antro-

pólogos que porventura trabalhem nas instituições em que os cursos são criados ou em outras da própria região de referência, evitando estabelecer “abismos dificilmente contornáveis” entre profissionais de “diferentes origens acadêmicas”.

As relações quase-institucionais resultantes desta medida podem propiciar a articulação de uma vasta “rede de colaboradores”, passível de acrescer o capital intelectual da iniciativa pela garantia de interlocução sistemática. A regra da coexistência com o esforço intelectual preexistente, sem significar qualquer preocupação com consenso, evidencia-se como essencial, atenuando os riscos de uma “intervenção” abrupta e disruptiva no momento inicial de implantação.

j) As experiências assinalam ainda que cursos de especialização sempre foram privilegiados nas etapas iniciais de implantação (momentos de transição em que as medidas de política científica mais são anunciadas e iniciadas isoladamente do que efetivamente implantadas em seu conjunto). A eficácia de tais cursos se mantém no tempo.

Pode-se afirmar, em decorrência, que prevalece um certo gradualismo ou seriação (especialização, mestrado e doutorado) como forma de superar os obstáculos à construção de um padrão de trabalho científico. Neste sentido as iniciativas apontam para a necessidade de um tempo de implantação mais dilatado e voltado para assegurar bases (consideradas) sólidas de reprodução intelectual.

k) As críticas a esta “perspectiva gradualista” parecem estar aumentando, entretanto, quando os cursos de mestrado tem sua posição relativa em declínio no sistema de ensino, afetando também, em cadeia, às próprias “especializações”. Segundo tais interpretações críticas já teriam sido produzidas transformações na política científica, recolocando prioridades, que estão a demandar “medidas mais ágeis” ou de tempo mais curto, não importando mais por onde começar ou finalizar a iniciativa de implantação de uma pós-graduação. O “fim” (doutorado) e o “começo” (especialização) estariam mudando de lugar consoante esta interpretação. Em razão dos princípios que orientam as

“novas medidas” de política científica não importaria mais por onde se deve “começar”. A intervenção pedagógica mais célere, de acordo com este ponto de vista, pode inverter a “ordem dos fatores”, porquanto teria “meios” de suprir eventuais lacunas.

No pano de fundo desta polêmica há outras divergências referentes a uma política científica com ênfase no “treinamento de antropólogos para um efetivo papel nas políticas públicas”, nas possíveis “contribuições de antropólogos para as políticas governamentais voltadas para o desenvolvimento sustentável” e nos “aspectos profissionalizantes” e de “intercultural expertise”, num momento em que agências como Unesco, Pnud e outras mais enfatizam o que denominam de “pluralismo cultural”.

Certamente que o conhecimento detido destas divergências poderá ser um pré-requisito essencial para ajudar a dirimir, num futuro próximo, algumas dúvidas quanto aos objetivos específicos desta iniciativa aqui discutida.

* * *

Assim, a partir de muitas destas observações que podem soar como óbvias e em tudo autoevidentes, descartando qualquer esforço maior de explicação, considero devidamente registrados alguns “argumentos elementares” que, do meu ponto de vista, caracterizam o repertório básico de indagações alusivas à escolha de uma “estratégia de implantação de uma pós-graduação em antropologia na Amazônia.”